UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FUGA PARA O FUTURO
Novos Movimentos Sociais Rurais e a concepção de Gestão Pública

Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo.

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 14/03/2002.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Profa. Dra. Elide Rugai Bastos
Prof. Dr. Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespanha
Prof. Dr. Zander Soares de Navarro
Prof. Dr. Ricardo Abramoway
Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço (Suplente)

Fevereiro/2002
Campinas, SP

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
R359f
V ____ EX ____
TOMBO BCI 49043
PROC 16.837/02
C ____ D X
PREÇO R$ 11,00
DATA ____
Nº CPD ____

CM00167338-4

BIB ID 240620

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R 359 f

Ricci, Rudá Guedes Moisés Salerno
Fuga para o futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública / Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci. - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais rurais. 2. Sociologia rural. 3. Administração pública – Participação do cidadão. I. Rêgo, Rubem Murilo Leão. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

À Cláudia, Thiago e Fernanda

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

A redação desta tese esteve diretamente associada às motivações e cobranças que sofri ao longo dos últimos meses. Fui tentado a ler sempre mais um livro, a realizar mais uma entrevista, a desconsiderar que a redação compete, muitas vezes, com as obrigações de um professor universitário, de um pai, de um diretor de instituição e de tantas outras facetas do nosso cotidiano. Por estes motivos, quero iniciar os agradecimentos aos dois principais animadores que contribuíram diretamente na elaboração da tese: minha companheira, Cláudia e meu orientador, Rubem Murilo. Cláudia, para quem a conhece, é uma leoa. É paciente, mas exigente. Sem ela, estaria ainda discutindo qual o melhor título da tese. Chamá-la de companheira não é um vício de linguagem, já que se confirma no dia-a-dia. Rubem Murilo conseguiu imprimir uma confiança intelectual em nossas conversas que, muitas vezes, me desconcertou. É, sem dúvida, uma característica pessoal, mas sou levado a crer que é um estilo do Departamento de Sociologia da Unicamp. De minha parte, senti que ganhei um amigo com quem poderei trocar mais tantas teses sobre o estimulante mundo rural e os caminhos e descaminhos da sociologia.

Felipe Leitão Roquete acompanhou-me nas pesquisas de campo que realizamos no sul do país, onde entrevistamos e coletamos documentos das populações atingidas por barragens. Felipe é o protótipo do intelectual mineiro: quieto e atento, falsamente humilde (já que, em poucos minutos, percebe-se que estamos diante de um intelectual). Não foi apenas um pesquisador que auxiliou no trabalho de campo. Foi crítico e também auxiliou no consumo de alguns churrascos gaúchos.

As desgravações das fitas de entrevistas e sua revisão estiveram sob responsabilidade de Leonardo Rocha. Samyr Bechelane resolveu – como sempre – todos os impasses na domesticação do computador. Roney Goulart Sampaio produziu e formatou fotos e mapas inseridos na tese. Graziela Mendonça secretariou os contatos e agendou todas as viagens, além de coordenar o trabalho da equipe de apoio citada acima. Ao Leo, Samyr, Roney e Graziela, meus agradecimentos, pela eficiência de sempre.

Agradeço a José Maria Malta Lima, revisor da redação da tese, não apenas pela revisão, mas também pelas lições no uso correto da crase.

Confesso que o trabalho de campo reservou muitas surpresas e alguns momentos de emoção. Convivemos algumas horas com os protagonistas dos movimentos sociais aqui analisados: José Maria Pinto da Silva, Teresa Gomes, Rosa Maria Fortin, Amauri Adolfo da Silva, José Martins, todos lideranças rurais da Zona da Mata Mineira, Ricardo Luis Montagner, Auri Buchs, Gilberto Cervinski, José Uliano Camilo e Maria Pizzato Bianchini, lideranças do movimento de atingidos por barragens do Rio Grande do Sul e do Paraná. Há uma vasta literatura sobre história oral e história de vida. No Brasil, temos estudos importantes sobre o tema, como o de Ecléa Bosi. Contudo, tudo o que se escreve sobre memória é pouco para o pesquisador que se aventura na prática da entrevista. Selecionar, reviver e interpretar momentos agudos da trajetória de vida é um profundo exercício de convivência entre emoção e razão, entre intenção política e catarse. Para o pesquisador, a situação é mais incômoda ainda: ser astuto, tecnicamente correto e driblar a emoção crescente que brota das entrevistas empresta grande sentido ao termo *ossos do ofício*. Espero que o leitor se emocione, como nos emocionamos, ao ouvir relatos sobre o duro cotidiano de jovens rurais que se indignaram com rituais e normas tradicionais descabidas e que enfrentaram rejeições e acolhimentos (nem sempre nesta ordem) ao longo de sua trajetória como líderes comunitários. A mesma emoção nos atingiu ao ouvirmos relatos de atingidos por barragens, contando como a vida muito mais confortável de reassentado é pouco perto da perda de identidade social e cultural. As entrevistas demonstraram o quanto a ação política é herdeira da memória que os atores sociais cultivam ao longo de suas vidas. Quero, aqui, agradecer a gentileza de todas essas lideranças citadas (e também aquelas que solicitaram que seus nomes não fossem revelados) de dividir um pouco de sua experiência e esperança. Todos sabemos que dificilmente esta tese será uma devolução à altura de sua contribuição.

Gostaria, ainda, de agradecer o apoio dos colegas e companheiros da Consultoria em Políticas Públicas - CPP - com quem venho, há alguns anos, trocando questões teóricas a respeito do futuro dos movimentos sociais e gestão pública. Não poderia esquecer a ajuda e o profissionalismo da secretaria do Pós-Graduação do IFCH, em especial, Gilvani.

Finalizo essa longa lista com o agradecimento especial aos membros da banca de defesa de tese: Ricardo Abramovay, Élide Rugai Bastos, Zander Navarro e Pedro Hespanha. O

professor Pedro Hespanha aceitou, de pronto, deixar a Universidade de Coimbra por uma semana para estar presente em terras tupiniquins: uma demonstração de compromisso intelectual e acadêmico.

Minhas persistências e equívocos, obviamente, não devem ser creditados a nenhuma pessoa aqui citada. Eles até que tentaram me alertar. Entretanto, sou filho de italianos...

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

1.1 A Fuga para o Futuro como ruptura inacabada das populações rurais

1.2 O desafio de pesquisa: análise de um movimento social em formação

2 O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL EM TERMOS DE TRANSIÇÃO

2.1 O estranhamento na origem do conceito

2.2 O território como conceito constitutivo de nova institucionalidade pública

2.3 Um novo conceito de Gestão Pública?

3 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NOS ANOS 90: DUAS EXPERIÊNCIAS EM ANÁLISE

3.1 O estatuto político das tentativas em curso

3.2 A articulação regional das associações rurais da Zona da Mata ou a *Turma do Tatu*

3.3 A autogestão na mira dos atingidos

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C

ANEXO D

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA - BRASIL

LISTA DE SIGLAS E SIGLÔNIMOS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural.

ACE – Associações Comunitárias Escolares.

AJUP – Assessoria Jurídica Popular.

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

APAEB – Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia.

APAT – Associação de Pequenos Agricultores e trabalhadores Rurais de Tombos.

APEART – Associação Projeto Educacional do Assalariado Rural Temporário.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

CAT – Centro de Tecnologia Alternativa.

CCAP – Centro de Cooperação de Atividades Populares.

CEB – Comunidades Eclesiais de Base.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

CESE – Centro de Ensino Superior.

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

CL – Comissões Locais,

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores.

CNJA – Centro Nacional de Camponeses.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COOTRARON – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Rondônia.

COOTREL – Cooperativa Tritícola de Erechim.

COPEL – Companhia Paranaense de Energia.

COREDE – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

COSAU – Coordenação Sindical do Alto Uruguay.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

CRDS – Coordenação Regional de Desenvolvimento Sustentável.

CRESOL – Cooperativa de crédito com Iteração solidária.

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa

CTG – Centros de Tradição Gaúcha.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EFA – Escola Família Agrícola.

ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

ELETROSUL – Empresas Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A.

EMATER – Empresa de Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira Pesquisas Agropecuárias.

ESC – Escola Diocesana de Serviços da Comunidade.

ESMA – Escola Sindical Margarida Alves.

FAPES – Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social.

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

FT – Forças Trabalho.

FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

GEM – Grupo de Estudos Multidisciplinares.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens.

MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEE – Ministério de Minas e Energia.

MOBON – Movimento da Boa Nova.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MUST – Movimento Unificado dos Sem-Terra.

NAFTA – Acordo de Livre Comércio Norte-Americano.

ONG – Organizações Não Governamentais.

OTN – Obrigações do Tesouro Nacional.

PDS – Partido Democrático Social.

PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura.

PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado.

RIMA – Relatório de Meio Ambiente.

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais.

SUPOC - Superintendência Regional da Amazônia Ocidental.

TAPA – Teologia e Ação Pastoral.

URI – Unidade Regional Integrada.

RESUMO

Esta tese tem como tema principal o surgimento, no final do século XX, de movimentos sociais rurais que, a partir de um forte sentimento de abandono social, procuraram construir uma nova institucionalidade pública a partir de um determinado território. Superaram, assim, a tradicional cultura antiinstitucionalizante que marcou os movimentos sociais rurais brasileiros nas últimas décadas. Contudo, tal movimento político continuou prestando contas com o legado da cultura agrária e patrimonialista do mundo rural, o que conferiu uma prática errática ou insegura. Metade deste texto é dedicada à análise do conceito de movimento social, às características das tradições e comportamento político do mundo rural e ao balanço crítico da sociologia rural dos anos 80 do século passado. A outra metade é consagrada à análise do movimento de atingidos por barragens no sul do país e ao movimento de agricultores familiares da Zona da Mata mineira. Tais estudos de caso procuraram dar vida ao tema central da tese que é uma revisão do conceito de movimento social, em especial, oriundo do mundo rural. O conceito aqui defendido parte de alguns princípios: 1. o que une vários movimentos sociais é a mesma motivação (desfiliação social imposta pela abertura de mercados e ausência da presença reguladora do Estado) e ideário (a necessária (re-)construção da institucionalidade pública de um determinado território); 2. são movimentos fragmentados no espaço, já que se organizam a partir de uma forte identidade com o território em que estão inseridos, mas se articulam pelo ideário; 3. não rompem totalmente com as tradições e comportamentos sociais clássicos do mundo rural brasileiro, mas, paradoxalmente, sugerem inovações significativas nas práticas políticas institucionalizadas. Denominamos tais características *fuga para o futuro*, uma fuga de uma situação completamente desfavorável à reprodução da vida social rural, construindo novas relações políticas, muitas vezes, autônomas (modelos de autogestão territorial, administração de recursos públicos por órgãos de representação política das populações em questão), mas que continua herdeira dos vínculos e crenças tradicionais.

1 APRESENTAÇÃO

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, freqüentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
.....
Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada,
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.

(A educação pela pedra, João Cabral de Melo Neto*)*

1.1 A Fuga para o Futuro como ruptura inacabada das populações rurais

Fuga para o futuro. A tradição freudiana definiu a fuga como uma reação ao sentimento de perigo externo. Nos estudos sobre ansiedade, Freud chegou a destacar que existiria uma fuga realística que se contrapunha à fuga neurótica, porque se apoiava num instinto de autopreservação. A fuga, muitas vezes, evita o confronto com o perigo externo, até que o indivíduo se sinta forte o suficiente para enfrentar a ameaça.

A fuga para o futuro, contudo, pressupõe um movimento mais ousado. Nega o confronto com o perigo externo, mas não se refugia no conforto do conhecido, do tradicional. A fuga para o futuro apela para uma utopia e, sendo motivada pelo perigo externo, deixa um rastro de perplexidade. Desenha-se como um passo em falso que articula passado e futuro.

Este é o cenário deste estudo. Procura analisar algumas experiências muito recentes cujos protagonistas são populações rurais atingidas pelas mudanças econômicas e reformas do aparelho institucional público em curso desde meados da década de oitenta do século passado. Perplexos, moradores de alguns rincões do País tatearam na busca de novas formas de organização social que tinham como mote a construção de uma institucionalidade pública ímpar, tendo como objetivo impulsionar o desenvolvimento de um determinado território. Essas experiências inovadoras, contudo, foram desde o início erráticas, pouco articuladas entre si. No meio termo entre propositivas e reativas, entre tradicionais e inovadoras, entre apoiadas na tradição comunitária e na construção de novos laços societais, é possível afirmar que tais tentativas esboçaram (e ainda esboçam) um novo movimento social rural, como será aprofundado mais adiante. Nesse caso, mais que um conceito apoiado numa realidade única, a noção de movimento social é adotada aqui como uma síntese teórica de inúmeras ações sociais cuja unidade pode ser percebida pelo pesquisador social, mesmo não tendo sustentado qualquer articulação política visível. A unidade, no caso, reside na unidade discursiva e na sua motivação social e política.

Por ora, vale registrar que não parece ser um fenômeno meramente nacional.

Em Portugal, como exemplo, redefiniu-se, desde 1985 (ano da integração portuguesa à União Européia), toda organização espacial da produção agrícola, privilegiando o norte em detrimento do sul do país[1]. Uma pesquisa recente procura analisar os traços centrais dessa mudança de paradigma. Reproduzimos uma passagem do estudo organizado por Hespanha(1998), que, embora longa, faz-se necessária por revelar algumas identidades em relação aos processos de transformação por que passam as populações rurais brasileiras:

---

[1] Pedro Hespanha, da Universidade de Coimbra, coordenou uma recente pesquisa que retrata o impacto da integração portuguesa à União Européia, em especial, o impacto sobre a dinâmica agrícola. O autor comenta que o processo de integração macrorregional teria alterado profundamente as políticas agrícolas nacionais, contrapondo uma lógica de normalização à lógica de articulação de racionalidades diversas. Em suma, as populações rurais perderiam, em parte, sua identidade social.

1. A primeira questão é, desde logo, acerca da sociedade portuguesa e da pressuposição de que nela se manifestaram duradouramente processos sociais que tenderam a servir de mecanismos de compensacão, altamente informais, para os processos de crise e para o relativo atraso da nossa economia. Entre esses mecanismos contaram-se os que derivam das peculiaridades do sector rural e agrícola e do facto de não se ter consolidado em Portugal um processo de modernização agrícola que se aproximasse das características empresariais, técnicas e sociais que marcam, por exemplo, a indústria.

Por outro lado, a fragilidade do processo de modernização da agricultura e das áreas rurais em Portugal ficou marcado, na última década, por uma transição demasiado rápida de um sistema de forte regulação estatal para um sistema de regulação quase só comandado pelo mercado.

Apanhados nesta mudança, sem conhecer as regras do jogo, os agricultores que tinham confiado nos benefícios da modernização e investido nela, foram incapazes de superar as dificuldades e viram a sua situação piorar, estando hoje muitos deles completamente arruinados [...]

2. A segunda questão respeita aos efeitos directos da integração européia na economia do sector agrícola português, ou seja, às alterações ao nível dos preços, dos mercados e das políticas do Estado. As modalidades através das quais se tinha dado, de forma relativamente estabilizada, a inserção da agricultura no sistema económico estão hoje fortemente em causa.

O contexto recessivo da economia mundial e a própria restruturação por que está a passar o sistema industrial deixam pouca margem para que continuem a funcionar as válvulas de escape da emigração e do êxodo agrícola de que as economias dos espaços rurais puderam beneficiar-se em períodos anteriores.

Sem alternativas ao emprego agrícola, o problema dos agricultores portugueses consiste no facto de, ao fim dos primeiros quatro anos de adesão, começarem a sofrer uma redução progressiva dos seus rendimentos, pelo efeito conjugado do abaixamento dos preços agrícolas pela concorrência dos produtos estrangeiros (vg. leite, vinho, fruta, batata), da manutenção a níveis elevados dos preços dos factores de produção e da extinção do sistema nacional de protecção dos preços agrícolas.

Os acordos de revisão do GATT assinados em fins de 1993 vieram contribuir ainda mais para acentuar a quebra dos preços agrícolas e a degradação dos rendimentos dos agricultores.

A hipótese que esta questão suscita é a de que o agravamento das condições de vida está na origem do descontentamento generalizado que se tornou comum a todos os tipos de agricultores. Expressa em manifestações e levantamentos populares, em cortes de estradas e de linhas do caminho de ferro, em destruição simbólica de produtos agrícolas ou em assalto aos camiões carregados de produtos importados, em sucessivas "guerras" do leite, dos porcos, do eucalipto, do vinho, e tantas outras, a conflitualidade tornou-se muito visível durante a última década.

No entanto, o protesto nem sempre assume estas formas claras de se manifestar. **Por vezes o mal estar e o protesto são dissimulados ou apresentam-se sob formas atípicas, indo desde a resistência passiva à participação difusa**[2], com os mesmos efeitos no bloqueamento da acção estatal. Dado que as modalidades de manifestação do descontentamento e da revolta podem assumir estas expressões mais subtis e menos visíveis, o impacto negativo das mudanças rurais não pode ser medido apenas pelos níveis de participação nas manifestações de contestação ou pelo número de conflitos públicos referenciados pela comunicação social.

Por outro lado, a crise não é vivida da mesma maneira por todos os produtores nem suscita deles os mesmo tipo de comportamentos. Num processo de progressiva dualização do sector da produção agrícola — isto é, de progressivo distanciamento entre as formas de produção agrícola de tipo empresarial, integradas verticalmente na agro-indústria e fortemente dependentes do crédito e dos mercados e as formas da pequena agricultura familiar baseadas na valorização dos recursos próprios (fundamentalmente, terra e trabalho) e orientadas prioritariamente para a reprodução dos produtores e das suas famílias — a crise assume significados e desencadeia respostas distintas para cada uma destas categorias de produtores. Assim, o descontentamento pelo agravar das condições de vida exprime-se por formas de protesto que variam segundo as modalidades de agricultura. entre formas mais

---

[2] Grifo do autor da tese.

organizadas e orientadas por objectivos estratégicos no caso dos agricultores empresários e formas mais espontâneas e desorganizadas no caso dos pequenos agricultores familiares.

O carácter limitado das acções de protesto de tipo camponês tem sido abundantemente estudado. As razões para esse facto têm sido procuradas tanto nas condições do próprio trabalho agrícola, isolado e disperso, como nas condições da inserção social e política dos camponeses, marcadas pela sujeição clientelar e pelo défice de cidadania activa [...]

3. A necessidade de ajustamento estrutural obrigou a um acelerado processo de modernização, envolvendo fenómenos de racionalização, burocratização, formalização e normalização em praticamente todos os sectores da vida social portuguesa.

No que respeita à agricultura e ao mundo rural, assistiu-se a um diversificado conjunto de mudanças, das quais referiremos algumas das mais importantes. Primeiro, a um impulso modernizador das explorações agrícolas, visando sobretudo o seu redimensionamento físico e económico e o seu melhoramento tecnológico, Segundo, a um processo de normalização do custo e qualidade dos produtos agrícolas em nome das preferências dos consumidores. Terceiro, uma burocratização dos sistemas de ajuda aos produtores agrícolas, através da criação de agências mediadoras de difusão e de controlo. Quarto, a uma formalização das associações de interesses e das práticas de cooperação. Quinto, a uma racionalização das organizações de mercado, cooperativas ou públicas, através da concentração e fusão de empresas (cortiça, vinho, tomate; cooperativas de crédito e leiteiras (HESPANHA 1998, p.12).

No mesmo período analisado por Pedro Hespanha, de 1985 ao final dos anos 90, as populações rurais brasileiras experimentaram impactos da abertura abrupta do mercado e reestruturação do aparelho estatal que motivou a construção de formas organizativas e iniciativas políticas muito distintas. Num primeiro momento, apoiadas por entidades confessionais, articularam movimentos de massa, com forte capacidade de mobilização social. O retrocesso dos programas governamentais, que de apoio explícito aos movimentos

sociais (em especial, em 1985, quando do lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária) passou a apoiar implicitamente as demandas dos complexos agroindustriais, e a abertura acelerada do mercado agrícola (sobretudo, nos primeiros dois anos da década de 90), desarticularam os movimentos sociais, com exceção daqueles que lutavam pela terra. A capacidade de inserção num mercado cada vez mais competitivo e os mecanismos de defesa social passaram a ser os eixos temáticos de tantos encontros de trabalhadores rurais. A novidade a ser destacada é que, diferentemente do que ocorreu na Europa ou em países vizinhos da América Latina, as experiências locais desenvolvidas pelas populações rurais mais duramente atingidas pelo avassalador movimento de unificação de mercados e aumento de competitividade setorial construíram um discurso comum na busca da formatação de um novo aparato regulador.

Com efeito, embora não articuladas politicamente, essas experiências tinham como objetivo redefinir as bases de desenvolvimento regional. Algumas delas esboçaram, como será apresentado adiante, uma nova rede de comunicação entre cidadãos de uma dada região, novas formas de elaboração e deliberação sobre políticas de desenvolvimento regional, enfim, uma nova concepção, ainda que tênue, de gestão do território. Embora com um forte caráter defensivo, superavam a já tradicional marca corporativa dos movimentos sociais brasileiros e o ideário antiinstitucionalista que marcou tantas experiências populares nos anos 80[3].

O objetivo deste estudo é analisar a novidade, ainda que híbrida como toda fuga para o futuro, de que são portadoras algumas experiências que emergem no meio rural brasileiro e que aqui serão tratadas como parte de um movimento social que se formata, pouco a pouco, a articulação política a partir do território que procura construir uma nova institucionalidade pública, reguladora das relações sociais e gestora de políticas regionais de desenvolvimento. Esse novo movimento social rural em gestação projeta uma nova institucionalidade pública: não nega o papel regulador do Estado (como fizeram muitos movimentos sociais rurais nos anos 80), mas também não submete suas demandas a uma

---

[3] José de Souza Martins refere-se ao "luddismo anti-institucional" que acomete a cultura política brasileira. O *luddismo* brasileiro não chegaria a formatar uma nova proposta de organização social, limitando-se, segundo o autor, a ser uma antiproposta que se esgota em si.

reelaboração governamental. A agenda estatal passa a ser construída com os agentes sociais que se organizam em rede num dado território. Trata-se de uma nova engenharia política, um novo espaço público, uma reestruturação, ao mesmo tempo, do Estado e da própria sociedade civil do País.

O esboço de gestão pública, entretanto, é ainda uma promessa. Nada garante que, na medida em que essas formas de organização territorial ganhem projeção pública, as tradicionais formas de liderança patrimonialista ou clientelista se rearticulem. Ou que superem a fragmentação territorial. Contudo, já teriam construído um ideário extremamente inovador para a cultura política brasileira: estaria nascendo, no meio rural, uma concepção original de gestão pública do território, a emergência de uma cidadania rural que articularia todos os segmentos sociais de um dado território, construindo uma nova institucionalidade pública. Seria, então, uma superação importante do coronelismo e mesmo do corporativismo e antiinstitucionalismo que marcaram as práticas rurais.

Este estudo, portanto, procura realizar um inventário dessas experiências, revelando suas possibilidades, apresentando hipóteses de interpretação. Como expressão histórica, suas possibilidades de realização são infinitas. Entretanto, interessa aqui ressaltar as tendências que parecem esboçar, numa trajetória recente dos movimentos sociais rurais brasileiros que, nos anos 80, procuraram denunciar o paradigma desenvolvimentista adotado pelo Estado, que segregou milhões de famílias rurais, procuraram pressionar as agências estatais para adotarem políticas compensatórias e que, aos poucos, foram construindo alternativas produtivas para, finalmente, desenharem formas mais amplas de gestão territorial. É a trajetória de segmentos sociais que historicamente se sentiram ofendidos pelas tantas políticas econômicas.

Por fim, caberia uma palavra sobre o desafio original desta pesquisa. O Brasil, pelo que se percebe, estaria forjando movimentos sociais rurais com um potencial político profundamente distinto dos outros países que mergulharam recentemente na integração macrorregional e abertura dos mercados. A análise econômica, nesses casos, perde seu poder explicativo. Não são os processos econômicos que constituem as práticas sociais e políticas dessas populações, mas sua filiação social e histórica. Em outras palavras, após quase três décadas de absoluta hegemonia teórica, as análises econômicas, que

diagnosticaram e localizaram os países na nova ordem mundial, parecem dar a vez a outras áreas do conhecimento humano. Desse giro analítico, inclusive, poderemos recuperar a origem das análises econômicas, vinculando-a novamente à ética[4] e não apenas ao frágil campo da tecnologia de observação e regulação de mercado.

1.2 O desafio de pesquisa: análise de um movimento social em formação

Como analisar um mosaico de experiências sociais que oscilam entre a proposição um projeto político-institucional e a defesa comunitária, mas que mantém uma forte identidade na sua trajetória histórica e cultural, na rejeição à lógica exclusivamente mercantil imposta pela abertura dos mercados e na busca de uma articulação regional socialmente ampla e politicamente capaz de forjar novos mecanismos de regulação pública? Neste estudo, tais experiências serão compreendidas como um movimento social em formação ou latente. Os critérios para definição de ações distantes entre si geograficamente e que praticamente não estabelecem nenhuma articulação política entre si é a motivação e a matriz discursiva comum, sua relação com o aparato institucional, a motivação social e os ensaios organizativos que sustentam.

Tentaremos justificar essa ousadia teórica por dois caminhos distintos. O primeiro, procurando retratar o percurso teórico que a sociologia brasileira traçou nos últimos vinte anos para analisar os movimentos sociais rurais. O segundo, articulando essa primeira

---

[4] Sen (1997) lembra-nos que a economia surgiu como uma ramificação da ética. Adam Smith, que foi catedrático de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, denominava a ética como pai da economia moderna. Contudo, teria surgido uma segunda vertente analítica que reduziria os estudos econômicos às técnicas de funcionamento dos mercados. Tal filiação teórica foi sustentada por autores como Léon Walras, entre outros (Sen (1997) cita como um dos precursores o livro Arthasastra, de Kautilya, dedicado à arte de governar). Alguns estudos recentes, de natureza historiográfica, procuram analisar o desenvolvimento econômico sob a luz dos aspectos morais. Este é o caso de *Aspectos Morais do Crescimento Econômico,* escrito por Barrington Moore Jr., em que o autor procura desvendar os códigos morais que justificaram e orientaram as relações mercantis no período anterior à Era Fabril, até os dias de hoje. Ao contrário do que se imagina, a passagem da Idade Média para o mercantilismo foi fortemente norteada por rígida moralidade nas relações de troca, como era o caso do pelourinho, disposto em cada ponta de feira, no início dos burgos, que era utilizado para punir os inadimplentes. Neste livro, Sennett (1999) demonstra como fatores essenciais do

análise crítica ao próprio conceito de movimento social consagrado nas ciências sociais. O ponto de interseção entre os dois caminhos revela, no nosso entender, grande perplexidade entre pesquisadores sociais. Em síntese, a teoria procura reencontrar-se com uma realidade extremamente dinâmica. Poderíamos afirmar que a realidade é *excessivamente* dinâmica para os padrões de pesquisa e análise sociológica vigentes. A própria análise das teorias que procuraram explicar os movimentos sociais que emergiam no Brasil nos anos 80 pode sugerir que as mudanças de comportamento social do que até pouco era denominado *massas desorganizadas* foram tão abruptas e significativas no final do século XX que a imaginação sociológica superou em muito a imaginação dos atores sociais pesquisados. A arte, enfim, não conseguiu copiar a realidade[5].

Nesta seção propomos um balanço crítico das teorias sociológicas que buscaram entender os movimentos sociais dos anos 80. No capítulo seguinte, analisaremos o próprio conceito de movimento social em tempos de transição de todo um sistema organizacional, cultural e econômico. As mudanças em curso, como procuramos estudar desconstroem laços de sociabilidade até então inquestionáveis e fundadores de identidade social, mas não sustentam um novo corpo institucional público. O sentimento de desfiliação social torna-se um ponto comum entre muitos agrupamentos sociais e as estratégias de sobrevivência ganham contornos sociais mais amplos o que pode apontar tendências de reestruturação das práticas sociais e políticas. Comecemos pelo balanço da literatura especializada que procurou teorizar os movimentos sociais dos anos 80, sua crise e a presente perplexidade teórica sobre as mudanças e práticas em curso.

---

mercado de trabalho contemporâneo, em especial, a flexibilidade e o risco produtivos, coloca em suspensão a confiança em compromissos mútuos, pondo em ameaça qualquer empreendimento coletivo.

[5] A opção teórica de denominar ações desconectadas entre si de movimentos sociais alimenta-se, também, da tradição psicanalítica. Juan David Nasio, ao apresentar o trajeto do psicanalista, que sai de um texto (caso) para um conceito pensado (denominando-o de trajeto da "cena à idéia") encadeia os procedimentos metodológicos necessários: *num primeiro tempo, e para respaldar uma proposição teórica, o clínico redige o relato do desenrolar de uma análise, descrevendo a vida e os sintomas de seu paciente. Em seguida, o leitor aborda esse texto e se identifica com os personagens principais da história do sujeito e depois generaliza o caso, comparando-o com outras situações análogas, para enfim, discernir o conceito que até então continuava não formulado.* Ver NASIO, J.-D (org.). **Os Grandes Casos de Psicose.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2001. Este princípio metodológico também foi utilizado por Weber na construção da tipologia das formas de dominação legítima. Denomina-se *nominalismo* a tentativa de construir uma compreensão totalizante da realidade a partir da identificação de aspectos comuns das partes estudadas.

Em um texto recente, Telles (1999) parece fazer um ajuste de contas com as análises que permearam os estudos sociológicos sobre os denominados *novos movimentos sociais* dos anos 80. Ao comentar seus estudos em meados dos anos 80 afirma:

> Quando então, como tantos outros na época, me via imbuída do que parecia ser a novidade dos movimentos sociais que surgiram e se multiplicaram no começo dos anos 80. [...] As primeiras articulações populares e operárias que então surgiam, tímida e fragmentariamente, e que depois desaguaram nas grandes e multifacetadas mobilizações na virada da década, me pareciam os registros tangíveis da construção (ou invenção) de espaços públicos nos quais a ação aparecia ou podia aparecer, por entre a trama que construía a sua visibilidade, na sua capacidade "interromper o ciclo da natureza" e "dar início a um novo começo". (TELLES, 1999, p. 12).

Num texto escrito em meados dos anos 90, a mesma autora redefine suas hipóteses de análise sobre os movimentos sociais, reafirmando, agora, o legado da tradição autoritária por onde transita a luta pela cidadania brasileira.[6] A trajetória da sociologia rural brasileira perfaz um caminho tortuoso, de tentativa de compreensão de um mundo estranho e comovente, das comunidades rurais, palco de uma persistente e aguda exclusão econômica e cultural, justamente porque procurou, naquele momento, superar o tema central das teorias formuladas ao longo dos anos 30 e que chegou incólume aos anos 60. Autores que se tornaram emblemáticos do olhar sociológico sobre a nação apoiaram sua agenda de pesquisas a partir da constatação de nossa herança agrarista, marcada pelo patrimonialismo. Dessa vertente afloraram ao menos três linhas de interpretação: o da inviabilidade de constituição de qualquer consciência cidadã, de natureza participacionista (em Oliveira Vianna e Gilberto Freire); o da necessária ruptura política com essa ordem social para que pudéssemos construir um projeto de desenvolvimento nacional (em Caio Prado Júnior e nas Ligas Camponesas) e; aquela que propunha a constituição de um bloco nacional-industrializante, como fator exógeno à modernização do mundo rural (Partido Comunista,

---

[6] Telles (1999), no seu ensaio *Sociedade civil e espaços públicos:* Os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual, afirma que nossa *sociedade vem se modificando muito rapidamente, tornando-se cada vez mais complexa, heterogênea e diferenciada. [...] É uma dinâmica societária feita de formas distintas de sociabilidade, algumas antigas e outras novas, que seguem as rápidas transformações da vida urbana, da organização da produção e do consumo; de novas hierarquias sociais [...].*

Juarez Brandão e Fernando Henrique Cardoso). Em quase todas essas concepções (a nuança maior era aquela apresentada pelas Ligas Camponesas), as comunidades rurais não se apresentavam como portadoras de projeto social próprio. Vinculavam-se atavicamente à grande propriedade fundiária ou libertavam-se desta dominação política através de atores sociais exógenos ao seu imaginário.

Contudo, no final dos anos 70 e início dos 80, as profundas alterações na paisagem rural brasileira, provocadas por grandes investimentos públicos na conformação de uma rede de abastecimento, em uma extensa malha viária e, principalmente, na promoção de um padrão tecnológico que se apoiava na conformação de complexos agro-industriais desarticularam a trama social analisada na primeira metade do século passado. A sociabilidade tradicional foi estilhaçada, fragmentando as comunidades rurais em inúmeras categorias sociais: assalariados temporários, assalariados permanentes, agricultura familiar vinculada a agroindústrias, além das categorias tradicionais, todos, sofrendo ainda outras clivagens definidas pelo tipo de produto a que estavam vinculados, estruturados em função do grau de especialização e complexidade da cadeia produtiva.

A pauperização e expropriação de uma ampla camada dos moradores de comunidades rurais foi a senha pela qual se articulou uma quantidade expressiva de movimentos sociais, com destaque para os expropriados pela construção de obras públicas (em especial, hidroelétricas no nordeste e sul do País), os expropriados pela violência e dívida com bancos estatais (dando origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem-terra), os assalariados temporários (numa passagem dramática ao mundo periférico das cidades) e a resistência daqueles que se sentiam desfiliados sociais (como as populações ribeirinhas, posseiros e aquelas vinculadas à extração vegetal) (CASTEL, 1999).

Apressadamente, vários autores perceberam nesses movimentos sociais uma novidade que rompia com a lógica anterior[7]. Expropriados dos laços de dominação tradicional,

---

[7] A tese que orienta essa observação é o caráter militante dos autores aqui citados. Em muitos casos, pesquisadores sociais brasileiros desenvolveram teorias que se relacionavam diretamente com seu engajamento ao processo de redemocratização do País, no início dos anos 80. Assim, o aparato estatal, ainda marcado pela sua militarização recente, aparecia como elemento constitutivo das estruturas de exclusão política, para alguns. Para outros, seu engajamento na construção de novas práticas políticas mergulhava-os

entrincheirados em mobilizações autônomas, novas práticas e discursos forjavam uma identidade própria, um novo mundo rural. Nessas análises, o conceito de autonomia aparecia como elemento articulador[8].

A nova lógica social e política que era revelada nesses estudos sugeria uma ruptura não apenas com o agrarismo, mas com toda institucionalidade pública. Eram movimentos, em si, antiinstitucionalizantes, marcados por um forte sentimento de autonomia, pela coesão comunitária e pelo discurso místico-libertário. Vários autores perceberam o papel das linhas pastorais vinculadas à Teologia da Libertação como elemento estruturante do discurso das *novas* lideranças que emergiam nos grotões do território nacional (RICCI, 1999).

A orientação teórica dos autores que forjaram o conceito de *novos movimentos sociais* como denominador comum das ações políticas, muitas vezes, reivindicatórias das classes trabalhadoras no final dos anos 70, adotava como pano de fundo o processo de redemocratização do País[9]. Era um período em que a agenda estatal recebia forte demanda popular, coincidente com o momento em que o país ingressa numa profunda crise fiscal.

Em virtude dessa explosão de demandas, alguns autores brasileiros denominaram esse período a *Era da Participação* (GOHN, 1997). A sociedade civil brasileira ganhou contornos mais nítidos, distanciando-se da situação de extrema subordinação aos aparelhos estatais e à lógica patrimonialista, marca da cultura política nacional. Em outras palavras,

---

na lógica de Organizações Não-Governamentais - ONGs. Muitos pesquisadores, inclusive, tinham sobrevivido intelectualmente a partir do surgimento de ONGs dedicadas à pesquisa social, tendo em vista a forte repressão e controle sobre as atividades universitárias.

[8] Os autores destacados representam uma diminuta mostra das produções sociológicas pautadas pela interpretação da novidade dos movimentos sociais. Constituem, entretanto, matizes muito distintos. Alguns autores apoiaram-se nos estudos de Pierre Bordieu e Cornelius Castoriadis, outros em Alexander Chayanov. Havia, ainda, um forte intercâmbio entre os estudos sobre movimentos de trabalhadores urbanos e rurais. Neste caso, os estudos de Maroni (1982) e De Decca (1981) tiveram forte influência nesta vertente de estudos sobre os movimentos operários. Na outra ponta, os ensaios de José de Souza Martins tornaram-se referência nos estudos sobre movimentos sociais rurais.

[9] Alguns autores, como Leonel Itaussu, propõem que a passagem do regime militar para o regime democrático em nosso país não chegou a ser uma redemocratização, mas uma liberalização, na medida em que o processo de abertura política se deu através de algumas concessões entre o setor brando do regime militar e o setor moderado (eleito pelos primeiros como interlocutores) da oposição formal. Outro elemento destacado é a definição de uma agenda política de transição, limitada pelos próprios militares.

no bojo do processo de redemocratização do País, surgiram novos movimentos sociais, baseados e fundamentados, em sua maioria, na Teologia da Libertação[10].

No meio acadêmico, esses movimentos passaram a ser tema central de estudos sociológicos e uma corrente teórica foi se esboçando, aquela a que se refere Telles (1999). A novidade, no caso, residiria no fato de eles romperem com o projeto desenvolvimentista das organizações sindicais e partidárias de esquerda dos anos 50 e 60 que tinha como um dos eixos articuladores a subordinação de temas locais à pauta nacional de reformas. Assim, os movimentos sociais do período anterior teriam se tornado, para esta corrente analítica, uma espécie de correia de transmissão das orientações gerais de partidos políticos e órgãos de representação nacional. Os novos movimentos sociais, dos anos 80, teriam rompido esta tradição, inaugurando a valorização política do local de trabalho e de moradia, rompendo com a subordinação aos macroorganismos gerais, questionando as formas burocráticas de representação. A elaboração acadêmica apoiou-se em estudos e teorias que valorizavam a *microfísica do poder*, tendo Cornelius Castoriadis - ao lado de Michel Foucault - como um dos autores mais citados. Por outro lado, muitos movimentos sociais apoiaram-se em formulações teóricas originárias de setores da Igreja Católica que se amparavam nos conceitos da Teologia da Libertação.

Do ponto de vista teórico, descortinava-se uma nova possibilidade analítica que se constituía também numa novidade social e que tinha como projeto superar os conceitos explicativos da cultura política nacional que tinham no agrarismo sua expressão mais acabada. Em outras palavras, as novas teorias sociológicas que pretendiam explicar os *novos movimentos sociais* constituíam, per si, um novo movimento teórico, fundado num olhar eminentemente urbano.

Contudo, os movimentos sociais que emergem nos anos 80 não superaram tão radicalmente a cultura política anterior, tal como advogavam os seus teóricos e ideólogos. Por caminhos

---

[10] Como já citado anteriormente, uma série de estudos sociológicos procuraram conceituar o que ficou cunhado como *novos movimentos sociais*. Destacamos aqueles mais citados pela bibliografia especializada: Maroni (1982); Sader (1988); Abramo (1985); Sherer-Warren & Krischke (1987); Rodrigues (1990); Antunes (1991); Moisés (1982); Almeida (1975). Mais recentemente, alguns estudos procuraram atualizar esse debate. Podemos citar, entre eles: Sola e Paulani (1995); Landim (1998); Dagnino (1994); Ricci (1999).

os mais tortuosos, muitos desses movimentos negaram as agências estatais, em virtude de sustentarem que esta institucionalização os levaria a cooptação e implantaram mecanismos de democracia direta nos processos de tòmada de decisão. Mas, pouco a pouco, reaproximaram-se do Estado, elegendo-o como principal interlocutor de suas demandas. Em suma, a crítica verbal nem sempre era acompanhada por uma formulação que rompia com a lógica corporativa e clientelista imposta pela lógica política dos atores estatais. Pelo contrário, a lógica tradicional permanecia, atualizada por novas estratégias adotadas pelos movimentos sociais ou sofrendo uma ação transformista por parte das ações estatais. Mas, no essencial, permaneciam. Grande parte dos autores acadêmicos que sustentavam a novidade dos movimentos sociais adotou como conceito articulador e de análise teórica as matrizes discursivas de suas lideranças. Não por acaso, a análise restrita ao discurso formulado induziu muitos estudos de caso a confundir o objeto de desejo com o desejo do objeto estudado. Em suma, o discurso teria sido mais inovador que as práticas concretas.

Comecemos por entender qual a base empírica para os autores em questão destacarem o antiinstitucionalismo como elemento inovador dos movimentos sociais analisados.[11]

Ilse Sherer-Warren, ao estudar a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 70, apreende alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva[12]. A nova identidade social, sustenta a autora, teria se alimentado do sentimento de exclusão e de injustiça, estando diretamente relacionado com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação. A identidade política em formação, por seu turno, se alimentaria daqueles elementos que constituíam a sociabilidade comunitária, base da Teologia da Libertação: ausência de

---

[11] As análises sobre o papel da Teologia da Libertação em relação aos novos movimentos sociais rurais que emergem nos anos 80 apoiam-se no estudo no livro **Terra de Ninguém**, de nossa autoria, anteriormente citado.

[12] As análises da autora aqui citadas foram originalmente publicadas em dois estudos: "O caráter dos novos movimentos sociais" in: Sherer-Waren e Krische (orgs.) (1987)- **Uma revolução no Cotidiano?**; e, **O que há de novo nos movimentos sociais no campo?**, XVII Congresso Latino americano de Sociologia, Montevidéu, 1988.(mimeograf.).

autoridade discriminada e de hierarquia de funções, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade.

Esses elementos aparecem nas manifestações e nas novas formas de mobilização social a partir da segunda metade da década de 70. Movimentos que, segundo Ilse Sheren Warren, são portadores de um discurso que valoriza a participação ampliada da base, via instalação de mecanismos de democracia direta. Um contraponto possível a essa hipótese explicativa seria a interpretação que os movimentos sociais procuravam reconstruir a sociabilidade comunitária, muitas vezes apoiada na sua experiência anterior no meio rural. Assim, ao contrário de apontar para mecanismos de democracia direta (cuja motivação é a racionalidade fundada em objetivos acordados entre os indivíduos), poderíamos aventar a possibilidade de reconstrução de laços comunitários (cuja motivação é afetiva, fundada em elementos morais, tradicionais). Outra possibilidade analítica seria identificarmos certo hibridismo entre a tradição e o discurso racional. Mas, por aí, não se sustentaria o conceito de *novos movimentos sociais*.

A autora identifica a origem desse discurso nas elaborações que a Igreja Católica então realizava, em especial nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs -, que unificavam a multiplicidade de movimentos surgidos no País, a partir da categoria *pobre*. Essa categoria sedimentou a unidade entre os *excluídos do desenvolvimento*, e foi a base para se pensar um projeto de sociedade fundado numa proposta democrática que mantinha distância e desconfiança em relação aos mecanismos de representação e, por conseguinte, à institucionalidade pública vigente. Daí a emergência de mecanismos de democracia direta – quando muito, formas de representação delegada, que limitavam a autonomia dos representantes[13] - que se multiplicaram em inúmeras assembléias e plenárias.

---

[13] A representação delegada, ao contrário da fiduciária, é aquela em que o representante reproduz, integralmente, o desejo expresso daqueles que estavam presentes na assembléia que o elegeu para tal fim. O representante fiduciário, ao contrário, é escolhido em virtude da identidade que seus representados têm em relação às suas formulações gerais, sem que se limite a uma pauta específica.

Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano e um dos principais formuladores da Teologia da Libertação, sugere uma articulação peculiar para a ação política, que será adotada pelas CEBs no Brasil. Seria ela: 1. o ataque à violência institucionalizada contra o povo pobre latino-americano; 2. a prática educacional libertadora, que permita ao povo tornar-se sujeito do próprio destino; 3. a adoção do rumo ao socialismo, para promoção da propriedade social. Em suas palavras:

> A partir da verificação da aspiração, geralmente frustrada, das classes populares a participarem das decisões que afetam a sociedade global, chega-se a compreender que aos pobres é que toca o papel de protagonista em sua própria libertação: primeiro aos povos pobres e aos pobres do povo é que compete realizar sua própria promoção. Repelindo todo o tipo de paternalismo, afirma-se que a transformação social não é mera revolução para o povo, mas o próprio povo - mormente os setores camponeses e operários, explorados e injustamente marginalizados - é que deve ser agente de sua própria libertação. Essa participação exige tomada de consciência, por parte dos oprimidos, da situação de injustiça (GUTIÉRREZ, 1976, p. 105-6).

Percebe-se, portanto, uma concepção que é quase um programa de ação política, tendo o povo marginalizado como protagonista da transformação social iniciando-se por uma programação educacional articulada a partir dos agentes pastorais, engajados na libertação popular, *rumo ao socialismo.* Não por acaso, grande parte desses agentes pastorais mergulham nos estudos de Gramsci, dado que fica evidente que, em países marcados pelo transformismo e pela ausência de ruptura com as tradições agrárias, caberia às classes populares - tal como advoga Gutiérrez - o papel de protagonista das transformações políticas, muitas vezes liderando uma agenda de defesa dos direitos individuais e sociais que teriam sido bandeira das revoluções burguesas clássicas.

Tal conceituação fundia diversos agrupamentos sociais sob essa identidade política difusa de *pobres marginalizados* da sociedade. Daí nasce, pela negação desse sistema de exclusão política, uma forma organizativa – que podemos denominar de antiinstitucionalista, por se autodefinir como exclusivista - própria das comunidades pobres, baseada na participação direta das bases em reflexões, decisão e execução, diminuindo a distância entre elas e a

direção. Trata-se de um modelo fundado na radical distribuição de poder no grupo e autonomia frente ao Estado e partidos políticos.

Alguns estudos que não adotavam a mesma filiação teórica da escola dos *novos movimentos sociais* revelavam nuanças mais complexas da organização social em curso. Cândido Procópio Camargo, Beatriz de Souza e Antonio Flávio Pierucci ressaltaram em determinado momento que

> Muitos participantes das CEBs falam delas como se elas representassem o desejado retorno a um estilo de relacionamento rural [...] persistindo entre os integrantes a memória dos liames de solidariedade vividos por aqueles que não têm recursos.[...] Após leitura e discussão do evangelho discutem problemas, família. Se alguém fica sem emprego ou doente, os membros das CEBs ajudam com dinheiro, assistem, dão banho, renovam o telhado (SINGER e BRANDT, 1980, p. 70).

O que representaria esse ambiente para os segmentos sociais *desfiliados socialmente*, senão a oportunidade de reconstruírem sua identidade, dilacerada pelo recente desenvolvimento industrial do País? Uma oportunidade única de sociabilidade. Sendo assim, os elementos do tradicionalismo rural, ainda que reconstruídos, ressurgiam pelas mãos da Igreja Católica. Não poderia ser diferente, ao menos conceitualmente, já que o discurso institucional religioso funda-se em elementos de tradição moral.

Em 1978, após a realização do III Encontro Nacional de CEBs, em João Pessoa, esse segmento social define quatro orientações básicas de ação, que constituiriam o roteiro da reconstrução da identidade social do *povo excluído*. A partir delas, desenhou-se o seguinte um projeto político, segundo a nomenclatura adotada originalmente:

1. o grande pecado é o capitalismo. Deve-se partir dos nossos interesses e não dos interesses de quem está no poder;

2. procurar sempre estar unidos e organizados;

3. participar de todas as ferramentas que nos ajudarão na libertação;

4. assumir a condição de classe oprimida.

As orientações sugerem um receituário de enfrentamento da situação em que os amplos segmentos sociais se encontravam. Em outras palavras, cristalizava-se um lugar para se praticar a antiga solidariedade comunitária e uma utopia que alargava os direitos; era possível identificar a causa da marginalização e inserir-se numa "*classe oprimida e pobre*" que deveria se organizar e enfrentar o sistema capitalista utilizando-se, para tanto, de todas as ferramentas - incluindo-se aí o sindicato - para a sua libertação.

As análise teóricas que procuram analisar essa matriz discursiva encontram um terreno fértil para supor a emergência de um sentimento de autonomia. Veremos, mais adiante, que o conceito de autonomia era articulador de uma escola de pensamento que orientou muitos estudos sociológicos do período.

Esse foi o caso de ensaios produzidos por Maria da Glória Gohn, em que propunha que a Teologia da Libertação consolidava um sentimento de autonomia, com matizes que transitavam entre o socialismo libertário e o anarquismo, adotando elementos marxistas.

Eder Sader, em outro estudo clássico, propôs um referencial teórico mais amplo. Segundo o autor, a partir de 1974 teria sido aberto, com o esfacelamento das organizações clandestinas de esquerda, uma recomposição das mobilizações populares de natureza reivindicatória e contestatória. Inicialmente, tais movimentos articularam-se ao redor da Igreja Católica, que disseminou um discurso comunitário, antiinstitucionalista. Posteriormente, segmentos da esquerda realinharam-se a partir das associações locais. Dessa fusão, nasceriam vários movimentos sociais no final da década de 70: oposições sindicais, movimentos contra a carestia, movimentos pela posse da terra entre outros. Todos, segundo o autor, valorizariam – ao contrário do discurso básico das organizações de esquerda pré-74 – as demandas surgidas no cotidiano das fábricas e dos bairros mais carentes. O espaço institucionalizado como o da prática política – partidos, legislativo e executivo, organizações gerais de representação social – daria lugar às formas mais difusas, anteriormente concebidas como locais dos interesses e relações privadas: o local de moradia, o local de trabalho, a comunidade rural.

Em síntese, os movimentos sociais dos anos 80, para essa corrente teórica, tinham como características cinco elementos constitutivos em seu ideário: 1. autonomia; 2. adoção de democracia direta; 3. sentimento anticapitalista; 4. relações de poder e processo decisório horizontalizados; 5. sentimento antiinstitucionalista.

O conceito de autonomia ganhou destaque nos estudos desenvolvidos por essa escola de pensamento, em especial, pela referência que tiveram nos ensaios de Cornelius Castoriadis[14] seu principal ideólogo. É fato que esse autor foi objeto de inúmeros cadernos de transcrição de textos e ensaios que se reproduziram entre estudantes e intelectuais descontentes com a burocratização do projeto soviético, intitulado nesses meios de socialismo real existente (*sorex*). Seus estudos, muitas vezes, foram alinhados aos de Claude Lefort e E.P. Thompson, pois contribuíam para uma profunda revisão das formulações teóricas acerca da constituição das organizações das classes trabalhadoras e encetavam uma crítica articulada à plataforma leninista de relação dos partidos com as iniciativas populares. Esses autores, embora distintos em suas formulações e origem, alimentavam uma revisão ao marxismo sem, contudo, enveredar para uma proposição liberal ou social-democrata. Daí seu grande atrativo. Parte significativa dos teóricos filiados a essa corrente de interpretação chegou a constituir um núcleo de autores ao redor da revista Desvios[15]. Tais formulações teóricas consolidariam o conceito de *novos movimentos sociais*, conferindo uma ruptura cultural e política aos movimentos que emergem na década de 80 em relação às décadas anteriores.

---

[14] Cornelius Castoriadis, filósofo grego naturalizado francês, foi militante comunista mas rompeu com essa corrente teórico-política, em especial, a sua versão soviética. Entre 1946 e 1966, editou a revista Socialismo ou Barbárie. Em sua obra mais citada, **A Instituição Imaginária da Sociedade**, propõe que o pensamento marxista soviético teria gerado dogmas que instituiriam, por sua vez, hábitos que anulariam qualquer potencial revolucionário dos movimentos políticos. Outros estudos desse autor foram objeto de grande interesse entre estudiosos de movimentos sociais no Brasil. Destacamos **Diante da Guerra** (São Paulo: Brasiliense, 1982) e **La Sociedad Burocratica** (Barcelona: Tusquets, 1976). Neste último ensaio, o autor analisa as relações de produção na Rússia Soviética, sugerindo que o centro do processo revolucionário seria o desenvolvimento de órgãos autônomos das massas (comunas, sovietes, comitês de fábrica ou conselhos). A centralização burocrática e a ideia de organização teriam sido equívocos históricos do programa revolucionário soviético, já que a existência de órgãos autônomos das massas não seria uma *forma*, mas própria revolução.

[15] Esta revista foi editada entre 1982 e 1985. Ao todo, foram editados quatro números. Os dois primeiros números (novembro de 1982 e agosto de 1983) foram editados artesanalmente. Os dois últimos números (dezembro de 1984 e julho de 1985) foram editados pela Paz e Terra. Colaboravam, com artigos, Marilena

Em Castoriadis (1982), a crítica à política tradicional soviética passava pela conquista de autonomias, no plano individual e coletivo. Assim, nessa filiação teórica, o conceito de autonomia extravasava sua capacidade analítica, compondo um receituário libertário, um conceito articulador de ação política.

Em termos individuais, a autonomia seria assim descrita por Castoriadis (1982):

> O Ego deve tomar o lugar do Id – isso não pode significar a supressão das pulsões, nem a eliminação ou reabsorção do inconsciente. Trata-se de tomar seu lugar na qualidade de instância de decisão. A autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente. [...] Se à autonomia, a legislação ou a regulação por si mesmo, opomos a heteronomia, a legislação ou a regulação pelo outro, a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu. [...] A autonomia não é, pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito (CASTORIADIS, 1982, p. 123).

Em outras palavras, Cornelius Castoriadis sugere que a vida de um indivíduo é um diálogo permanente com as expectativas sociais de que foi e é objeto. Tais expectativas forjam-se no inconsciente, a partir do discurso social que, utilizando-se da terminologia lacaniana, designa como *Discurso do Outro*. Em termos concretos, tal discurso sobre o indivíduo (as expectativas sociais sobre sua performance, portanto) realiza-se no imaginário. Como afirma Sherer-Warren (1984), ao analisar a obra de Cornelius Castoriadis, "*o imaginário é o conjunto de significações do social, ora racionais, ora irracionais*". Nas palavras do autor:

> Uma criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psiquicamente) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível

---

Chauí, Eder Sader, Herbert Daniel, Amneris Maroni, Maria Celia Paoli, Marco Aurélio Garcia, Sílvio Caccia Bava entre outros.

> falar-se de alguma coisa. [...] Age na prática e no fazer da sociedade considerada como sentido organizador do comportamento humano e das relações sociais independentemente de sua existência para a consciência desta sociedade (SHERER WARREN, 1984, p. 115).

A alienação do indivíduo, assim, residiria no domínio do imaginário autonomizado, que define o que seria a realidade e o próprio desejo para cada pessoa. Afirmar, portanto, que o Ego deve tomar o lugar do Id não significa, para Cornelius Castoriadis, a eliminação total do discurso do Outro - pois o indivíduo se forma a partir da relação social, ou seja, define-se na relação com a cultura e as instituições por ela construídas -, mas a leitura permanente e atenta do sujeito sobre este discurso, colocando-se à distância, observando seu sentido, compreendendo seu discurso. Sugere, assim, o *sujeito ativo*, que se relaciona conscientemente com as expectativas instituídas socialmente. O sujeito, nesse caso, torna-se lúcido, pois reorganiza constantemente os conteúdos de sua existência.

Esse princípio da noção de autonomia é importante em virtude de estabelecer uma tensão entre indivíduo e cultura (ou instituições) quase a-histórica. Cornelius Castoriadis procura solucionar abstratamente um dos dilemas que fundam a sociologia, a saber, a relação entre liberdade e ética da liberdade. Se a ação social é uma relação que um sujeito estabelece com outro a partir da expectativa que alimenta sobre a ação do outro, é quase impossível descontextualizar o indivíduo da própria história que define culturalmente o papel de cada indivíduo. Assim, não haveria como um sujeito anular seu passado e sua relação com as instituições com as quais se relacionou, porque delas deriva seu instrumental de análise sobre a realidade. Cornelius Castoriadis, pelo contrário, sugere que haveria como chegarmos a uma situação de *tábula rasa*, zerando toda a nossa herança cultural, o que possibilitaria um olhar totalmente crítico, que identificasse o que seria o discurso do Outro e o que seria fruto de meu desejo consciente[16].

---

[16] É importante ressaltar que o autor não sugere a eliminação do discurso do outro, mas a elaboração desse discurso, estabelecendo *uma ação intersubjetiva, em que sou responsável pelo que digo (e pelo que calo).*

Esse problema, contudo, fica mais evidente quando o autor passa a descrever o que seria a autonomia em sua dimensão coletiva.

Para Castoriadis (1982), a alienação é instituída ou condicionada pelas instituições. Para o autor:

> A alienação vai além [da eliminação do domínio de uma classe particular], porque a alienação existiu em sociedades que não apresentavam uma estrutura de classe [...]. A alienação apresenta-se de início como alienação da sociedade às suas instituições como autonomização das instituições com relação à sociedade [...]. Estas constatações levam a um questionamento da visão corrente da instituição, a qual chamaremos de visão econômico-funcional (CASTORIADIS, 1982, p. 139).

Assim, o autor estabelece um paralelo entre a alienação do indivíduo a partir do discurso do outro e a alienação social em relação às instituições. Nesse segundo caso, as instituições se realizariam a partir do estabelecimento de uma rede simbólica. Toda organização se institui através de um sistema simbólico sancionado: o título de propriedade seria o símbolo do direito socialmente sancionado, uma folha de pagamento, o símbolo do direito do assalariado, as sentenças do tribunal e, assim, por diante.

O poder imaginário, simbólico, das instituições teria um sentido organizador do comportamento humano e das relações sociais *independentemente de sua existência para a consciência dessa sociedade.* O movimento libertário teria, então, que percorrer um caminho similar ao proposto para superação da alienação do indivíduo. Castoriadis (1982) sugere a autoinstituição da sociedade.

A pedra fundadora da autoinstituição social seria o estabelecimento de uma nova relação política entre sujeitos (portadores de desejos próprios), que se respeitam mutuamente, denominada práxis. Em suas palavras:

> Chamamos de práxis este fazer no qual o outro os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua

> própria autonomia... A práxis é, por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar... Ela se apoia sobre um saber, mas este é sempre fragmentário e provisório. É fragmentário, porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história; ele é provisório, porque a própria práxis faz surgir constantemente um novo saber, porque ela faz o mundo falar uma linguagem ao mesmo tempo singular e universal (CASTORIADIS, 1982, p. 139).

Assim, a consciência do outro e os acordos sociais forjam-se no próprio diálogo e interpretação do real e das diferenças. Um saber em movimento que se auto-institui e que institui novas regras e instituições. Na concepção do autor, essa nova prática social estabeleceria uma ruptura radical com as práticas políticas tradicionais:

> A política tradicional está morta. Não como realidade, pois sobrevivem os Estados, os partidos, etc., embora com o apoio restrito entre as populações nacionais. Está morta porque dela não podemos esperar mais nada. Transformou-se, há muito tempo, em um simples gerente dos sistemas estabelecidos, e um gerente incapaz Ela está morta para quem ainda se inspira nos grandes movimentos libertários da humanidade e visa uma transformação radical da sociedade (CASTORIADIS, *apud* SHERER-WAREN, 1984, p. 112).

O projeto de transformação social requer, dessa forma, uma contestação radical do passado e a projeção de um futuro auto-instituído pela sociedade através de movimentos autônomos, estruturados em rede:

> Quanto às políticas alternativas sempre escrevi sobre a importância - o movimento de jovens, das mulheres - pois ressaltavam aspectos problemáticos da ordem existente que o movimento operário tradicional deixava de lado. Mas persiste um grande problema: continuo pensando que uma atuação política deve levar em conta a globalidade da organização social. Estes movimentos alternativos não o fazem.

> [...] Não se deve pensar, é claro, na constituição de partidos no esquema tradicional, mas na união de todos esses movimentos para uma transformação do poder nesta sociedade, pois esta é a questão central. Reinvestir a coletividade com este poder que hoje está separado e repousa no aparelho de Estado ou nos partidos (CASTORIADIS, *apud* SHERER-WARREN, 1984, p. 118).

O que sobressai dessa análise é um certo desdém em relação ao movimento dialético entre tradições e inovações sociais, o diálogo histórico entre estruturas que permanecem e as mudanças instituídas, a tensão entre interesses e desejos individuais e as orientações institucionalizadas (que, aliás, se alteram mutuamente). O passado e suas instituições, nesse caso, seriam autônomos em relação aos desejos humanos, uma espécie de autocracia das instituições. Ora, essa ruptura radical com as estruturas organizativas de uma sociedade estaria apoiada na possibilidade de um acordo original entre os indivíduos - tal como sugeriam os contratualistas - que separaria o período anterior da história humana. O movimento social que constituiria esse movimento radicalmente inovador seria portador da negação absoluta do passado. Somente assim a memória simbólica seria passível de uma reinterpretação totalmente consciente. Outro elemento central dessa análise é a interpretação do mundo como textos discursivos, em que o imaginário define o lugar dos sujeitos no mundo. Essa vertente aproxima-se, assim, da proposição pós-moderna que questiona a possibilidade de uma leitura totalizante do mundo, pois se apoiou, em sua origem, na elaboração estruturalista da semiologia. A derivação política dessa leitura é a sugestão de estruturas em rede que articulariam movimentos sociais portadores de *discursos* específicos sobre sua realidade, seus desejos e sua interpretação de mundo.

O estatuto do conceito de autonomia ganha, assim, contornos de um ideário político, superando a sua mera realização como elemento de análise social. Os ensaios que se alimentaram dessa formulação teórica para analisar os movimentos sociais dos anos 80 demandavam a mesma intenção. Daí o insuspeito conceito de *novos* para designar os movimentos sociais que emergem no período, pois seriam portadores da ruptura com as instituições tradicionais brasileiras, apoiadas na cultura agrarista, assim como da novidade

organizativa, fragmentada por definição, mas que se unificava na intenção de instituir estruturas autônomas e democráticas nas relações políticas nacionais[17].

Diversos autores articularam-se ao redor da revista **Desvios**, em quatro de suas edições, e produziram um marco analítico de grande influência nos estudos dos anos 80[18]. O primeiro número da revista, editado em novembro de 1982, apresentava o que poderia ser compreendido como o marco - ou plataforma, em virtude do claro sentido de manifesto político de seu editorial - analítico de seus autores. Em seu artigo intitulado **Por uma nova política**, Marilena Chauí polemizava sobre as diversas concepções de representação ao longo da história da humanidade. Este tema, aliás, seria recorrente nos ensaios publicados. Nesse artigo, a autora avança numa clara objeção à institucionalização dos mecanismos de representação. Para tanto, cita explicitamente o conceito de autonomia desenvolvido por Castoriadis. Os partidos políticos, ao se apresentarem como substituição ou tutela, excluiriam a autonomia social. A proposição sugeria, então, a articulação do tema da representação com o da autonomia:

---

[17] Alguns autores, inclusive, definiram uma periodização original da história dos movimentos sociais brasileiros a partir dessa matriz analítica. É o caso de Eder Sader. Em seu livro, já citado anteriormente, **Quando novos personagens entram em cena**, sugere um corte temporal que apresenta uma nítida ruptura em 1974, quando as organizações de esquerda são destruídas pelo regime militar e uma nova forma organizativa, tendo a autonomia política e a eleição do local de trabalho e moradia como eixos inovadores de sua articulação. Os movimentos sociais que emergem nesse período seriam portadores de uma profunda novidade política na história brasileira. Alguns estudos recentes ponderam que tal periodização revela um grande grau de arbitrariedade. Organizações autônomas, de base, já eram realidade política na história sindical brasileira desde os anos 40. Estudos historiográficos recentes revelam que um viés de análise documental propiciou a disseminação de uma leitura equivocada sobre o que seria uma prática populista do movimento sindical pré-64, justamente porque foram priorizadas as análises de documentos oficiais das instâncias sindicais, em detrimento da análise das organizações de base. Ver, para uma análise mais abrangente desses estudos recentes(FORTES, 1999).

[18] Poderíamos destacar duas obras que foram extremamente significativas neste período, pela originalidade, rigor analítico e impacto político: **Quando novos personagens entram em cena**, de Eder Sader, e **A estratégia da recusa**, de Amnéris Maroni, ambas citadas anteriormente. Ao lado dos autores articulados ao redor da *Desvios,* uma outra vertente analítica aproximou-se de suas formulações: os sociólogos da Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse caso, a obra mais citada foi **Uma revolução no cotidiano?** também destacada anteriormente. Neste livro, os organizadores destacavam uma nova realidade: "a proliferação de organizações e de forças sociais de base. Estas organizações afligem o cotidiano de seus participantes e menos preocupadas em interagir com o Estado (no campo da política, em sentido amplo), seja através da colaboração ou do confronto, expressam a crise das formas tradicionais de fazer política; crise das clássicas organizações centralizadas (partidos e sindicatos. [...] Questionadores da opressão, do autoritarismo, os novos movimentos sociais suscitam, sob vários ângulos e abordagens, a admiração e a surpresa de muitos pesquisadores - que se interrogam sobre o significado, as origens e objetivos dessas experiências de base, de autogestão e desalienação" (SHERER WARREN e KRISCHKE (org.), 1987, p.7).

> Numa palavra, é possível supor que a identificação entre liberdade e vontade e entre essa escolha nos conduz ao oposto da liberdade, isto é, à heteronomia. Se considerarmos esta última a negação da liberdade, talvez, então, convenha pensar a liberdade como autonomia. Capacidade interna (individual e coletiva) para se auto-realizar [...]. A autonomia, em termos individuais e coletivos, significa (dada a presença da lei) o autogoverno (Castoriadis). Se a democracia é o poder (krathós) do povo (demos), a idéia de autonomia pode ser considerada constitutiva do conceito democrático [...]. Se considerarmos os partidos políticos nos quais a representação é uma relação de favor, de tutela ou substituição, é possível perceber que neles a autonomia encontra-se, de fato e de direito, excluída [...] (CHAUÍ, 1982, p. 97).

Para operar a aproximação do conceito de autonomia do de representação, Chauí destaca os pressupostos da primeira. Seriam quatro pressupostos fundamentais, a saber:

a) A unificação do ato de dirigir e de executar;

b) A cidadania como afirmação e criação de direitos, e não apenas como direito ao voto e à representação na legislatura num Estado representativo-substitutivo fundado na soberania abstrata do povo;

c) A prática da participação direta nas decisões e na representação imperativa e revogável (numa delegação circunscrita a assuntos precisos que, uma vez resolvidos, dissolvem a delegação);

d) A percepção das dimensões descentralizadas, mas comunicantes da vida (trabalho, vida privada, cidadania), sem identificação (desejada pelas esquerdas) ou pulverização-privatização (produzida nas democracias liberais) (CHAUÍ, 1982, p. 100).

Com efeito, estes pressupostos forjaram a chave de leitura crítica sobre o que seria o embate dos movimentos sociais brasileiros dos anos 80 com a institucionalidade pública. O que parece importante problematizar é o mecanismo pelo qual os participantes dos movimentos sociais estariam assegurando sua identidade, em oposição aos clássicos mecanismos de representação: um misto de representação delegada e democracia direta. No texto de Chauí, tal distinção aparece desfocada justamente porque o determinante na expressão do desejo cidadão é seu desejo pessoal, daí o porque das *dimensões descentralizadas*. A democracia direta foi marca dos movimentos sociais dos anos 80, para os autores filiados a essa escola teórica. Tinha como pressuposto a crítica aguda aos mecanismos de representação, porque levaria à institucionalização das demandas, que parece permearem o artigo de Marilena Chauí. Por conseguinte, aproximava-se do conceito de *cidadão total*, de inspiração rousseauniana, que deliberaria em praça pública sobre as vontades coletivas. Povo, nesse caso, teria um estatuto político, na medida em que seria o ator coletivo em ação, o conjunto de cidadãos em negociação permanente. O risco de se articular todo um processo decisório sobre os interesses públicos a partir desse expediente é que possibilita que os atores sociais distantes da praça pública ou que não comparecem às assembléias sejam excluídos do exercício concreto da cidadania. A dimensão privada, enfim, é desdenhada, tal como sugeriu Norberto Bobbio. Por sua vez, a representação delegada seria aquela em que o representante limita-se a reproduzir os interesses expressamente anunciados pelos representados no ato de sua eleição. Forja-se, assim, um mecanismo corporativo de representação. Como se percebe, os dois mecanismos de ação democrática, por si mesmos, são portadores de um significativo obstáculo à universalização dos interesses que os constituem. Em outras palavras, são inadequados para superarem o interesse grupal para atingirem a universalização dos direitos.

Esta dificuldade essencial para o desenvolvimento de instituições democráticas não aparece no texto em questão, nem marginalmente. Parecem não fazer parte do campo de preocupação da autora. Talvez, por esse motivo, o artigo é concluído com onze *dúvidas de muitos companheiros que defendem a autonomia.* Destacamos, para efeito de ilustração, quatro dessas dúvidas, que parecem apontar as contradições inerentes entre um sistema representativo e o conceito de autonomia, tal como formulado por esta linha teórica. Chauí questiona:

1. A autonomia [...] pode ser considerada a criação de espaços sociais e políticos de direitos novos, para além do Estado de Direito (isto é, da conservação de direitos e pactos estabelecidos)?

2. A autonomia mantém alguma relação com a prática de planejamento? Exige apreensão global das práticas, necessidades, interesses e direitos sociais ou é fator de sua maior fragmentação?

3. [...] autonomia e representação são incompatíveis?

4. Autonomia e partido político são compatíveis ou implicam em duas práticas diferentes (quando não antagônicas) pelo tipo de relação que mantêm com o Estado? (CHAUÍ, 1982, p. 103).

A reconhecida capacidade crítica da autora possibilita-lhe mapear campos minados na formulação dos autores que contribuem com a revista. Suas questões sugerem a possibilidade de a autonomia dos movimentos sociais negarem os partidos políticos e o Estado como instrumentos de intervenção social e representação; inviabilizaria a possibilidade de planejar ações, devido à fragmentação dos desejos e à total incompatibilidade com a possibilidade de forjar representações sociais..

O que importa destacar é o caráter provisório dos movimentos sociais e a forte rejeição ao plano institucional. Embora neguem qualquer proposição meramente localista ou *basista*[19], os autonomistas (tal como ficaram cunhados os colaboradores da revista Desvios) não conseguiam perceber elementos tradicionais nas ações e organizações populares do período. Sentiam, ainda, dificuldades em articular o conceito de representação, o que possibilitaria pensar uma nova institucionalidade pública. Ao contrário, eram impelidos, pela insuficiência de formulação, a negar, ainda que a contragosto, o plano institucional.

---

[19] O conceito de base, no caso, diz respeito à absolutização da cultura política e formas organizativas espontâneas de um agrupamento social. A Igreja Católica, nesse período, a partir das noções de *encarnação* e *compaixão* motivava uma prática política que contrapunha o saber hegemônico (muitas vezes, incluindo o saber científico) ao saber popular. Daí derivava a contraposição das organizações locais, de base, às formas institucionalizadas de associação popular, a economia popular à economia capitalista, e assim por diante.

Ao longo dos outros três anos que editaram a revista, seus conceitos fundamentais foram se reafirmando. Os artigos que procuravam analisar a conjuntura revelam com nitidez a aplicação de tais conceitos. Sinteticamente, são cinco conceitos e proposições:

1. diversidade. Os movimentos sociais seriam portadores de manifestações diversas, assim como concepções as mais distintas. Procuravam, assim, distanciar-se da escatologia marxista;

2. representação. Todos os artigos negam os sistemas de representação política;

3. ruptura com a legalidade. Coerentes com a negação da institucionalização dos movimentos sociais ou sua relação com as instituições públicas, valorizam a ruptura com a legalidade vigente;

4. valorização das práticas cotidianas. Substituem as grandes narrativas pelas narrativas das práticas cotidianas;

5. microcosmos da prática política. O local de trabalho e moradia emergem como *locus* privilegiado das práticas políticas, pelas quais estaria sendo formulado um novo imaginário social.

Na edição de 1984, a revista **Desvios** apresenta um importante artigo sobre *A gestão da produção como forma de luta*. Os autores, Maroni e Gomes (1982), procuram analisar a operação tartaruga adotada na campanha salarial de 1984 pelos metalúrgicos do ABC. O artigo tem como centro de sua análise o que denominam "a *quebra da legalidade industrial* a partir da adoção da palavra de ordem: 'se eu perder, a empresa também perde' ".(MARONI, 1982, p. 52).

Segundo os autores, "práticas novas emergem a partir dos questionamentos relativos a uma pretensa hierarquização (necessária) das formas de luta bem como ao sentido da prática da disciplina sindical" (MARONI e GOMES, 1982, p. 52).

O que teria ocorrido como movimento inovador é o deslocamento da ação sindical para o interior da fábrica, local em que se operava o movimento de redução da produtividade, a operação tartaruga. Nascia ali, na análise dos autores, uma "conflituosidade microscópica

[...] que repele as velhas fórmulas organizativas" (MARONI e GOMES, 1982, p. 53). As iniciativas da direção sindical teriam sido tomadas pelas formas de organização no interior da fábrica: comissões e assembléias operárias.

Na operação tartaruga, teorizam, o movimento dependeria da iniciativa de cada um para o seu desencadeamento. O controle político teria se disseminado para cada operário envolvido com a operação, num sofisticado processo de solidariedade altamente racionalizada. Tal solidariedade, para além da identidade afetiva, pressupõe a capacidade dos operários em autogerir a fábrica.

Esse artigo revela, assim, a tendência dessa corrente de análise de confundir o desejo político com a expressão concreta das práticas sociais. Operou-se uma autonomia da teoria em relação à trajetória histórica dos sujeitos dos movimentos sociais. Como destacamos anteriormente, essa concepção teve um papel de destaque no debate teórico no período e chegou a fazer coro com outras forças políticas (a mais expressiva era a de agentes pastorais vinculados à Teologia da Libertação) que teriam forte impacto sobre a condução dos movimentos sociais rurais e urbanos dos anos 80. Lembremos que a Revista **Desvios** protagonizou importantes debates no interior do Partido dos Trabalhadores. Não teve, portanto, papel secundário na consolidação de um forte sentimento antiinstitucionalista nas lideranças desses mesmos movimentos sociais. Dificultou, contudo, uma compreensão mais abrangente da origem, das insuficiências e contradições desses movimentos que, ao longo dos anos 80 e, principalmente, no início dos anos 90, encontraram-se desorientados para pensar a crise das instituições modernas. O discurso das lideranças passou a ser, desde então, marcado por sinais contraditórios, defendendo e criticando a velha institucionalidade pública, sugerindo a revitalização das estruturas do Estado Provedor que teriam negado na década anterior. Estavam desprovidas de um arcabouço conceitual que norteasse uma formulação estratégica, capaz de superar a mera ação contestatória e sua conseqüente concepção política movimentalista.

Na literatura sociológica que se dedicou aos movimentos sociais rurais, um movimento similar ao adotado pelos *autonomistas* foi se esboçando ao longo dos anos 80 e início dos 90, embora tenha tido origem em outras fontes teóricas.

É importante destacar que o debate sociológico sobre comportamento político e social de populações rurais que se sustentou ao longo dos anos de regime militar apoiou-se em três vertentes teóricas. De um lado, um reduzido grupo de pesquisadores manteve as linhas teóricas vinculadas à tradição de estudos sobre o agrarismo brasileiro. Essa corrente adotou como tema central a análise da permanência das tradições e rituais rurais numa sociedade em acelerado processo de urbanização, tendo como referência teórica um certo amálgama entre as teorias culturalistas (de inspiração sistêmica ou funcionalista) e marxistas. Os estudos mais relevantes dessa vertente (acentuadamente antropológicos) foram protagonizados pelos pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Uma segunda corrente vinculou-se às discussões que ocorreram no interior dos agrupamentos de esquerda que resistiam ao regime militar e procuravam romper com a tradição marxista moldada pelas orientações do Partido Comunista Brasileiro. Esta corrente dialogou, em seu início, com algumas teses de Caio Prado Jr., como a noção de vínculos atávicos entre a burguesia industrial e agrária brasileira, mas redirecionou suas análises para a compreensão da transformação das estruturas produtivas arcaicas para os modelos modernos de produção rural, sustentando, na origem desses estudos, as observações e teses de natureza leninista e kautskyana. Como era previsível, essa corrente concentrou-se em estudos econômicos, distanciando-se do olhar sociológico. O maior expoente dessa corrente nos anos 80 foi José Graziano da Silva. Uma terceira corrente, que absorveu os pesquisadores de movimentos sociais rurais mais produtivos e criativos do período aproximou-se do imaginário teórico dos *autonomistas*. Não chegou a constituir uma unidade conceitual, mas um campo de interpretações convergentes, incorporando autores que adotaram referenciais teóricos distintos. É o caso dos estudos de José dos Reis Santos Filho (colaborador da revista **Desvios**) que se apoiava nas teorias de Pierre Bourdieu; estudos de pesquisadores cariocas que adotaram referenciais teóricos próximos das sugestões de Edward Thompson, como é o caso de Leonilde Sérvolo Medeiros[20], e estudos que se aproximavam da temática do agrarismo brasileiro, procurando analisar a tensão entre o tradicionalismo e avanço capitalista, como uma oposição de projetos sociais. Este último grupo de estudos teve como principal expoente o sociólogo José de Souza Martins e foi fortemente influenciado pelas

---

[20] Parte desse grupo de pesquisadores se vincularam ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento,

práticas organizativas de agentes pastorais que atuavam em áreas de fronteira agrícola engajados nas orientações da Teologia da Libertação.

Pelo volume de produção e influência teórica que esta última corrente angariou nos anos 80, vale destacar alguns elementos da sua formulação teórica.

José de Souza Martins foi assessor nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT - e chegou a formular as bases teóricas que dariam lugar a um conceito fundamental da prática dos agentes pastorais que atuavam em área de fronteira agrícola: o conceito de terra de trabalho. Em seu livro **Capitalismo e Tradicionalismo**, publicado em 1975, quando da fundação da CPT, Martins (1975), ao estudar a economia agrária do Vale do Paraíba, sustenta que a sociedade capitalista brasileira formulou soluções anticapitalistas para o setor agrário, dando origem a duas formas distintas no processo de transição da economia colonial para a economia nacional: a subsistência e a industrialização. Tal dicotomia analítica abre caminho para o que denominou *economia do excedente*. Percebe o autor que populações rurais organizam sua produção a partir dos padrões tradicionais, incluindo o mutirão e as festas propiciatórias de fim de ano agrícola, "rebatendo para um plano muitas vezes tangencial os efeitos da participação em uma economia monetária" (MARTINS, 1975, p. 12). O conceito de economia do excedente, nesse caso, não diz respeito à sobra do consumo, mas aos recursos de produção que excedem aqueles que foram empregados na subsistência. O que o autor procura ressaltar é que a economia nacional se viabiliza na medida em que o homem rural se auto-expropria, limitado ao agrarismo extensivo a que está submetido, produzindo excedentes ou, como ilustra Martins (1975, p.12), "produzindo-se como caipira". Em outra análise publicada no mesmo livro, apresentada em 1971, o autor formula uma caracterização sociológica de uma frente pioneira. Nesse estudo, é possível compreender com maior clareza o que Martins (1975) considera peculiar na economia do excedente. Destaca que a faixa entre a fronteira econômica (a economia de mercado) e a fronteira demográfica não pode ser considerada economia natural porque os produtos que dali saem incorporam-se à economia de mercado. Mas, ao contrário da finalidade produtiva da economia de mercado, a frente de expansão produz uma economia

---

Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ).

do excedente, cujo objetivo primordial é a subsistência e, somente secundariamente, a troca do produto por pura insuficiência econômica. As relações sociais inscritas no seu interior não são determinadas, portanto, pela produção de mercadorias. A terra não constitui um empreendimento econômico. Sociologicamente, o empreendimento capitalista estaria situado no exterior da estrutura social da frente de expansão.

Não há como desconsiderar nessa análise os traços do conceito de *modo de produção camponês* elaborados por Chayanov[21]. Para este autor, a economia camponesa não gera salário, lucro ou renda da terra. A tomada de decisão camponesa em investimentos produtivos decorre do balanço entre trabalho e consumo, sendo o critério básico para maximizar a produção é a satisfação das necessidades familiares.

Em Martins (1983), a expressão política entre a noção de propriedade privada capitalista e familiar, entre terra de trabalho e terra de negócios, é a cristalização da noção de direitos conflitantes, entre camponês e capitalista. Essa é a proposição que sustenta em seu livro **Os camponeses e a política no Brasil**, publicado em 1981, quando a CPT já era reconhecida nacionalmente como articuladora e animadora de vários movimentos sociais de luta pela terra. As contradições que originam o conflito entre camponês e capitalista seriam de natureza distinta daquela sentida pelo operário. A história dos camponeses seria uma história de desenraizados, de migrantes, de expropriados.

O projeto camponês aparece, assim, como antagônico à institucionalidade pública vigente. Não por outro motivo, Martins (1983) desconfia e até mesmo denuncia, no início dos anos 80, o que denomina de usurpação do ideário camponês pelos órgãos governamentais. Mais tarde, ampliará essa noção de usurpação para os órgãos de representação e agentes mediadores da organização camponesa. Não deixa de ser um prolongamento de uma determinada compreensão de um sistema organizacional específico, semi-autônomo, que se recria articulando seu passado comunitário e seu presente de resistência.

---

[21] Outro autor que parece manter identidade com as formulações de Martins é Jerzy Tepicht, para quem o campesinato manteria características universais: a unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e família, o uso intensivo do trabalho e a natureza patriarcal da organização social.

Um outra vertente teórica, mas centrada na mesma identificação dos movimentos sociais rurais de uma novidade organizacional, destaca-se nos anos 80. São estudos desenvolvidos por pesquisadores do Rio de Janeiro, que se apoiam freqüentemente em conceitos thompsianos. O conceito articulador é o de resistência ao avanço capitalista que expropria das populações rurais sua estratégia de sobrevivência. A resistência forja uma identidade social pela negação. Nas pesquisas sobre peões e posseiros de Santa Terezinha, região do Araguaia, que enfrentam a empresa CODEARA, Esterci (1987) destaca a natureza defensiva da luta dos posseiros que procuram reaver suas terras e sobre as quais julgam ter direitos adquiridos. A disputa, que a autora sugere que gravitou entre a noção de direitos e critérios de acesso à terra pelas partes envolvidas, contou como mediadores a Igreja Católica e o Estado. O encaminhamento da análise aponta uma dicotomia cristalina entre a postura dos representantes da Igreja - comprometidos com a resistência camponesa - e a ação estatal - pendendo para a defesa dos interesses da empresa. A análise da autora sugere práticas nem sempre coerentes, mas não consegue conceber o Estado como espaço de disputa política. Nem mesmo a Igreja Católica aparece como instituição que apresenta contradições na sua ação política. O leitor é conduzido, a despeito da habilidade técnica da pesquisadora, a idealizar um cenário de disputa em que os atores se encontram limitados nos seus movimentos (previamente definidos), em que a vitória de uma parte significa a derrota de seu opositor. O espaço público, assim, é estigmatizado. E a própria noção de resistência confere uma plasticidade dramática em que os direitos de uma população são negados pelas forças políticas institucionalizadas. As noções de legitimação e dominação não aparecem para operar os conflitos entre as partes o que dificulta a compreensão dos projetos políticos em disputa. Pelo contrário, a descrição do passado comunitário, em que afilhados e parentes compartilhavam as festas de São João, em que todos se consideravam e não havia espaço moral para o conflito reforça a noção de um código moral destruído pela invasão de instituições marcadas pela racionalidade (que a autora destaca como racionalidade mercantil). Por caminhos diversos, a autora aproxima-se de um ideário teórico em que as populações rurais, se não portadoras de uma novidade, carregam em si um código moral comunitário que se contrapõe à institucionalidade pública. O ideário teórico assim formulado autonomiza as populações rurais em sua prática social e política e destaca a supremacia dos laços afetivos sobre os acordos racionais. A pesquisa social

aproxima-se de uma narrativa da disputa entre um projeto comunitário e um projeto societário, impedindo uma análise prospectiva sobre o projeto de sociedade que emerge desse conflito.

No final dos anos 80, os encontros anuais do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura - PIPSA - foram palco de inúmeras comunicações que se alimentaram do mesmo referencial teórico. Estudos sobre a expropriação camponesa como fator de mobilização e motivadora de ações de resistência foram abundantes. O processo de modernização tecnológica para plantio e colheita de produtos valorizados no mercado externo constituíam o cenário para desmontagem das relações sociais tradicionais entre moradores e proprietários de grandes propriedades rurais. Invariavelmente, a mudança das relações sociais era compreendida como motivadora de ações de resistência, pautadas pela noção de direito e leitura da legitimidade das leis, reproduzindo o itinerário de pesquisa de Thompson em relação ao processo de *enclosure* inglês[22].

Os discursos que gravitaram ao redor do *autonomismo* e da noção de *inovação do ideário dos movimentos sociais* resvalaram na apologia da microfísica da política, da ação dos grupos de interesse, dos laços de sociabilidade primária. Esses elementos forjaram, no ideário teórico e na prática social dos movimentos estudados, um embate permanente com o aparelho do Estado. Contudo, ao longo dos anos 90, as práticas políticas distanciaram-se do desejo teórico. Lideranças de alguns dos movimentos sociais estudados foram alçadas à condição de representantes institucionalizados, na medida em que suas candidaturas ao legislativo (o que nem mesmo foi assinalado como paradoxo) tornavam-se vencedoras. Esse movimento, que não significou a institucionalização dos movimentos sociais, gerou uma novidade na relação entre Estado e populações organizadas no Brasil: as lideranças procuraram construir mecanismos institucionais de participação popular.

---

[22] A título de ilustração, citamos a comunicação de Beatriz Heredia (CPDA/UFRRJ) sobre a expropriação camponesa em área de plantio de cana-de-açúcar em Alagoas, onde a autora invoca a análise thompsiana sobre a origem da resistência do campesinato inglês.

Aos poucos, a crítica à orientação de pesquisa social que identificava, nos movimentos sociais do final do século, a negação das instituições públicas vigentes foi tomando corpo. O ideário apresentado pelos movimentos sociais, denominados até então de *novos* por sua capacidade de ruptura com o passado agrarista, foi ressaltado em muitos estudos como elemento que favoreceria práticas corporativas, justamente porque teria como referência o local, o imediato, o particular. A virtude apontada por alguns era identificada como vício por outros. Para esses últimos, os movimentos sociais do final do século XX dificilmente conseguiriam transformar as demandas específicas, das quais eram portadores, em direitos universais. Doimo (1995) foi uma das autoras que ressaltou a ambigüidade dos movimentos sociais do período:

> temos tão logo de abandonar qualquer "otimismo teórico" apriorístico, mesmo porque, se pensados em alto grau de abstração, tais conflitos revelam uma natureza profundamente ambígua. Primeiramente, porque, longe de inscreverem-se na órbita das relações de produção ou de trabalho, emergem em inusitados lugares entre o Estado, o mercado e a cultura, contando com uma base social de natureza dispersa e volátil. Em segundo lugar, porque, não obstante definam-se, via de regra, em referência ao fundo público, reivindicando bens de consumo coletivo, constituem-se por fora dos formatos tradicionais de representação política e realizam-se numa espécie de "vácuo regimental", à base de critérios *ad hoc* de interlocução. E, finalmente, porque, ao regerem-se pela lógica consensual-solidarística, própria das ações diretas, tornam-se vulneráveis ao agenciamento de grupos e de instituições que não têm a política como fundamento institucional. Como corolário, tais conflitos apresentam um caráter altamente cambiante, podendo tanto adquirir um perfil pendular entre a defesa do estatismo e a reivindicação das vantagens do mercado, quanto oscilar entre condutas expressivo-disruptivas de negação do Estado e atitudes integrativo-corporativas de afirmação de sua face provedora (DOIMO, 1995, p. 52).

Martins (1994), por seu turno, chega a definir algumas dessas práticas sociais como filiadas a uma terceira corrente do pensamento contemporâneo (ao lado do marxismo e do

liberalismo): o *panpoliticismo ou basismo*. O autor encontra referências teóricas mais amplas a esses novos processos sociais. Sugere que estariam compondo uma visão de mundo específica, que encontra guarida em teorias sociais, como as elaboradas por Michel Foucault e Deleuze[23]. Cita Deleuze, como ilustração, "frente à política global do poder faremos revides locais, contra-ataques, defesas ativas e, às vezes, preventivas. Nós não temos que totalizar restaurando formas representativas de centralismo e hierarquia. [...] Não existe mais representação, só existe ação" (MARTINS, 1994, p. 300).

A própria década de 80 incumbiu-se de relativizar a crença política subjacente nos estudos apoiados na noção de autonomia. A pujança editorial minguou e os estudos sobre movimentos sociais, em especial os de origem rural, foram rareando nas prateleiras das livrarias. Era a esse ajuste com os estudos dos anos 80 que se referia Vera Telles, na passagem destacada no início deste texto. No final dos anos 80 e início dos 90, uma nova safra de estudos parecia se dar conta da trajetória pendular dos movimentos sociais rurais.

À guisa de ilustração, destacamos dois estudos que tratam de populações rurais distintas. Moura (1988) ao estudar o processo de expropriação de microproprietários residentes no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) na entrada das empresas de papel e celulose na região, percebe os conflitos de discurso e imaginário das lideranças sindicais e comunidades rurais. Os sindicatos procuravam articular ações judiciais para reaver direitos negados pelas empresas. Por sua vez, as comunidades expropriadas sentiam que, ao se inscreverem como assalariados (mote das ações judiciais), perderiam a trama das relações rurais regionais, marcadas pela troca de favor, pela interdependência dos atores sociais, cristalizadas no compadrio e no coronelismo. A autora sustenta tratar-se de uma estratégia de sobrevivência e não de ausência de consciência do sistema de dominação a que estariam submetidos. Em outro estudo, D'Incao e Roy (1995), ao estudarem as relações políticas que se estabelecem num assentamento rural paulista, fruto da luta do movimento de trabalhadores sem-terra, reconstroem a trama social marcada por fortes traços tradicionais: o poder velado do padre local, o discurso militante que intimida os desejos familiares, a

---

[23] O que a análise de Martins (1994) sugere é que o caldo de cultura que fomenta o ideário dos novos movimentos sociais dos anos 80 seria o mesmo que estaria sustentando um novo pensamento social contemporâneo.

discriminação de famílias compostas por mães solteiras, as lideranças comunitárias que distribuem pequenas benesses para se sustentarem nos postos de direção.

Mas, possivelmente, a situação inusitada e desconcertante dos anos 90 para os estudiosos dos movimentos sociais rurais foi a relação que se estabeleceu com as instituições públicas.

A eleição de lideranças de movimentos sociais rurais ao parlamento e governos locais e regionais fez emergir um dilema singular, que foi exacerbado com as conquistas de natureza participacionista inscritas na Constituição Brasileira de 1988[24]. O dilema poderia ser resumido como uma contradição entre o discurso antiinstitucionalista no qual se formaram as lideranças dos anos 80 e a necessária capacidade de formulação e gestão de políticas públicas dessas mesmas lideranças na década seguinte.

O dilema tornou-se ainda mais dramático (ou trágico) na medida em que a década de 80 foi marcada pela adoção de políticas macroeconômicas de inspiração monetarista, que, de um lado, utilizaram os preços agrícolas como lastro para redução dos custos operacionais das empresas e contenção da base monetária e, de outro, pela forte retração do Estado como elemento de regulação e promoção das relações entre regiões, entre campo e cidade e na esfera distributiva[25].

A ausência de Estado minou o que ainda restava do modelo clientelístico de relações políticas no meio rural, personalizado no coronelismo[26].

Assim, os dois fenômenos - a ascensão de lideranças de movimentos sociais rurais aos governos locais e o afastamento das agências estatais federais na regulação das relações

---

[24] Estamos nos referindo aos conselhos de gestão pública, órgãos paritários de gestão das políticas sociais, organizados em todas as instâncias do sistema federativo. Ao lado dessa conquista constitucional, vários municípios adotaram, nos anos 80 e 90, métodos participativos de elaboração do orçamento municipal que, rapidamente, tornou-se bandeira de lideranças populares e de agremiações de esquerda.

[25] Ver estudos de Cano (2000), que tratam das políticas macroeconômicas adotadas na América Latina.

[26] O coronelismo foi analisado por Leal (1997) como sendo um sistema de relações políticas em que o grande proprietário de terras, já decadente, procurava reafirmar-se perante o Estado burocrático e centralizador que se forjava a partir dos anos 30, tendo por base a constituição de um potentado local, sob sua direção, que era manipulado em época eleitoral. Os deputados eleitos passavam a render tributos políticos à sua liderança, modelando um mecanismo de relação e troca com parlamentos e governo federal. Na medida em que o Estado se afasta, nos anos 80 e 90, de seu papel regulador, em especial, no meio rural, a espinha dorsal dessa estrutura de relação política se desarticula.

locais - definiram novos contornos do território como espaço de constituição de identidades políticas e projetos de desenvolvimento. Em suma, o território politizou-se.

Tal politização ocorre, portanto, em meio a um forte sentimento de perplexidade e injustiça. Não houve tempo, enfim, para uma elaboração gradativa de um projeto alternativo (como esperavam os estudiosos dos movimentos sociais dos anos 80) de representação política. O inusitado dessa situação estabeleceu - fruto do dilema entre negação da institucionalidade pública brasileira e necessidade de reconstrui-la sob pena de se configurarem amplas áreas desfavorecidas[27] - um substrato cultural para iniciativas de gestão pública territorial, nessas áreas rurais, que estabeleciam um tênue elo entre o padrão institucional de gestão local (aparato legal, instituições públicas locais, agências de fomento) e uma *ambiência* comunitária marcada pela nebulosa de vivências comuns, uma comunidade emocional, tal como sugerem os estudos recentes de Maffesoli.

Essa situação possibilita, assim, um amálgama original entre o legado agrarista/patrimonialista (porque marcada pela relação comunitária emocional) e a criação de novos instrumentos de gestão local. É como se segmentos das populações rurais brasileiras construíssem um ritual de passagem entre o passado e o futuro incerto, numa *fuga para a frente*. Nesse ritual, as formas corporativas de organização são superadas rapidamente, mas as relações de poder moldadas no seu interior repõem antigas práticas.

O dilema parece ainda mais complexo se relembramos o papel do personalismo na política local e a tradição das intervenções estatais nas localidades rurais, na forma de um demiurgo que procura civilizar áreas inóspitas[28]. A ausência do Estado em virtude do modelo monetarista de desenvolvimento e suas subseqüentes reformas administrativas constituíram uma lógica antagônica à lógica das comunidades rurais.

---

[27] Conceito empregado pela União Européia para definir as áreas que perdem, no processo de globalização e macrorregionalização, todos investimentos públicos e privados, devido à carência de mão-de-obra qualificada, ausência de incentivos fiscais, distância de centros industriais e de consumo e dificuldades de otimização comercial dos recursos naturais.

[28] Este é o discurso dos anos 30, inclusive na literatura, onde se nomeia o homem rural como indolente e contemplativo (o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato), reafirmado nos anos 50 e 60, com a consolidação e expansão do extensionismo rural.

Nos termos aqui analisados, os estudos brasileiros sobre movimentos sociais rurais encontram-se na necessidade de superar a falsa dicotomia entre projeto institucional e projeto social. Sociedade civil e instituições públicas encontram-se filiadas à mesma tradição política que sustenta a legitimação de práticas sociais fundadas no personalismo e, paradoxalmente, num racionalismo institucional que burocratiza as relações sociais. Os movimentos sociais contestatórios dessa realidade projetam-se num futuro incerto e redefinem práticas que se pretendem institucionalizadas que se constroem de maneira errática e se sustentam numa cultura híbrida.

Recentemente, Canclini (1997), ao analisar o processo de modernização das sociedades latino-americanas, propôs uma compreensão diferenciada da nossa cultura. Para o autor mexicano, a cultura latino-americana teria como característica o hibridismo. Para o autor

> Na América Latina, onde as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar, não estamos convictos de que modernizar-nos deva ser o principal objetivo. [...] A incerteza em relação ao sentido e ao valor da modernidade deriva não apenas do que separa nações, etnias e classes, mas também dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam. [...] Tanto as camadas populares quanto as elites combinam a democracia moderna com relações arcaicas de poder. Encontramos no estudo da heterogeneidade cultural uma das vias para explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas, e as transações de uns com outros. [...] Carecemos de uma coesão social e de uma cultura política modernas suficientemente firmadas para que nossas sociedades sejam governáveis. Os caudilhos continuam guiando as decisões políticas com base em alianças informais e relações rústicas de força (CANCLINI, 1997, p. 17-25).

A modernidade latino-americana, nesse sentido, não seria um projeto inacabado, mas uma simbiose entre a tradição e a racionalização da vida social. Na vida política, muitos dos gestos e intenções modernizadores, que objetivam a participação dos cidadãos na vida pública, acabam por não se efetivar e são, paradoxalmente, transformados em rituais

políticos. O ritual da eleição é um dos exemplos possíveis. E a própria participação em espaços públicos é outro: reproduz-se uma série de rituais de ingresso que definem quem participa e os limites aceitáveis de participação. A participação política passa a ser *performática*, porque não é realmente integradora: somente alguns iniciados – mesmo aqueles participantes de organizações populares – compreendem o cerimonial e os códigos de conduta e comunicação. Apesar do elitismo político, os promotores da modernidade sentem uma atração por referências do passado, como forma de legitimar a sua hegemonia mediante o prestígio do patrimônio histórico. Nas artes, promove-se a produção do olhar selvagem primitivista[29]. Na política, reafirmam-se os mecanismos clientelistas – tanto nas estruturas partidárias quanto nas sindicais – ou a reconstrução de imagens místicas – como motivadores de movimentos sociais com alto grau de conflito e, portanto, ciosos da construção de laços de solidariedade mecânica, como no caso dos movimentos de luta pela terra ou por moradia – ou ainda as expressões de legitimação carismáticas.

Tal peculiaridade cultural parece ainda mais instigante se considerarmos o debate acadêmico contemporâneo a respeito do impacto político e social dos processos de desestruturação dos mecanismos de regulação social e da competitividade econômica. Habermas (1999), num ensaio recente, ao analisar como as redes globais fragilizam os atores estatais, sugere que tal fenômeno rompe com as fronteiras da economia, da sociedade e da cultura. O Estado teria perdido sua capacidade de controle, deslegitima-se nos processos decisórios societais e é progressivamente incapaz de dar provas de ações de comando e organização. A carência democrática de legitimação, para o autor, poderia ser resumida na consigna: o círculo daqueles que tomam parte das decisões democráticas não coincide com o círculo daqueles que são afetados por essas decisões. O Estado estaria

---

[29] Canclini (1997) cita a emergência de pintores latino-americanos, no início dos anos 90, nos museus e mercados norte-americanos e europeus. Como ilustração, reproduz a apologia à inocência, à pureza e ao selvagem, nos programas de apresentação de mostras de iconografia religiosa. Em um desses folhetos promocionais, aparece um desconcertante discurso de reprovação aos padrões mercantis da sociedade moderna que estaria surpreendentemente subjacente à obra popular latino-americana: "redescobrem no uso criador do tempo livre – o do ócio, ou, mais frequentemente, da aposentadoria – o saber perdido do trabalho indiviso. Isolados e protegidos de todo contato e de todo compromisso com os circuitos culturais e comerciais, não são suspeitos de ter obedecido a outra necessidade que a interior: nem magníficos, nem malditos, mas inocentes [...]. Em suas obras, o olhar cultivado de uma sociedade desiludida acredita perceber a reconciliação entre o princípio do prazer e o princípio da realidade". *(CANCLINI, 1997, p. 56)* Paradoxalmente, a inocência aparece como libertadora e crítica.

limitado a dispor infra-estruturas que atraiam e fomentem atividades empresariais, subordinado que está ao sistema econômico transnacional. O resultado dessa equação seria o aumento drástico das desigualdades sociais e a fragmentação da sociedade, assim como a corrupção dos critérios morais e da infra-estrutura cultural.

Castells (1999) sugeriu, por seu turno, uma tipologia das identidades que forjam os movimentos sociais nesse final de século, marcada pela ausência dos mecanismos clássicos de regulação do espaço público: 1. identidades legitimadoras, que são introduzidas pelas instituições dominantes no intuito de expandir sua dominação (caso das teorias nacionalistas); 2. identidades de resistência, de natureza defensiva, como seria o zapatismo; 3. identidades de projeto, que redefiniriam sua posição na sociedade e teriam como proposição a transformação da estrutura de organização social. O autor, contudo, avalia que essa tipologia se encontra, nas práticas concretas, emaranhadas, articuladas a partir de uma disjunção entre as estruturas de poder (vinculadas à dinâmica globalizante) e os espaços locais (marcados pelas regras morais).

Como se percebe, a perplexidade frente às mudanças drásticas e sucessivas do último período atinge atores e pesquisadores sociais e demanda prudência na análise dos movimentos sociais que se articulam no início do século passado. São movimentos híbridos porque enfrentam uma realidade profundamente adversa e inusitada, cujos códigos morais e instituições públicas tradicionais se esvaziam. Refugiando-se na tradição comunitária, conseguem afirmar a energia moral necessária para garantir a identidade social das populações atingidas por esse turbilhão de mudanças, mas não confere a possibilidade de sobrevivência. A resistência, portanto, conta pouco nesses tempos sombrios.

Daí a reinvenção do território como espaço de construção de identidades sociais e novas redes de regulação social. A reinvenção do território será objeto de reflexão mais adiante. Por ora, contudo, concluímos este capítulo pontuando os elementos tradicionais que compõem o hibridismo das práticas políticas dos atores sociais rurais que estaremos analisando.

As práticas sociais rurais tradicionais foram tema de destaque nos ensaios elaborados pela *geração de 30* (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., estariam

entre os principais expoentes), como apontadas anteriormente neste estudo, e se estendem até meados dos anos 60. Suas análises e teses gravitaram ao redor do conceito de agrarismo, ou seja, o lastro cultural pelo qual as relações sociais e políticas se reproduziram no Brasil que carregou o legado do processo de colonização, das relações personalizadas de poder local e dos instrumentos de controle social impostas pela Coroa Portuguesa (que acabaria por constituir nosso arcabouço institucional público).

Ao realizarmos um balanço da interpretação sociológica clássica brasileira a respeito da herança agrária e da emergência de uma organização civil, percebe-se um limite original – não necessariamente um obstáculo - à ação pública e emergência de organizações da sociedade civil: a dificuldade social de formulação de projetos públicos.

Nos estudos recentes sobre sociedade civil, percebe-se um componente básico dessa instância: ela seria o substrato da *energia moral* da sociedade, local em que se forjam os rituais sociais, os valores éticos, as relações de solidariedade. Para alguns autores, seria o antídoto do estatismo ou burocratização das relações sociais (ou avanço da normatização imposta pelo Estado e organizações corporativas); para outros, meras associações independentes do Estado. A ambigüidade original definida pelos interesses individuais e a construção de direitos sociais mantêm-se ao longo dos teóricos, tanto os de vocação institucionalista/racional (que enfatizam o caráter instrumental e egoísta das organizações civis)[30], quanto os que procuram revitalizar (ou atualizar) as práticas comunitárias e cotidianas.

Recorrendo a Norbert Elias e Pierre Bourdieu, haveria um *habitus* ou saber social incorporado, que transfiguraria nosso legado patrimonialista? [31]

---

[30] Inscrevem-se, neste bloco, os estudos de Dahrendorf, Heins e Arato.

[31] No prefácio da edição inglesa de **Os alemães**, Eric Mennell ressalta que Norbert Elias teria lançado mão do conceito de *habitus* num esforço de superação da noção de caráter nacional. *Habitus* implicaria um equilíbrio entre continuidade e mudança. Assim, o autor buscaria no domínio das classes guerreiras e valores bélicos das sociedades agrárias a ligação entre industrialização e ascenção do nacionalismo alemão. O processo de formação do Estado Alemão estaria influenciado pela situação intermédia do país (pressionado pelos povos latinos e eslavos) e pela formação nacional sustentada pelo caráter beligerante, militar e burocrático da unidade territorial, no que se aproxima das análises de Bendix. Norbert Elias sustenta que o equilíbrio de forças inclinou-se, historicamente, a favor dos príncipes regionais. O processo de guerra teria, assim, deixado marcas permanentes no *habitus* alemão, originando a crescente brutalidade entre as pessoas. Para ilustrar, o

Bosi (1992), em seu livro **Dialética da Colonização**, o autor estabelece as bases sociológicas de interpretação do legado colonial.

> Predominou uma camada de latifundiários com seus interesses vinculados a grupos mercantis europeus dentre os quais se destacavam os traficantes de escravos africanos; dada essa dependência estrutural, tornava-se inviável a perspectiva de um capitalismo interno dinâmico na área colonizada.[...] Nos casos de alforria, que se tornam menos raros a partir do apogeu das minas, a alternativa para o escravo passou a ser ou a mera vida de subsistência como posseiro em sítios marginais, ou a condição subalterna de agregado que subsistiu ainda depois da abolição do cativeiro. De qualquer modo, ser negro livre era sempre sinônimo de dependência. (BOSI, 1992, p.23).

Mesmo com a abolição da escravatura, a sociedade brasileira não conseguia constituir as bases das relações sociais modernas: o contrato racional fundado na tríade homem livre, igualdade formal e garantia de propriedade. Seria o mesmo que afirmar que não se estabeleciam as raízes da sociedade civil brasileira, justamente porque não havia garantias mínimas de conquista das expectativas individuais. A sociedade brasileira fundou-se como sociedade dual - daí a dependência –, não plural.

Vianna (1987), a despeito de seu ideário conservador, talvez seja o autor que funda a crítica sociológica brasileira à persistência do que denomina "subordinação do mundo mercantil ao conformismo rural". O autor, em **Instituições políticas brasileiras**, opera uma distinção da noção de justiça e direito, a partir da dicotomia direito-lei (formal, elaborada pelas elites políticas) e direito-costume (efetivamente seguido e legítimo conceito fortemente influenciado pelas tradições inglesas). Daí, sustenta, emerge uma prática localista e um espírito particularista, sobre o sentimento de Estado nacional, desintegrando o sentimento de Nação. Em sua obra, uma estrutura institucional, de cunho hobbesiano, saltará ao

---

autor reconstrói o papel do duelo como cimento da consciência e identidade coletivas na Alemanha. Para nossos propósitos, vale registrar a compreensão do legado histórico-cultural como constitutivo das instituições públicas de um povo, constantemente reconstruído e atualizado.

cenário nacional como restaurador do processo civilizacional (VIANNA, 1987). O que surpreende Vianna (1987) é justamente o impasse sociológico que impede negociações coletivas. As relações sociais são particularizadas, limitadas ao terreno da intimidade, das amabilidades, dos jogos interpessoais e subjetivos entre indivíduos, sustentados por tradições, ou pior, por interpretações particularizadas dos costumes locais, nunca no terreno da racionalidade, dos acordos sustentados por regras elaboradas por sujeitos formalmente iguais.

A geração de 30 contribuirá e aprofundará a noção de lealdade nas relações sociais rurais em diferentes matizes teóricos. Em *Nordeste,* Freyre (1937) surpreende com um discurso perplexo e, até mesmo, frustrado, com o caráter exclusivista do latifúndio nacional.[32] Nesta obra, o autor parece menos condescendente com a nobreza latifundiária. "A terra mais macia do litoral propõe, parece ter influído sobre os seus próprios senhores [...] amaciando os homens naqueles baianos maneirosos [...] às vezes excessivamente flexuosos e até falsos, homens sem palavra" (FREYRE, 1937, p. 33). Em outra passagem, intitula o latifundiário nordestino de vagaroso, descansado, tardo, sonolento e preguiçoso.

Havia distinção, mas *faltava a revolta direção*, mantinha-se a *mística da lealdade*. Em outra passagem, o autor sugere que havia uma necessidade de reajustamento quase que

---

[32] FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Em seu ensaio *Vertentes Democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque* (**Lua Nova,** n. 26, São Paulo: CEDEC, 1992), Valeriano Mendes Costa sugere uma distinção entre Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Freyre, ao contrário de Vianna, teria adotado um princípio democrático no seu estudo sociológico. Se, para Vianna, nossa formação histórica impediria a ausência de práticas de autogoverno e instituições representativas, o que solicitava a intervenção de um elemento exógeno que fundasse a sociedade civil nacional, em Freyre, a miscigenação ética e cultural brasileira geraria uma estrutura social insólita. Não estaria no Estado – ou na sua ausência – a explicação de nossa noção de espaço público e nossas práticas sociais, mas no clã patriarcal. Para o autor, o caráter feudal do engenho se diluiria na relação de fidelidade fundada na miscigenação. Em outras palavras, desse caldo sociológico nasceria uma sociedade alicerçada em favores, ou equilíbrio de antagonismos, constituindo uma sociedade dinâmica, flexível. As negociações de interesses, para Freyre, ocorrem a partir de subterfúgios nunca expressos publicamente. Em outras palavras, haveria uma estratégia (que flui a partir do clã latifundiário) de conciliações ou negociações de interesses que se desenrolam no cotidiano das relações entre as partes. Não há um forum público, visível, onde as partes aparecem como distintas e prenhes de direitos. Poderíamos sustentar, então, que Freyre nos sugere não propriamente um panorama de uma sociedade imutável e autoritária, mas um ideário político nacional que adota fortes vínculos interpessoais e que, portanto, transfigura a noção de desigualdade (por onde emerge o conceito de cidadania) em diferença. Em outras palavras, a desigualdade não seria resolvida pela constituição de sujeitos políticos, mas pelas coações morais, subjetivas, entre as partes. O *acerto de contas* ocorre lentamente, no espaço e tempo cotidianos, domésticos.

exclusivamente individual. Raimundo Faoro, por seu turno, demonstraria a disputa da Coroa com os ocupantes portugueses do território brasileiro. O autor demonstrará em **Os donos do poder**, que, desde a primeira metade do século XVI, surgia o perigo do *localismo anárquico* entre os donatários. Haveria uma ascendente privatização dos colonos e donatários que contestava o domínio da Coroa. Surgiria dessa atomização política o desejo de garantir a soberania territorial por parte da Coroa. E, assim, surge a burocracia pública nacional. A Coroa procurava *reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo*, numa edição especial do Estado Hobbesiano. Especial porque não emanava de um consentimento à submissão pelos cidadãos, mas pela imposição exógena de uma burocracia reguladora dos espaços privados. Não era, nem mesmo, a emergência de um espaço público sobre o localismo e o particularismo normativo dos donatários, mas a consolidação de um aparato de controle administrativo, judicial e financeiro a serviço do rei.

A institucionalidade pública brasileira teria sido fundada sob o signo da imposição e da impostura. Daí não apresentar natureza representativa e daí fundar-se o caráter *estamental-patrimonialista* da cultura política nacional, para citarmos a conceituação inaugurada por Faoro. Estamental-patrimonialismo que pode ser compreendido como a transfiguração da tensão/contradição original entre escravos domésticos e senhores, catapultada para a dimensão legal, racional. A origem das instituições públicas nacionais, por excluírem a representação de interesses da sua natureza, destruiu a possibilidade de constituição de um espaço público, espaço de negociações, confinando (e reafirmando) o jogo de interesses privados e coletivos aos espaços domésticos, à política miúda do cotidiano, revestindo as tensões sociais de um caráter aparentemente particular, privado. Em outras palavras, as tensões nunca se resolvem nacionalmente, nunca se expressam publicamente, porque não há propriamente espaço público legitimado historicamente. Num esforço de abstração, poderíamos aludir, a partir desse legado institucional, do por que de os movimentos sociais em território nacional sofrerem dificuldades para transformarem seu ideário em projetos nacionais. O que não significa incapacidade de mobilização e resistência. Mas a resistência, como já destacado anteriormente, mantém um lastro com o passado, muitas vezes, o passado da experiência comunitária. Assim, a projeção pública, ao contrário, ocorre quase que exclusivamente por força do tratamento jornalístico que recebe (tratamento mercadológico e sensacionalista). Tal fenômeno, que se assemelha a um labirinto político,

geraria um contínuo isolamento ou aparente corporativismo dos movimentos sociais. Aparente, porque não nascem com a vocação única de atender interesses privados, mas porque não reverberam em espaços públicos (inexistentes, ou vazios de representatividade). O problema político, assim, não se resume aos princípios formulados por seus autores, mas à ausência de institutos jurídicos que garantam a igualdade formal entre cidadãos (do ponto de vista liberal) e à inexistência da noção de espaços públicos.

Em outros termos, o que os autores clássicos parecem demonstrar sobre o legado nacional é uma variante do que Gramsci denominou revolução passiva, ou processos históricos que consolidaram uma ordem burguesa sem uma ruptura com as tradições rurais.[33]

Por fim, o legado agrário persistirá nas instituições públicas republicanas, o que significa afirmar que a urbanização nacional acabará por constituir-se num pastiche do agrarismo.

Os estudos sobre o agrarismo, portanto, contribuem para compreendermos a permanência de relações domésticas e personalistas no interior dos movimentos sociais rurais. Permanecem de maneira híbrida, porque se atualizam a partir de um cenário muito distinto do que lhe deu origem. Trata-se de um cenário em que o aparelho de Estado sofre forte retração e as relações de dependência com as lideranças tradicionais locais estão debilitadas. Este último elemento de mudança - a crise do coronelismo - merece uma breve análise.

Em seu estudo clássico, **Coronelismo, enxada e voto**, Leal (1997) defende a tese da emergência de um sistema de dependência rural, o coronelismo, como mecanismo de

---

[33] Um terceiro autor clássico, que interpretará a sociedade brasileira como marcada pelo personalismo, tipicamente ibérico, foi Sérgio Buarque de Holanda. Em **Raízes do Brasil**, denuncia a falta de organização e o paroxismo entre o personalismo e a renúncia à personalidade por meio da cega obediência, traços da cultura portuguesa. *A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares,* vaticina ao comentar a alma ibérica. O patriarcalismo e o personalismo estarão amalgamados à vida rural, dificultando a incorporação normal do brasileiro aos agrupamentos sociais que superassem o espaço dominado pela estrutura familiar. O autor, entretanto, parece prender-se ao que Antônio Cândido denominou tipologia dos contrários, procurando relatar a ausência de um tipo ideal racional, que organizasse o território nacional. Por esse caminho, estaríamos nos afastando da linha de raciocínio até aqui comentada, em que os elementos históricos do processo de colonização parecem constituir um cenário que vai sendo recriado constantemente, num processo social legitimado, e não em função da ausência de uma elite social revolucionária, como parece sugerir Sérgio Buarque. O brasileiro não seria propriamente um homem cordial, mas um sujeito de ações políticas restritas aos círculos privados. (HOLANDA, 1997).

mediação entre a elite agrária (que estaria em franca decadência política com o florescimento da indústria) e os mecanismos de representação instaurados na República. No prefácio à segunda edição, Barbosa Lima Sobrinho sustenta que, ao contrário do que ocorria em tempos mais remotos, a prática interiorana do cochicho - que estaria na dependência das instruções recebidas dos potentados locais - estaria dando lugar às propagandas em praça pública, o que levaria os *coronéis* a se apresentarem como campeões de melhoramentos locais, para silenciar os adversários. Contudo, o prestígio desse sistema de poder local declinaria rapidamente, dando lugar a novas lideranças, em torno de profissões liberais. Não é essa perspectiva que estudos recentes, organizados por Moacir Palmeira, vêm revelando. Pelo contrário, nos grotões do sertão brasileiro estariam sendo reproduzidas certas práticas políticas que reforçariam as formas de dependência de amplos segmentos sociais às elites tradicionais do poder local. Esses estudos de natureza antropológica defendem a tese de que haveria uma esfera da política partidária distinta das outras lógicas de ação social[34]. Por aí explicam a contradição evidente entre a prática de lideranças sindicais que enfrentam ao longo do ano os grandes proprietários de terra e seu alinhamento aos antigos coronéis em épocas de eleição. As eleições, assim, se configuram como momentos de ajustes de contas, em que o código moral rural se altera, e é possível atacar publicamente os adversários, publicizar seus segredos, realinhar-se politicamente. É o momento da troca de favores. Pertencer a um grupo político determinado significaria situar-se no espectro de disputas locais. Vencendo as eleições, tal agrupamento teria legitimada a possibilidade de angariar todas as benesses (o que incluiria cargos públicos, serviços estatais e apropriação de equipamentos) que tal vitória comportaria. O coronelismo, enfim, se reedita no meio rural.

Na sua origem, o conceito de coronelismo já identificava uma ética política assentada no ritual eleitoral. Os chefes locais, durante as eleições, sacramentavam um compromisso, uma

---

[34] A tese central de Palmeira e Goldman (1996) é a distinção, nas populações rurais, entre a prática política e as práticas cotidianas, entendidas como apolíticas. O momento da política é o momento eleitoral. Segundo o autor "o voto [...] antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação com uma facção. Antes de ser uma decisão individual, é um processo envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade de relações

troca entre o poder público - que se fortalecia no início do século XX - e a sua influência decadente. O voto universal aumenta a base de legitimação dos governantes, exigindo a atração do eleitorado rural. Leal (1997) sugeriu, em seu estudo, que o coronel, enquanto proprietário remediado, procurava sustentar seu prestígio pelo poder político.

O que se evidencia nessa análise é que essa peculiar estrutura de poder local constitui-se a partir de um pacto rural, envolvendo um pólo desorganizado e descapitalizado da população rural, cujo imaginário político oscila entre a resistência e um código moral sustentado pela solidariedade mecânica, afetiva, tácita; um segmento decadente economicamente, mas que preserva o poder simbólico de benfeitor social e uma estrutura burocrática estatal que recondiciona os outros dois atores, na medida em que necessita do poder político do coronel, mas, paralelamente, desenvolve uma normatividade inovadora, políticas sociais que atendem direta ou indiretamente as populações pobres do meio rural (como ocorrerá com o desenvolvimento da legislação trabalhista, as políticas de extensão rural, a universalização da educação e, nos anos 60, as políticas de reestruturação fundiária e a regulamentação da legislação sindical rural).

Para os propósitos deste estudo, essa tese sugere que não existiria possibilidade, a partir das tradições políticas do meio rural, para a emergência de uma organização de cidadãos, de uma sociedade civil apoiada em direitos individuais e universais. As agências estatais chegariam ao meio rural por meio de uma teia de relações de dependência política. As políticas públicas e as normas de conduta social seriam negociadas permanentemente entre os atores estatais e os chefes locais, constituindo um processo de seletividade das normas públicas. Em outras palavras, certas regras e instituições públicas, forjadas na esfera do Estado, são traduzidas ou, até mesmo, tolhidas pelo processo de negociação com os chefes locais. Um exemplo deste fenômeno é a regulamentação do sindicalismo rural, que foi retardada até o início dos anos 60, quando no meio urbano já havia sido institucionalizada desde os anos 30. Daí uma forte invasão de interesses privados nas esferas públicas, reforçando o personalismo que herdamos de Portugal.

---

sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa sociedade" (PALMEIRA e GOLDMAN, 1996, p. 53).

Tal pacto, ou sistema político rural, só poderia ser redefinido na medida em que uma das partes entrasse em colapso. Com efeito, essa tese será utilizada por uma vertente dos autores que estudaram os novos movimentos sociais rurais dos anos 80[35].

Os autores aqui analisados, que mostram como eixo articulador a análise da persistência *agrarista* de nossa história, sustentam um pessimismo teórico em relação à capacidade de constituirmos uma sociedade civil que promova direitos. Nosso destino, pelo contrário, apontaria para a inorganicidade social, para a permanência de crises de legitimidade das instituições públicas, para a ausência de um projeto nacional. Seríamos herdeiros de uma estrutura de dominação marcada pelas relações privadas de poder, pela multiplicidade de microcosmos políticos, pela cultura rural determinada pelo patrimonialismo.

Contudo, as mudanças que o aparato institucional sofrerá ao longo da década de 90 debilitará profundamente um dos elementos do círculo de relações políticas no meio rural. A sobrevivência do ideário permanece como *habitus*, mas não se alimenta de bases sociais concretas. A burocracia estatal, reguladora e mediadora das relações de dependência, debilita-se. E as inovações tecnológicas, assim como o padrão de competitividade que é implantado com a abertura comercial setorial, inaugurada no governo Collor, desmonta a ampla rede de estruturas locais de poder que gravitavam ao redor da figura do coronel.

Daí porque o *habitus* de reinventar-se como ingrediente do comportamento político híbrido das populações rurais não permanece com sua originalidade, mas como um legado de práticas sociais tradicionais, conferindo um movimento errático aos movimentos sociais que procuram construir novos significados ao território. O elemento central da fuga para o futuro que empreendem.

---

[35] Esta vertente analítica será analisada no capítulo seguinte deste estudo.

2 O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

2.1 O estranhamento na origem do conceito

O conceito *movimento social* surge na modernidade. Em 1840, Lorenz Von Stein defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, em especial, ao estudo do movimento operário francês e do socialismo (SCHERE-WARREN, 1984). O tema surge no bojo de um processo de estranhamento das instituições públicas e de alguns segmentos urbanos frente ao acelerado processo de industrialização da Europa.

São muitos os relatos que testemunham o desconforto da novidade social no século XIX.

Émile Chevalier escreve, em 1892, um artigo intitulado **Pauperismo** em que sugere:

> O pauperismo é uma condição nova, tanto por suas causas quanto por seu caráter. Sua origem é devida à organização industrial de nossa época contemporânea; reside na maneira de ser e de viver dos operários de manufaturas [...]. Supõe um aniquilamento do ânimo, um rebaixamento e uma corrupção das faculdades mentais (CASTEL, 1998, p. 288).

Em 1845, Janin, em **Un hiver à Paris,** oferece a medida do pavor que se instala, nos segmentos sociais tradicionais das grandes metrópoles européias:

> A Paris da noite é assustadora; é o momento em que a nação noturna se põe em marcha.[...] O terror é grande, terrível, imenso. E o ouvido reconhece o ruído surdo da patrulha cinza que começa sua caçada desesperada. Esta é a população fervilhante e furtiva que Paris deixa viver nos becos pavorosos, dissimulando-a bem atrás dos museus e dos palácios; população que usa o linguajar das prisões para se entreter com seus temas favoritos – assassínios, roubos, execuções. É uma verruga virulenta sobre a face dessa grande cidade. (BRESCIANI, 1982, p. 13)

Um outro estudo clássico, produzido por Engels, por volta de 1840, esboça com cores mais vivas as condições de vida da nova classe social que surge nas periferias dos grandes centros urbanos, fonte do estranhamento já demonstrado acima.

> O mercado está instalado nas ruas: cestos de legumes e frutos, todos naturalmente de má qualidade e dificilmente comestíveis, ainda reduzem a passagem, e deles emana, bem como dos talhos, um cheiro repugnante. As casas são habitadas das caves aos telhados, são tão sujas no interior como no exterior e têm um tal aspecto que ninguém aí desejaria habitar. Mas isto ainda não é nada ao pé dos alojamentos nos pátios e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas, e onde a sujidade e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são feitas de pranchas velhas pregadas juntas [...]. É aí que habitam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mal pagos[...]. Mas St Giles não é o único bairro miserável de Londres. Neste gigantesco labirinto de ruas, existem centenas de milhares de ruas e ruelas estreitas, cujas casas são demasiado miseráveis para quem quer que possa ainda consagrar uma certa quantia a uma habitação humana (ENGELS, 1975, p. 60).

São, também desse período, as primeiras séries históricas estatísticas sobre comportamento social, patrocinada pelo sistema judiciário francês. A Rússia, logo em seguida, inicia a montagem de um amplo processo de investigação do comportamento social moderno, que terá seus primeiros resultados no início do século XX. As instituições públicas e a intelectualidade européia estranhavam profundamente o novo mundo industrializado e, em especial, a pauperização de grandes massas da população. O conceito de movimento social, portanto, é fruto do incômodo e da necessidade de controle social[36]. Por outro lado, revela

---

[36] É possível distinguirmos, contudo, duas tradições nos estudos sobre movimentos sociais que nascem no século passado: uma primeira, cujos movimentos sociais são compreendidos como excrescências sociais, germe da desagregação e violência (Le Bon) e, uma segunda, que percebe nos movimentos sociais o desaguadouro de demandas sociais dos segmentos da população não institucionalizados ou, até mesmo, excluídos dos processos decisórios e integração societária (Durkheim, Marx).

uma profunda dificuldade das agências estatais em compreenderem novas formas de representação e processamento de demandas. Este último fenômeno é de importância capital nos estudos de movimentos sociais porque vai indicar uma certa conformação que muitos movimentos sofrerão ao longo do século XX. O Estado passará a se apresentar como o *locus* da gestão pública, a partir de suas agências especializadas, procurando atender e institucionalizar as populações marginalizadas ou pauperizadas[37].

No século passado, emerge a estrutura burocrática pública, o Estado Social-Burocrático. Inicialmente, a estrutura de atendimento social passa por um dilema sobre a natureza dos serviços a serem prestados, se de assistência (assumindo um conjunto de miseráveis privados de recursos) ou de seguro (atendendo todos aqueles que, em caso de acidente, doença ou velhice, não conseguiriam suprir suas necessidades). Da resolução deste debate surge um tipo de propriedade social (ou tutelar, da qual o Estado é avalista), ou seja, uma política de benefícios que assegura aos não-proprietários a seguridade social[38]. Da mesma forma, emerge um conjunto de serviços públicos que passam a constituir uma propriedade coletiva, impessoal. O Estado Moderno forjou-se, assim, enquanto ***locus*** da gestão pública[39].

A intervenção do Estado, contudo, teria gerado uma relação individual com as agências do Estado, desmobilizando a organização de demandas coletivas ou fragmentando-a em ações

---

[37] Robert Castel sugere uma diferenciação entre marginalização e a situação contemporânea que intitula desfiliação social. Por desfiliação social estaria denominando a situação de indivíduos que flutuam na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Diferentemente do conceito de exclusão (que não identifica o pertencimento a uma causa ou gênero comuns a uma infinidade de situações sociais), a desfiliação não seria uma ruptura, mas uma desqualificação ou invalidação social de indivíduos. Ao invés da exclusão, o processo que estaríamos vivenciando seria de invalidação social.

[38] O conceito de propriedade social sugere a seguridade pública como uma espécie de transferência de propriedade pela mediação do trabalho e sob a tutela estatal.

[39] Nuria Grau lembra que este movimento é parte integrante de uma oscilação de maior magnitude da sociedade moderna: o deslocamento do público para o social. Inicialmente, realiza-se a institucionalização do social no Parlamento e da consolidação dos direitos políticos; em seguida, ganha corpo a estatificação da sociedade e a privatização do Estado (irrupção de interesses privados na esfera pública-estatal e acionamento de mecanismos corporativos de organização de demandas sociais e elaboração de decisões públicas); finalmente, com o questionamento contemporâneo da centralidade do Estado (tanto na formulação neoliberal, quanto nas associações voluntárias entre atores do espaço público que sugerem a democratização da sociedade civil e a reforma institucional da sociedade política), ou a participação da sociedade civil em decisões públicas-estatais. (GRAU, 1998).

de grupos de interesse específico, à imagem e semelhança da estrutura burocrática estatal, fragmentada, por seu turno, em agências especializadas.

Em outras palavras, sugerimos que a estrutura burocrática estatal seja compreendida como elemento da constituição dos movimentos sociais do século XX. A natureza da organização burocrática fragmentou as demandas sociais e as formas de expressão e encaminhamento de demandas, em virtude da forte simbiose que se estabelece entre populações demandantes e agências estatais de atendimento social[40].

Para os fins que interessam a este estudo, vale ressaltar que tal situação teria gerado *dois paradigmas de ação dos movimentos sociais* contemporâneos, em especial, no Brasil, a saber: 1. uma *prática reativa*, fundada no sentimento de marginalização e; 2. uma *prática corporativa*, muitas vezes, fundada no clientelismo[41].

---

[40] As características básicas de toda estrutura burocrática, vale destacar, são: 1. hierarquia fundada na competência, ou especialização. Significa dizer que um membro desta hierarquia tem como principal atributo a competência técnica (que o auxilia a tomar decisões precisas e rápidas). Daí porque as grandes estruturas burocráticas serem *frias* e impessoais. O que interessa é a formação técnica, não a capacidade de convívio social; 2. organiza-se em áreas jurisdicionais de competência. Cada especialização organiza-se com grande autonomia e define uma subordinação hierárquica. Os funcionários recebem, assim, um treinamento especializado. Esse princípio procura evitar conflitos no interior da organização. Uma demanda jurídica é encaminhada diretamente ao departamento competente, trabalhado por uma equipe técnica especializada no tema. Sua decisão não é questionada por outros departamentos; 3. Regras gerais com grande estabilidade: toda a organização funciona a partir da observação de regras que são públicas. Assim, todos os funcionários sabem os limites de cada chefe ou superior e a regra, ao se tornar pública, constituindo uma defesa do subordinado; 4. Profissionalização. Todos os funcionários de uma organização burocrática são, assim, especialistas e profissionais de sua área. Buscam qualificar-se e estudam permanentemente as regras gerais da empresa, que se torna um aprendizado técnico especial. Por este motivo, os documentos escritos (arquivos de departamentos ou repartições) são parte integrante da paisagem das burocracias: a história de *como fazer* está registrada em cada arquivo de cada departamento. Um novato precisa, antes de mais nada, ler e estudar o conteúdo dos arquivos. Cada burocracia, enfim, tem sua história, sua hierarquia e seus procedimentos determinados.

[41] Um conceito mais preciso para caracterizar os movimentos sociais contemporâneos (até os anos 90) seria o de *metacorporativismo,* em virtude da natureza funcional distinta entre os movimentos sociais e o aparelho estatal. Na literatura especializada, adota-se a distinção proposta por Schmitter entre corporativismo de Estado (cujas associações de interesse são dependentes do Estado e por ele penetradas) e corporativismo societário (cujas as associações são autônomas e penetram no Estado). Maria Hermínia Tavares de Almeida, por sua vez, sugere que as organizações corporativas são instrumentos de *intermediação de interesses* em lugar de representações, na medida em que expressam interesses próprios e desempenham papel ativo na definição dos interesses de seus membros, assumindo o que a autora denomina de governo privado. Esta caracterização não caberia no caso dos movimentos sociais que, por adotarem a capacidade de mobilização como seu principal atributo, fugiriam desse processo de institucionalização da representação. Contudo, ainda assim, manteriam

Como interface da estrutura burocrática, os movimentos sociais deste século movimentam-se na esteira das políticas estatais ou na busca de interlocução das agências estatais burocratizadas. Por este motivo, sua prática, via de regra, é reativa e fragmenta-se numa multiplicidade de carências e demandas específicas.

Por outro lado, na medida em que as agências estatais fundam-se a partir do sentimento de estranhamento em relação aos movimentos sociais, a relação que se estabelece é sempre marcada pela tensão, pois não há aproximação de ideários; a aproximação do Estado com os movimentos sociais se faz pela tutela ou controle, nunca pela abertura à participação efetiva e abertura do aparelho estatal. O estranhamento vale dizer, tem origem numa leitura política que os pactos políticos governantes (em especial, ocidentais) fazem da sociedade civil.

Por aí se percebe que os movimentos sociais parecem incorporar uma mobilidade política que se aproxima do Dilema de Sísifo: procuram institucionalizar novos direitos, constituir uma nova institucionalidade pública (de caráter inclusivo ou comunicativo), mas perdem-se nos escaninhos da organização burocrática que os atende (ou com a qual buscam interlocução), que os fragmenta e diminui sua capacidade de formulação geral.

Este impasse foi interpretado na sociologia brasileira por duas formas distintas: aqueles que consideraram que os movimentos sociais eram portadores de um impasse original e estrutural, que os impelia ao corporativismo; e aqueles que perceberam os movimentos sociais, principalmente aqueles que emergem nos anos 80, como portadores de uma nova sociedade civil, instituinte de novos direitos e de uma nova engenharia pública[42], tal como analisamos no capítulo anterior.

---

um vínculo permanente, na sua interlocução política, com as agências estatais que acabariam por formatar, inclusive, sua agenda e desenho organizativo (SCHMITTER, 1974; ALMEIDA, 1995).

[42] No final de 1993, ocorreu na UNICAMP o II Simpósio Anual de Ciência Política, cujos debates resultaram em livro organizado por Evelina Dagnino, cujo título é **Anos 90: política e sociedade no Brasil** (São Paulo:Brasiliense, 1994). O livro constitui-se num documento revelador das duas concepções destacadas acima. Em especial, o capítulo dedicado aos movimentos sociais desnuda as diferenças interpretativas.

Contudo, na década de 90, pouco a pouco, novos movimentos sociais vão se esboçando em vários rincões do País. São, na sua maioria, movimentos situados no meio rural e expressam uma prática política que supera os traços corporativos de épocas passadas.

São movimentos que têm como base de articulação o *território* e não mais a carência específica. Por este motivo, ampliam sua base de articulação social, envolvendo populações residentes em grandes áreas. Significativamente, procuram estruturar uma nova institucionalidade pública, expressada em fóruns ou conselhos regionais de desenvolvimento, constituindo estruturas de financiamento autogerenciados (como os fundos rotativos), procurando envolver as agências estatais em suas práticas enquanto aparelhos públicos, ou seja, como instrumentos das populações do território, e não mais como instituições que atendem essas populações. As práticas difusas, heterogêneas, muitas vezes, diferenciam-se do que se convencionou denominar parceria com o Estado, pois mantêm a direção sobre as políticas públicas desenvolvidas no território.

O que teria acontecido para ocorrer tal mudança comportamental nos movimentos sociais do século XX?

A possibilidade de explicação mais plausível parece residir no afastamento gradativo do aparelho de Estado, nas regiões em que surgem esses movimentos, enquanto elemento regulador das relações sociais e econômicas. Estudos recentes demonstram que o processo de globalização dos mercados (em especial, o financeiro) e o conseqüente aumento de competitividade intra e intersetoriais, geram **áreas desfavorecidas** em diversas regiões do globo terrestre, não qualificadas para receber investimentos privados ou públicos[43]. Essas regiões teriam como características os seguintes traços:

1. baixa qualificação da população e altos índices relativos de iletrados;

2. agricultura é atividade dominante, mas pouco produtiva, com baixa capacidade de competição em mercados globalizados. Os motivos podem variar de terras pouco

---

[43] Este conceito é utilizado pela União Européia. Para uma análise mais aprofundada, ver o excelente ensaio de Manuel Belo Moreira, da Universidade de Lisboa, intitulado "Globalização, Agricultura e Espaço Rural:

produtivas, estruturas agrárias com deficiências crônicas (parcelização excessiva, estruturas latifundiárias arcaicas), distância de grandes centros comerciais, tecnologias desajustadas ou circuitos de comercialização incipientes;

3. indústria inexistente ou áreas em declínio industrial;

4. serviços incipientes;

5. pouca ou nenhuma ligação com redes globais de produção de bens e serviços.

Nesses casos, o capital privado tenderia a localizar seus projetos de instalação em áreas onde já há tradição econômica no segmento produtivo em que se situam e onde exista uma densidade de atividade econômica suficiente, que autorize articulações e potencialize ações comuns. No caso dos investimentos públicos, os projetos privilegiariam iniciativas de média ou grande dimensão econômica ou atores com passado bancário relevante para alavancar empréstimos[44].

A cristalização dessas áreas deficitárias (do ponto de vista dos investimentos públicos e privados) ocorre mais freqüentemente no meio rural, obrigando as populações *desfiliadas* a reorganizarem os espaços públicos. Em outras palavras, o afastamento do Estado e o aumento de concorrência econômica impelem tais populações a redefinirem – e muitas vezes, construírem – novos mecanismos de controle social e gestão pública. Os tradicionais códigos morais parecem ser o pano de fundo para a reconstrução de laços comunitários, agora superando seu papel de referência para as relações privadas, invadindo os espaços públicos e constituindo-se em energia moral para a formação de laços societais. Assim, parece haver uma passagem dos códigos morais, enquanto fundados em relações marcadas

---

Dinâmicas do Capital e as Zonas Mais Desfavorecidas" In: **Anais do Workshop Teórico Economia Política da Agricultura**, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

[44] Moreira (1996) aponta os seguintes critérios de concessão de crédito (inclusive público): história dos pagamentos recentes, anos de experiência no negócio, valor líquido da propriedade, risco da atividade, consideração da economia regional. Para que os empréstimos sejam considerados interessantes para o emprestador seria necessário que o respectivo montante atingisse valores que permitissem arrecadar uma margem excedente aos respectivos custos de transação (existiriam custos fixos de transação, como manutenção de contas, aconselhamentos etc.).

pela fidelidade e afetividade entre os indivíduos, para a consolidação de uma normatividade (racional, portanto,) das relações sociais e políticas num determinado território[45].

As novidades, nesses casos, seriam: 1. *superação do sentimento antiinstitucionalista* e 2. *territorialização* das práticas políticas dos movimentos sociais contemporâneos, em especial, aqueles surgidos na segunda metade do século XX.

Sugerimos, como já destacado anteriormente, que tal novidade tem como local privilegiado o meio rural, meio mais duramente afetado pela ausência de mecanismos de regulação pública[46]. Não se confunde, portanto, com as propostas de parceria entre Estado e sociedade civil, formuladas a partir das teorias da administração gerencial, de inspiração anglo-saxônica.

2.2 O território como conceito constitutivo de nova institucionalidade pública

O território como elemento articulador de ações políticas que geram nova institucionalidade pública, novos mecanismos regulatórios e nova identidade social vem sendo valorizada nos estudos de cientistas políticas da última década.

---

[45] Possivelmente, o conceito normativo de Justiça proposto por Rawls constitui o referencial teórico mais adequado para analisarmos este fenômeno. Para o autor, a Justiça deve ser definida previamente, em relação à concessão de um bem, normatizando a noção de bem. Mas, em seguida, sugere que o justo é aquilo que deve ser razoavelmente aceito pelos indivíduos. Por aí, insere uma noção importante sobre o conceito de Justiça: um equilíbrio reflexivo entre os princípios normativos e os juízos. Nas palavras de Veca (1997): "*un processo di mutuo aggiustamento fra principi e giudizi sino a che non si pervenga a un punto di equilibrio, invevitabilmente provvisorio. Questo è quanto suggerisce il metodo dell'equilibrio riflessivo di cui si avvale la construzione della teoria della giustizia come equità. La teoria si propone, in altri termi, di fornire una ricostruzione razionale dei nostri "sentimenti morali"per come essi si esprimono negli oridinari esercizi di competenza normativa a proposito di questioni di giustizia, entro la nostra società.* (VECA, 1997, p.22) (digitado). Embora normativo, o conceito de Justiça parece sempre marcado por ser um *ponto de equilíbrio provisório,* entre o sentimento moral (juízos históricos) e os princípios normativos institucionalizados (RAWS, 1997).

[46] Há, entretanto, inúmeras experiências alocadas no meio urbano, que se aproximam da natureza dos movimentos sociais aqui analisadas. Podemos citar a experiência da África do Sul, onde, no início do governo Mandela, foram institucionalizados Conselhos de Desenvolvimento em cada região do país; é o caso das Escolas Comunitárias dos EUA, que emergiram após a divulgação do balanço oficial sobre a qualidade do ensino fundamental, intitulado "Uma Nação em Risco". No Brasil, também surgiram recentemente experiências de formação de redes e parcerias entre agências estatais, ONGs e representações informais. A título de ilustração, um exemplo de proposta de rede de serviços e gestão territorial é o que vem se formando na região leste de Belo Horizonte, sob os auspícios da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (o documento oficial de instalação da rede pode ser acessado pelo site <http://www.politicaspublicas.com.br> , seção "gestão pública").

Autores, cujas inspirações teóricas são muito distintas[47], sugerem que, nos anos 90, estariam sendo forjadas redes sociogovernamentais, que democratizariam a esfera pública, redefinindo as relações entre o privado, o estatal e o público, tanto em campanhas emergenciais (como a Campanha contra a Fome, a Miséria e pela Vida), canais institucionais (como os conselhos setoriais), fóruns e ações sociais voluntárias.

Muitas dessas experiências mostram a clara intencionalidade de conformarem redes que superem a base territorial original. Articulam-se a partir de uma região de referência, justamente porque se constituem no momento de afastamento das ações estatais, ou do ator estatal, na busca de reconstrução de uma trama de sociabilidade que reconstrua, em novas bases, a institucionalidade pública. O tema da politização do território vem, é certo, sendo objeto de um profícuo debate acadêmico.

Castel (1998) é um dos autores que destaca a fluidez do conceito. Sugere que a territorialização pode gerar nova fragmentação política. Para o autor,

> os mesmos riscos de que a individualização dos procedimentos é portadora ameaçam a outra transformação decisiva dos dispositivos da intervenção social, representada por sua territorialização. Este movimento vai muito além da descentralização, visto que se delega poder às instâncias locais para priorizarem os objetivos, definirem projetos e negociarem sua realização com os parceiros concernidos. Em último caso, o local torna-se também global.[...] Sem a mediação

---

[47] Fischer e Carvalho (1993) analisam as redes de organismos sociais que partem do local, como espaço territorial delimitado e de formação de identidades específicas, formando duas modalidades: as redes submersas – que se constituem a partir de uma base social informal -, e as redes associativas – conjunto de relações que geram o chamado tecido social local, associativo (FISCHER e CARVALHO, 1993). Outros estudos apontam a formação de uma nova esfera pública local, como as experiências de fóruns, orçamento participativo, cujos interesses são disputados e projetos estratégicos são formulados. Costa (1997), em ensaio sobre a construção dessa novidade institucional destaca, citando Avritzer, a importância das análises sobre o hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos. Embora caminhe em direção inversa da adotada neste estudo, sugere que o clamor para maior empenho institucional dos movimentos sociais desfoca a contribuição pré-política que lhes seria peculiar - analisa o processo gradativo de envolvimento de associações civis nas esferas formais de gestão local, muitas vezes, substituindo a representação formal, como no caso dos vereadores. Cita, ainda, os conselhos comunitários como instâncias de discussões e até deliberação sobre assuntos administrativos mais gerais.

> de direitos coletivos, a individualização das ajudas e o poder de decisão fundado sobre interconhecimentos, tendo em vista as instâncias locais, correm sempre o risco de encontrar a velha lógica da filantropia: jure fidelidade e será socorrido (CASTEL, 1998, p. 606).

Por seu turno, Abramovay (1999) sugere o inverso: a territorialização fundaria uma nova cultura cívica. Apoiado nos estudos de Robert Putnam o autor propõe:

> esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores. É neste sentido que, em torno do desenvolvimento rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: por um lado a que vem enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento. Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das "redes", das "convenções", em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.
>
> A este processo de enriquecimento, uma outra vertente do pensamento social contemporâneo – muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento – vem chamando, com base nos trabalhos de James Coleman (1990) e, Robert Putnam (1993/1996: 177), de capital social, que diz respeito à "... características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (ABRAMOVAY, 1999).

Bandeira (1999), recentemente, procurou sistematizar o Estado da Arte das teorias e experiências de construção de novos mecanismos de regulação do desenvolvimento territorial esboçadas ao longo dos anos 90. Em seu ensaio, sugere que a abertura comercial e aumento de competitividade econômica colocam em xeque políticas que no passado foram utilizadas largamente como indutoras de desenvolvimento, tais como a proteção à indústria nascente e a concessão de subsídios e incentivos fiscais. Moto contínuo, propõe

uma mudança de paradigma no planejamento de ações públicas, substituindo a referência em grandes regiões por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, mais calibradas com base em diagnósticos mais precisos da situação e que têm um elenco de problemas mais homogêneo. Sua proposição apoia-se em cinco teses adotadas pelas agências internacionais de fomento ao desenvolvimento:

1. Participação na Gestão Pública Territorial como Busca de Eficiência

Esta tese, defendida pelo Banco Mundial e destacada pelo Grupo dos Sete, no encontro realizado em Lyon, em 1996, sustenta que a ausência de participação gera ações efêmeras e substituíveis por outros governos. Segundo o Banco Mundial, a ascensão da sociedade civil modifica os programas de assistência ao desenvolvimento;

2. Participação na Gestão Pública Territorial como Base de Governância

Também destacada pelo Banco Mundial, a *good governance* amplia o escopo da gestão territorial para os processos em que atores articulam interesses e exercitam direitos. O encontro do Grupo dos Sete, ocorrido em 1995, em Halifax (Canadá), vinculou a governância aos modelos de desenvolvimento participativo. A transparência administrativa e construção de consenso e previsibilidade nos programas de gestão conferem estabilidade nos processos de desenvolvimento;

3. Participação na Gestão Pública Territorial como Acumulação de Capital Social

O objetivo, no caso, é a construção de redes de colaboração para construção de soluções coletivas, apoiadas em relações interpessoais e sentimento de confiança mútua. Apoiados nos estudos de James Coleman e Robert Putnam, documentos elaborados pela OECD destacam a cooperação para o desenvolvimento, pressupõem a melhoria da capacidade de administração de políticas econômicas e sociais e a responsabilidade perante o público, o respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade, componentes considerados básicos da cooperação internacional. Para tanto, sugerem a interação permanente de diferentes segmentos da sociedade civil e entre eles e as várias instâncias da administração pública, facilitando os processos de capacitação e de aprendizado coletivo, forjando consensos. Citam, como exemplo desse arranjo institucional os conselhos econômicos e sociais

regionais existentes na Espanha e os modelos de administração regional da França e Chile[48] (MANSBRIDGE, 1995).

4. Participação na Gestão Pública Territorial e Competitividade Sistêmica

O conceito de competitividade sistêmica refere-se ao padrão em que o Estado e sociedade criam condições para o desenvolvimento (ALTENBERG, HILEBRAND e MEYER-STAMMER, 1997). Altenberg (1997), o autor citado como referência na formulação deste conceito, sugere quatro níveis de competitividade sistêmica: micro, englobando empresas e redes de empresas; meso, envolvendo instituições e instâncias políticas; macro, afetando as condições econômicas; e meta, envolvendo estruturas socioculturais e orientação econômica. O autor aponta, ainda, seis elementos de emergência de atores coletivos, capazes de dirimir conflitos regionais: 1. confiança; 2. orientação para resultados (busca de consenso); 3. tomada de decisão conjunta; 4. reciprocidade, ou consentimento de distribuição justa de custos; 5. aceitação dos direitos legítimos dos vários atores.

5. Participação na Gestão Pública Territorial na Formação de Identidades Regionais

A identidade regional, nesta concepção, forja-se a partir do sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada. Segundo Sergio Boisier, a planificação do desenvolvimento regional é atividade eminentemente societária, cuja responsabilidade articula Estado e comunidade regional polifacética (BOSIER, 1995). Tal identidade é construída historicamente, resultante de experiências políticas, sociais e culturais comuns, possibilitando a percepção de interesses coletivos. A consolidação dessa percepção, por sua vez, é fomentada pela prática contínua de discussão, formulação, implementação de ações e fiscalização de programas regionais. A identidade regional, ao contrário de formular normas particularistas, formata consensos básicos entre atores sociais na busca de um modelo de desenvolvimento.

---

[48] MANSBRIDGE, Jane. "Does Participation Make Better Citizens?, Disponível em<http://www.cpn.org/cpn/sections/new_citizenship/theory/mansbridge1.html>. Acesso em: 22 nov. 1998.

O conceito de território, como se percebe, ganha contornos teóricos nas formulações recentes das agências internacionais de fomento ao desenvolvimento e envolve muitas correntes da ciência política. Não seria exagero destacar, neste campo de formulação, certo descuido teórico, já que não dialoga com o rico debate desencadeado a partir dos anos oitenta do século passado a respeito das mudanças de estatuto teórico do conceito de território. Com efeito, Haesbaert (1997) considera ao menos três vertentes básicas:

1. a jurídico-política, cujo território é concebido como espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente de caráter estatal;

2. a cultural, que destaca a dimensão simbólica, cujo território se constrói a partir da identidade social sobre o espaço;

3. a econômica, que destaca a territorialização como produto espacial do embate entre interesses de classes sociais.

A primeira abordagem, de vinculação da noção de território ao domínio estatal, teria sido, segundo o autor, uma teoria formulada originalmente por Ratzel (1990), para quem, sem o território, é impossível compreender o incremento da potência e solidez do Estado. A decadência de um povo estaria, assim, diretamente vinculada à perda de um território. "Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mais ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura" (RATZEL, 1990, p. 74).

Posição muito próxima é a desenvolvida por Freund (1997), ao analisar a noção de domínio em Weber. Para o autor, o poderia torna-se político quando a vontade se orienta em função de um agrupamento territorial, com vistas a um objetivo.

A segunda abordagem é a de Guatarri (1985) e Tuan (1982). Para o geógrafo Tuan, a chave da compreensão sobre a territorialidade humana é o pensamento simbólico. O elo efetivo entre o ser humano e o ambiente físico seria a construção imaginária de espaços de posse, espaços proibidos e espaços amados (topofilia). Para Guatarri, o território teria um sentido mais afetivo, enquanto *território liso* seria aquele ligado às relações funcionais da espécie.

As duas correntes acima são majoritárias na definição contemporânea de território. Pautam-se pela compreensão do grau de autonomia de um agrupamento social frente ao território ou sua dependência (heteronomia) face ao poder central. O conceito de território diferencia-se, assim, entre aqueles que o concebem como forjado por identidades culturais ou como campo de forças políticas (SOUZA, 1995).

O conceito ganhou novo viço nos últimos anos por aflorar como um campo de resistência política. Santos (1994) como uma *revanche* à globalização econômica, vinculada à noção pós-moderna de transnacionalização do território. Para o autor, a revanche ocorreria pela revalorização do que denomina "território banal", construção teórica originalmente elaborada por François Perroux que significaria o domínio da contigüidade territorial. Haveria, ainda, o espaço em rede, não contíguo, mas o espaço banal seria considerado o "espaço de todos", traduzindo-se como espaço público por excelência, um espaço forjado na história da ação humana, visível e compreendido culturalmente. Segundo Santos (1994),

> há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-lo. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns (SANTOS, 1994, p. 18).

Temos, a partir desta formulação, uma possível politização da noção de território enquanto resistência a um mundo desfigurado e compreendido com a-histórico pelas populações atingidas pela desconstrução econômica e espacial provocada pela redefinição das relações comerciais e políticas provocadas pela globalização econômica. Num esforço de síntese, poderíamos afirmar que a noção de espaço-tempo circular rural, o *Rural Profundo*, para parafrasear Batalla (1997) ao analisar a cultura mexicana, se reconstrói para dialogar com uma outra noção de espaço-tempo que Daniel Nicolas denomina de pós-fordista[49]. Para

---

[49] Batalla (1987) criou a expressão "México Profundo" para ilustrar o misticismo e a referência às expressões culturais e espaciais pretéritas na vida mexicana.

Nicolas, a noção circular de tempo é típica das sociedades tradicionais, em que cada espaço é o recobrimento dos espaços anteriores. Historicamente, a cultura ocidental teria criado uma nova noção, denominada pelo autor "linear", um tempo infinito, definido pelos relógios. O espaço correspondente seria definido pela noção de progresso, que procura suprimir a identidade toponímica, recriando a virgindade do espaço. Desrespeitam-se os tempos da natureza e da vida comunitária e impõem-se o tempo e espaço societário. O momento seguinte teria sido o da criação de um tempo-espaço fordista, demarcado pelo conceito de trabalho divisível em porções de tempo dissociadas. Em termos espaciais, o modelo fordista consolida a noção de internacionalização e de cidades metropolitanas, gerando espaços de influência (hinterlândia). Finalmente, a mudança espaço-territorial pós-fordista teria construído a noção de simultaneidade no espaço, típica de uma crença expansionista, mundializadora, o que estaria substituindo a noção de espaço banal pela de espaço em rede, descontínuo (NICOLAS, *apud* SANTOS, 1994).

Nessa proposição, a ruptura da vida rural seria múltipla, já que populações e comunidades tradicionais estariam experimentando conflitos gerados por identidades espaciais muito diferenciadas daquela que constitui sua identidade social. Em outras palavras, a reconstrução da noção de território como campo de resistência estaria, do ponto de vista dos movimentos sociais rurais que se articulam no final do século passado, mais articulada à identidade cultural que à luta pela manutenção no mercado de produtos agrícolas. O território apresentar-se-ia como elemento visível e marcado historicamente pela ação das comunidades rurais, ainda que a partir de uma grande dose de misticismo e crença em códigos morais em desuso. O território, contudo, é visível, é percebido e compreendido.

A intenção deste estudo é contextualizar e articular os significados históricos da emergência desta politização do território. A hipótese aqui trabalhada é a da necessidade de populações *desfiliadas socialmente* em redefinir sua identidade social e reconstruir um aparato institucional que regule as relações sociais e fomente o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas.

2.3 Um novo conceito de Gestão Pública?

O debate político e acadêmico sobre a construção de novas modalidades de gestão pública ganha projeção internacional nos anos 70. Nesta década, e seguintes, surgem inúmeras experiências de conselhos de *co-governo* de bairros na Inglaterra, na Itália e nos EUA. Algumas experiências apresentam um tempo de vida muito curto, como no caso do Grater London Council, afetado pelo clientelismo político. Contudo, as experiências em curso forneceram elementos para uma profunda discussão técnica da viabilidade dos conselhos de gestão pública e da sua abrangência (se consultivos ou deliberativos, se vinculados à representação partidária ou eleitos diretamente pelos cidadãos residentes no território[50]). Uma variação desse debate foi a proposição de criação de conselhos populares autônomos, excluindo qualquer relacionamento direto com o Estado (GRAU,1994;VILASSANTE,1984). No Brasil, tal concepção, ocorrida no início dos anos 80, apoiou-se na proposição soviética cujos conselhos forjariam uma dualidade de poder, um poder paralelo ao Estado[51] (DANIEL,1994).

As forças políticas que se envolveram nesse processo, entretanto, não formavam um consenso sobre as possibilidades que as novas formas de gestão pública estariam descortinando. Uma vertente participacionista considerava que qualquer avanço significativo deveria incluir apenas mecanismos deliberativos de base, excluindo toda capacidade de cooptação, típicas do Estado de natureza clientelista. Dentre as forças que sugeriam algum tipo de relacionamento entre movimentos sociais e Estado, sobressaíram aqueles que sugeriram o aprofundamento da descentralização dos aparelhos e processos decisórios estatais e aqueles que valorizaram o neocorporativismo. Para esses últimos, o

---

[50] Os conselhos consultivos seriam aqueles sustentados fundamentalmente pelas agências estatais, enquanto os deliberativos estariam assentados na capacidade de mobilização distrital. Em alguns casos, como na experiência de Barcelona, estabelece-se um forte vínculo com a representação partidária. Naquela localidade, foram instaladas, nos anos 80, subprefeituras regionais, cuja representação mostrava correspondência com representatividade eleitoral de cada agremiação partidária.

[51] Em Vilassante(1984), o autor descreve a experiência espanhola, localizando-a no campo de debates, realizado na Europa, sobre administração pública.

[52] Nesse artigo desta edição dedicada à participação popular nos governos locais, o autor ressalta que as experiências de participação popular em administrações públicas locais surgem no Brasil nos anos 70, ainda no regime militar, a partir das experiências de Lages e Boa Esperança. Em relação às experiências de conselhos gestados por movimentos sociais, destaca os conselhos de saúde na Zona Leste de São Paulo, o conselho popular do orçamento de Osasco e a Assembléia do Povo de Campinas.

fluxo adequado de informações gerenciais entre sociedade e governo aumentariam a eficiência estatal, na medida em que se fortaleceria a *representação funcional* da sociedade, aumentando a possibilidade de atendimento de demandas específicas. Esta é a posição de Paul Hirst. O autor, ao contrário da quase totalidade dos estudos sobre movimentos sociais, sugere que, nos anos 80, lideranças populares passaram a estimular os mecanismos de representação formal, acompanhando o processo de aceitação da democracia pluripartidária por parte dos partidos de esquerda da Europa. Em suma, acredita que *a esquerda rendeu-se à democracia* (tal como afirma Jorge Castañeda). Esta *nova esquerda* estaria propondo um novo republicanismo, pautado pelo fortalecimento da participação ativa em instituição políticas e ampliação dos direitos sociais e políticos, em que as organizações da sociedade civil tenderiam a fiscalizar e substituir o Estado[52].Hirst(1992), contudo, não crê que estes novos mecanismos de participação superem as limitações impostas pela democracia de massas. A maioria da população, sustenta, aceitará a participação limitada. Assim, a alternativa seria...

> O gerenciamento econômico por meio da coordenação dos grandes interesses sociais e da orquestração do acordo pela negociação entre os grupos de interesse. Isto implica a representação corporativa dos grandes interesses organizados. O que se afirma aqui é que a representação corporativa dos interesses organizados pode fortalecer a democracia, no sentido de aumentar a influência popular sobre o governo [...], ajudando a descentralizar o Estado [...] [gerando] um Estado pluralista (HIRST,1992,p.13).

---

[52] O autor se refere às campanhas ecológicas, feministas, pelos direitos dos homossexuais e anti-racistas. Numa linha de interpretação distinta, Benevides (1994) propõe o conceito de cidadania ativa, que sugere uma diluição das fronteiras entre Estado e Sociedade Civil. Para a autora, "o cidadão, além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdade em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. Isto significa que a antiga e persistente distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade civil atenua-se perdendo a tradicional nitidez" (BENEVIDES, 1994, p.15) O conceito foi aprofundado por Benevides (1991) no seu livro **A cidadania ativa**, editado pela Ática, em 1991.

Contudo, tal proposição fragmenta os interesses sociais, impedindo qualquer formulação normativa universal. A regulação corporativa sobrepujaria a representação territorial. Tal *pluralismo* geraria, inclusive, um grande distanciamento entre representantes e representados, na medida em que as organizações de interesse passam a ter sua dinâmica política definida pelas agências estatais com as quais atuam. Finalmente, acaba por delegar ao Estado o processo de seleção das organizações que teriam maior legitimidade para negociar interesses, num processo seletivo de reconhecimento estatal.

No final dos anos 70, alguns estudos já sugeriam o fracasso dessa experiência de pluralismo ativo. As organizações que efetivamente participavam dessas modalidades de co-governo eram muito reduzidas, notadamente aquelas que envolviam cidadãos com maior nível de educação e experiência política[53].

Dessa constatação, nasce um novo ângulo de análise que teria como problema central a motivação que levaria segmentos da sociedade civil à cooperação voluntária.

A crise da capacidade de regulação do Estado inaugurou, recentemente, um profícuo debate sobre a reelaboração do seu papel e, em especial, sobre sua relação com a sociedade civil. Dentre tantas análises, destacamos duas, por ensaiarem um esboço de complementariedade entre essas duas esferas político-sociais que conformam a estabilidade, governabilidade e gerenciamento público[54].

Este movimento sustentou uma profunda reforma, inclusive, do aparelho estatal, em especial, no Reino Unido, na Austrália e, em parte, nos EUA. Transitando entre a

---

[53] Este é, aliás, um impasse recorrente das experiências de conselhos paritários de gestão de programas sociais no Brasil. Recentemente, um estudo sobre a performance do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, desenvolvido pela FIPE/USP e Instituto Lumen, revelou que o acesso ao crédito individual ofertado aos agricultores familiares, apesar de coordenado por conselhos de gestão municipal, era condicionado pelo grau de inserção do agricultor tanto nas estruturas bancárias e de assistência técnica, privilegiando os mais consolidados no mercado agrícola como os com maior grau de influência política.

[54] A bibliografia sobre o tema já é extensa. Podemos citar, entre outros, FERLIE et al. **A nova administração pública em ação.** Brasília: ENAP/UnB, 1999; GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via.** Rio de Janeiro: Record, 1999; HUTTON, Will. **Como será o futuro Estado.** Brasília: Instituto Teotônio Velela, 1998; VELASCO e CRUZ, Sebastião. **Estado e economia em tempo de crise.** Rio de Janeiro: Dumará, 1997; ABRUCIO, Fernando. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: ENAP, **Cadernos Enap,** n. 10, 1997; OSBORNE, David, **Reinventing**

concepção neoliberal e o que no Brasil ficou cunhado como *administração gerencial*, esta reforma pautou-se pela superação da organização burocrática pública e reaproximação da sociedade civil (ou mercado). Em princípio, adotou a estrutura descentralizada de administração pública (*lossely coupled organizations)*, avançando para a derivação em quatro modelos básicos de gestão. Mantém-se, contudo, alguns princípios, a saber:

1. as privatizações, acentuando a distinção entre esfera de mercado e de Estado;

2. adotam-se valores gerenciais, de mercado, para definir a performance pública. Em alguns casos, sugere-se a criação de *paramercados*, ou seja, a transferência de rubricas orçamentárias fixas para agências ou administradores públicos que passam a organizar concorrências públicas para realizar compras e algumas modalidades de prestação de serviços[55];

3. reforça-se o papel dos administradores e gerentes;

4. as hierarquias de gestão são substituídas por administração por contrato.

Na Inglaterra, tal proposição, ao longo dos anos 80 e 90, deu lugar aos quatro modelos citados anteriormente: dois deles articulados a partir de metas e tarefas a serem atingidas, e outros dois que tinham nos processos e mudanças de hábitos culturais seu eixo articulador. Vejamos, brevemente, os quatro modelos (FERLIE et al.,1999):

---

government. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1992; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle, In: **LUA NOVA,** n. 45, São Paulo: CEDEC, 1998.

[55] Essa modalidade de organização atingiu mais duramente o setor de saúde pública na Inglaterra, onde os clínicos-gerais passaram a assumir tarefas gerenciais com grande autonomia. Esta mudança chegou a afetar a formação desses servidores públicos, substituindo as especializações técnicas por formação administrativa-

Tatcherismo

Este modelo privilegiou o controle financeiro e a administração hierarquizada. Mas, ao contrário das estruturas clássicas da burocracia estatal, introduziu o monitoramento de desempenho e a noção de orientação para o cliente, incorporando o jargão da administração privada. Desregulamentou o mercado de trabalho e implantou o sistema de bônus e recompensa individual no serviço público. O poder dos administradores aumentou e foi adotado o princípio de administração por empreendimento, o que provocou grande mobilidade dos servidores públicos, alocados por projeto. Finalmente, marginalizou os sindicatos e representantes de categoria das negociações e formulações das agências estatais.

Downsizing

A desestruturação de hierarquias, aproximando servidores de clientes, e as reduções de cargos são os dois princípios básicos dessa concepção. Desta vertente, derivam os paramercados, separando os setores de compra dos de prestação de serviço. Toda gestão passou a seguir um contrato de metas e trabalho. Como o objetivo é o atendimento do cliente, o padrão de serviços se alterou e se flexibilizou, passando a perseguir as peculiaridades de cada nicho de interesses.

Escola de Relações Humanas

Diferentemente das outras duas vertentes, esta privilegia os processos como mais importantes que os produtos ou tarefas a serem executadas pelo servidor público (PETER, 1992). A cultura institucional passa a ser compreendida como fator de adesão. Por este motivo, são implantados programas de mudança de cultura institucional, procurando

---

gerencial. Além do Reino Unido, a Nova Zelândia e os EUA adotaram modalidades da administração gerencial no serviço público.

introduzir a noção do servidor como empreendedor público, ampliando e dando autonomia para executar múltiplas tarefas.

Orientação para o Serviço Público

Esta vertente sugere a implantação de elementos do sistema de qualidade total no serviço público. Entretanto, recusa-se a definir o usuário como cliente, porque privilegia as relações de negociação política e, por esse motivo, revela forte descrença em relação ao papel do mercado como definidor de políticas sociais. Pelo contrário, valoriza a legitimidade dos postos eletivos e a capacidade política dos governantes. São privilegiados os trabalhos comunitários e o conceito de responsabilidade pública do servidor (OSBORNE e GAEBLER, 1992).

Offe (1998), recentemente, procurou formular uma concepção teórica apoiada numa relação apoiada no tripé Estado, mercado e sociedade civil.

Em seu paper apresentando no seminário Sociedades e Reformas do Estado, em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 1998, **The Present historical transition and some basic design options for societal institutions** sustenta que a crise das instituições públicas estaria inscrita no conflito entre três tendências globais contemporâneas: 1. a tendência à democracia liberal e ao republicanismo (que envolveria o fim dos regimes militares latino-americanos, o fim dos regimes burocráticos do socialismo real e a emergência de sistemas eleitoriais e sistemas racionais de legitimidade em porções do território africano e asiático); 2. a tendência à globalização ou interdependência global, integrando as nações a partir dos investimentos financeiros, os códigos matemáticos e tecnológicos, as formas de expressão e comunicação, os fluxos migratórios, os recursos militares e a meteorologia (ou clima); 2. a cultura pós-moderna, que induz ao separatismo e ao desencanto com as normas morais universais. Offe (1998) propõe que somente uma engenharia política híbrica, que articule Estado (baseado no senso de justiça fundado na igualdade), comunidade (que define as regras morais, crenças e valores coletivos) e mercado (baseado na noção de merecimento e interesse) poderá organizar uma nova institucionalidade que solucione os problemas

advindos do choque das tendências mundiais descritas acima. O hibridismo, sustenta, pressupõe a prudência para se evitar a excessiva confiança no estatismo (todo Estado grande gera controles oligárquicos da ação social, mormente transfigurados em clientelismo, cinismo político, falta de iniciativa social, corrupção ou clientelismo) , ou descrença na regulação estatal (o que diminuiria a capacidade de geração de garantias coletivas); a excessiva crença no mercado (que, por princípio, é regulado pela tentativa de evasão das ameaças competitivas por parte dos oligopólios) ou na descrença no mercado (que tem elementos pedagógicos de aprendizagem e tolerância entre competidores e libera os indivíduos das tramas paternalistas) e, ainda, a crença no excessivo comunitarismo (que não garante necessariamente a cidadania, mas, antes, a identidade e, portanto, pode gerar uma falsa tolerância, como o caso do multiculturalismo) ou descrença no comunitarismo (fonte de energia moral e de responsabilização de comportamentos).

Por seu turno, Santos (1998), em seu ensaio **A reinvenção solidária e participativa do Estado,** paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado, ocorrido em São Paulo entre 26 e 29 de março de 1998, polemiza tanto a vertente racionalista de reforma do Estado, expressa nos estudos de David Osborne e Ted Gaebler, quanto a proposição híbrida de Offe. O autor sugere que o hibridismo sempre esteve inscrito no ideário iluminista: estava presente em Rosseau e em Locke. Ocorre que o contexto do final do século XX sugere uma opção em relação à construção de uma nova institucionalidade política, fundada na relação mercado/Estado ou na relação sociedade civil/Estado, tendo em vista a crise do modelo revolucionário – que se apoiava numa ação contra o Estado – e do paradigma reformista – que se apoiava numa ação a partir do Estado. A institucionalidade reformista baseou-se na regulação do trabalho, na proteção social dos riscos sociais, na segurança contra a desordem e violência e na garantia do processo de acumulação de capital, descaracterizando o princípio comunitário e reforçando o princípio do Estado e do mercado como regulação na modernidade. Com a globalização, desestruturam-se os espaços nacionais de conflito e negociação, e a capacidade financeira e reguladora do Estado é minada e aumentam a escala e a freqüência dos conflitos. Assim, se as estratégias de acumulação fortalecem-se, as estratégias de hegemonia e de confiança do Estado esvanecem-se. Trata-se, então, de se pensar um novo padrão societário, uma nova institucionalidade.

Boaventura (1998) propõe, a partir de então, a reforma do Estado e da sociedade civil, que denomina Terceiro Setor. Propõe que se compreenda esta reforma como modeladora de um Estado-novíssimo-movimento-social, assentado na idéia de que

> Perante a hubris avassaladora do princípio de mercado, nem o princípio de Estado, nem o princípio da comunidade podem isoladamente garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis, sem as quais a vida em sociedade se converte numa forma de fascismo societal. Propõe assim uma articulação privilegiada entre os princípios do Estado e da comunidade sob a égide deste último. Ao contrário da primeira concepção, que explora os isomorfismos entre o mercado e o Estado, esta concepção explora os isomorfismos entre a comunidade e o Estado. [...] Está a emergir uma nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais. (BOAVENTURA, 1998)

Sugere, assim, a refundação democrática da administração pública, como antípoda da proposta de Estado-empresário. Por outro lado, sustenta a refundação democrática do terceiro setor, exigindo a busca da definição de objetivos que o resguarde da tentação da relação promíscua com o Estado; que descaracterize a participação como subformas de relação paternalista e que realize uma coerência mínima entre o universalismo de seus objetivos e as escalas de ação e autoritarismo.

Sua crítica ao Terceiro Setor parte da análise de que não há claramente uma localização estrutural dessas organizações entre o público e privado. Em alguns casos, a motivação e iniciativa coletiva aproximam o terceiro setor do setor privado, como no caso das

cooperativas de trabalho, muitas delas resultantes do downsizing de empresas capitalistas[56]. Em outros casos, aproxima-o do setor público, em virtude da natureza humanitária dos serviços prestados, como no caso das associações de crédito, crédito informal ou crédito rotativo.

Em segundo lugar, muitas dessas organizações são sobreposições de instituições formais às redes informais de solidariedade e ajuda mútua que caracterizam as sociedades rurais, transformando as primeiras em exercícios de benevolência repressiva ou paternalista.

Boaventura (1998) desloca a análise sobre as regras e estruturas estatais para o campo da cultura política. Daí a opção que o autor faz ao eliminar o mercado como elemento de contratação social e propor uma profunda alteração nas proposições da sociedade civil moderna. A superação das práticas corporativas possibilitaria a formulação de uma nova cultura política, ultrapassando os marcos da tradição moderna, que distinguiu o indivíduo da esfera de gestão pública.

O processo de flexibilização produtiva e crise das estruturas burocráticas parece contribuir para estimular várias análises sociológicas que procuram redefinir o papel da sociedade civil, dialogando com as proposições de Boaventura (1998). O conceito articulador dessas tantas análises que sugerem alterações na cultura política social é o de capital social. São vários os autores que lançam mão deste conceito.

Sennett (1998), em texto recente, analisa a corrosão que o processo de flexibilização produtiva gera na identidade social. Segundo o autor,

> enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. [...] Talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal. [...] O termo caráter

---

[56] Esta posição é diametralmente oposta à de Gaiger(1999), para quem as cooperativas de trabalho constituiriam uma economia popular solidária que teria na cooperação e no trabalho como valor simbólico o cerne desses empreendimentos. Seriam, então, uma nova forma social de produção.

> concentra-se, sobretudo no aspecto de longo prazo de nossa experiência emocional. [...] Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? (SENNET, 1999, p.9).

A pergunta estimula o autor a compreender os *inputs* que tal situação geraria na desconstrução de identidades sociais. As rotinas e hábitos sociais geravam, anteriormente, auto-entendimento. Uma vida "de impulsos momentâneos, de ação a curto prazo, despida de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é imagina na verdade uma existência irracional" (SENNET, 1999, p.9). Mas, se este aspecto da flexibilidade parece em demasia uma realidade urbana, ao analisar novas dimensões da flexibilização produtiva e organizativa, Sennett (1999) sugere possíveis incursões no mundo rural. Duas variáveis parecem particularmente significativas: a dissociação da identidade social com o trabalho[57] e o aumento do risco. O risco torna-se uma necessidade diária, gerando um estado de permanente vulnerabilidade social. Desmantela-se, assim, a noção de autoridade, de estabilidade, dificultando a projeção social. Quantos agricultores, em todo País, nos últimos cinco anos, não se queixaram, em inúmeros encontros promovidos por sindicatos, pastorais e outras organizações, desse sentimento de instabilidade, de desorganização, de um mundo que se perde ao longo do dia?

O autor sugere que o jogo de poder sem autoridade gera um novo tipo de caráter: em lugar do homem motivado, surge o homem irônico.

A instabilidade social do final do século estaria dando lugar a um sentimento de desejo de valores comunitários. Embora defensivo tal sentimento apoia-se na construção de dependências mútuas, fundadas na confiança. Novamente, é Sennett (1999) quem elucida esta trama:

---

[57] Numa estimulante passagem, o autor cita o depoimento de um padeiro norte-americano, que justifica porque não participa de cursos de aperfeiçoamento profissional. Diz o padeiro: – *Não sou padeiro mesmo; não vou fazer isso o resto da vida.* Sennett (1999) analisa: "Eis aí pessoas cuja identificação com o trabalho é fraca. Se Bill Gates não é muito apegado a produtos específicos, essa nova geração é indiferente a trabalhos específicos" (SENNET, 1999, p.83).

> O laço de confiança [...] desenvolve-se informalmente nas brechas e fendas das burocracias à medida que as pessoas aprendem de quem podem depender. Os laços de confiança são testados quando as coisas dão errado e a necessidade de ajuda se torna aguda.[...] O clássico ensaio de Lewis Coser, **The functions of social conflict** , afirmou que as pessoas são mais ligadas pelo conflito verbal que pela concordância verbal [...]. Em conflito, elas têm de se esforçar mais para comunicar-se [...]. Coser observou que as diferenças de opinião muitas vezes se tornam mais agudas e explícitas, embora as partes possam acabar chegando a um acordo: a cena do conflito torna-se uma comunidade (SENNET, 1999).

Utilizando-se do mesmo conceito, mas em perspectiva teórica distinta, Coleman (1988) denominou esta capacidade de as pessoas trabalharem juntas, visando objetivos comuns, de capital social. O autor sustenta que o desenvolvimento apoia-se na possibilidade de as pessoas se associarem umas às outras, crítica para todas dimensões da existência humana. E a capacidade de associação dependeria, por seu turno, do grau em que as comunidades compartilham normas e valores e mostram-se dispostas a subordinar interesses individuais aos grupos maiores. Nasceria daí a confiança (COLEMAN, 1988).

Diferentes concepções teóricas e políticas convergem para a necessidade, no final do século passado, do fortalecimento dos sentimentos comunitários, fundados na confiança mútua, que fortaleçam o sentimento de pertencimento social. Indiretamente, afirmam que a institucionalidade pública, construída sob os auspícios do pensamento moderno, perdeu seu contato com a sociedade civil, deslegitimando-se. Não há, necessariamente, uma crítica ao Estado, mas uma constatação de sua ineficácia reguladora. Todos os autores aqui citados criticam a fluência de normas particularizadas, atomizadas, instáveis. O universalismo, paradoxalmente, surgiria, para estes autores, da reconstrução dos laços de confiança comunitária.

Um autor parece ter trilhado com mais consciência por essa proposição. Trata-se de Putnam (1996). Num longo estudo, que durou vinte anos, o autor e sua equipe de pesquisa analisam a consolidação dos governos regionais que são instalados na Itália a partir da década de 70.

Uma questão vai se configurando para o autor: por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não? Por que, afinal, em algumas regiões da Itália, os organismos de gestão regional funcionaram e, em outros, não?[58]

Num longo estudo de possíveis causas de fortalecimento de instituições fortes e eficazes, o autor encaminha uma reflexão que destaca os fatores socioculturais de uma região, a disposição de seus cidadãos, sobre os fatores socioeconômicos e o projeto institucional[59].

Em suma, sua pesquisa sugere que há uma forte relação entre o desempenho institucional e a comunidade cívica (ou, capital social). Ao comparar o desempenho institucional do Norte em relação ao Sul da Itália, Putnam (1996) analisa duas hipóteses explicativas: a modernidade econômica e a comunidade cívica (padrões de participação cívica e solidariedade social). Avalia que a redistribuição fiscal não consegue compensar as diferenças na infra-estrutura socioeconômica e tecnológica das duas regiões. Por outro lado, regiões mais desenvolvidas economicamente não apresentavam níveis de desempenho institucional compatíveis. O indicador que se revelava explicativo é a cultura cívica, ou espírito público. Putnam (1996) ressalta que o cidadão desta comunidade não é, necessariamente, altruísta, mas apresenta um interesse coletivo, definido no contexto das necessidades públicas gerais, sensível aos interesses de outros. Os cidadãos das regiões com maior eficácia institucional eram, justamente, mais prestativos e confiantes uns nos outros. Criavam, em suas regiões, maior número de associações e de jornais e participavam mais ativamente das decisões públicas (maiores índices de comparecimento às urnas e nos fóruns de deliberação e consulta popular). Nas regiões com menor eficácia institucional, a participação liga-se mais diretamente às vantagens pessoais.

---

[58] O livro de Putnam é recheado por depoimentos pessoais, aproximando-se, muitas vezes, de um estilo narrativo. Numa dessas passagens, relata o desespero de um prefeito do sul da Itália que, insistentemente, buscava ser atendido pelo escritório regional. No depoimento do próprio prefeito: "eles não respondem às cartas, não atendem ao telefone e, quando venho a Bari concluir algum trabalho, tenho que trazer comigo minha máquina de escrever e meu datilógrafo!" Putnam (1996) agrega a este depoimento o constante bordão dos funcionários das burocracias regionais de algumas regiões da Itália: *"Você não pode me dar ordens! Tenho costas quentes!"*

[59] O projeto institucional compreenderia a inventividade estrutural e processual, a boa arrumação das partes formais de um governo. Em relação aos fatores econômicos, destacam-se o bem-estar econômico e o acesso ao bens sociais (saúde, educação, tal como formulado por Dahl e Lipset). A dimensão sociocultural, por seu turno, ressaltaria a relação entre os costumes e práticas políticas de uma sociedade.

Esse parece ser um dos motes para compreendermos a emergência do movimento social dos anos 90, em especial, das regiões rurais de nosso país.

Retomamos, assim, a noção de movimento social rural sugerido neste estudo.

Partimos do princípio de que o processo de internacionalização econômica aumentou significativamente a competitividade setorial e atingiu a capacidade reguladora do Estado Moderno, sustentado pelas instâncias burocráticas de tomada de decisão.

Tal movimento econômico e político afeta duramente amplas massas populacionais, desestabilizando sobremaneira aqueles segmentos sociais cujas estratégias de sobrevivência articulavam-se a partir da regulação estatal, aparatos sociais apoiados em códigos morais tradicionais e que se encontravam na ponta dos processos de produção e consumo mais complexos e institucionalizados. Esse é o caso das populações rurais, mais especificamente, as populações pobres e pouco tecnificadas (ou inseridas marginalmente nos circuitos comerciais de abastecimento) do mundo rural.

Ainda que de maneira tópica e fragmentária, algumas regiões rurais mais afetadas pelas mudanças em curso buscaram construir soluções que, ao mesmo tempo, construíssem novos instrumentos de proteção e regulação social e canais de participação na nova lógica comercial que se desenhava. O ideário que motivou tais iniciativas é aqui denominado híbrido, por traduzir um amálgama de motivações, entre perplexidade, desejo de refúgio, sentimento de injustiça e busca de propor uma nova estratégia de sobrevivência. O território constitui-se como elemento fundante e articulador das iniciativas. Nele, está presente o sentimento de identidade e comunhão de sentimentos sob o impacto das mudanças econômicas e políticas em curso. O território, assim, é concebido como espaço público, de experimentação, reforçando a cultura política híbrida, que transita entre uma nova racionalidade política e a valorização dos códigos morais tradicionais, de origem comunitária.

Tal hibridismo dificulta a montagem de redes homogêneas ou experiências que se alimentem dos mesmos princípios. O que procuramos afirmar é que se a motivação original para muitas dessas experiências inovadoras - inovadoras porque inauguram a ação

protagonista das populações rurais pobres na construção de uma institucionalidade pública - é elemento comum, a trajetória e os instrumentos políticos que essas populações utilizam são muito distintos.

Por esse motivo, sustentamos ser necessária a construção de uma nova proposição a respeito do conceito de movimento social. Trata-se de um movimento cuja unidade está na convergência das intenções políticas dos atores sociais. Mas, antes de formatarem um projeto ou ideário comum articulado, as intenções políticas são difusas porque transitam entre o passado agrarista e a reforma da institucionalidade pública moderna. A fragmentação e o hibridismo, portanto, são elementos constitutivos das práticas políticas do que denominamos movimento social. O conceito de movimento social, embora ambicione uma explicação totalizante dos processos por que passam as populações rurais em questão, é difuso pela natureza social desenhada neste início de século XXI.

Ao contrário do cativeiro formatado pelo agrarismo e a ruptura almejada pelo autonomismo dos novos movimentos sociais rurais dos anos 80, o conceito de movimento social é mais *gelatinoso*, também Gramsci utilizou esta metáfora para analisar a sociedade italiana.

Contudo, as experiências em curso contam com elementos convergentes em seu ideário:

1. estas experiências esboçam uma mudança de paradigma e de prática política, muitas vezes sem uma reflexão mais apurada, fundando concepções políticas que *tentam expandir a democracia política vigente.* Nesse sentido, apontam para algumas reformas institucionais que garantam à *sociedade civil um peso maior nas decisões do Estado,* naquilo que Schmukler (1995) denomina "democratização social", ou adoção de mecanismos participativos tendentes à igualdade social e à ruptura de *autoritarismos institucionais; (SCHMUKLER, 1995).*

2. *assumem uma nova prática de intervenção no processo de decisão de políticas territoriais macrorregionais,* ampliando os espaços públicos e construindo mecanismos mais permanentes de formulação de políticas públicas o que amplia a noção de gestão pública para além da gestão estatal;

3. *procuram articular diversos atores e categorias sociais,* neste processo de formulação de políticas territoriais, o que os distancia, ao menos até o momento, da lógica corporativa que sustenta a maioria dos organismos de representação de trabalhadores já institucionalizados;

4. *são portadores de ações sociais erráticas e híbridas,* marcadas por conflitos internos, reconstruindo relações tradicionais de dominação, criando novos instrumentos de comunicação, um movimento oscilante que coloca permanentemente em xeque as bases de seu novo sistema de representação. Não forjam uma história linear e contínua, portanto.

Trata-se de um movimento político, contraditório, mas progressivo, em que organizações da sociedade civil caminham para a construção de uma nova forma de gestão pública. Motivadas pelo desalento, pela resistência vital às comunidades ou por uma necessidade de reformular a institucionalidade pública, tais movimentos sustentam uma novidade que dialoga com seu passado. Ao contrário das teorias que fundaram o conceito de *novos movimentos sociais* nos anos 80, esse modelo de ação e representação política sugere um arcabouço analítico que se distancie da sua idealização. Com efeito, parecem sugerir uma necessária retomada do percurso dos estudos clássicos, que tinham no agrarismo o *ethos* da identidade social e política nacionais. Inovam porque são impelidos pela desestruturação das instituições modernas no movimento aberto pelo processo de globalização econômica. Seu imaginário, contudo, é rearticulado - o que é profundamente distinto da ruptura sugerida pelos autonomistas -, constituindo um processo de *aggiornamento* do processo de modernização híbrida (como sustenta Nestor Garcia Canclín) latino-americano.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NOS ANOS 90: DUAS EXPERIÊNCIAS EM ANÁLISE

> *o tempo está em tudo; existe tempo, por exemplo, nesta mesa antiga: existiu primeiro uma terra propícia, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia; [...] o equilíbrio da vida depende essencialmente deste bem supremo, e quem souber com acerto a quantidade de vagar, ou a de espera, que se deve pôr nas coisas, não corre nunca o risco, ao buscar por elas, de defrontar-se com o que não é; por isso, ninguém em nossa casa há de dar nunca o passo mais largo que a perna: dar o passo mais largo que a perna é o mesmo que suprimir o tempo necessário à nossa iniciativa.*
>
> (Lavoura Arcaica, *Raduan Nassar)*

3.1 O estatuto político das tentativas em curso

A partir de 1982, com as eleições de governadores de oposição, algumas secretarias de governo, vinculadas às áreas sociais, passaram a ser dirigidas por personalidades vinculadas direta ou indiretamente a movimentos sociais urbanos (quase sempre, mantendo vínculos com a Igreja Católica). No bojo do processo de redemocratização do País, essa nova safra de secretários procurou implementar novas práticas governamentais, tendo como mote a descentralização dos serviços e a aproximação dos grupos de interesse organizados. Uma das iniciativas mais inovadoras foi a implementação de conselhos consultivos de gestão setorial, como ocorreu nas áreas da saúde, educação e transporte[60].

---

[60] Esta inovação envolverá vários países latino-americanos. Segundo Nuria Grau, o discurso participacionista desaguará, no início dos anos 90, em várias iniciativas constitucionais. Cita, a autora, o exemplo da Colômbia, que criou, em 1994, o Fundo para Participação Cidadã, com personalidade jurídica, que tem por objetivo financiar programas que efetivem a participação cidadã mediante sua difusão, capacitação da comunidade

Os instrumentos institucionais de participação foram diversos e diversificados nos anos 80. Num esforço de classificação, poderíamos destacar três modalidades: 1. instrumentos de consulta; 2. conselhos temáticos; 3. conselhos paritários[61].

Inicialmente, em virtude da cultura política que articulava os movimentos sociais da década, muitas de suas lideranças recusaram o convite para participar efetivamente desses fóruns e canais institucionais, principalmente aquelas oriundas da prática católica. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 80, as vitórias eleitorais municipais dos partidos de oposição geram um novo apelo político[62]. Muitos dos prefeitos eleitos neste período não eram apenas apoiadores dos novos movimentos sociais, mas militantes destacados. Ao ingressarem no comando do poder executivo local, levam consigo outras lideranças populares, além de dois compromissos básicos: a inversão de prioridades orçamentárias, aumentando os investimentos em áreas carentes, e a criação de mecanismos de gestão participativos, envolvendo a população no processo decisório. Embora os instrumentos criados inicialmente não garantissem uma unidade conceitual interna[63], criavam um

---

para o exercícios das instituições, análise e comportamento participativo e comunitário (Decreto n. 2.629, de 29 de novembro de 1994). Na Venezuela, procurou-se implementar o *referendum* municipal, para confirmação de mandatos. Nos anos 80, o *referendum* local teria sido implementado em alguns municípios do Peru, Guatemala e El Salvador.

[61] No documento produzido pelo Programa de Educação e Participação Popular da Prefeitura de São Paulo (1988-1992), intitulado **Experiências de Participação Popular da Prefeitura Municipal de S. Paulo (1992),** são apresentadas as seguintes modalidades de participação, praticadas na época e que espelham a diversidade de expedientes adotados por administrações comprometidas com os movimentos sociais neste período: conselhos de gestão de equipamentos, fóruns ou plenárias de caráter regional, fóruns e conselhos de caráter setorial, programas de prestação de serviços (cujo serviço depende da participação popular, como mutirões), coordenadoria de direitos específicos (mulher, negros, idosos e deficientes) e fóruns ou conselhos intersetoriais. Como se percebe, a natureza (se setorial ou intersetorial ou de interesse específico e particular), a base territorial e os objetivos (se execução de políticas ou formulação das mesmas ou ainda se fiscalização) são múltiplos e não seguem uma única orientação.

[62] Deve-se ressaltar que o processo participativo instalado na Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, através das emendas de iniciativa popular, fortaleceu e institucionalizou a capacidade legislativa de muitos movimentos sociais. Daí inscreverem na Constituição de 1988 os conceitos básicos do participacionismo: criação de conselhos de gestão para vários serviços públicos, instituição do referendum e da consulta popular.

[63] Alguns instrumentos eram meros mecanismos de consulta; outros formavam mecanismos híbridos de participação no processo decisório; outros, ainda, criavam estruturas tripartites de elaboração de políticas. Até mesmo o conceito de descentralização não apresentava uma unidade conceitual nítida: muitos governantes acreditavam que a descentralização deveria ser por área de serviço público, outros sustentavam que a descentralização teria que ter por base o território. Os primeiros defendiam sua posição por considerarem que a porta de entrada da participação popular a qualquer gestão pública era a carência (saúde, transporte, educação etc.). Em contrapartida, o segundo bloco advogava que apenas a descentralização territorial (como no caso da criação de subprefeituras, e não apenas escritórios regionais das secretarias) poderia superar a

impasse para os movimentos sociais: ao contrário da prática política assentada na democracia direta, os governos municipais sugeriam a participação institucional, emanada pelas agências estatais, desses movimentos na estrutura do Estado. Em suma, rompiam com um certo *código moral* que definia a sociabilidade interna dos novos movimentos sociais.

O cenário desse impasse parecia ainda mais complexo, na medida em que o discurso participacionista dos anos 80 forjou-se a partir de uma tripla motivação: 1. a Assembléia Constituinte de 1987; 2. o movimento municipalista, liderado pelas associações microrregionais de municípios, tendo como mote a descentralização da execução orçamentária e a mudança das políticas fiscais e tributárias; 3. os conselhos populares e temáticos, motivados por segmentos da Igreja Católica a partir da noção da construção de um poder das classes populares, formulação tecnicamente híbrida, que fundia elementos de democracia direta e representação delegada.

A esse fator exógeno aos movimentos sociais, associa-se, ainda, um outro fator, endógeno, apontado por Gohn (1997) como um outro obstáculo na sua trajetória política: a profissionalização de lideranças. Segundo a autora,

> A profissionalização ou "liberação" (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Ela criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais nos anos 80 e internacionais nos anos 90 ...). Fora das agendas dos encontros, a outra grande prioridade eram as eleições. Certamente foram eficazes porque, por duas vezes, o candidato apoiado pela quase maioria desses movimentos chegou até as finais das eleições para a presidência do país. Mas a consolidação dos movimentos como estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, é reconhecido como não realizado (GOHN, 1997, p.28).

Se em termos de formulação teórica o cenário apresentado era complexo, em termos das estratégias de ação, os movimentos sociais da década, contudo, mantinham o seu elemento

---

estrutura burocrática, centralizadora, do Estado de natureza patrimonialista, e o caráter corporativo dos

corporativo como marca da ação institucional: estruturaram-se a partir do aparelho de Estado Burocrático (especializações e competências estanques, por área de serviço público).

A Era da Participação parece ter chegado ao seu final marcada pela institucionalização precoce. Mais que isso: o processo de redemocratização que deu vazão às múltiplas demandas sociais que, por sua vez, constituíram uma enorme quantidade de movimentos sociais, foi revelando, pouco a pouco, as insuficiências de elaboração desses movimentos, na medida em que vários governos (locais e estaduais) agendaram a construção de uma nova institucionalidade pública, muitas vezes, motivada pelas próprias demandas expressas pelas lideranças populares. A cultura política que sustentava e dava identidade aos movimentos sociais impediu-os de tomarem para si um tema que parecia estar diretamente vinculado à sua vocação: a gestão pública.

O leitor, contudo, poderá assinalar que entre tantas experiências, uma parece se distinguir no cenário político, por seu caráter nacional, por sua capacidade de mobilização social, pela facilidade com que gera fatos políticos e altera a agenda dos governos brasileiros: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, o MST.

Com efeito, o MST surge, em 1979, em Santa Catarina, e estende-se rapidamente para vários estados do País, nos anos 80, projetando-se nacionalmente nos anos 90[64]. O crescimento do movimento demonstrou uma grande capacidade de liderança, um discurso que gerou coesão social entre segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural. Suas lideranças apoiaram-se numa *pedagogia popular* desenvolvida pela Igreja Católica ao longo dos anos 70 e 80, que articulava elementos místicos das práticas religiosas do homem do campo (a cruz, a leitura de passagens da Bíblia ao início das reuniões, as missas logo após as ocupações de terra, a visão de caminhada do povo de Deus em busca da Terra

---

movimentos sociais urbanos.

[64] Por não ser objeto central desta tese, não aprofundamos a análise sobre o MST. O leitor poderá pesquisar mais com detalhes a trajetória desse movimento social a partir das seguintes referências: FERNANDES, Bernardo. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: HUCITEC, 1999; STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999; BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais.** Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

Prometida), com valores culturais do mundo rural (os momentos de piadas, a música sertaneja e caipira, a oferenda de produtos da terra, as rodas de prosa, as leituras de poesias e músicas que valorizam o movimento social, os forrós ao final dos encontros) e elementos de uma disciplinada rigidez organizativa (a formação de comissões de saúde, educação, produção e administração logo após a ocupação de uma terra, e da elaboração de normas do militante e de orientação aos professores de assentamento rural). A força do MST está na capacidade de sustentar este amálgama entre a dimensão racional e mística.

Entre os autores que estudam o MST, entretanto, encontramos posições distintas em relação à novidade da qual ele seria portador. Um bloco que acalenta expectativas positivas encontra no MST uma possibilidade de articulação capaz de elaborar um projeto nacional que se contraponha à institucionalidade pública vigente. Nesse campo, destacaremos os estudos de Maria da Glória Gohn e Bernardo Mançano Fernandes. Num segundo bloco, mais críticos, ressalta-se os impasses de natureza estrutural do movimento, que o impediria de romper com a lógica política que vigora no mundo rural brasileiro. Os matizes que encontramos neste segundo bloco não permitem grandes generalizações, mas mantém um certo distanciamento crítico que não encontramos no primeiro bloco de análises. Destaco, como ilustração, os ensaios de Zander Navarro e Maria Conceição D'Incao.

Para Gohn[65] (1997), o MST apresenta três momentos distintos: 1. 1979/1985, quando seu discurso articula a luta pela terra com a luta pela reforma agrária; 2. 1985/1988, quando o movimento adquire caráter nacional, organizando-se em estados onde há luta pela terra; 3. 1988/1996, quando o lema básico passa a ser *ocupar, resistir e produzir*. A autora destaca a grande capacidade organizativa do movimento e destaca seu empenho em relação ao seu programa educacional e produtivo.

As formulações educacionais são precisas. A escola de um assentamento, para o MST, deve preparar as crianças para o trabalho rural, deve capacita-las para a cooperação e fazer refletir as experiências de trabalho produtivo. O professor deve ser um militante, a escola tem a obrigação valorizar e acompanhar o desenvolvimento individual do aluno e deve

---

[65] Ver nota anterior.

ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular, sendo lugar de vivência e reflexão sobre a ética. No documento **Como organizar a Massa**, de 1991, a coordenação do MST orienta a maneira como se encaminha uma proposta, como se constrói um movimento de massas, o trabalho de grupo, a mística, a agitação e a propaganda.

Em relação à produção, Gohn (1997) destaca a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB –, em 1992, que fundou, em seguida, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. As cooperativas integram a produção à economia de mercado, almejando atingir, inclusive, mercados externos.

Toda essa capacidade organizativa, para a autora, ganha novos contornos com a ocupação do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, em 1995. A região, foco de uma das principais áreas de terras devolutas do País, grande parte com origem dominial questionável, seria capaz de assentar 20 mil famílias. Entre 1990 e 1996, 2.300 famílias foram organizadas na região pelo MST, provocando sucessivas ocupações de terra. Mais de 40 assentamentos foram instalados, fruto da pressão causada por essa intensa mobilização. Tal projeção teria alçado o MST ao principal espaço de organização e luta dos trabalhadores "rurais excluídos das esferas de poder de uma forma geral ou dos "apartados socialmente". Para Gohn (1997), "a grande força motriz dessa organização é a luta baseada na noção de direitos sociais [...] alterando o imaginário social entre os demandários dos movimentos e entre o conjunto da sociedade mais ampla" (GOHN, 1997, p.154).

Fernandes (1998), por sua vez, é mais categórico em relação ao peso e importância política do MST no meio rural. Em texto recente, o autor afirma:

> Embora o número de movimentos sociais organizados vem crescendo, ainda não atendem a demanda da luta pela terra. Muitas famílias se mobilizam em movimentos sociais localizados, que representam parte considerável da luta. Estes são de difícil análise por não possuírem uma estrutura organizacional. Duram o tempo da luta pela terra. O único movimento de atuação nacional é o MST. A CPT, embora possua caráter nacional, atua de forma mais organizada no Mato Grosso do

> Sul e na Paraíba. Os outros movimentos atuam nos estados ou em microrregiões como são os casos do Movimento dos Agricultores Sem-terra – MAST – e Movimento Unificado dos Sem-terra – MUST – que atua no Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1998).

Em seguida, procurando alicerçar sua afirmação, Fernandes (1998) apresenta um quadro dos principais movimentos sociais brasileiros de luta pela terra, constituídos a partir de 1975 e sua área de abrangência. O QUADRO 1 ilustra a asserção acima.

QUADRO 1

Movimentos sociais de luta pela terra – Brasil

NOME	Estado (s)	INÍCIO
Comissão Pastoral da Terra – CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST	RS – SC - PR - SP - MG - RJ - ES – BA - SE - AL - PE - PB - RN – CE - PI - MA - PA - AM - TO – DF - GO - RO - MT - MS	1984
Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA	1994
Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso - MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996*
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra - PE / MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta – MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996*
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem-Terra – MLST	MA – PE - MG e SP	1997
MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
MUST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

* Ano em que intensificou o processo de ocupação de terra. FONTE – Pesquisa e organização: Fernandes (1998). Disponível em: <www.politicaspublicas.com.br>

Embora aquém da demanda social, o MST seria a única organização nacional.

Numa linha interpretativa distinta, Navarro (1997) procura apontar as insuficências do MST sem, contudo, destacar sua importância política e social. Para o autor, o movimento adquire feição nacional a partir de 1994, fruto de uma mobilização regional específica e conjuntural: a disputa no Pontal do Paranapanema. Sustenta que considerá-lo um movimento nacional seria, no mínimo, problemático. Afirma o autor :

> todos sabem da enorme diversidade social, cultural e econômica do país. Um rápido exemplo: agricultores (principalmente agricultoras) sem-terra de enormes áreas do Norte (a maior parte no Maranhão), vivendo historicamente da coleta dos frutos do babaçu, ao serem organizadas pelo MST, poderão motivar-se simplesmente pelo

> acesso às áreas de coleta, crescentemente privatizadas[...]. Já os agricultores ligados ao Movimento, no Rio Grande do Sul, encontram-se encurralados pelos processos de abertura comercial gerados pelo Mercosul que, por sua vez, ampliaram notavelmente os requerimentos de desenvolvimento tecnológico, como forma de sobrevivência no negócio. [...] Portanto, um conjunto de reivindicações, ao assumir sua concretude regional, torna as "bandeiras nacionais" ineficazes em prazos maiores, sendo que o MST, necessita, com urgência, propor uma agenda nova não apenas de demandas, mas também de ações, que seja diferenciada, conforme particularidades de cada região (NAVARRO, 1997).

Mais adiante, o autor ainda reforça que alguns setores dirigentes do movimento adquiriram posturas triunfalistas, desqualificando alianças, incapacitando o Movimento de vislumbrar estratégias realistas de ação. Destaca, ainda, a ilusão do que seria o caráter revolucionário desse movimento, tendo em vista que a possibilidade de ruptura do regime econômico e político prevalecentes inexiste no imaginário social dos sem-terra. O modelo interpretativo, oriundo das corrente marxistas, teria, então, uma opção para mobilizar setores sociais politicamente frágeis –sua base social - e introduzi-los em ações políticas perigosas, como é o caso das ocupações.

Outro estudo procura aprofundar as relações de poder que são construídas no interior dos assentamentos rurais coordenados pelo MST. D'Incao e Roy (1995) revelam que, após a conquista da terra, a busca retórica de construção de relações sociais democráticas no seio das populações beneficiadas vai, pouco a pouco, dando lugar a clivagens políticas que reproduzem e reconstroem formas de dominação incrustadas nas práticas tradicionais do mundo rural brasileiro. Técnicos agrícolas estatais tentam impor modelos coletivos de produção; agentes católicos buscam disseminar ideais comunitários; militantes do MST reproduzem palavras-de-ordem revolucionárias. Mas, mais profundo e complexo que a tentativa de impor um discurso hegemônico no assentamento é a reconstrução de preconceitos e diferenciações sociais entre as famílias de assentados: o grupo de famílias coletivistas contra o que defende parcelas individuais de produção; as famílias mais tradicionais que desaprovam as mães solteiras. Para os autores,

> reproduziam, eles mesmos, as relações de dominação das quais queriam se libertar. Relações que impediriam o necessário alargamento de seus limites e de suas possibilidades, na direção do desempenho político e econômico pelo que estavam desafiados. Porque, recriando suas velhas práticas de dominados – a competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorrateira etc. -, eles não teriam condições de negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns. [...] o desejo de autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares. Diferenças de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, de possibilidade de convivência com as regras do mercado ou do sistema financeiro, etc. Diferenças de trajetórias de vida e, conseqüentemente, de objetivos, de sonhos e de fantasias que, necessariamente, tornariam mais complexas as negociações entre eles mesmos e com seus assessores (D'INCAO e ROY, 1995, p.30).

O MST, enfim, exige uma dupla constatação, constituindo um aparente paradoxo. Enquanto movimento social, articulado nacionalmente, denuncia a marginalização social e política de uma multidão de brasileiros que procuram inscrever seu direito ao trabalho, ao bem comum improdutivo. O discurso distributivo, ao se nacionalizar, incomoda por revelar a desigualdade social.

Mas, enquanto organização política, não apresenta uma resolução em relação aos mecanismos de tomada de decisão das agências estatais. Na prática, sua ação acaba por eleger como interlocutor o Estado, não criando alternativas de gestão pública. Daí um movimento que oscila entre longas negociações e a deslegitimação do interlocutor (no caso, o Estado). A própria sociedade desigual e a incapacidade de formulação de uma estratégia de radicalização democrática impedem que o MST se projete como formulador nacional.

Por esse motivo, o MST parece articular-se nacionalmente a partir de métodos de mobilização, mas não consegue o mesmo feito em relação ao projeto de sociedade que aspira construir. O impasse está, justamente, na incapacidade de formular um projeto de organização social e de gestão pública, ou ainda, na incapacidade de formular mediações

políticas entre a luta pela terra e o projeto de sociedade. Em suma, é possível afirmar que, no final do século passado, a luta pela terra, em si, não constitui novidade social. Embora abale os alicerces da estrutura de poder em nosso país, a novidade nas mobilizações que demandam terra reside na forma como elas efetivam uma nova engenharia de gestão territorial, que consolida uma mudança real, mesmo que momentânea, nas relações de poder de uma dada região, e não apenas uma inserção econômica (normalmente de pouca envergadura) das famílias beneficiadas pelo assentamento rural.

Experiências inovadoras, cujos marcos de atuação é a formatação de mecanismos de gestão territorial, embora menos conhecidos e articulados que o MST, parecem representar uma inovação política mais significativa e tema de análise sociológica muito mais fértil.

Este capítulo pretende analisar duas experiências regionais, citadas em encontros de trabalhadores rurais e simpósios de sociologia rural (como X Congresso Internacional de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro, em julho 2000, que instituiu um grupo de trabalho, coordenado pelo pesquisador português Pedro Hespanha, que se dedicou às experiências inovadoras de populações rurais que contestam o processo de globalização econômica). São elas: a Articulação de Associações de Agricultores Familiares da Zona da Mata Mineira e os mecanismos de autogestão criados em reassentamentos rurais pelos atingidos por barragens do sul do país (Paraná e Santa Catarina). Pretendia-se analisar, ainda, as experiências do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Acre e Fórum de ONGs de Rondônia. Contudo, ao longo de três meses, os contatos com as entidades que lideram tais experiências não lograram qualquer sucesso. Por esse motivo, na conclusão deste estudo, procuraremos descrever algumas de suas características, embora não conte com o vigor que o trabalho de campo confere às duas experiências analisadas neste capítulo.

A análise dessas experiências específicas, que procurará reconstruir a sua trajetória histórica, a identidade cultural e política de suas lideranças e sua relação com as agências estatais, além da capacidade de formulação de estratégias de desenvolvimento regional, capacidade gerencial e de legitimação, será precedida por um balanço mais abrangente de experiências inovadoras. Outros estudos de natureza exploratória procuraram, nos últimos anos, realizar um inventário de experiências que apresentam tais características. O balanço

mais significativo até o momento foi o desenvolvido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – que deu origem aos relatórios **Série Experiências**[66]. Foram analisadas experiências que buscaram *alternativas de desenvolvimento sustentável*: manejo do fundo constitucional do Norte, aplicado no desenvolvimento sustentável da região; arrastão da animação, cooperativas de leite, cooperativas de crédito no sul; desenvolvimento sustentável no semi-árido; organização de assentamentos rurais no noroeste mineiro; desenvolvimento sustentável em Tauá e no Vale do Itajaí; movimento de mulheres quebradeiras de coco babaçú no Norte; mutirão da cidadania no Espírito Santo e Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista (BA).

É possível organizar um mapeamento dessas experiências, procurando destacar uma provável tipologia tendo como eixo o temário e objetivos que os constituem. Desse mapeamento, reproduzido abaixo, destacaremos a experiência mineira de associações de agricultores familiares e as de autogestão das experiências de reassentamento rural por populações atingidas pela construção de hidrelétricas:

- Movimento de Atingidos por Barragem – Há uma profunda alteração na concepção organizativa e de negociação das lideranças desse movimento que se articula a partir dos anos 80. Destacamos aqui uma experiência singular, na região de Salto Caxias, no Paraná. Nesta experiência, ainda em andamento, após um longo processo de pressão da população rural desapropriada para construção de uma hidrelétrica - chegando a envolver uma manifestação no canteiro de obras que contou com 4.000 camponeses - e manifestações de apoio nos municípios vizinhos, as lideranças rurais lograram conquistar um processo de negociação com a concessionária responsável pela obra, COPEL, que redundou na constituição de uma comissão responsável pela elaboração de todo o programa de reassentamento. Num importante esforço, a comissão de famílias desapropriadas definiu os módulos mínimos dos lotes de reassentamento, o programa educacional e de apoio técnico e incluíram, nesse programa, em mais uma inovação,

---

[66] A Comissão Pastoral da Terra – CPT – iniciou um inventário semelhante em meados dos anos noventa do século passado que contou com nossa consultoria. Agentes pastorais de vários estados do País foram assessorados neste levantamento. Infelizmente, com a mudança da coordenação nacional dessa instituição, todo o trabalho realizado deixou de receber a sistematização necessária.

segmentos sociais residentes na área a ser inundada que não eram proprietários. Até mesmo a discussão da necessidade de contratação de um assessor do movimento de atingidos, para auxiliar na elaboração desse programa de reassentamento, foi garantida por recursos governamentais, após uma série de negociações. Essa experiência parece filiada ao processo organizativo liderado pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB –, criada em fins de 1979, quando da construção das barragens de Itá e Machadinho[67]. Um reassentamento de famílias desapropriadas, em especial, chama a atenção: Mangueirinha, localizado no oeste paranaense. A construção de galpões, casas, edifícios comunitários e vias de acesso foram realizado em regime de mutirão, envolvendo 120 pessoas, entre chefes das famílias beneficiárias, carpinteiros e serventes, contratados pelos próprios *atingidos*. O governo repassou os recursos financeiros diretamente para a execução das obras de reassentamento. Em 1991, numa nova rodada de negociações, a ELETROSUL decidiu transferir a gestão do reassentamento diretamente à CRAB. A experiência é apontada por muitas analistas como a primeira experiência de reassentamento em regime de autogestão em nosso país.

- Fóruns de Desenvolvimento Regional – Surgem inúmeras experiências de criação de fóruns de elaboração de uma pauta comum de desenvolvimento regional e de definição de investimentos de recursos públicos, em especial, na região norte do País. Destacamos aqui dois fóruns, o do Acre e Rondônia. No Acre, a partir das últimas eleições, o governo estadual retomou a experiência de fomento de criação de conselhos municipais de desenvolvimento, assim como a reorganização do Conselho Estadual de Desenvolvimento. A Secretaria Estadual de Produção tem se destacado no monitoramento da experiência. O governo estadual vem, também, construindo um plano de trabalho que prioriza a gestão participativa e a cidadania. No caso de Rondônia, há alguns anos, foi criado um fórum de ONGs com o objetivo de sustentar a elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável para o Estado. O fórum se consolidou e institucionalizou-se. Nos últimos meses, negocia vários projetos diretamente com o

---

[67] Para uma análise mais aprofundada dessa experiência, ver o ensaio de Bermann (1995), originalmente apresentado na Conferência Internacional "Hydropower into the next century: potential, opportunities, challenges", realizada em Barcelona, em junho de 1995.

governo estadual. Outra experiência importante é a que ocorre na Zona da Mata Mineira. Tendo como sede central o município de Muriaé, há alguns anos, vem se articulando uma rede entre sindicatos de trabalhadores rurais e associações de produtores familiares da região. A Zona da Mata é uma das regiões com menor concentração fundiária de Minas Gerais (média de 40 hectares por imóvel rural) e, por estar historicamente vinculada ao comércio do Rio de Janeiro, sofreu com a recente crise econômica daquele Estado. Os agricultores familiares articularam-se, criaram algumas iniciativas de formação técnica e política (incluindo uma *escolinha sindical*, com o apoio do Centro de Tecnologia Alternativa da região), priorizou a agroecologia e criou um selo comercial, o *Sítio Mineiro*. Segundo suas lideranças, os próximos dois passos serão: 1. a criação e regulamentação de um curso supletivo voltado para lideranças e diretores sindicais da região, cujo currículo articule conteúdos básicos e temas vinculados à agroecologia e cidadania, e cuja carga horária possibilite que os dirigentes locais continuem exercendo sua prática política; 2. o fortalecimento da rede que criaram, procurando consolidar um órgão de desenvolvimento regional, atraindo prefeitos e outras instituições da região.

- Parcerias com o Estado na Elaboração de Programas Sociais – Podem-se destacar neste item dois movimentos recentes: o de educação e alfabetização de adultos e o de fiscalização de áreas com ocorrência de trabalho de menores. No primeiro caso, destacamos a experiência do surgimento da Associação Projeto Educacional do Assalariado Rural Temporário –APEART –, no norte do Paraná e a disseminação das escolas-família, no Espírito Santo. No segundo caso, citamos a experiência da articulação de agentes pastorais e lideranças sindicais com o Ministério Público na fiscalização do trabalho de menores em áreas de plantação de cana, na região de Ribeirão Preto (SP). No caso da APEART, o programa de alfabetização, sustentado com repasses de recursos públicos, após ser firmado um convênio com o governo estadual com lideranças sindicais rurais e agentes pastorais. A associação realizou, anos atrás, um amplo seminário envolvendo mais de 700 representantes de diversos municípios da região norte paranaense, num prenúncio da ampliação da abrangência do programa. Todo o programa é mantido por uma organização autônoma dos trabalhadores, inclusive

a contratação de professores, e decidiu-se promover à condição de alfabetizadores os ex-alunos, das primeiras turmas de formandos.

- Tecnologia Adaptada: – Na região do semi-árido nordestino surge uma articulação de sindicalistas, agentes pastorais, ONGs e diversas entidades de apoio técnico, para elaboração das bases de um programa de desenvolvimento sustentável para essa região. Criticam uma exploração econômica regional que não leve em consideração as especificidades climáticas e de vegetação da área. Há outras experiências, entretanto, de articulação de organizações de representação política de trabalhadores rurais, com entidades de apoio técnico em quase todas as regiões do País, numa disseminação muito abrangente de uma concepção agroecológica e saídas economicamente viáveis à agricultura familiar local. É o caso do Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado – RECA – do Acre. Este projeto, apoiado por ONGs, Comissão Pastoral da Terra e Universidade Federal do Acre, envolve quase 300 famílias, numa área com cerca de 1.000 hectares, trabalhando na implantação de novas culturas consorciadas, no processamento industrial desses produtos e na sua comercialização. O mais interessante é que os participantes do projeto criaram um sistema de custeio das famílias que estiverem na sua primeira colheita: cada família contribui com uma parcela da produção, que auxiliará uma outra família recém-associada. O resultado econômico e técnico vem sendo anunciado como muito positivo, gerando uma renda média mensal de pouco mais de US$ 1.000,00 por família. Experiências similares podem ser verificadas na região de Tocantins, no Rio Grande do Sul, na Bahia.

As experiências analisadas a seguir apresentam algumas características em comum. A primeira é o auto grau de autonomia na gestão do desenvolvimento local. Tanto na Zona da Mata Mineira quanto nas experiências dos *atingidos por barragens* do sul do País, as populações envolvidas procuraram construir uma política de gestão dos recursos disponíveis (em alguns casos, gerindo recursos estatais) e mantendo grande desconfiança a respeito dos órgãos estatais. A segunda característica foi a base territorial utilizada como elemento aglutinador de identidades sociais. O território não aparece como formulação política, mas é um elemento natural de disputa. Nesse sentido, os movimentos sociais em questão superam a questão agrária como elemento articulador das mobilizações, mesmo

mantendo as bases do discurso das lideranças dos anos oitenta. Todavia, a bandeira nacional da reforma agrária, base do discurso popular-desenvolvimentista da segunda metade do século passado, parece estar sendo substituída gradativamente por uma referência mais radical de democratização dos espaços públicos, tendo o território como eixo de identificação. Um terceiro elemento comum é a revalorização de elementos da cultura tradicional rural, mantendo uma espécie de ponte entre passado e futuro das populações rurais. No caso dos atingidos por barragens, a pesquisa possibilitou registrar relatos emocionados das suas lideranças, como no caso em que um reassentado procura estabelecer um diálogo com o passado, mantendo a tradição de assar peixes no final de semana e convidar toda a vizinhança local, como fazia quando era um ribeirinho, mesmo residindo numa região não assistida por rios. As lideranças costumam dizer que a *questão cultural* nunca foi resolvida pelos movimentos sociais. Em outras palavras, a identidade social das populações reassentadas parece rompida definitivamente. No caso da Zona da Mata Mineira, perceberemos como as relações familiares e as fortes tradições comunitárias selam o futuro de várias lideranças. Em seus depoimentos, líderes regionais reafirmam por diversas vezes seu lastro cultural. Emocionados, recordam a difícil passagem da adolescência para vida adulta, momento em que se tornaram líderes políticos regionais, num mundo inóspito para os jovens. Este tema parece promissor, já que o ritual de passagem dos adolescentes é analisado pela literatura especializada a partir do imaginário urbano.

Uma última palavra a respeito da natureza dos estudos de caso que serão apresentados para este estudo. Os dois estudos de caso não mostram o caráter de trabalho de campo que classicamente orientam a elaboração de estudos sociológicos. Compreendem mais um conjunto de informações que orientam a construção do conceito de movimento social rural deste início de século. Procuramos inverter, portanto, a lógica formal de elaboração de uma tese, em que o relato de campo constitui o eixo da análise sociológica. Aqui, o eixo da análise é a construção conceitual e o campo ilustra os procedimentos de construção teórica, de onde emergem elementos da realidade, sempre com cores mais vivas que a síntese teórica. Os dois estudos de caso, nesse sentido, procuram auxiliar o leitor na identificação do percurso teórico que percorremos. Estabelecem um diálogo mais franco com o leitor,

fornecendo-lhe instrumentos para sua própria análise e para o convencimento em relação aos nossos argumentos.

3.2 A articulação regional de associações rurais da Zona da Mata ou *A Turma do Tatu*

> *Agora, aos domingos, só aos domingos, gente como enchente. Cavalos, burros e ainda outros cavalos, amarrados em frente às casas – e aí foi que fiquei conhecendo o préstimo daqueles postes de guarantã ou aroeira, cheios de argolas e plantados por toda a parte. Vinha povo extraído e exumado de tudo quanto era grota e biboca, num raio de légua e meia. Tocava o sino, reinava o divino. E, depois da missa, derramava-se pelas duas ruas a balbúrdia sarapintada das comadres, com o cortejo dos homens: olhando muito para as pontas das botinas, assim joão-gouveia-sapato-sem-meia, ou de meias e chinelos – mas só os que estavam de purgante. Fastio.*
>
> (Sagarana, *João Guimarães Rosa)*

A Zona da Mata Mineira abrange 123 municípios. Foi, ao longo de muito tempo, uma região fortemente influenciada pela economia do Estado do Rio de Janeiro devido aos seus fortes vínculos de mercado. Em alguns municípios dessa região, o clima abafado e o sotaque arrastado fazem o visitante imaginar que se encontra em território carioca ou fluminense. A maioria dos municípios não conta com mais que 10 mil habitantes, marcadamente rurais. Juntamente com a região sul do Estado de Minas Gerais, agrega um enorme contingente de agricultores familiares, poucos capitalizados, contando com uma presença significativa da juventude rural, em parte organizada pela Igreja Católica. O café foi, por longo período, a principal cultura da região. Nos anos sessenta, do século passado, uma equivocada política federal de erradicação dos pés de café para forçar o aumento do produto no mercado internacional desestruturou a economia local, o mesmo ocorrendo no norte do Estado do Espírito Santo, vizinho ao sul dessa região. A partir de então, a agricultura familiar local procurou alternativas clássicas no aumento da produção de leite, lavouras denominadas pelos agricultores de *brancas* (arroz, feijão e milho) e pequenas

criações animais. Não estão tendo sucesso até o momento. Estudo recente da Fundação João Pinheiro demonstra que os dois últimos censos agropecuários realizados no País sugerem uma queda acentuada de importância da economia agrícola da região. A ausência de políticas pro-ativas desenvolvidas pelas agências governamentais vem impelindo a concentração de grande parte dos investimentos setoriais para as regiões com forte presença de agroindústrias e/ou economia fortemente capitalizada, como é o caso, em Minas Gerais, das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste. Por seu turno, regiões menos capitalizadas e de concentração de agricultura familiar sofrem uma tendência de esvaziamento produtivo. Com efeito, a região do Triângulo Mineiro passou a ser no final do século passado, a principal região granífera do estado, seguida pelo Alto Parnaíba e Noroeste (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001). Mesmo a produção de milho, a maior cultura do Estado, sofreu grande alteração no período analisado, decaindo o papel da Zona da Mata (até então a segunda produtora de milho do Estado) para o sétimo posto no *ranking* estadual, em virtude da instalação de agroindústrias vinculadas às cadeias de leite e carne para o Triângulo Mineiro. A Zona da Mata também perde posições na produção de café, sendo substituída pelo Alto Paranaíba. O estudo da Fundação João Pinheiro apresenta uma tipologia microrregional que leva em consideração a posição da microrregião no ano agrícola de 1995-6 e a evolução de sua posição relativa em relação ao censo de 1985. As regiões foram classificadas a partir de três dinâmicas temporais: ascendente, estável e descendente, a partir do cálculo de rentabilidade média por estabelecimento agropecuário cotejados com a média estadual. A tipologia apresentada revela que as microrregiões que compõem a região da Zona da Mata apresentam-se como descendentes (em relação ao seu posicionamento no total de 66 microrregiões de Minas Gerais, de 1985 para 1995-6). A microrregião de Muriaé, centro político da organização de agricultores familiares que estaremos analisando neste capítulo, apresenta um índice de renda média relativa baixa (entre 0,5 e 0,8 da renda média estadual).

Não é o caso de analisarmos com profundidade a dinâmica econômica regional, mas é significativo o impacto econômico das mudanças tecnológicas, de abertura dos mercados agrícolas e de ausência de políticas governamentais de apoio à agricultura familiar sobre as populações rurais da Zona da Mata.

A articulação de associações de agricultores familiares nasce a partir da combinação da ação da Igreja Católica no início dos anos 80 do século passado junto à juventude rural, da constituição de uma Associação de Formação Sindical da Zona da Mata (denominada pelas lideranças locais *Escolinha Sindical* pela atuação do Centro de Tecnologia Alternativa - CAT - que congrega técnicos agrícolas e agrônomos. Tal combinação de elementos constitutivos associou-se a uma trajetória muito peculiar da juventude rural local que rompe com tradições e rituais rurais locais impostos pelas comunidades rurais e suas famílias sem, contudo, romper com qualquer dessas instituições. A ruptura cultural e de comportamento social em que a juventude rural da localidade iniciava esteve, em certa medida, foi acompanhada pelo olhar de lideranças católicas da região, amenizando o impacto social desse processo. A filiação aos princípios católicos – ainda que um catolicismo radical – induziu, ainda, esses jovens a construir em uma trajetória de ruptura com a cultura local marcada por sacrifícios pessoais e grande desprendimento material, o que acabou conferindo uma aura de respeitabilidade entre comunidades locais. Uma tensão administrada, portanto.

A experiência em análise compreende 30 municípios da região, cujas populações rurais se articulam ao redor de 13 Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs - [68]. É uma região marcada por uma agricultura familiar organizada em comunidades rurais que possuem forte código moral de conduta sedimentada por uma leitura tradicional dos dogmas católicos. Nas palavras de Comerford e Cintrão (1995).

> *Um camponês da região não é morador apenas do município. Ele é morador de alguma "comunidade" ou "córrego" no interior do município. Esses agrupamentos não têm limites físicos muito rígidos, nem implicam em uma proximidade muito grande entre sítios e casas. [...] Nessas comunidades, em geral há muitos parentes e compadres. É bem freqüente que exista uma igrejinha, onde há culto aos domingos. [...] Os moradores do lugar trocam dias de serviço e visitam-se, especialmente se forem parentes. Também fazem uma infinidade de pequenos negócios e*

[68] São eles: Muriaé, Tombos, Visconde do Rio Branco, Miradouro, Vieiras, Eugenópolis, Carangola, Divino, Espera Feliz, Guidoval, Araponga, Paula Cândido e Manhumirim. Além do trabalho de campo, a análise

> *eventualmente empréstimos, geralmente em produto. [...] Há pequenos proprietários, mas há também pessoas que trabalham como meeiros e moradores de grandes e médias fazendas. Algumas vezes, os fazendeiros também residem no local, são compadres dos pequenos proprietários e meeiros, e participam de atividades da comunidade, como as celebrações e festas religiosas, ou mesmo promovem bailes e forrós. [...] Essas comunidades são focos da ação de instituições como o Estado e a Igreja, bem como dos políticos da região. É nelas que se enraizam, a partir da década de setenta, as Comunidades Eclesiais de Base.(COMEFORD e* CINTRÃO, 1995, p.5).

A segunda metade da década de setenta marcou a articulação nacional dos segmentos católicos vinculados à Teologia da Libertação em nosso país. Data de meados dessa década o surgimento da Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - , as articulações e apoios às organizações autônomas de comunidades indígenas e ribeirinhas e, já no final da década, a articulação de bóias-frias e trabalhadores rurais sem-terra. A região da Zona da Mata Mineira, profundamente religiosa e tradicional em seu código de conduta, foi palco de atuação dessa vertente católica. O discurso pouco tradicional, contudo, atingiu mais de perto segmentos da juventude rural. A infância e juventude rurais sofrem os reveses de uma sociedade que renega a cultura rural[69]. Assim, é quase inexistente qualquer aparelho cultural que os atenda, obrigando-os a se deslocarem ainda muito jovens para as cidades ou amargar um futuro pouco promissor e muito restrito nas expressões artísticas. Na Zona da Mata, crianças entre cinco e sete anos começam a trabalhar, acompanhando seus pais na roça. É importante destacar que as

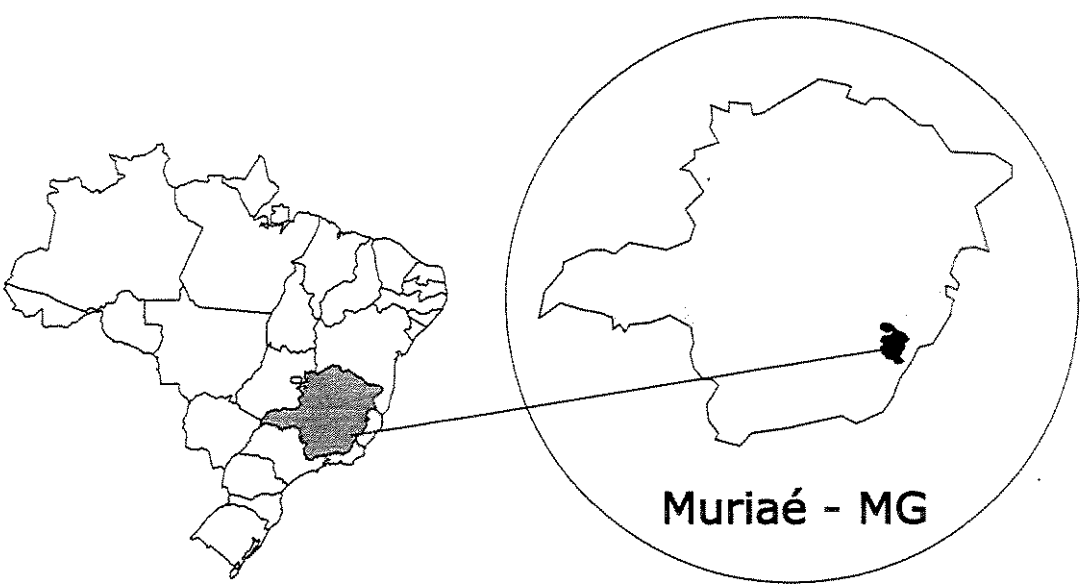
---

sobre a experiência se apoiou no documento elaborado pela CONTAG/CUT (2000) COMERFORD, J. C. & CINTRÃO(1995).

[69] A literatura especializada sobre a juventude rural brasileira é extremamente escassa. Sobressaem Silva, Santos e Costa (1998) e Abramovay (1998). No primeiro estudo, realizado em algumas comunidades rurais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a autora analisa o preconceito cultural contra o mundo rural vivenciado pelos alunos ainda na escola, nos primeiros anos do ensino fundamental. No segundo estudo, vários autores revelam o quanto a dinâmica sucessória, as relações entre gerações e relações de gênero inibem as expectativas futuras dos jovens rurais no Brasil. A pesquisa original que orientou os textos divulgados nesse último estudo envolveram um município do oeste de Santa Catarina. Um fenômeno importante percebido foi a masculinização da juventude rural, devido ao forte êxodo que envolve as mulheres ainda na sua juventude.

comunidades rurais compreendem essa iniciação como um aprendizado na cultura e profissão camponesa. Por esse motivo, a escola compete, muitas vezes, com a rotina do trabalho familiar. Comerford, no ensaio já destacado anteriormente, ressaltam as estratégias de sobrevivência mais comuns na região:

> Uma pessoa pode ter começado a vida como meeiro de algum fazendeiro, depois ter ido trabalhar algum tempo na construção civil em alguma grande cidade, juntado algum dinheiro, voltado, comprado uma terra, tornando-se pequeno proprietário [...], feito alguns negócios com gado, juntado mais algum dinheiro em sua terra; ou pode começar a vida como meeiro em terras do pai, depois receber a herança e tornar-se proprietário, ser obrigado a vender a terra num momento de dificuldade [...], e acabar tendo que trabalhar como empregado em uma fazenda. Ou, ao contrário, pode passar muitos anos como empregado numa fazenda, juntar algum recurso, comprar uma casa, "na rua" para escapar do "teto do patrão", passar a trabalhar como meeiro (enquanto a mulher trabalha como assalariada temporária), buscando juntar algum recurso em um momento em que o preço do café esteja bom; ou pode passar parte do ano trabalhando como meeiro do pai e parte trabalhando como assalariado rural (COMERFORD e CINTRÃO, 1995, p.7).



A precariedade dos serviços públicos nessas localidades rurais e a baixa expectativa quanto ao futuro fazem do jovem rural um objeto de preconceito social. Por este motivo, as atividades sociais promovidas pela Igreja Católica constituem-se em um dos poucos momentos de sociabilidade extrafamiliar não vinculada à produção rural. É verdade que nos anos sessenta a atuação da - Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR –, órgão que inaugurou o serviço de extensão rural público no Brasil e que manteve por longo tempo uma interface entre o governo estadual mineiro e a Fundação Rockefeller, implantou um programa de atendimento ao jovem rural, denominado 4S, que atingiu vários municípios da região. Os 4S apoiavam-se nos princípios do protestantismo norte-americano, vinculando trabalho, prosperidade, preservação dos laços familiares e solidariedade comunitária. Muitos jovens rurais chegaram a obter uma linha de crédito tendo como avalista seus pais, facilitando a aquisição de um bezerro ou uma pequena plantação de milho. Em outras oportunidades, a organização 4S promoveu encontros regionais e estaduais de jovens, campeonatos de produção e eventos sociais. Entretanto, todas as atividades articulavam-se com a disponibilidade de linhas de crédito rural que escassearam a partir de 1975. No final dos anos sessenta, a mudança de política econômica governamental já havia debilitado muitas dessas organizações juvenis em função do abandono de políticas sociais de valorização da vida rural e implantação de metas de aumento de produtividade. Em meados dos anos oitenta, com a retomada da normalidade democrática no País, fontes de financiamento externo impeliram o Brasil a adotar programas especiais para o meio rural de caráter compensatório pelo aumento da pobreza. Dois desses programas – PRODEMATA e, principalmente, MGII – implementaram conselhos de desenvolvimento rural em vários municípios da região da Zona da Mata, com intensa participação de lideranças das comunidades rurais. Os jovens, contudo, foram atingidos indiretamente em virtude das políticas sociais implementadas. No final da década de oitenta, tais programas encontravam-se desmantelados.

Essas experiências chegaram a criar referências de políticas participacionistas e gestão territorial, mas foram efêmeras e localizadas. É nesse sentido que o ingresso das organizações católicas voltadas para a juventude rural local impactaram profundamente a região. É necessário levar em consideração que essas organizações tinham um caráter informal e garantiam um alto grau de liberdade aos padres e leigos envolvidos na sua

direção. A organização mais citada e eficaz que se instalou na Zona da Mata Mineira, em meados dos anos setenta, foi o Movimento da Boa Nova – MOBON –, criado por dois religiosos da região e reunia pessoas de diversas comunidades para realizar um trabalho de formação religiosa e política. Articulava-se a partir de dois encontros anuais: um em outubro e outro em fevereiro. Cada encontro durava três dias e envolvia 150 pessoas. Havia, também, o Pré-Boa Nova, preparatório para a participação nos eventos de outubro e fevereiro. Três dioceses regionais se envolviam nessas programações: Caratinga, Mariana e Leopoldina. O ideário pregado nos encontros impelia à ação social ("fé sem obras é morta", diziam) e adotava, como vários tipos de organização popular idealizadas pela Igreja Católica no período, métodos de formação apoiados em metáforas e parábolas, aproximado-se do que alguns autores acusaram de *populismo teórico* das organizações confessionais. No início da década de oitenta, o MOBON incentiva a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Essa é uma das chaves explicativas para a compreensão do grau de coesão das lideranças regionais e sua articulação ao redor dos sindicatos. O MOBON significava uma linha que tecia uma ruptura (ainda que tênue, no princípio) com a tradição e o tédio que envolviam o cotidiano dos jovens rurais: partia dos princípios morais católicos tradicionais, mas promovia reuniões de comunidades de várias regiões e, aos poucos, introduzia a crença na possibilidade de mudanças sociais no meio rural.

José Maria Pinto da Silva, talvez a maior liderança rural regional, foi um dos jovens que se envolveu com o MOBON e descobriu um novo mundo a partir de então. Segundo seu depoimento:

> "Esse processo teve uma grande transformação cultural com a formação das comunidades. Até nesse momento, existiam as comunidades de uma outra maneira. Nesse trabalho das CEBs com o MOBON, cada vizinhança do meio rural construiu sua capelinha, fundando uma comunidade. Foi a época que saiu do terço, da reza tradicional que era o terço, ladainha, fazia promessa ao pé do Cruzeiro para carregar a pedra, molhar o pé do Cruzeiro para chover. Era esse tipo de religiosidade que tinha: Folia de Reis, Congado. [...] Uma grande novidade foi a leitura da Bíblia. Começou a popularizar a leitura da Bíblia. Então, até nesse momento, quem

> comandava a região era um fazendeiro, uma professora. Naturalmente um padre e um professor, quando tinha. E era proibido ler a Bíblia. Toda essa novidade começou a gerar conflitos porque, pela primeira vez na vida, começou a sair homem e mulher rural para o trabalho. Não se misturava essa questão de... sair, era só homem. Sair mulher era mulher só. Então teve um impacto aí que demorou muitos anos que ainda resistem a isso em algumas comunidades. Você tem comunidades que ainda a mulher se esconde dentro de casa quando a gente chega, se o homem não estiver lá. Atende pela janela. E esses encontros que aconteciam de formação do MOBON começou a articular pessoas que vinham de diversas comunidades e de diversos municípios. Os cursos do pré, por exemplo, ocorriam em Eugenópolis. Então você juntava o município de Muriaé, Vieiras, Mirador, Eugenópolis, Antônio Prado. Outro grupo ia para Carangola". (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).[70]

Nos encontros do MOBON, uma novidade cultural causava grande estranhamento e empolgava os jovens: a análise do papel das mulheres na Bíblia. Não deixava de ser uma análise paradoxal já que, pelas mãos das tradições católicas, as relações de gênero eram marcadas por forte moralismo. Mas, por outro lado, a mulher aparecia nessas discussões como figura pública, tema de discussão pública. Teresa Gomes, outra liderança regional de destaque, hoje assumindo a função de vereadora, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, revela o impacto profundo dessas novidades:

> "Tudo o que você fazia era avaliado publicamente. Então, tem coisa que reflete nosso comportamento até hoje. Por exemplo, eu tinha uma irmã que se casou. Minha primeira irmã casou e foi morar na cidade. E aí eu tinha o dia para ir para a cidade, passear e tal. A minha irmã fez uma fantasia, pulei Carnaval nos quatro dias. Eu tinha 11 anos de idade. E fiquei doida com o Carnaval. Quando voltei, eu passei por uma avaliação Todo mundo da comunidade... Foi um processo de repressão tão grande, porque o pessoal das CEBs... Tinha um senhor... Eles cogitavam que o ato

---

[70] Nesse, e nos demais depoimentos, optamos por transcrever as falas dos entrevistados sem nos preocuparmos com eventuais incorreções estruturais ou lingüísticas.

> de pular Carnaval era um ato diabólico e que eu tinha que passar por um processo de avaliação. E aí, psicologicamente, isso para uma criança de 11 anos, você imagina que o capeta incorporou em você e você pulou o Carnaval por causa disso... [risos]. As avaliações eram assim: abertas. Mas o MOBON introduziu essa questão da relação com o outro, em administrar valores". (Depoimento ao autor da tese, set.1999).

A simples discussão sobre comportamentos sociais e valores tradicionais possibilitava à juventude rural um espaço para dar vazão ao sentimento de opressão que geralmente era sublimada pelo trabalho cotidiano no interior da divisão de trabalho familiar. A novidade introduzida pelo MOBON residia nas temáticas das discussões comunitárias, embora, muitas vezes, mantivessem uma abordagem moralista e conservadora. Outras lideranças locais enfatizam que a discussão sobre o comportamento tradicional envolvia várias facetas comunitárias. Uma delas era o comportamento violento. A violência em sociedades marcadas pela relação tradicional, por não seguirem regras racionais, mas preceitos fundados pelos costumes e crenças coletivas, é um elemento comum de sanção que garante a manutenção dos códigos morais. Não existem fóruns públicos que julguem atitudes consideradas inadequadas e, muito menos, um conjunto de regras formais que classifiquem e contabilizem os comportamentos sociais irregulares ou delinqüentes. Assim, a coação moral e a admoestação violenta aparecem como sinalizações públicas de controle social. E as divergências políticas acabam, muitas vezes, se emaranhando em antigas pendengas comunitárias, rancores familiares e sentimentos de opressão e perseguição. Foi exatamente por esta trilha que as opções políticas foram se construindo em diversos agrupamentos de jovens que participavam do MOBON e, novamente, tiveram grande impacto nas famílias rurais da região. Rosa Maria Fortin, hoje cursando uma faculdade de pedagogia, militou por vários anos nas CEBs e Comissão Pastoral da Terra, relata o amálgama de sentimentos que informava as discussões político-partidárias nos anos 80:

> "E aí, na nossa família, por exemplo, nós éramos desse mesmo partido dessa mesma família Cadete, que era PDS1. O prefeito da cidade, o atual prefeito que é vivo até hoje, com 91 anos, passou para turma da prefeitura para fazer estrada. Foi nessa

> época, 1984, 1985. O cara queria comprar um sítio que o meu pai tinha. Então ele passou um trator, fez a estrada na roça de milho do meu pai e acabou com a roça. A gente estava quase na hora de colher o milho e ele acabou com tudo. Aí foi que a minha família começou a pensar: nesse cara não vamos mais votar! Mas na ARENA 2, no PDS2 vocês não podem votar[71], porque, quando meu pai fugiu, da polícia foi essa família que acolheu e sustentou. Porque meu avô tinha tido um problema e perdeu o que tinha e o cara tinha dado comida para ele. Aí a gente tinha que ter outras opções. E meu irmão mais velho foi para outra cidade que já tinha o Partido dos Trabalhadores – PT – e conheceu o deputado estadual Raul Messias. E aí nós todos fomos para o PT[72].

A trajetória familiar perpassa as opções político-partidárias em quase todas os depoimentos de lideranças coletadas na região. Essa intrincada rede de trajetórias pessoais, familiares, comunitárias e políticas foi sempre costurada pelas atividades religiosas desenvolvidas pelo MOBON. Por esse motivo, todas as lideranças destacam que uma organização comunitária similar nunca teve audiência nas cidades, devido à temática e à metodologia adotadas, fortemente centradas na cultura e no comportamento rural.

Um outro fator, ainda no início dos anos 80, contribuiu para maior politização dos jovens da região: seu envolvimento nos conselhos comunitários formados a partir da ação dos

---

[71] A entrevistada refere-se ao partido governista do regime militar, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Com o Ato Institucional 2, instituído pelo regime militar instalado em 1964, os partidos políticos de então foram extintos e foram criados dois novos partidos: a ARENA, situacionista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que congregaria uma oposição consentida. Nos menores municípios brasileiros, o terror em relação a possível vinculação de uma liderança oposicionista a identificação com um posicionamento ou aproximação com ideologias de esquerda (que eram, obviamente, fortemente reprimidas e perseguidas) acabou por criar uma paradoxal divisão interna no partido situacionista, dando origem à ARENA 1 e ARENA 2, situação típica de regimes de partido único. As divergências políticas ficavam restritas ao interior do partido governista. Com o início do restabelecimento da ordem democrática e numa manobra governamental que procurava atingir o crescimento da força do MDB nas eleições estaduais de 1982, ARENA e MDB foram extintos para dar lugar à liberdade de organização partidária no país. ARENA deu lugar à uma nova sigla, o PDS (Partido Democrático Social). Contudo, o velho expediente de divisão interna do partido governista se manteve por algum período nas localidades mais tradicionais e conservadoras do país. Daí a referência à PDS1 e PDS2.

extensionistas rurais da Empresa de Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER –. José Maria destaca sua importância na trajetória do grupo de jovens rurais da região:

> "Aí implantaram-se os conselhos. Começou a implantar os conselhos comunitários. Os conselhos lutavam para quê? A primeira luta de todos os conselhos comunitários de todos os municípios tiveram aqui para colocar energia elétrica, utilizando recursos do FUNDEF[73]. Não existia energia elétrica em 90% das comunidades. Agora tem mais. A energia elétrica que eu conhecia era a de dínamo. Outra briga era por causa da água ou de estrada. Porque precisava usar as quedas d'água para transformar em energia. Em seguida, vieram os postos de saúde e as escolas municipais. Foi dessa época que começaram a construir escolas municipais em toda a região. Tinha discussão política. O cara não falava, mas ele saía de lá doido, porque a gente julgava a realidade. E os padres incentivavam." (Depoimento ao autor da tese, set.1999).

O importante a compreender é o fio que conduz vários jovens rurais envolvidos com as atividades religiosas na região à vida política, inusitada para a cultura local. O envolvimento com fóruns políticos – como no caso dos conselhos comunitários municipais

---

[72] Raul Messias foi deputado estadual pelo PT, hoje filiado ao Partido Socialista Brasileiro – PSB – e atuava preferencialmente em comunidades rurais.

[73] Refere-se ao fundo administrado pelo Banco do Brasil que geria, na época, financiamento para ações comunitárias. Esse fundo articulou-se a vários programas especiais que foram desenvolvidos nos anos 80 na Zona da Mata e Vale do Jequitinhonha (ambas localizadas no Estado de Minas Gerais) com clara intenção de desenvolvimento de políticas compensatórias que atendiam populações rurais carentes e instalação de mecanismos de gestão territorial com forte participação comunitária. Os conselhos de desenvolvimento rural instalados em cada município eram compostos pelo prefeito e secretariado, diversos órgãos públicos (estaduais e alguns federais) vinculados aos programas sociais e atendimentos à população rural (órgãos de regularização fundiária, infra-estrutura municipal, assistência social, gestão educacional e saúde pública) e representantes de cada comunidade rural da localidade. Os conselhos constituíram-se em grande novidade política, o que chegou a provocar a ira de lideranças locais alicerçadas em práticas clientelísticas. Em outros casos, lideranças comunitárias que foram alçadas à condição de autoridade municipal e que tinham livre trânsito junto aos órgãos públicos a partir das reuniões dos conselhos criaram seus próprios vínculos de favor clientelista. Há casos, contudo, de experiências bem-sucedidas que, quase sempre, contaram com a atenta tutela de extensionistas rurais. O fim do financiamento público e externo que sustentava tais iniciativas desmobilizou essas experiências no final dos anos 80. Somente na segunda metade dos anos 90, essas

– não podem ser compreendidos como uma experiência comum ou pouco significativa nessa trajetória. Comerford (1999), em sua dissertação de mestrado, já havia analisado a profunda ruptura das práticas políticas de natureza participacionistas com a tradição de envolvimento político de populações rurais do país. Segundo o autor, ao analisar reuniões em assentamentos rurais do Rio de Janeiro,

> Algumas pessoas também demonstram um certo estranhamento com o fato de "qualquer um" poder "chegar e falar", apontando para a expectativa de um evento mais hierarquizado. Neste sentido, tendem a avaliar de forma relativamente negativa justamente os momentos de discussão – tanto mais negativa quanto mais "quentes" e "participativos" eles forem, ou seja, quanto menos ordenados de acordo com uma hierarquia de participação. Isso representa um deslocamento com relação ao "modelo" igualitário e democrático explicitamente proposto para muitas dessas reuniões. Por outro lado, muitos participantes das reuniões se mostram reticentes quanto as discussões polêmicas e sentem um considerável estranhamento e desconforto com aquilo que qualificam como bate-boca (ou qualquer qualificação semelhante) ... como também para a dificuldade de deixar de interpretar divergências públicas como "ofensas pessoais".[...] Por um lado, havia uma imagem constantemente acionada de um "isolamento" eficaz entre a reunião e o cotidiano, que deveria permitir que as reuniões tivessem uma dimensão participativa sem que as polêmicas "contaminassem" o cotidiano. [...] Talvez possa ser interpretado neste mesmo sentido o fato de que, em algumas assembléias, os momentos que contavam com maior presença eram os solenes momentos iniciais, a oração de abertura e a reflexão religiosa em que algumas pessoas – o presidente da associação, outros dirigentes de prestígio, o pastor – falavam sobre o cotidiano do assentamento a partir do texto bíblico. Esse era o momento "solene" e "ordenado" por excelência desse formato de reunião. A presença diminuía paulatinamente se as discussões tornavam-se "excessivamente quentes" e reuniões em que se esperava haver fortes

---

iniciativas foram retomadas com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – , programa do governo federal.

> divergências abertas aparentemente tendiam a ser esvaziadas.(COMERFORD, 1999).

Os rituais característicos das reuniões e assembléias típicas dos movimentos sociais ou organizações populares que se instalam no cenário político brasileiro, a partir da década de oitenta, chocam-se com as práticas políticas tradicionais do meio rural. Contudo, vale ressaltar mais uma vez, se as novas práticas políticas são introduzidas por uma instituição tradicional como a Igreja Católica ou pelas mãos dos chefes políticos locais, ou mesmo, pelas autoridades públicas estaduais (como ocorreu no caso da instalação dos conselhos comunitários nos anos oitenta), a novidade acaba por gerar desconforto e perplexidade, mas são acatadas. Os jovens rurais da Zona da Mata puderam, por aí, transitar por uma ruptura segura. Outra novidade era a ruptura com os limites geográficos das comunidades rurais. Tereza Gomes destaca sua importância

> "O curso do MOBON era importantíssimo para a gente. Porque era, assim, uma descoberta fantástica, porque primeiro ler e fazer uma leitura da realidade, numa visão mística, mas também colocar ela no seu dia-a-dia e depois projetar... o mais interessante para mim é o processo pedagógico que eles faziam. Eles pegavam um livrinho então, por exemplo, assim: discutiam que nós é que tínhamos que resgatar o 'restolho'[74]. Aí o que faziam? Estudávamos aquele livro e a gente ia para as comunidades e íamos de dois em dois para outro município. Então eu ia lá, para a comunidade de Palma, por exemplo, um outro município. Quando eu chegava em Palma, eu ia repetir para o pessoal aquilo que eu tinha estudado. O pessoal lá tinha que pagar a minha passagem, tinha que me dar comida naqueles dias. E eu tinha que trabalhar com eles naqueles dias e ao mesmo tempo repassar para eles aquilo que eu tinha recebido. E eu aprendia os problemas daquela outra comunidade. Como no

[74] Restolho é a denominação regional para as espigas que restavam das colheitas. As boas espigas eram comercializadas e o *restolho* era, no passado, distribuído pelos fazendeiros locais às famílias dos trabalhadores temporários que haviam trabalhado na colheita.

> caso de Limeira, por exemplo: via as doenças, a coceira, estrada, problema de saneamento." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

O método utilizado para a politização e engajamento nas lutas sociais era o de uso e abuso de metáforas e parábolas, apropriado para a construção de imagens míticas e carregadas emocionalmente. A partir desse discurso, selava-se um profundo compromisso com causas sociais, mesmo que construídas sem grande rigor teórico. Essa prática de conversão político-religiosa fundava-se na reafirmação dos valores morais e éticos comunitários que criavam uma ponte imaginária entre as primeiras comunidades rurais cristãs, o sofrimento e a pregação solidária dos apóstolos e a comunidade rural que se construía sob os auspícios do MOBON. Um discurso imagético sensibiliza, constrói uma percepção do conteúdo da mensagem, mas não possibilita ao receptor a identificação dos elementos constitutivos que fundamentam tal discurso, diminuindo a capacidade crítica na assimilação da mensagem. É, portanto, um discurso mobilizador, voltado para a ação e o compromisso.Tem, contudo, baixa profundidade teórica e analítica, constituindo-se no maior *deficit* formativo das jovens lideranças que se lançarão à construção de alternativas organizativas de produção e gestão pública da região. Tereza nos auxilia, por mais uma vez, a compreender as estratégias formativas do MOBON:

> "Para poder discutir com a gente política partidária, por exemplo, ele desenhava no quadro. Pegava uma árvore e falava do poleiro da galinha. Então, assim, por exemplo, ele pegava galinha caipira, galinha D'Angola e um pato. Então, dizia: qual o discurso que os políticos fazem da dificuldade e de sofrimento? Na realidade – ele dizia – eles estão na parte mais alta do poleiro, como a galinha D'Angola, que está lá por cima... e desenhava a galinha no alto. A galinha caipira fica um pouco abaixo. E o pato fica na parte mais baixa. E aí ele fazia uma discussão conosco. E acabávamos nos identificando com os patos, porque nós somos pobres e nós não temos poleiro. Só as galinhas D'Angola e caipira têm. E ele perguntava: e onde ficam as galinhas? E o pato? Então, quer dizer, entendíamos que o pato fica embaixo do poleiro e o que sobra para ele? Aí a gente começava a refletir e percebia

> que o lugar do pato não é poleiro, mas a lagoa. Então ele fazia essa discussão de classe social por aí. Tinha também a história do trairão que come lambari. Todo lambarizinho que tentava nascer na correnteza era atacado pelo trairão. Ele queria dizer para termos cautela. Não era para chegarmos e falarmos o que a gente era. Então o trabalhador tinha que mostrar o seu poder... E se quiser desmoronar um prédio como tinha que fazer? Começa por baixo ou por cima? Então, aprendíamos que tínhamos que fazer como tatu. Nós somos conhecidos como tatu, e todo mundo sabe." (Depoimento ao autor da tese, set.1999).

Outras lideranças regionais, como Amauri Adolfo da Silva, de Espera Feliz, se apresentam como fazendo parte da *turma do tatu*. As metáforas empregadas pelos padres locais eram similares às empregadas em Muriaé. Em seu relato, destaca a metáfora dos *pacotes*, ou planos econômicos elaborados pelo governo federal:

> "Eles mostravam para nós os pacotes que eram lançados na época. Tinha a historinha com um slide que mostrava um grupo de pessoas segurando uma escada. E uma pessoa, o líder, lá em cima. Todo poderoso. E a maioria das pessoas estava embaixo, segurando essa escada para manter essa pessoa lá em cima. De vez em quando essa pessoa lançava um pacote... uma caixa bem grande. E um, lá de baixo, começava a desembrulhar o pacote. Cada embrulho que desamarrava, aparecia mais uma caixa. Até que, no finalzinho, aparecia aquela caixa pequenininha com um presentinho quase insignificante. E o trabalhador envolvido naquela esperança. E sempre era assim[75]. Aqui era o padre Santana, em Tombos era o padre Lopes, em Muriaé era o padre Agostinho. Na época nós tínhamos 18 ou 19 anos." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

Estava formada a identidade regional que envolvia vários jovens rurais. O passo seguinte foi o ingresso no mundo sindical e a aproximação com algumas experiências de formação e

educação rural existentes no Espírito Santo que eram apoiadas pela Igreja Católica. Dessas novas experiências organizativas nasceria o pilar da identidade do que seria mais tarde a articulação sindical ao redor da *escolinha sindical*.

No início dos anos 80, a CPT inicia um trabalho na região para fundação de Sindicato de Trabalhadores Rurais - STRs. O primeiro STR criado nessa fase foi o de Visconde de Rio Branco, importante base de assalariados da cana-de-açúcar, em 1983. Além da CPT, assessores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais – FETAEMG – tiveram uma atuação significativa na fundação deste STR. Em seguida, surge o STR de Muriaé. Foram os futuros alunos da escolinha sindical que iniciaram articulações para a fundação do STR. Em seguida, são fundados os STRs de Tombos, Miradouro, Vieiras, Araponga e Paula Cândido entre outros. Todos os STRs aqui citados tinham forte influência da CPT e, principalmente, da articulação política desfechada pelo MOBON na região. Muitas lideranças entrevistadas repisam o fato de as direções sindicais serem *basicamente de jovens, além de algumas pessoas idosas que eram subversivos das comunidades que acompanhavam a gente e que davam aquela moral*. Não por outro motivo, em pouco tempo, houve um certo afastamento desses STRs em relação à FETAEMG. A orientação das lideranças do MOBON reforçava o trabalho e participação efetiva da base sindical, ao contrário da FETAEMG que buscava manter uma aliança política extremamente ampla que obrigava sua direção a priorizar acordos internos. Além dessa peculiaridade, a FETAEMG, por pertencer à estrutura contaguiana, filiava-se a uma tradição de legitimação política que se pautava pela capacidade de negociação permanente com os órgãos estatais, o que era estranho às lideranças do MOBON que consideravam tal expediente uma ação de cúpula, marcada por manobras distantes da compreensão e participação da base sindical[76]. Seria realmente difícil compreender as práticas políticas da FETAEMG a partir da metáfora de patos e galinhas. As demandas sindicais eram múltiplas na região (parceria, em Muriaé; luta de bóias-frias em Visconde de Rio Branco; demandas

---

[75] Refere-se ao conjunto de *slides* produzidos pela Arquidiocese de São Paulo, denominado "Fé e Política", muito utilizado pelas CEBs no início dos anos oitenta, logo após a reforma partidária nacional.

[76] Para compreender as divergências entre o sindicalismo rural influenciado pelo ideário da Igreja Católica engajada na Teologia da Libertação e a estrutura confederativa (refiro-me ao bloco de federações e STRs que eram liderados pela CONTAG, conhecida como "sistema contaguiano") nos anos 80 (RICCI, 1999).

judiciais contra a expulsão de trabalhadores temporários em Tombos), mas havia uma linha comum regional. Em 1986, uma articulação informal dos STRs da região começa a surgir, envolvendo os STRs de Tombos, Muriaé e Visconde de Rio Branco. Sindicalistas dos três STRs faziam mutirões de visitas a outros municípios, incentivando a fundação de STRs. Eram todos participantes dos encontros do MOBON. Nas comunidades visitadas, falavam da Bíblia e, em seguida, faziam uma pregação política.

No período logo anterior à fundação do STR de Muriaé (1986), uma liderança do MOBON visitou uma Escola Família Agrícola – EFA – no Espírito Santo. As EFAs são escolas comunitárias, criadas no século XX, na França, a partir de uma articulação e iniciativa da Igreja Católica, que adotam uma pedagogia peculiar denominada *Pedagogia da Alternância.*[77] Ao retornar para a Zona da Mata, a liderança do MOBON passou a defender a criação de uma escola nos moldes da EFA que visitou. A proposta de criação de uma escola sindical apareceu como uma saída ao isolamento político que muitas lideranças sindicais jovens sentiam no período. Uma das lideranças entrevistadas destaca o descontentamento das famílias com a atuação sindical na região:

> "O pai do Zé Maria, nossa, fez uma pressão horrível em cima dele. Na época, ele estava mais tenso. Com carta anônima. O pai da Margarida (do STR de Tombos) fez um discurso. Junto com meu pai, as duas famílias foram as únicas que não brigaram com os filhos. E o pai do Nilson não se envolveu muito porque o pai de Margarida e meu pai foram firmes. E, nesse momento, entra a CUT, pela regional de Juiz de Fora. Houve muita briga nas comunidades. Três anos de briga. Nós

---

[77] Essa pedagogia é alicerçada num sistema misto de internato e trabalho de campo, sendo que um período de internato na escola (normalmente envolvendo uma semana a quinze dias) é alternado pela permanência, pelo mesmo período, na residência de sua família. No período em que o educando permanece junto à sua família, ele recebe assistência de seus professores (que assumem o papel de monitores), incentivando-o a pesquisar a realidade local, socializar o aprendizado escolar e aplicar os ensinamentos práticos. Ao voltar para o internato, socializa sua experiência e pesquisa e estuda um novo conjunto de conhecimentos vinculados à sua realidade. O currículo, portanto, é completamente distinto do adotado nas escolas rurais oficiais e a administração das escolas é toda delegada às famílias que residem na comunidade, o que gera uma vigilância permanente da comunidade sobre os resultados obtidos no estudo. Há diversas experiências recentes de organização da educação rural que mantém semelhanças com as EFAs. O caso mais citado pelos órgãos de fomento internacional é o das Associações Comunitárias Escolares – ACE – e suas variações, apoiadas pelo Banco Mundial em El Salvador e Guatemala.

> caímos num isolamento muito grande. Alguns líderes foram expulsos. Era 1987, 1988. Em 89, nós começamos a discutir a necessidade de fundar uma escolinha sindical porque nós estávamos cercados de conflito: conflito com fazendeiro, com a polícia, com advogados, com a Justiça, com a Igreja, com as comunidades... e ninguém queria assumir a diretora dos sindicatos." (Depoimento ao autor da tese, set. 2000).

Amauri e José Martins, do STR de Espera Feliz, reforça a situação de isolamento das jovens lideranças junto às suas famílias e em algumas comunidades rurais:

> "Os piores cidadãos que tinha em Espera Feliz era a gente. Se um carro passava, não dava carona. Se alguém conversasse com a gente, o meeiro, o pessoal tinha cisma. Acho que os necessitados não buscavam o sindicato. Mas a gente enfrentou os maiores problemas com os pequenos proprietários. Então, se a lavoura era boa, tinha uma vaquinha... não prestava para filiar no sindicato. Para nós, só contavam os miseráveis. Até nas reuniões o pessoal falava: 'Você é proprietário, tem uma casa, não pode filiar no sindicato!' " (Depoimento ao autor da tese, set. 2000).

Também contou como referência para a criação da escolinha sindical a participação de várias lideranças regionais nos cursos promovidos pela Central Única dos Trabalhadores - CUT - em suas escolas de formação sindical, em especial, no Instituto Cajamar (em São Paulo) e Escola Sindical 7 de Outubro (Belo Horizonte)[78]. O ingresso dessas jovens lideranças rurais no mundo sindical atraiu a atenção de um número significativo de entidades de assessoria sindical e organizações não-governamentais, como foi o caso de uma rede de tecnologia alternativa (Rede PTA, que na região era representada pelo Centro de Tecnologia Alternativa - CTA), Assessoria Jurídica – AJUP -, órgãos de estudo e assessoria a movimentos populares – IDACO -, agências de cooperação internacional. A

---

[78] As escolas sindicais vinculadas à CUT eram, até meados dos anos 90, autônomas. Mais tarde, foram incorporadas à estrutura oficial da central sindical, passando a contar com a direção política dos diretores sindicais. No final dos anos 80, contudo, permaneciam fortemente vinculadas a orientações de pesquisadores e expoentes das universidades, além de técnicos e assessorias sindicais, como no caso do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos - DIEESE.

Comissão Pastoral da Terra, por sua vez, intermedia projetos de financiamento externo. A cultura rural e os princípios morais valorizados pelo MOBON propiciavam, contudo, muitas tensões com esse novo mundo de assessorias e organizações sindicais. É o que afirmam várias lideranças regionais, como o depoimento que se segue:

> "A gente era contrário ao conforto. Nós tinha uma equipe de advogados em Juiz de Fora, e ficávamos encantadas porque chegava aqueles homens de terno impecável, cada um mais bonito que outro. Aí os caras chegavam e a gente pagava o almoço deles e eles não tinham sensibilidade nenhuma. A gente pagava o almoço deles e ficávamos sem comer. Ocorreu até um caso de na volta de uma reunião para fundar um sindicato em outra cidade, um advogado pedir para parar num restaurante. Eu queria fazer um lanche e pensei em comer um pão com salame. E ele disse: estou com fome. Como eu estava com o cheque do sindicato, resolvi pagar. Tínhamos fundado nosso sindicato fazia uns dois meses. Aí ele pediu duas pizzas grandes para levar para casa, tomou vinho, guaraná e tal. Isso me marcou muito... aí nós tomamos a decisão na diretoria que ia descontar isso no salário dele." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

João Lima, da região de Espera Feliz, relata as perdas provocadas pelo engajamento sindical:

> "Tinha um carro, um Voyage, novinho, zerinho. Era o único da turma que era proprietário. Em três anos eu perdi tudo o que tinha. Perdi o Voyage, o sitiozinho, a lavoura. O Zezinho, de Pedra Dourada, ficou de um jeito que ele não tinha mais crédito de comprar uma caixa de fósforo." (Depoimento ao autor da teste, set. 1999).

A partir de 1987, os sindicatos da região iniciam ações conjuntas. Os gastos com assessoria jurídica foram rateados, o mesmo ocorrendo com um contador e, até mesmo, o aluguel de casas para alojar advogados e assessores. Mas o conflito cultural permanecia. Pouco depois, descobrem um trabalhador rural, na região, que era diplomado em contabilidade e este

passou a ser o contador regional dos STRs. Grande parte do dinheiro rateado era direcionada para os advogados contratados, o que até hoje gera indignação nos dirigentes rurais. Dizem, revoltados, que chegavam a dormir no chão dos STRs, forrando o chão com folhas de papelão. Aos poucos, perceberam que a estratégia de luta acabava gerando grande dependência em relação à assessoria jurídica. Em 1989, decidem alterar a estratégia de ação regional. Perceberam, numa avaliação regional envolvendo os jovens diretores sindicais rurais, que apenas 5% dos processos judiciais impetrados pelos STRs logravam o objetivo. Foi então que criaram a primeira *escolinha sindical*. O significativo nesta trajetória é como as opções pessoais se entrelaçam com a dinâmica de organização sindical e a articulação regional. Se, no início, o MOBON significou uma abertura de sociabilidade e canalização de desejos de jovens rurais de várias comunidades na região que se sentiam tolhidos pela rotina e tradições locais, o compromisso social e a valorização da humildade, da pobreza e da simplicidade pregada nos encontros de que participavam os levaram a um engajamento pessoal de total entrega política e grande desprendimento ou ambição pessoal. Contudo, a luta contra a injustiça e desigualdade social, proclamada nas leituras que faziam da Bíblia, rompeu com os códigos de conduta e convivência das comunidades. O sofrimento e o sentimento de isolamento político na região reforçaram a união dessa juventude rural engajada. Mesmo com a aproximação de ONGs e entidades estaduais e nacionais de direção sindical, a referência desses jovens nunca deixou de ser a região da Zona da Mata. Há, portanto, um fio condutor em toda a trajetória desse agrupamento político que é a identidade social com o território. Um território marcado por laços familiares e fortes amizades e descobertas coletivas. Um território que os criou e que buscavam conquistá-lo a partir da união entre famílias pobres que consideravam injustiçadas. Não por outro motivo, em 1983, os agora dirigentes sindicais da região romperam com a direção da CUT estadual a partir de um conflito entre o dirigente sindical do STR de Visconde de Rio Branco e um diretor da central sindical. Como toda identidade comunitária, fortemente envolvida emocionalmente, os jovens sindicalistas da região reagiram em defesa de seu companheiro de trajetória política. A região, enfim, era a referência maior.

A *escolinha sindical* dedicou-se, nos seus primeiros anos, a superar o que consideravam deficiências significativas na formação dos dirigentes regionais. A metodologia utilizada fazia um amálgama entre a programação do MOBON e das escolas sindicais cutistas que os

dirigentes regionais tinham freqüentado. Adotavam-se, inicialmente, conversas coordenadas com as comunidades, discutindo renda, relações políticas, transporte, sobre a vida. A escolinha introduz novos temas como a alimentação, saúde, produção de plantas medicinais. Recebiam contribuição direta dos engenheiros agrônomos do CTA. Com a ampliação das lutas pela implantação dos direitos previdenciários para o homem e mulher do campo conquistados na Constituição de 1988 e a tentativa de articulação de um Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT de Minas Gerais, a escolinha sindical amplia ainda mais seu temário, incluindo questões de gênero, da luta de assalariados e da agricultura familiar. A *escolinha sindical* passou a ser uma referência de trabalho sindical e recrutamento de novas lideranças. O impacto positivo parecia tão evidente que, pouco a pouco, os jovens dirigentes sindicais iniciaram discussões para investimentos na construção de cursinhos pré-vestibulares e até cursos universitários coordenados por estruturas similares à *escolinha*. Em 1990, surge a proposta de ampliar a atuação da *escolinha* para prestar serviços regionalmente. Passa a se estruturar formalmente[79], constituindo um conselho diretor composto por dois membros de cada STR da região e uma coordenação, composta por oito pessoas. Nesse período, a articulação regional de STRs se fortalece e os dirigentes sindicais decidem adotar uma mesma pauta de atuação, envolvendo cinco áreas temáticas: saúde, assalariados, pequenos produtores, direitos sociais e mulheres.

A *escolinha*, assim, passou a se constituir num eixo organizativo da articulação sindical e de lideranças rurais forjadas a partir do trabalho do MOBON. Cada STR passou a se responsabilizar pela execução da programação de formação nas comunidades de sua jurisdição. Na prática, significou a organização de encontros e reuniões formais em cada comunidade rural da região, envolvendo entre 15 e 60 participantes, todos os meses. Os monitores ou educadores passaram a utilizar cartilhas e apostilas elaboradas pela coordenação da *escolinha* e a acompanhar todas *frentes de luta* desenvolvidas pela articulação sindical regional, procurando associar os temas de estudo com a ação política regional. A partir dessa ação formativa, a articulação sindical regional começou a se estruturar no que denominam de microrregiões que envolvem três a quatro STRs, contando

---

[79] Em 1994, a *escolinha* foi registrada com a denominação de Associação de Formação Sindical da Zona da Mata, com estatuto e estrutura organizacional e jurídica similar à de uma ONG.

um dirigente sindical profissionalizado para atuar politicamente na área de jurisdição de cada um desses núcleos organizativos.

Foram as *frentes de luta* regionais, entretanto, que reaproximaram os jovens dirigentes às comunidades rurais, legitimando e ampliando sua liderança. As cinco *frentes* aproveitaram, muitas vezes, os institutos legais de natureza participacionista que se inscreveram na Constituição de 1988, o que conferia autoridade e legalidade à atuação sindical. Esse foi o caso da *frente de saúde* que teve início com a socialização de cursos e técnicas desenvolvidas pelas CEBs e agentes pastorais da região (voltados para a difusão de soluções homeopáticas no meio rural, disseminação do uso de plantas medicinais e complementos alimentares entre outros) mas logo ganhou projeção com a forte atuação dos STRs regionais na consolidação e apoio aos Conselhos de Saúde Municipais, instituídos pela nova Constituição, como gestores do Sistema Único de Saúde. Outra *frente* que legitimou a articulação sindical regional foi a luta pelos direitos previdenciários, denominada pelos dirigentes de *frente de direitos sociais*.

As práticas mais inovadoras, contudo, foram aquelas que procuravam criar alternativas produtivas e de comercialização de produtos da agricultura familiar regional. Várias iniciativas, que tiveram início em 1988, procuraram associar tecnologias de produção agroecológicas com diminuição de custos e organização comunitária.

Um dos programas mais bem-sucedidos foi o de produção de semente crioula (Milho Maia Antigo). Inicialmente, a experiência envolveu a comunidade de São João da Glória, em Muriaé, que desejava produzir sementes de milho híbrido. Mas os técnicos do CTA procuraram convencer os agricultores da comunidade de que o milho híbrido encerrava interesses das empresas de produção de insumos, gerando grande dependência tecnológica. Convencidos, os agricultores locais criaram um pólo experimental de produção de semente nativa. A semente crioula é resistente a algumas pragas locais. A descoberta de variedades que se adaptavam ao clima da região aumentou a produtividade e reduziu custos de produção. O êxito da experiência acabou por projetá-la para todas *microrregiões* da articulação sindical regional, envolvendo três comunidades em cada núcleo microrregional. Todo trabalho de manutenção do campo de semente comunitário era realizado em regime de mutirão. Em 1990, numa assembléia do CTA que envolveu várias lideranças

comunitárias e os jovens dirigentes rurais, foram formuladas as linhas estratégicas para a agricultura familiar local, destacando quatro grandes programas: conservação do solo e meio ambiente, milho, criação animal e horticultura, logo incorporados ao programa da *escolinha sindical*. O Programa do Milho acabou por incentivar a criação de uma *Rede do Milho*, envolvendo várias entidades de pesquisa e apoio comunitário, procurando trocar experiências de melhoria e cruzamento de variedades tradicionais. Em 1991, realiza-se o 1° Seminário Regional de Sementes de Milho, envolvendo os STRs da articulação regional, que avaliou o resultado obtido com as experimentações e decidiu pela implantação, na Zona da Mata, de um Ensaio Nacional , denominação que a Rede Milho cunhou para experimentações com sementes nativas e que são acompanhadas por um técnico da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA. Assim, a produção de milho nativo dá lugar a experimentações para sua melhoria. Em 1992, já eram contabilizados treze grupos comunitários na região que participavam de atividades de experimentações e produção de sementes de milho; em 1995, esse número saltou para trinta e três grupos.

O interessante é que a formação dos grupos comunitários de formação de campos de produção de sementes partem de conversas e reuniões nas CEBs. É comum que lideranças utilizem, como linha de argumentação para convencimento das comunidades para ingressarem no programa de milho, a necessidade de união comunitária. O mutirão para manutenção dos campos de experimentação não se resume, portanto, a uma estratégia meramente racional de produção, mas a um valor moral comunitário, apoiado na forte religiosidade local. Por aí, as jovens lideranças rurais construíram sua legitimidade a partir da concretização de sua pregação comunitária.

Um outro programa de sucesso foi o de *criação animal*. Com a crise do café, iniciada no final dos anos oitenta, as reuniões das comunidades com o CTA começam a discutir alternativas de renda familiar. A partir de um diagnóstico regional, várias propostas são formuladas, iniciando uma experimentação na comunidade rural de Pica Pau, no município de Miradouro. A experiência, que rapidamente foi disseminada para outras comunidades, foi a do mutirão do sal mineral, que consistia na compra coletiva dos minerais que compõem a ração alimentar das criações. A iniciativa foi ganhando credibilidade regional a

ponto de atingir dezoito grupos comunitários, envolvendo nove municípios e cento e sessenta famílias.

Essas experiências deram lugar a um ambicioso programa de associativismo regional. Além dessas iniciativas produtivas, contribuíram a participação de várias localidades nos programas especiais dos anos 80[80] e a organização religiosa comunitária. A inovação mais significativa foi o processamento e empacotamento de alguns produtos agrícolas e a comercialização centralizada, constituindo uma rede de produção e comercialização coordenada pelos jovens dirigentes rurais. Era, enfim, a institucionalização do ideário dessas lideranças que passavam a assumir o papel de gestores de políticas de apoio à agricultura familiar regional. O salto de qualidade na intervenção política com a experiência de associativismo regional revelará, como veremos adiante, enormes lacunas na formação das lideranças regionais, em especial aquelas vinculadas à sua capacidade gerencial, administrativa e de leitura da dinâmica de mercado. Por esse motivo, essa experiência pode ser identificada como inovadora, ao romper profundamente com a cultura de gestão do desenvolvimento territorial, em que populações rurais tradicionalmente dependem da tutela do Estado ou do apadrinhamento de chefes políticos regionais.

Não há coincidência na análise sobre o início da experiência de organização da rede regional de associações de agricultores familiares. Comerford e Cintrão sugerem que o início da formulação dessa rede parte da experiência do STR de Tombos. Na análise produzida pela CONTAG, a experiência teve início com o contato de lideranças regionais com iniciativas associativistas do Espírito Santo e, em especial, com a Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB -, associação de pequenos produtores que comercializa a produção de sisal nordestino e que chega a formar o preço do produto em algumas regiões produtivas. Lideranças regionais entrevistadas afirmam que várias outras experiências frustradas foram tentadas até chegarem à marca Sítio Mineiro, que congrega uma cesta de produtos comercializáveis. Citam experimentações com produção

---

[80] No caso do PRODEMATA, a Superintendência de Desenvolvimento do Cooperativismo chegou a contabilizar, em 1982, 79 grupos formais e 420 grupos informais que eram assistidos pelo programa na Zona da Mata Mineira e realizavam compras coletivas e gerenciavam a utilização de patrulhas mecanizadas.

de goiaba, criação de coelhos e peixes. O que se tentava era uma alternativa à crise do preço do café[81].

No caso do STR de Tombos, a iniciativa de compra comunitária de adubos químicos apareceu como uma possível solução da crise sindical que se abateu na região no final dos anos oitenta. Em seguida, iniciaram a compra de bens de consumo, sendo que o sindicato fazia a tomada de preço nos mercados locais, além de efetuar a compra dos produtos. O mercado varejista local, contudo, reagiu, acreditando que tal mecanismo de regulação dos preços praticados era prejudicial, diminuindo sua margem de lucro e aumentando o poder das jovens lideranças rurais, consideradas perigosas e exóticas para a cultura local. O boicote consistia no oferecimento de vantagens ao comprador individual. Daí, surgiu a proposta de criação de uma associação municipal, desvinculando o STR das iniciativas de compra comunitária. O regimento da associação foi elaborado a partir de normas muito rígidas, que obrigavam o associado a vincular-se ao trabalho político sindical. O que contava era o grau de fidelidade aos princípios que norteavam a atuação da articulação sindical regional e das CEBs. Por esse motivo, restringiu-se a participação a associados que tenham até 90 hectares de terra, filiados ao STR, sendo que a admissão do sócio ocorre em reunião de núcleo, votado em assembléia. Os sócios que faltassem a mais de duas reuniões, segundo os estatutos, estariam automaticamente suspensos por noventa dias. Assim nasceu a Associação de Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos – APAT -, fundada oficialmente, em 1992, contando com 103 sócios e dez núcleos.

Outras associações similares foram criadas entre o final dos anos oitenta e primeira metade dos anos noventa. Nem sempre a convivência entre as associações e a direção dos STRs locais foi pacífica. Muitos dirigentes sindicais ressaltam a pouca participação dos associados nas frentes de luta. Os ganhos econômicos nas compras coletivas realizadas

---

[81] Em 1989, o governo federal (gestão José Sarney) decide romper com os acordos internacionais que definiam cotas de comercialização do café. Na época, os dois maiores competidores na venda do produto internacionalmente (café arábica), Brasil e Colômbia, mantinham rígidas cotas de venda. O governo Sarney, ao romper com o sistema de cotas internacionais, procurou implementar uma política mais ofensiva, mas o resultado foi catastrófico, atingindo fortemente as regiões produtoras de café nacional, em especial, as regiões de produção familiar, com o da Zona da Mata Mineira. Somente na segunda metade dos anos noventa algumas alternativas de melhoria da qualidade e criação de *café de identidade*, como no caso do *Café do*

pelas associações variam entre 10 e 30%, segundo levantamentos realizados pelos STRs e CTA. Nos casos de beneficiamento de produtos, como arroz, o ganho principal parece ter residido na qualidade do produto e certa regularização do preço do produto na localidade.

Essas iniciativas vislumbraram uma solução da crise de legitimação que atingia os STRs da região no final dos anos oitenta. Em 1993, teve início a articulação regional de associações, vinculadas aos STRs dirigidos pela juventude rural formada nos cursos do MOBON. Além da compra conjunta de sal mineral, uma importante iniciativa foi a torrefação de café em pequena escala, envolvendo uma comunidade rural de Muriaé. Ao regionalizarem a experiência da torrefação de café, buscaram articular parcerias com mercados consumidores para garantir estabilidade nas vendas. A primeira parceria estabelecida foi com o Centro de Cooperação de Atividades Populares – CCAP -, do Rio de Janeiro. Em seguida, acertam um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte para desenvolverem o *Armazém da Roça*, entreposto para venda de produtos da agricultura familiar mineira. O propósito do CCAP era criar um sistema de comercialização direta entre agricultores familiares e famílias urbanas de baixa renda. No caso do *Armazém da Roça*, o objetivo era criar pontos de venda de produtos da cesta básica a baixo custo, iniciativa que foi articulada por pastorais sociais, ONGs e movimentos sociais urbanos. A partir do convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, a articulação de associações da Zona da Mata passa a vender seus produtos em dois pontos de venda na capital mineira. Para tanto, deu um novo salto em sua trajetória. A articulação regional contratou funcionários que se dedicavam à venda dos produtos e criou uma marca regional, denominada *Sítio Mineiro*[82]. Logo que a experiência regional teve início, contou com o auxílio de algumas entidades (Cáritas, SACTES, CESE) para acessar pequenos fundos de cooperação econômica e verbas de subvenção social da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o que possibilitou a aquisição

---

Cerrado, reorganizarão o sistema de produção. Contudo, essas iniciativas implicaram uma forte mudança na base regional de produção.

[82] O *Sítio Mineiro* e a comercialização de seus produtos envolveu treze sindicatos da região (Muriaé, Miradouro, Vieiras, Eugenópolis, Espera Feliz, Divino, Carangola, Manhumiri, Visconde de Rio Branco, Guidoval, Araponga, Paula Cândido e Ervália) e cinco associações de pequenos produtores (Miradouro, São João do Glória, Espera Feliz, Tombos e Carangola). A Associação Regional passou a ser composta por quatro diretores e três diretores de microrregião (Muriaé, Viçosa e Carangola), além de contar com seis funcionários (contador, secretária, gerente de vendas, auxiliares de venda e motorista).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

de equipamentos necessários para a manutenção do empacotamento e centralização da comercialização.

Na prática, a experiência de criação de uma marca regional de produtos agrícolas e comercialização em escala foi o salto mais ousado das lideranças regionais. Procuravam intervir num mercado que sabiam ser controlado por muitos segmentos de comercialização, além de se submeterem às exigências do mercado consumidor. Foi o momento em que a ausência de competências técnicas para manejar informações de mercado e mesmo a inexperiência gerencial revelou-se nitidamente. José Maria revela as agruras vividas pelos dirigentes dessa experiência:

> "O Sítio Mineiro surge em 1996. Em 96 começaram as discussões sobre o Armazém da Roça, que deveria ser implantado em 97. Tinha um pedido da prefeitura de Belo Horizonte[83]. Conseguimos um financiamento de cinqüenta mil reais e nós caímos na burrice de fazer trabalho no Estado todo com os cinqüenta mil reais, para implantar a proposta do Armazém da Roça. Nós achamos que era muito dinheiro. Porque, na verdade, a gente nunca tinha tido um projeto desse valor. Mas com três meses o dinheiro acabou. Foi um inferno. Tivemos briga de funcionários. E todo mundo querendo ser dono do negócio." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

Tereza, por sua vez, avalia o conflito de culturas e concepções entre organizações corporativas de trabalhadores rurais e técnicos, além dos desafios de gerir uma empresa para quem sempre denunciou os interesses capitalistas, individualistas, que orientavam suas decisões:

---

[83] A prefeitura de Belo Horizonte é governada por três gestões por uma aliança política entre o PT e PSB, que mantém fortes ligações com agentes pastorais e lideranças sindicais. O depoimento de José Maria revela que o Armazém da Roça era um projeto de abastecimento que procurava articular a produção de famílias agrícolas com a comercialização direta às populações urbanas de baixa renda, aumentando a margem de lucro dos produtores e diminuindo o custo da cesta básica. Iniciativas similares já ocorriam em gestões municipais de

"Entre nós nunca houve muita briga. Se é de associação é da associação. Mas quando entra outras entidades, a coisa piora. O que nós queremos é estruturar uma estrutura de trabalhador. E os projetos internacionais ficam na mão das ONGs. Então, gera conflito. E, na hora que entrou na indústria, na indústria do café com a marca Sítio Mineiro, a gente não sabia administrar indústria. Criamos um coletivo, mas o coletivo só entrava com as idéias. Então montou a microempresa. Aí, o grupo não sabia torrar o café, queimava e... o prejuízo ficou, foi ficando para a associação regional, para o sindicato. Mas a marca deu certo. Foi difícil, porque a gente não acertava o sabor da marca, ou quantas embalagens tinha que fabricar. E ainda tinha o discurso solidário: comprar caro do produtor e vender barato para o consumidor. E eu achava que tinha que comprar barato e vender caro. Aí a gente comprava um saco de feijão com metade podre. E o que fazia com o feijão podre? Outra vez compramos quatro latas de dezoito litros de mel e o mel estava imundo. E eu fui devolver. Expliquei que o mel estava sujo. E o que ele disse? "Você não usa meia fina? Então pega uma meia velha e côa o mel!". Olha a mentalidade dele!" (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

Outro dirigente envolvido revela as dificuldades para atender um padrão de consumo urbano, já estabelecido pelas redes de comércio varejista:

"Uma coisa que foi fantástica foi negociar com a Prefeitura de Belo Horizonte e a periferia do Rio de Janeiro. Porque eles vinha comprar mas acontece que os produtos que nós tínhamos para eles comprar não era os produtos que eles queriam encher o caminhão. Eles não precisavam de três ou quatro produtos e precisavam de outros vinte e um[84]. Eles queriam manteiga, queriam iogurte. Nós não tínhamos o produto. E o caminhão ficava estacionado. E aí eu tinha que comprar lingüiça quando o cara chegava procurando lingüiça. E o comprador era do Rio de Janeiro.

---

partidos de esquerda no Brasil desde o início dos anos noventa, envolvendo sacolões, sistema de pedra livre entre outras tentativas.

[84] Refere-se aos componentes da cesta básica definida pelos governos municipais em sua política de abastecimento às populações de baixa renda.

> Até o caminhão chegar, passar pelas barreiras... as lingüiças apodreciam. Quem tomava o prejuízo? Não tínhamos frigorífico, caminhão frigorífico. Hoje sabemos que a marca Sítio Mineiro tem que crescer em marcha lenta. Não paramos de torrar café, comprar mel, vender rapadura, produzir açúcar mascavo... Mas estamos vendendo aqui na região. O nosso objetivo é a marca unificar várias microindústrias coletivas." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

Tereza revela casos idênticos ao fracasso da venda de lingüiças:

> "Teve um dia que empilhamos um monte de caixa de cebolas a noite toda. Porque o caminhão vinha buscar no outro dia. Resultado: o caminhão não chegou. Então, tinha cebola por todo o lado, todo canto (risos). E não tinha onde enfiar tanta cebola. Mas aí convocamos uma assembléia geral e começou a grande virada." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

Amauri, de Espera Feliz, ao tentar analisar os erros cometidos, sugere que os dilemas do início da experiência de centralização da comercialização regional permanecem como uma incógnita para as lideranças locais:

> "A principal preocupação nossa, talvez seja até um erro que teve na região, é de só preocupar com a questão do mercado, a comercialização. Nós tínhamos produto. Mas faltava mercado na época. Começou a descobrir o mercado, mercado municipal, mercado regional, lá em Belo Horizonte, mas sem trabalhar muito bem essa questão da estrutura da produção. Mercado tem que ter quantidade também. E nossa preocupação era com a qualidade. Mas, para ganhar uma licitação na prefeitura, você tem que ter uma cota de produção. E a gente não tinha isso organizado. A gente foi na vontade. Muito sede ao pote, como se diz! E havia a burocracia para vender. A gente comprava quase a vista um feijão e vendia para eles a prazo. Só para ajudar o pequeno produtor." (Depoimento ao autor da tese, set. 1999).

O ingresso num mercado consumidor de grande porte, que já adquiriu padrões de consumo mais definidos e em que a racionalidade econômica conta mais que as intenções morais, desestabilizou a expectativa das jovens lideranças rurais. Muitos desses dirigentes tinham ingressado recentemente na faixa dos trinta anos de idade. Foram testados pelo jogo de mercado pela primeira vez justamente no momento em que o mercado agrícola brasileiro era liberalizado pelo governo Collor. Como é possível perceber, nos depoimentos destacados anteriormente, e que se repetem em outros tantos coletados na pesquisa de campo, a dinâmica de mercado frustrou-os profundamente, obrigando-os a se refugiarem, mais uma vez, no seu território. De um lado, redefinem seu foco de venda para o mercado regional. Não se atrevem, ao menos por enquanto, a voltar aos grandes mercados dos centros comerciais. De outro lado, aprofundam experiências produtivas - envolvendo, até mesmo, atividades rurais não agrícolas - coordenadas pela articulação sindical regional. Em Espera Feliz, o STR adquiriu uma gleba e pretende implantar um campo de experimentação, além de outros serviços, como um ponto de entretenimento, pesca e outros serviços. Em outros municípios, as lideranças regionais investem na educação rural. A educação passou a ser um grande eixo de atuação na região. Vários encontros na região esboçam a tentativa de criação de cursos de especialização, cursos supletivos e até universitários voltados para dirigentes sindicais rurais.

No início do século XX, várias lideranças regionais encontravam-se eleitas ou à frente de administrações municipais: vereadores, secretários de agricultura, secretários de educação, vice-prefeitos. A experiência de organização regional, sob liderança de lideranças rurais, passou a ser citada em muitos encontros e estudos sindicais. A Zona da Mata é conhecida na estrutura de representação sindical. Ganhou estatuto de inovação e arrojo político.

Um olhar mais atento revela, contudo, um movimento errático de descobertas, fortemente marcado pelas trajetórias pessoais de suas lideranças, motivadas por dilemas existenciais e uma forte identidade entre jovens rurais que, um dia, pelas mãos da Igreja Católica, encontraram a possibilidade de superar uma condição de vida pouco valorizada e com baixa expectativa. O território e a forte identidade entre as jovens lideranças rurais se confundem no caso da Zona da Mata. Souberam permanecer criativos e ocupar os espaços deixados

pelo ocaso dos chefes locais tradicionais - frente à nova dinâmica de mercado - e do afastamento das agências estatais na implementação de políticas regulatórias. O território e a cultura rural permanecem como ponto de referência e de legitimação. Esta, talvez, tenha sido a maior sabedoria das jovens lideranças da região: nunca romperam por completo com nenhuma dessas referências. Mas, por esse mesmo motivo, ressentem-se de suas limitações para alçar um vôo político-organizacional mais ambicioso. O território, então, continua sendo um laboratório de iniciativas seguro e promissor. É desse paradoxo entre tradição e inovação, entre firmar-se no território e envolver-se com a nova dinâmica de mercado, entre ser fiel aos princípios morais do meio rural e apropriar-se de novas tecnologias e códigos de entidades de apoio que se alimenta a experiência da Zona da Mata. Suas lideranças são impelidas a repensar sua região e a reconstruir mecanismos de gestão territorial. Mas constroem o novo em nome das tradições e valores da comunidade. Reafirmam o salto para o futuro.

3.3 A autogestão na mira dos atingidos

> *Canafístula, repetiu meu avô, batendo a mão espalmada contra a casca da árvore. Deve ter mais de trezentos anos, continuou. Olhei pra árvore, olhei pra ele. Eu jurava que ele era mais velho que ela. [...] Levantou a cabeça e olhou pra cima outra vez; fiz o mesmo. Não dava pra ver a copada. Deve ser frio lá em cima, eu disse. Melhor que aqui embaixo, ele retrucou, ao menos não fica sufocada. [...] Será que ela sabe?, perguntei. O quê? , ele murmurou. Que é a última, respondi. Sabe, é claro que sabe, ele disse, e alisou a casca da árvore, saber é pior, dói mais. Ficou quieto. [...] De repente, vi uma lágrima, uma só, escorrendo pelo seu olho direito. Fingi não ver, ele aproveitou pra se enxugar. Entrou um cisco no meu olho, ele falou. [...] Vamos dar um abraço nela, eu disse, de despedida? Vamos, ele retrucou. Abri os braços e o mais que pude, mas não consegui alcançar os dedos de meu avô no outro lado. Não dá, ele disse. É muito grossa, respondi. Vamos, André, ele disse, já está escurecendo. Pegou a minha mão e me levou pra casa. Ele tinha a mão áspera e fria, como a casca da canafístula.*
>
> *(A última Canafístula, Charles Kiefer)*

O sul do país considera-se um Brasil diferente. Arthur Tramujas Neto, ao apresentar a região, refere-se a uma porção do país mais desenvolvida, com menor taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, pobreza absoluta e maior expectativa de vida. Os sulinos são conhecidos por seu orgulho e firmeza. Um povo bravo. Tramujas Neto (1989) nos auxilia na auto-imagem que fazem de si: "somos menos africanos e mais portugueses, mais alemães, mais eslavos, mais italianos, mais guarani e o nosso não é, decididamente, um país tropical (TARAMUJAS NETO, 1989).

Com efeito, as comunidades rurais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são povoadas por comunidades que mantêm as fortes tradições rurais da Itália, Polônia e Alemanha. Em algumas comunidades, encontramos famílias conversando em dialetos pouco empregados nos dias de hoje em sua terra natal. O Rio Grande do Sul, dos três Estados sulinos, é o mais tradicional, a fonte do gauchismo. Dele partiram as centenas de Centros de Tradição Gaúcha – CTG - que são encontrados pelos recantos do Brasil, mantendo imaculadas suas tradições culinárias, de vestimenta, de dança, de comportamento. A cultura gaúcha, enfim, assenta-se numa forte cultura comunitária, marcada por uma identidade afetiva de seus pares, que conservam tradições rurais. Uma cultura que está impregnada em todas as expressões artísticas. Os grandes autores da literatura sulina têm, nos temas rurais e na passagem de um mundo comunitário para um estranho mundo racional e urbano, sua temática privilegiada[85].

Zander Navarro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador de movimentos sociais rurais, pondera sobre a cultura política sulina, mais especificamente a gaúcha, que confere uma coloração particular às ações sociais dessa parte do Brasil. Para o autor, a natureza da ocupação do espaço numa região fronteiriça, marcada por conflitos na disputa da demarcação de territórios, o isolamento político e a colonização européia definiram uma postura comunitária:

---

[85] Esses são os temas encontrados em Érico Veríssimo, Simões Lopes Neto, Josué Guimarães, Charles Kiefer, Lourenço Cazarré, autores gaúchos de destaque na literatura brasileira. Os gaúchos se entendem como tão

> "A tradição associativa tem pelo menos cinqüenta anos. É um ingrediente da própria história da colonização do Estado. O Rio Grande do Sul está dividido em duas partes. A metade sul foi ocupada por razões político-estratégicas, em nome de um Estado Nacional fundado nas grandes propriedades. Essas grandes propriedades formaram uma estrutura econômica dedicada à pecuária, rarefeita em termos populacionais. Aqui criou-se um setor conservador, politicamente reacionário. Mas a parte norte do Estado é uma metade de colonização européia, que traz suas tradições políticas e, principalmente, a formação de um certo sentido comunitarista, de cooperação, dadas as condições de colonização. Perceba que milhares de famílias ocuparam a região norte, onde não havia um Estado, tinham que cooperar entre si para criar escolas, construir estradas, ou morreriam. Com o passar do tempo, isso cria um sentido de comunidade, mais forte do que ocorre em outras partes do país. Forma-se um caldo de cultura sobre o qual vai facilitar o surgimento de iniciativas sociais, coletivos sociais que acabam se estruturando como movimentos sociais, que configuram um repúdio a certas facetas autoritárias e estruturas organizacionais hierárquicas do governo central." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Não por outro motivo, os movimentos sociais rurais mais expressivos do período pós-regime militar surgiram na porção norte do território gaúcho. Mas a parte sul dessa região também sofre influências da característica de ocupação territorial que reforçaram a grande autonomia política e a construção de um discurso oposicionista. Zander analisa este aspecto:

> "A cultura gaúcha, sulista é tratada pelos historiadores como decorrência da nossa posição geográfica de fronteira, uma ponta de lança em relação aos demais países que se formavam e que, portanto, sofre com uma presença importante de militares. Na campanha gaúcha, por exemplo, toda a formação de propriedades se deu em

---

diferenciados em relação à cultura nacional que produzem dezenas de dicionários de expressões regionais recheados de referências rurais.

> casamento de militares. Paralelamente, existem tradições políticas reformistas, algumas até com certo tingimento de centro-esquerda. No período dos anos cinqüenta, com Vargas, com Brizola, com figuras como Alberto Pascoalino, tivemos a consolidação dessa tradição reformista. E tivemos, ainda, a presença do partido comunista, que encontrou ambiente de crescimento. Os exemplos dessa tradição são inúmeros, alguns surpreendentes. É o caso de um sujeito chamado Marcos Clasmann que, depois, foi para o PDT e sumiu da política. Ele era líder estudantil e nas eleições de 78, ainda no regime militar, faz uma campanha afirmando que era comunista, adotando um discurso fortemente recortado do ponto de vista ideológico, e foi eleito, e bem eleito. Outro tipo, o Bagé, era engraxate na praça principal de Porto Alegre. Um engraxate histórico, todos faziam questão de engraxar o sapato com ele só para conversar. A conversa era fascinante. Ele resolveu ser candidato pelo PT e teve uma votação expressiva. Portanto, sempre tivemos o voto de esquerda, anti-sistêmico, ideológico ou não, mas de protesto, que eu acho que vem das tradições políticas reformistas." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

O efeito do isolamento territorial, os embates armados e a construção de uma rede de sociabilidade pública, a partir da associação de vizinhos e comunidades, marcam a cultura gaúcha, mantendo independência ideológica das estruturas de poder central. Por outro lado, a influência das tradições associativas que migrantes europeus trazem para essa região reforçaram práticas comunitárias e de solidariedade política. Essa cultura política informa várias expressões de domínio público que, em outras partes do Brasil, soam como exceções. É o caso da palavra mutirão que aparece em manchetes de jornais para descrever ações comunitárias de construção de obras públicas. Este expediente é utilizado em todas as regiões brasileiras, mas não tem o estatuto social que encontra em terras gaúchas. Em termos sociológicos, a cultura política gaúcha pode ser definida como marcada por relações comunitárias, ainda que valorize códigos racionais, societais. Os laços pessoais, familiares e comunitários são determinantes na sobrevivência e crescimento de organizações políticas, em especial, nas organizações rurais do norte do Estado.

Ainda em sua análise, Zander Navarro sugere, nas entrelinhas, como os atuais movimentos sociais rurais sulinos mantêm os vínculos pessoais como determinantes de sua trajetória. O autor sugere que os mais inovadores movimentos sociais rurais dos anos 90 foram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB - que, segundo sua percepção, passaram a sofrer forte influência política do ideário do MST a partir do estabelecimento de relações afetivas entre seus dirigentes. A articulação ocorre, também, fortemente influenciada pela tentativa de superação da crise política que se instala nas organizações populares no início dos anos 90, quando o discurso neoliberal, as reformas administrativas, as privatizações de empresas estatais e a abertura do mercado agropecuário têm início:

> "O corte dos anos noventa é expressivo por várias razões. A principal delas é a crise ideológica que afeta nossos movimentos sociais rurais e suas organizações formadas a partir de idéias de utopia e transformação social, com uma vaga noção de socialismo que raramente se expressava. O momento posterior da virada da década de oitenta para noventa coloca em xeque algumas formas organizativas. O movimento sindical ligado à Central Única dos Trabalhadores – CUT -, por exemplo, vive seu pior momento histórico. Em 1990 e 1991, havia quase um desespero sobre o que fazer. Aos poucos, foi se rearticulando, tendo como eixo as realizações econômicas, organizando os sistemas agrícolas dos municípios e associações de agricultores. Somente a partir de 1997, 1998, os recursos financeiros começam a retornar. No caso do MST, se perguntava o que fazer com os assentamentos conquistados. Então, a sobrevivência econômica, a construção de soluções econômicas, se impõe no período. Mas duas formas organizativas estavam intactas: o movimento de mulheres e os atingidos por barragens. O movimento de mulheres não foi atingido em nada. Ele se organiza em 1985 e adota uma tática de baixa visibilidade pública. Atuava nas comunidades e adotava temas previdenciários e de saúde como seus eixos de luta. Quando esse movimento levava à comunidade uma enfermeira ou médica, gerava um rastilho de pólvora. As mulheres da comunidade sentiam-se pela primeira vez contempladas em um debate com mulheres. Mas de 97 para cá o movimento modifica-se. Sou pessimista em minha

> leitura. Houve uma convergência do movimento de mulheres com o MST. A convergência se deu por várias razões, inclusive pessoais. É aquela história da militante do movimento de mulheres que se casa com um assentado e vira assentada. Então, ela estabelece uma identidade com o MST. E as táticas de luta se alteram. Começam a invadir loja da Mc Donald's, o número de bandeiras aumentam nas manifestações públicas. Lá embaixo, nas comunidades, ocorrem mudanças apenas onde o MST está presente." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

O mesmo estaria ocorrendo com o MAB, a partir dos anos 90. O MAB, que inicialmente denominava-se Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB -[86], desenvolverá, a partir de 1986, uma das experiências mais inovadoras de gestão de reassentamentos rurais do País, a partir de um acordo estabelecido com o então Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que possibilitou uma administração conjunta entre a organização das populações desapropriadas para construção de hidrelétricas e agências estatais para efetivação do reassentamento dessas populações. Nascia uma autonomia de gestão de amplos territórios nunca antes conquistada por movimentos sociais rurais do Brasil. O movimento que, em sua origem, tinha como base territorial a região que compreendia as hidrelétricas de Itá e Machadinho (RS), expande sua área de influência para o Paraná, a partir da mobilização ao redor do reassentamento das populações rurais atingidas pela construção das hidrelétricas de Mangueirinha, Segredo e Salto Caxias. A experiência de Mangueirinha e Salto Caxias será o ápice da capacidade de autogestão dos territórios de reassentamento, quando o MAB passa a administrar a instalação de galpões, construção de casas e toda infra-estrutura do reassentamento.

Paradoxalmente, alguns autores identificam que o ápice da experiência (início dos anos 90) foi também o início de uma crise organizacional. Com a crise econômica do País, os programas de ampliação do sistema energético baseados na construção de hidrelétricas minguaram, diminuindo a base de representação do MAB. Zander Navarro sugere que o MAB transformou-se numa agência de assessoria aos reassentados, diminuindo sua

---

[86] Em maio de 1991, uma assembléia altera o nome de CRAB para MAB.

capacidade de mobilização, descaracterizando-se como movimento social. É nesse momento que ocorre uma aproximação política do MAB com o MST. Novamente, as bandeiras políticas específicas dão lugar a bandeiras nacionais, aquelas priorizadas pelo MST. Os líderes do MAB percebem tal fenômeno e, nas entrelinhas de seus depoimentos, revelam preocupações crescentes com a relação entre a organização e as populações reassentadas.

As experiências de Itá e Salto Caxias, analisadas nesta seção, são também emblemáticas de um movimento errático de populações rurais que procuram preservar sua identidade social, mas percebem que o cenário político obriga-os a dar um salto nas práticas e convicções políticas. O espaço público não é mais o espaço comunitário, nem mesmo o espaço de atuação do Estado. É um espaço órfão de orientações racionais. Se conseguem ocupá-lo a partir de uma negociação inusitada em meados dos anos oitenta, rapidamente deparam-se com as dificuldades de manutenção da novidade gerencial. Aqui também sentiremos a brisa da fuga para o futuro.

As origens do MAB

Em 1979, a ELETROSUL, concessionária regional da ELETROBRAS[87], anuncia a construção de 22 hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai[88]. O plano de investimentos compunha a linha de financiamentos do Banco Mundial que, assim como ocorria na Índia, fomentava o aumento de produção brasileira de energia elétrica para alicerçar um ambicioso programa de desenvolvimento econômico (FRANKLIN, *apud* NAVARRO, 1996; RUSZCZYK, 1997; MORAES, 1994).

---

[87] Empresa estatal, criada em 1962, responsável pelo planejamento, financiamento e coordenação na produção e distribuição de energia. Articula-se nas regiões a partir de empresas subsidiárias, como é o caso da ELETROSUL, na região sul do País. Nos projetos de construção de hidrelétricas, é atendida por empresas privadas que são responsáveis por estudos e projetos, construção civil, equipamento elétrico pesado e montagem de equipamentos.

[88] A região mais especificamente atingida pela construção das hidrelétricas é aquela que compreende 14 municípios do norte gaúcho: Erexim, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Gaurama, Aratiba, Campina do Sul, Erval Grande, São Valentim, Viadutos, Severiano de Almeida, Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul, Jacutinga e Mariano Moro. É considerada uma região marcada por minifúndios agrícolas, com baixas taxas de urbanização. Representa 2,12% do total da superfície estadual, onde residem 2,4% dos gaúchos.

A construção das barragens na bacia do Rio Uruguai representava um dos três grandes projetos de construção de barragens que foram desenvolvidas nos anos 80[89]. O Plano 2010, da ELETROBRAS, previa a construção de 165 novas usinas. Em 1979, veio a público o Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai, elaborado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC -, empresa do Grupo Camargo Corrêa que havia ganhado processo licitatório para desenvolvimento deste estudo para a ELETROBRAS. Em 1982, o presidente General João Batista Figueiredo autoriza a construção da barragem de Machadinho. Inicialmente, esta barragem atingiria os rios Pelotas e Apuaê, região em que estão localizados quatro municípios catarinenses e onze municípios gaúchos, encobrindo 40 mil hectares. Os estudos estimavam entre 11 mil e 17 mil gaúchos atingidos pela construção da barragem, residentes em 70 comunidades rurais.

A região atingida foi povoada no final do século XIX a partir de um ambicioso projeto de colonização, priorizando a produção de alimentos. Os agrupamentos sociais do norte do Estado do Rio Grande do Sul ficaram conhecidos como *Novas Colônias*, diferenciando-se do processo de colonização anterior, que povoou o sul do Estado, envolvendo, em especial, os migrantes italianos e alemães. As novas colônias, além de contar com imigrantes oriundos também da Alemanha e Itália, envolveram imigrantes poloneses. A ocupação do território desenhou um panorama social e econômico da região tipicamente demarcado pelas características da agricultura familiar. Nos anos 80 do século XX, o panorama não havia se alterado: 60% das propriedades rurais não ultrapassavam 10 hectares (considerados minifúndios para a estrutura fundiária da região), voltadas para a produção de componentes da cesta básica em virtude da topografia imprópria para a mecanização.

Os depoimentos colhidos na pesquisa de campo contam que a notícia da construção das hidrelétricas de Ita e Machadinho já circulava entre as comunidades desde 1980. Desde o primeiro momento, essas populações atingidas foram estimuladas por agentes das igrejas católica e luterana. Os luteranos terão um papel de destaque nas lutas que se articulam a

---

[89] As outras foram: Sobradinho, construída no Vale do Rio São Francisco pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF - e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF -, que desalojou 70 mil habitantes e Tucuruí, implementada pela ELETRONORTE (MORAES, 1994).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

partir de então, envolvendo e apoiando, até financeiramente, a resistência das comunidades rurais de maioria alemã e polonesa.

> "O sentimento foi bastante angustiante para a comunidade e para as famílias porque naquele período você tinha agricultura, uma pequena propriedade, a agricultura familiar, uma agricultura forte, comunidades fortes, uma questão cultural muito forte, a solidariedade, muito trabalho de mutirão, troca de serviços, isso era normal, e é normal ainda na nossa comunidade, e a grande angústia era a insegurança das famílias. Você tinha exemplos concretos da barragem de Passo Real que deixou muitas famílias desalojadas sem terem para onde ir. O exemplo de Itaipú também era daquele período. Mas Machadinho é uma cultura polonesa, não tão calma como a cultura alemã. Então o foco de resistência e de mobilização era Machadinho." (Depoimento ao autor, out. 2001).

Por sua vez, a atuação política da Igreja Católica junto às comunidades rurais da região teve início quase uma década antes do anúncio da construção das barragens. Em 1973, alguns agentes pastorais e padres fundaram a Escola Diocesana de Servidores da Comunidade – ESC -, sediada em Erechim. Logo depois, criam, ainda, o Centro de Leitura Bíblica (envolvendo 17 municípios da região) e o curso Teologia e Ação Pastoral – TAPA. A criação do Centro de Leitura Bíblica, em 1978, foi motivada pela disposição de um padre local de implementação de uma linha de atuação pastoral mais comprometida com a Teologia da Libertação, aprofundando algumas linhas norteadoras da ESC. O fato é que o programa dos cursos desenvolvidos nessas organizações católicas assemelhava-se ao do MOBON (Zona da Mata Mineira), já analisado anteriormente, revelando um ideário disseminado pelo País no período. Denunciava-se a organização social brasileira hierarquizada, o culto ao mito, o monopólio do saber, as leis que defendem poucos e a exploração do trabalho. Pregava-se a construção de uma sociedade igualitária, a autonomia produtiva e a descentralização do poder[90]. As análises sociológicas e críticas sobre a sociedade brasileira sugeridas nessas iniciativas nunca foram nítida ou muito articuladas, o

que admitem seus próprios mentores. Entretanto, o eixo conceitual dos cursos desenvolvidos pela ESC era a construção de uma *sociedade nova*, a partir da leitura da Bíblia sob a ótica do pobre, na tentativa da *desalienação da fé*. Tais princípios, ainda que genéricos, procuravam fundamentar uma clara motivação ao ativismo político. As tarefas anotadas ao final de uma das etapas de um curso desenvolvido na ESC, em meados dos anos 80, revelam uma pauta de organização política:

- organizar o povo para participar das lutas e fazer com que as lideranças e as diretorias de capela assumam o trabalho de evangelizar;
- organizar as diretorias das comunidades com pessoas voltadas para as lutas, os movimentos populares com uma visão evangélica da realidade;
- organizar o povo nos sindicatos, fazer com que o povo participe das decisões. Onde há sindicato pelego, nós organizamos um grupo de oposição para organizar o povo;
- mostrar ao povo o trabalho político, o que estão fazendo os homens que recebem votos na nossa comunidade. Organizar um grupo para isto, para que não voltem a votar em quem nada fez por nossa classe;
- compromisso: participar de movimentos populares de organização e luta dos direitos dos trabalhadores; procurar conscientizar as comunidades que esta luta também faz parte do trabalho da igreja incentivando a participação; implantar esta Igreja Renovada a todos os cristãos (MORAES, 1994, p. 139).

Os cursos da ESC articulavam-se em torno da noção missionária do servidor de Deus, que, aliás, dava origem ao nome da escola. Portanto, o ativismo político e o engajamento em lutas sociais de libertação e indignação do *povo pobre* nutriam a identidade propagada em seus programas de formação. Análise de elementos mediadores da ação – estrutura social local, instâncias de poder e instrumentos de gestão pública entre outros – não constituíam sua preocupação.

---

[90] Conteúdos anotados por um participante dos cursos e reproduzido em Moraes (1994).

Mais uma vez, o público preferencial desses cursos eram os jovens, apontados em várias análises como os mais descontentes e desejosos de uma pauta que transformasse a realidade local. Tal motivação leva a Igreja Católica da região a criar um curso específico TAPA, que acabará por sustentar a formação de uma geração de novas lideranças locais. Os cursos da TAPA eram organizados em três etapas, sustentados por técnicas e dinâmicas de motivação de grupo, objetivando arrolar os problemas da sociedade brasileira e organizar *a classe social massacrada*.

Paralelamente às atividades desenvolvidas pelas igrejas da região, ativistas sindicais realizavam reuniões e atividades esporádicas. Na primeira metade dos anos 80, havia uma instigante movimentação para recriação das estruturas sindicais destruídas ou perseguidas pelo regime militar. Uma corrente sindical, ainda desarticulada nacionalmente no meio rural, procurava criar agrupamentos oposicionistas, objetivando eleger diretorias de sindicatos mais engajadas e comprometidas com as lutas sociais que se espraiavam pelo País. Na região, uma tentativa de articulação similar ocorria no início dos anos 80, vinculada à frente sindical estadual denominada Coordenação Sindical do Alto Uruguai – COSAU. Dessas iniciativas nasce a Escola Sindical Margarida Alves – ESMA -, em 1985. A ESMA tinha por objetivos formar dirigentes e lideranças fortemente articulados ao partido político, no caso, o PT. Os cursos desenvolvidos envolviam dirigentes sindicais do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, e Santa Catarina. O MST também demandava cursos especiais para seus dirigentes. Nos **Subsídios para o Seminário Geral de Avaliação**, documento elaborado em 1987, três pontos são identificados como problemas da ESMA: 1. conteúdos limitados à ortodoxia marxista e questões macroeconômicas; 2. metodologia de ensino rígida e dogmática; 3. pouco trato e aprofundamento da realidade vivenciada pelos participantes do curso.

Para os limites deste estudo, vale registrar a convergência das iniciativas sindicais e pastorais no sentido de formação de lideranças regionais fortemente engajadas no ativismo político. Também é digno de destaque a concepção metodológica similar e a fragilidade teórica (ou dogmatismo), o que limitava a possibilidade de criação de conhecimentos específicos dos dirigentes, voltados para a competência de gestão. Moraes (1994), em sua

tese, sugere esse descompasso na formação de lideranças locais, ao comentar os resultados dos cursos implementados pela ESMA:

> Em conseqüência, os dirigentes e lideranças dos movimentos, em geral, vão demonstrar uma constante dificuldade em combinar criativamente a atuação nos diferentes campos de relações de forças, propondo-se muito mais a atuar como partido político, preocupado com a construção e implantação de um projeto de sociedade, do que como instâncias de intervenção, politização e superação do nível econômico-corporativo (MORAES, 1994, p. 170).

Por outro lado, a matriz de organização que emerge dessa cultura política combina a valorização da participação da base organizativa, concretizada nos momentos das plenárias e assembléias, com elementos de rígida capacidade de direção e liderança de movimentos sociais voltados para o acúmulo de forças. Em outras palavras, a cultura política que vai se constituindo na região fundamenta-se na mobilização permanente das massas rurais exploradas ou expropriadas, lideradas por ativistas que adotam rígidos procedimentos políticos. O forte vínculo dos dirigentes locais com a base mobilizada, contudo, sempre foi o maior valor desse modelo de organização. Veremos, mais à frente, como tal valor se expressa e se reproduz em todas as lutas dos atingidos por barragem dessa região. Somente no final dos anos 80 e início dos anos 90, tal ideário será alterado, privilegiando-se resultados econômicos, acima dos políticos. Muitas lideranças e pesquisadores apontam o ano de 1987 como o marco dessa mudança[91].

Vários depoimentos e estudos apontam, ainda, uma terceira força política que contribuirá na organização dos agricultores envolvidos na construção das hidrelétricas da região: os professores do Centro de Ensino Superior - y. Este centro, hoje uma universidade regional

---

[91] O ideário sindical implementado na região, se foi unitário em seu início ao longo dos anos 80, apresentará fissuras significativas. Em 1986, ano da principal inflexão do movimento de atingidos por barragens, já eram nítidas duas correntes sindicais muito diferenciadas que passariam a disputar a condução da comissão regional de atingidos por barragens: a corrente sindical denominada Articulação (também majoritária no PT), consolidada na região do Alto Uruguai, e Democracia Socialista (inicialmente um partido trotskista, de

(Universidade Regional Integrada - URI), atuava na região norte do Rio Grande do Sul e privilegiava programas de pesquisa vinculados à realidade regional. O setor de extensão rural dessa instituição terá um papel preponderante em todo o percurso do movimento social que se articula no início dos anos 80, assessorando os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra e, em seguida, a Comissão Regional das Barragens – CR - da região do Alto Uruguai. Seus pesquisadores auxiliarão na formulação técnica e na troca de experiências com populações rurais desapropriadas pela construção de hidrelétricas de outras partes do País, como é o caso de Itaipu. Em 1980, o trabalho de extensão do CESE/FAPES atingia 12 municípios da região, adotando uma ampla temática de estudos e assessorias[92]. (RUSZCZYK, 1997).

Toda mobilização que aconteceria a partir dos anos 80 na região teve, portanto, um fundamento conceitual construído na virada da década de 70 para 80.

A mobilização que forjou o MAB e as experiências de co-gestão de reassentamentos de populações desapropriadas, objeto desta análise, recebe, comumente, uma periodização pelas lideranças e pesquisadores assim definida:1. luta por indenizações (1979-1982); 2. política da recusa (1983-1985); 3. Acordo de 1987 e início da co-gestão de reassentamentos (1986 em diante).

O último período interessa mais de perto à presente análise. Contudo, faz-se necessário um breve relato do período imediatamente anterior para que o leitor perceba o processo inusitado que leva um ideário claramente antiinstitucionalizante, que deu origem ao movimento dos atingidos por barragem à liderança de uma das práticas mais inovadoras de gestão territorial pública.

O processo de resistência de Ita e Machadinho tinha como referência a experiência dos expropriados de Itaipu, barragem binacional construída na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, durante o governo do general Ernesto Geisel. As pesquisas realizadas sobre a

---

inspiração mandelista, que se transformou em corrente interna do Partido dos Trabalhadores), expressão de destaque na região das Missões (RUSZCZYK, 1997).

organização das populações atingidas pela construção das hidrelétricas de Ita revelam que, num primeiro momento, uma parcela significativa de famílias de agricultores e população da região não resistia ao projeto governamental e à desapropriação. Os professores do CESE/FAPES e agentes pastorais iniciam reuniões e encontros por comunidade rural, em que procuravam alertar para o que ocorreria e incentivar a organização *para a luta*. Disseminavam, também, a situação dos agricultores desapropriados pela construção de hidrelétricas construídas no Paraná (Salto Osório e Salto Santiago) que, após indenização, não conseguiram manter o mesmo padrão de vida. A orientação política da organização das populações rurais atingidas pela construção de hidrelétricas do Alto Uruguai, após a realização de um encontro em Concórdia (Santa Catarina), em março de 1980[93], sugeria a criação de Comissões Locais – CL - constituídas nas comunidades rurais atingidas, articuladas a uma CR, o que passou a definir a estrutura de resistência que começou a se esboçar na região. Auri Buchs relata como as comunidades se envolveram nesse início de organização:

> "Começou a circularem notícias com o surgimento da Comissão Regional. Os primeiros passos começaram aí, a serem divulgadas as informações, começam a acontecer encontros, reuniões, inclusive eu não me lembro em que ano, acho que foi em dezembro, teve um encontro regional lá na nossa comunidade, deve ter sido em 1981, já era pela comissão regional. Meu pai participava das reuniões e tinham as reuniões regionais com representantes das comunidades. E num encontro em Marcelino Ramos[94] a Comissão Regional tira as primeiras propostas de indenização total, da indenização das propriedades, das benfeitorias. Num primeiro momento

---

[92] O temário de estudos e extensão era realmente amplo: realidade econômica e política da região, problemática das barragens, sindicalismo, evolução do processo de subordinação e dominação do camponês, alimentos e energia.

[93] Moraes (1994) relata que, em março de 1980, já havia sido realizada em Concórdia (SC) uma reunião de atingidos por barragens do sul do País e que dela teria surgido um **Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense**, rejeitando a indenização em dinheiro e exigindo o reassentamento (sob o dístico *Terra por Terra*). O manifesto alerta, ainda, para os valores de indenização pagos que inviabilizavam a reprodução do agricultor familiar. Essas elaborações foram utilizadas como referência para construção da pauta da organização das comunidades atingidas pela construção da hidrelétrica de Ita.

> não se ventilava o reassentamento, que veio avançando logo em seguida, com a luta contra as barragens. Mas havia falta de solidariedade. Na minha vila, Vila Sarandi, as pessoas optaram pela indenização e tudo desapareceu por completo. Havia comércio, sapateiro, ferreiro, marceneiro, essa coisa toda. Hoje, o novo núcleo não tem um morador sequer, só tem estrutura, igrejas, escola, sem morador. Não houve nenhuma solidariedade, como ocorreu em outras comunidades." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Em maio de 1981, a ELETROSUL inicia um processo de convencimento das populações residentes na região, procurando estabelecer um diálogo com os prefeitos dos municípios do Alto Uruguai. A linha de argumentação adotada era a justificativa para não realizar negociações coletivas e indenizar apenas os proprietários atingidos pela construção da hidrelétrica que tivessem documentos comprobatórios. Em seguida, são formadas Comissões Municipais, por decreto das prefeituras locais, que logo se tornaram alvo de disputa e ataques da CR dos atingidos. Assim, os contornos das primeiras disputas locais ficavam nítidas desde a primeira hora do processo de construção da hidrelétrica de Ita. De um lado, disputava-se o valor da indenização; de outro, organizava-se a base social que sustentaria o processo de negociação das indenizações, sendo que a ELETROSUL privilegiava uma estrutura organizativa baseada nas representações políticas formais (prefeitos e autoridades constituídas da região), e a Comissão Regional de atingidos sustentava a formação de comissões legitimadas a partir de cada comunidade rural da região atingida. As duas estruturas organizativas propostas refletiam os ideários de origem: a estrutura oficial e burocrática do Estado e a estrutura comunitária das lideranças forjadas nos encontros e cursos promovidos pela Igreja Católica da região.

Os encontros interestaduais de lideranças dos atingidos por barragens definirão, nesse período, a rejeição a qualquer indenização individual e adoção da proposta de reassentamento global das famílias atingidas pela construção de hidrelétricas, buscando

---

[94] Refere-se à assembléia realizada em 17 de agosto de 1981, realizada no município de Marcelino Ramos. O documento elaborado nessa assembléia destaca o conflito entre a proposta de indenização e reassentamento e exige a demarcação da área a ser alagada para identificação da população atingida.

garantir a reprodução das condições de trabalho e sociabilidade típicas das comunidades rurais. Ocorre, contudo, que a maioria das populações atingidas pela construção das barragens de Ita e Machadinho optavam pela negociação de indenizações, o que acabou obrigando as lideranças locais vinculadas à CR a alterar a tática de negociação com a ELETROSUL, exigindo altas somas de indenização.

Os dois anos seguintes foram marcados por tentativa de convencimento de parte a parte. Do lado das lideranças da CR, dois eventos terão importância na trajetória seguinte do movimento de resistência. O primeiro ocorre em outubro de 1982, quando é realizado um Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens, em Erexim. O encontro envolve populações atingidas por barragens de 36 municípios de cinco estados do País. Também comparecem lideranças sindicais, o que esboça uma articulação política de maior envergadura da que se estruturava até então. Em 1983, uma grande enchente, provocada por chuvas torrenciais, atinge toda a região sul do Brasil. O Rio Uruguai transborda e as lideranças da CR aproveitam-se desse fenômeno em seus discursos, utilizando-o como *efeito ilustrativo* do resultado final da construção das barragens de Ita e Machadinho. As populações rurais, extremamente místicas, são atingidas pelo que se identifica como um *prenúncio da catástrofe*[95].

Por seu turno, a ELETROSUL procurava acelerar todos os procedimentos técnicos para a construção da hidrelétrica de Ita. Em 1983, inicia a construção de Nova Ita, cidade

---

[95] A mística religiosa é freqüentemente invocada pelas populações rurais para dar sentido ao processo de construção de hidrelétricas no sul do País. Em Salto Segredo, hidrelétrica construída no início dos anos 90, na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, presenciei depoimentos de lideranças comunitárias que construíam uma explicação mágica para a tragédia que se avizinhava. A região tinha sido palco de um dos movimentos messiânicos mais significativos do Brasil, o Contestado, liderado por José Maria, logo após a proclamação da república brasileira. Um líder comunitário, ao ser entrevistado, em certo momento, disse que todas comunidades locais, mesmo muito antes da construção da hidrelétrica, decidiram parar de plantar. O motivo, dizia, era a percepção coletiva de que a profecia de José Maria, que teria ocorrido quase um século antes, estava se concretizando. A profecia, segundo testemunhou o líder comunitário entrevistado, dizia que um dilúvio destruiria a Terra, como mostra do desencanto divino. Entretanto, o dilúvio seria precedido por dois fenômenos de anunciação, lembrando os sete selos do Apocalipse: cobras negras gigantes brotariam da terra e teias de aranhas gigantes emergeriam dos céus. Atônito, perguntamos se esses anúncios já havia ocorrido e a resposta foi: "todos os dois: as teias de aranha são os fios de alta tensão que os homens do governo estão colocando e as cobras negras são as rodovias que estão pavimentando. O dilúvio já foi anunciado. Esse pessoal do governo não sabe que despertaram a ira de Deus. Mas José Maria já havia avisado quando passou por aqui."

planejada para acolher os moradores dos municípios que seriam extintos pelo lago da barragem.

Os líderes regionais são, inicialmente, sem grande clareza, impelidos a ampliar a base política para a legitimação de seu discurso, na medida em que a ELETROSUL atuava diretamente junto às autoridades e lideranças urbanas. A própria natureza da disputa foi, aos poucos, exigindo um discurso menos corporativo e mais regional, menos econômico e mais político (no caso, explicitado como política pública de desenvolvimento regional[96]), menos corporativo e mais territorial.

Nos três anos seguintes, o movimento de resistência procurará radicalizar suas posições, assumindo um discurso de total intransigência frente à construção das barragens no País. Grande parte das manifestações públicas e atos políticos organizados pela CR tiveram lugar no distrito de Carlos Gomes, município de Viadutos, povoado por descendentes poloneses que sustentavam a defesa da identidade étnica das comunidades atingidas. Os encontros regionais que ocorrem no período, como o I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai (Irai, junho de 1983) fazem as primeiras incursões na tentativa de elaboração de uma política energética para o Brasil com preocupações sociais, além da discussão da política trilateral para a América Latina. Enfim, o movimento de resistência social iniciava um novo percurso político, confrontando-se como alternativa política e, até mesmo, autoridade social em relação à ELETROSUL.

No final de 1983, a CR torna-se CRAB, buscando ampliar e profissionalizar a estrutura organizativa do movimento de resistência[97]. A sua comissão executiva incorporava, além de atingidos e membros da CR, um agente da CPT, assessores e diretor de sindicatos.

---

[96] Não teria sido por outro motivo que, em 1983, a CR apresenta um documento intitulado **Nossa Luta é contra as Barragens**, em que desfia quatro grandes prejuízos públicos que as populações locais sofreriam com a construção das barragens: 1. ambientais (riscos ecológicos, poluição de rios, mudanças climáticas e risco de terremotos); 2. sócioculturais (êxodo rural, aumento de desemprego, destruição da cultura local, insegurança para populações que vivem abaixo das barragens, isolamento das regiões); 3. econômicos (desaparecimento de terras férteis, aumento de endividamento interno e externo, direcionamento dos lucros para multinacionais, agravamento da crise econômica, empobrecimento da economia regional, favorecimento de sítios às margens dos lagos, especulação imobiliária; 4. democracia (concentração do controle energético, ausência de consulta à população local quanto aos rumos do desenvolvimento local e regional).

Mantinha-se, contudo, a forte vinculação às estruturas comunitárias de base, formando um desenho federativo de organização[98]. A presença dos assessores (padres, técnicos, professores e sindicalistas) é muito destacada nos depoimentos coletados, embora todos afirmem a preocupação central em manter estruturas que garantissem a participação *dos colonos*.

Em 1984, começa um novo movimento político que colherá frutos somente em 1996: os líderes da CRAB iniciam os primeiros contatos formais com o governo federal, exigindo a suspensão das obras e formação de uma Comissão Paritária para rever o plano de construção de hidrelétricas na Bacia do Uruguai. Nesse primeiro encontro, conseguiram uma promessa verbal de suspensão do projeto, o que de fato não ocorreu.

O Ministro das Minas e Energia chega a anunciar aos jornais a suspensão da construção das obras na Bacia do Rio Uruguai.

Algumas ações políticas desencadeadas pela CRAB a partir de então demonstram o momento de maior radicalização da organização: chegam a reter funcionários da ELETROSUL por *invasão de propriedade*. Gilberto Cervinsli, jovem agricultor atingido pela construção da barragem de Machadinho, relembra algumas ações contra os alvarás. Na época, tinha 11 anos de idade e diz se lembrar do apoio e incentivo dos agentes da CPT:

> "O sentimento de perda foi criado no povo, de tudo aquilo de errado que a barragem trazia. Havia muita participação da Igreja, tinham duas religiões, mas a participação da Igreja Católica, da CPT, era mais significativa e tinha uma influência muito grande nisso tudo. Aí surgiu aquele lema: terra sim, barragem não. E nós impedimos a barragem de Machadinho, Itaperana.Aí o pessoal saía, mulheres, jovens, crianças. Na nossa comunidade, chegamos a prender um funcionário, foi baixada uma decisão

---

[97] Tal deliberação ocorre em dezembro de 1983, quando da realização do II Encontro Interestadual de Barragens, ocorrido em Palmitos (SC).

[98] Em 1983, a CRAB adotava uma estrutura intermediária (entre a comissão executiva e as comissão locais) denominada Comissões Regionais, que envolvia as localidades de Tapejara, Mariano Moro, Viadutos e Concórdia. Dois anos depois, as regionais eram outras: Machadinho e Ita, Lages, Chapecó, Itapiranga e Irai e

> dos atingidos de ninguém mais entrar, fazer trabalho nenhum até que fossem cumpridos os acordos, e aí vieram lá uns caras para fazer medição. Eles prenderam os caras porque as mulheres queriam matar os caras, eu me lembro que teve mulher que veio com foice porque estavam cortando madeira no final da tarde... Vieram com foice e cordas. " (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

A partir de 1985, com o ingresso de alguns jovens vinculados à Pastoral da Juventude na direção da CRAB, as duas táticas, até então adotadas pela organização, começam a se atritar ainda que não se revelasse publicamente. Enquanto a mobilização social de resistência radicalizava suas ações públicas, quatro jovens lideranças (Nilo Brandt, Ricardo Montagner, Mauro Postal e Luiz Dalla Costa) iniciam uma inflexão política exigindo maiores abertura no processo decisório da CRAB e capacidade de negociação. As jovens lideranças sugeriam a superação do voluntarismo que marcava as deliberações e ações da CRAB o que, na sua concepção, gerava centralização de informações e de poder. Em janeiro de 1986, os jovens conseguem uma primeira vitória política quando é criada a Assembléia Geral da CRAB, reunindo vários líderes de cada região para formularem as políticas de articulação e planejamento anual de ações.

Nesse momento, emerge uma reflexão conceitual no interior da CRAB. A discussão sobre a noção de *atingido indireto* que já havia sido citada anteriormente, ganha maior significado desde então. Com o ingresso, na estrutura organizativa, de agricultores atingidos pela construção das hidrelétricas e barragens binacionais (Missões e Roncador), inicia-se a discussão da incorporação de lideranças regionais não atingidas diretamente pelas hidrelétricas, mas prejudicadas pela construção das obras complementares (linhas de transmissão, acampamento dos operários das obras, estradas, pontes). Assim, a trajetória de ampliação da base social do movimento acentua-se ainda mais. A inclusão desse novo público (atingido indireto) amplia também a pauta de negociações da CRAB com a ELETROSUL.

Chapecó. Em 1986, são incluídas as regionais de Missões e Roncador). Chegava, nesse momento, a envolver 80 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É dessa trajetória que nasce a ação política inusitada de co-gestão dos reassentamentos. Essa possibilidade começa a se desenhar mais nitidamente com o acordo estabelecido no final de 1986. Inicialmente, em 23 de janeiro, o Ministério das Minas e Energia cria um grupo de estudo, de que participa a CRAB, duplamente inusitado, em virtude de a CRAB não existir juridicamente e de defender a extinção das barragens. A CRAB organiza 180 reuniões nas comunidades rurais atingidas, envolvendo 6.500 agricultores, objetivando fazer uma consulta sobre seu posicionamento. Em seguida, realiza duas assembléias de representantes. Em junho de 1986, as lideranças regionais, reunidas em Getúlio Vargas (RS), definem a pauta de reivindicações articulada em 39 pontos. O **Documento de Getúlio**, como ficou conhecido entre os líderes da CRAB significava o reinício do processo de negociação com as instâncias governamentais. As lideranças regionais que surgem desse processo de consulta formam, então, um novo agrupamento intermediário, que se denomina *Grupo dos 40*, envolvendo ministros de eucaristia, sindicalistas e outras lideranças.

As negociações que têm início centram-se na discussão sobre os direitos do *atingido sem-terra*, o não-proprietário, o que indicaria uma confluência entre a estratégia de reassentamento e uma intervenção local para alteração da estrutura fundiária original. O **Documento de Getúlio** (1986), afinal, exigia "o assentamento de todos os sem-terra acampados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina", o que iniciaria uma importante aproximação da CRAB com o MST.

Finalmente, em outubro de 1986, a ELETROSUL assume publicamente o compromisso de não construir qualquer obra sem prévia indenização e assentamento dos atingidos pelas barragens de Ita e Machadinho. Em fevereiro de 1987, pouco mais de mil agricultores realizam uma manifestação nos municípios de Gaurama e Viadutos, apresentando quatro reivindicações à ELETROSUL: 1. apresentação das terras para reassentamento; 2. atendimento da pauta constante do Documento de Getúlio; 3. priorização da questão social em relação às obras; 4. definição do prazo para resposta às reivindicações.

Finalmente, no dia 17 de outubro de 1987, o acordo foi firmado. Em 06 de novembro, foi assinado pelo Ministro das Minas e Energia. Algumas semanas antes já havia sido assinado na região numa solenidade que contou com a presença de bispos, presidente da ELETROSUL, prefeitos, cooperativas e deputados. O acordo garantia três opções aos

atingidos (indenização, terra por terra ou reassentamento) e o compromisso de não iniciar qualquer obra sem antes solucionar pendengas sociais. Como afiram Ricardo Montagner, um dos quatro jovens que alteraram as táticas adotadas pela CRAB:

> "Ou o movimento naquele momento partia para a negociação, ou ele rachava. Então a negociação com as propostas avançadas, volta a unificar. Unifica porque, principalmente em Ita e Machadinho, eu digo que 80% era contra. Então, não havia movimento, ou o movimento levantava as propostas e negociava... Outras comunidades já haviam negociado, já haviam sido indenizadas, já havia um monte de acertos, e poderia esvaziar." (Depoimento ao autor, out. 2001).

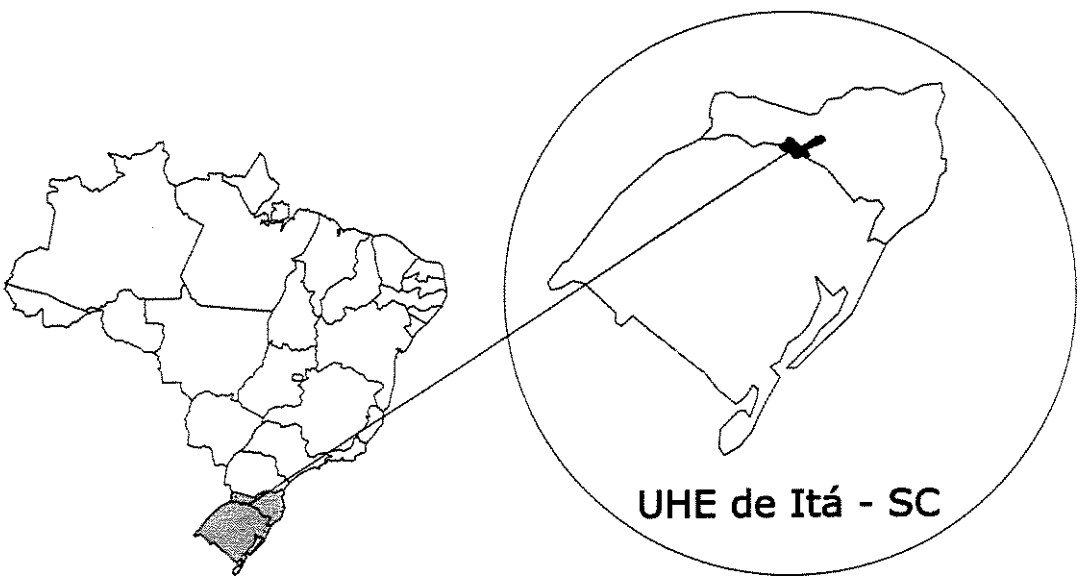
Tinha início, com o acordo, a necessidade de um salto de qualidade técnica na intervenção das lideranças da CRAB. Agora, eram responsáveis pelos parâmetros de construção dos reassentamentos.

De mobilizadores a gestores públicos

Como diz Ricardo Montagner:

> "O reassentamento é construído, é discutido o projeto de reassentamento porque tinha... foi uma condição do acordo garantir o reassentamento dos sem-terras atingidos, esse era o eixo, garantia de terra ou de reassentar os sem-terra atingidos, acho que esse foi o balizador que garantiu o reassentamento. A negociação envolvia toda a questão da política agrícola e a decisão dos avanços e do projeto de reassentamento se deram porque eram embate de discussão, às vezes passavam um dia, meio dia disuctindo um item ou uma palavra do acordo, das diretrizes do projeto de reassentamento. Desse processo de negociação eu me lembro e a assessoria ajudou muito, inclusive um técnico que hoje é presidente da EMATER. Em janeiro de 1988, discutimos profundamente os critérios de reassentamento, juntamente com várias cooperativas: COOTRIGO, COOPERD, COOTREL. No começo, não tinha o galpão, mas ele surgiu na negociação. Depois, veio a casa, o preparo do solo, e foi indo... assinamos convênios para cada item. No convênio das

casas, por exemplo, discutimos o tamanho, a localização, tudo como deve ser. No caso do paiol, eles tinham verba para construir paiol, chiqueiro, infra-estrutura em 96 metros quadrados, que não dá para viabilizar uma pequena propriedade. Aí chegamos num impasse. Aí você pergunta se é possível repassar quanto custa esses 96 metros quadrados, porque a própria empresa não tinha esse dado, porque tudo era feito por contrato, por licitação, por empreiteira. Então, a pergunta gerava um fato novo. Aí tem que dar um tempo, a reunião pára por aí, não avança e vamos discutir os valores, o que é possível. E quando chegam os valores no escritório da CRAB, descobrimos que com mutirão daria para ampliar o projeto original." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).



O acordo de 1986 obriga os líderes da CRAB a alterarem sua prática política. A partir de então, as negociações com as agências estatais passaram a ser uma constante, uma rotina administrativa. O que não aparecia tão nitidamente é que essa nova prática começava a se sobrepor à estrutura de tomada de decisão da organização dos atingidos, baseada na forte atuação e mobilização das comunidades rurais atingidas. Assim, se decisões comunitárias voltadas para a ação direta e forte mobilização social eram tomadas com rapidez impressionante e, até mesmo, sem grandes reflexões técnicas, os acordos que começavam a ser conduzidos exigiam o inverso: reflexão e estudo técnico, além de estudos de viabilidade econômica e administrativa.

Simultaneamente, as mudanças que ocorriam na engenharia política adotada pelo movimento de atingidos, a crise econômico-financeira que atingia o governo federal, em finais dos anos 80 e início dos 90, e obrigaram a paralisação das obras de Itá, priorizando Machadinho e, desde os primeiros anos da década de 90, a barragem de Mangueirinha, no sul do Paraná. Vários pesquisadores sugerem que a base social da CRAB, que, a partir de 1991, passa a ser denominada Movimento de Atingidos por Barragens - MAB/Região Sul -, vai se deslocando lentamente para o Paraná[99]. Por esse motivo, as experiências de co-gestão dos reassentamentos e as demandas negociadas em todas as barragens em questão (Itá, Machadinho e Mangueirinha) mostram uma linha de ação e um ideário comuns.

Comecemos, então, a compreender o modelo original de co-gestão que se estrutura a partir do reassentamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica de Itá.

Em documento elaborado pela CRAB, em 1° de setembro de 1987, a pauta para o reassentamento das populações atingidas pelas barragens de Itá e Machadinho fica explicitada. Sinteticamente, os eixos dessa pauta são:

1. proibição de qualquer indenização até a conclusão do um cadastro socioeconômico das famílias atingidas;

2. apresentação das áreas de reassentamento e construção da nova cidade de Itá para moradores da velha Itá;

3. compromisso de a CRAB e ELETROSUL apresentarem diretrizes e critérios para definição do reassentamento até outubro de 1987;

4. a área de reassentamento deve ser escolhida preferencialmente na região sul do país e observar características agrícolas e de infra-estrutura melhores que as das áreas atingidas;

---

[99] Tal é a posição defendida por Moraes (1984) em seu artigo **No rastro das águas: organização, liderança e representantividade dos atingidos por barragens**, *apud* NAVARRO. Em seu depoimento, essa é também a tese defendida por Zander Navarro.

5. garantia de participação nos projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens (incluindo os jovens acima de 18 anos de idade) (CRAB, 1° de setembro de 1987).

Em 17 de novembro de 1987, o acordo com a ELETROSUL é firmado. As principais proposições haviam sido aceitas. (ANEXO A).

Simultaneamente, a CRAB elabora um texto de referência para negociar a política de reassentamento. O texto, intitulado **Documento base que servirá para discutir o reassentamento de agricultores atingidos pelas barragens do Alto Uruguai**, não é assinado e não traz a data. Nas primeiras páginas, são caracterizadas a economia da agricultura familiar atingida: agricultura desenvolvida em terreno acidentado e solo de boa fertilidade, propriedades com tamanhos diversos mas bem definidas, benfeitorias próprias (galpões, chiqueiros, estrebarias, armazém e *potreiro* cercado). Em seguida, procura diferenciar a produção agrícola do Alto Uruguai da região de terras vermelhas do planalto (região de Passo Fundo). Finalmente, destaca os hábitos de vizinhança, as festas e tradições culturais típicas da região. A partir desse marco de referência, são listadas as condições para negociação do reassentamento:

1. a indicação da melhor opção a compra de uma grande gleba de terra para reassentar os agricultores;

2. a definição dos lotes deve observar três possibilidades: a) tamanho igual ao lote original; b) lote igual para todos reassentados; c) que todos jovens com mais de 21 anos e sem-terra obtenham lotes adotando-se o módulo familiar da região;

3. quanto à produção, o documento indica ainda quatro possibilidades: a) produção individual, por família; b) produção em lotes individuais, mas adotando-se sistema de mutirão; c) produção em lotes individuais, mas adotando-se associação no uso de máquinas; d) produção e máquinas coletivizadas;

4. definição também de duas possibilidades produtivas: monocultura de soja para exportação ou produção de alimentos para o mercado interno;

5. indicação, quanto à infra-estrutura, dos seguintes requisitos: casa, chiqueiro, galinheiro, galpão, paiol, estrebaria, estrada, escolas, postos de saúde, centro comunitário e transporte;

6. observação, quanto ao crédito, de que toda infra-estrutura de produção deverá ser reconstruída pelas famílias atingidas, sugestão da criação de uma linha de crédito subsidiada própria;

7. documento aponta dúvidas a respeito da garantia de preços mínimos dos produtos das futuras colheitas e questiona se não seria o caso de desenvolverem uma política de venda direta aos consumidores da cidade, indicando, entre parênteses, o público-alvo que gostariam de atingir: operários;

8. finalmente, exigência da criação de um seguro-agrícola específico.

O documento é concluído com uma exortação à participação dos sindicatos e da CUT no processo de negociação, para fazer valer os interesses das famílias atingidas.

Um terceiro documento, não datado, mas que utiliza o timbre da CRAB, intitulado **Plano de intensão para reaplicação dos recursos de amortização da terra do próprio assentamento**, demonstra a preocupação das lideranças desse movimento com a elaboração de planos de investimento de médio e longo prazos nos reassentamentos em negociação. Esse documento sugere que o padrão tecnológico adotado nos reassentamentos é muito baixo e, para superar tal situação desfavorável, indica oito projetos complementares:

1. aquisição de tratores, equipamentos e automotrizes, criando uma patrulha agrícola própria;

2. projeto de irrigação, evitando as estiagens e otimizando a produtividade;

3. adoção de programa permanente de conservação e recuperação dos solos, apoiado em microbacias (sistema em nível) e práticas orgânicas de conservação;

4. implantação de culturas perenes, como erva-mate e fruticultura;

5. programa de florestamento e reflorestamento;

6. programa de beneficiamento de sementes;

7. política de armazenamento, com construção de armazéns comunitários, envolvendo produção cereais, sementes e produtos agroindustrializados (carne, derivados de leite, frutas e verduras);

8. programa de agroindústria caseira objetivando a industrialização de erva-mate e leite, pequenos abatedouros, descascador de arroz, moinhos coloniais de milho e trigo, produção de doces caseiros.

Os três documentos destacados acima revelam uma rápida evolução na elaboração das estratégias de negociação da CRAB. Da preocupação inicial com o tamanho dos lotes e preservação das bases sociais das famílias a serem reassentadas, os documentos seguintes evoluem para uma política de desenvolvimento do território, articulando várias áreas e programas setoriais e, em seguida, organizando um breve programa de desenvolvimento da economia agrícola familiar, procurando inseri-la na dinâmica econômica do final do século XX. Os documentos atestam uma especialização técnica e uma considerável mudança no perfil de liderança do movimento (da capacidade de mobilização para a capacidade de formulação e, mais tarde, administração de projetos), não comum na trajetória de movimentos sociais similares[100].

---

[100] O MAB é apontado por vários pesquisadores como caracterizado por alto grau de especialização técnica das lideranças. Vários líderes, ao longo do movimento social, graduaram-se em universidades e freqüentaram cursos técnicos de especialização. O escritório do MAB, em Erechim, e o da Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu – CRABI -, em Cascavel, apresentam um importante acervo de teses acadêmicas e ensaios que trataram de sua trajetória. Para um acompanhamento da trajetória das negociações que levaram à co-gestão do reassentamento de Itá, ver ANEXO B.

Ainda em 1987, a CRAB inicia uma articulação política mais ampla, objetivando buscar apoio político para fazer valer o acordo de 17 de novembro. Em 24 de novembro, é realizada, em Erechim, uma reunião que contou com sindicatos de trabalhadores rurais, pastores de igrejas evangélicas, prefeitos, câmaras municipais, comissões municipais de atingidos, cooperativas. No início da reunião, é explicitado o seu objetivo: somar forças para que o acordo com a ELETROSUL seja efetivado. Ao ler o acordo, os participantes expõem suas dúvidas que, de certa maneira, reproduzem a pauta das futuras negociações da CRAB com a ELETROSUL. As perguntas mais freqüentes foram: qual critério define um sem-terra? Como será seu reassentamento? Qual papel da comissão que acompanhará os trabalhos da ELETROSUL?

Apesar das dúvidas, o apoio que a CRAB recebe é muito significativo, demonstrando que a base política do movimento de atingidos começava a se ampliar. O prefeito de Sananduva afirma que nenhum prefeito gostaria de perder terras férteis e que o documento assinado, se é bom para os atingidos, é bom para todos. As cooperativas da região de Viadutos afirmam que a ELETROSUL não é uma mãe carinhosa e que todos devem continuar atentos para o acordo ser cumprido. A prefeitura e Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas afirmam que estavam totalmente de acordo com o documento assinado. Desfilaram enfim argumentos contundentes de apoio firmado.

O aprendizado maior, contudo, veio do próprio processo de negociação com a ELETROSUL. Ainda em 1987, lideranças da CRAB discutiam, no interior do Grupo de Trabalho paritário constituído pelo Ministro das Minas e Energia, detalhes sobre o cadastro socioeconômico que seria levado a cabo para efeito de seleção das famílias passíveis de reassentamento. Nesse mesmo ano, no final de novembro, é instituído um Grupo de Trabalho, em que tinham lugar a CRAB, a ELETROSUL e diversas cooperativas da região, com o objetivo de elaborar um plano de reassentamento global. Ainda que o posicionamento das lideranças da CRAB fosse marcada pela desconfiança e animosidade para com a ELETROSUL, começava ali uma significativa inflexão na direção do desenvolvimento da capacidade de gestão territorial do movimento de atingidos. No interior do Grupo de Trabalho, as lideranças da CRAB discutiram a localização do reassentamento, definiram sua área mínima, o tamanho dos lotes de cada família, toda a infra-estrutura a ser

construída, o público-alvo a ser beneficiado e a infra-estrutura social (incluindo campo de bocha e recreação).

No ano seguinte, em maio, a negociação incluía os critérios de acesso e escolha das áreas que acolheriam as famílias reassentadas. Mas o embate maior foi na definição das famílias potencialmente reassentáveis. As atas de reunião revelam fortes tensões, avanços e recuos de parte a parte. Num momento, a ELETROSUL aceitava fornecer a lista de famílias arroladas para reassentamento, para, em seguida, recusar-se a faze-lo e, finalmente, aceitar entregar a listagem (para conferência) de famílias não-proprietárias atingidas. Em 1989, iniciam mais uma rodada de negociação a respeito da verba de manutenção que cada família reassentada receberia para reiniciar sua vida produtiva.

E, finalmente, em 1988 e 1989, tem início a negociação sobre o primeiro reassentamento denominado Marmeleiro. A pauta foi extensa e as negociações exigiram detalhamentos técnicos que nunca fizeram parte da tradição política daqueles agricultores familiares envolvidos: definição da segurança da área, elaboração de projeto global de reassentamento, definição de benfeitorias a serem construídas, vias de acesso, construção de escolas e silos. As áreas em declive tinham que receber atenção especial para facilitar o escoamento da produção. Áreas alagadas deviam ser substituídas por áreas de reserva técnica. Os orçamentos elaborados pelas empreiteiras impediam a construção de toda a infra-estrutura desejada, obrigando as lideranças da CRAB a renegociar os valores e oferecer um novo sistema de construção, baseado no antigo mutirão, característico da produção familiar agrícola do sul do País. Como diz uma das lideranças da CRAB envolvida em todo processo de negociação que incluiu o reassentamento de Marmeleiro:

> "Nos reassentamentos, para se fazer a comunidade, a igreja, o salão, o campo de futebol, muitas vezes a empresa estava querendo dar para uma empresa privada o trabalho. Se fosse terceirizada ficava em 600 mil, mas para os reassentados fazerem, eles davam 350 mil e não passavam disso. Mas o dinheiro eles pegavam do BNDES, do BIRD, era dinheiro público. Então, era uma sacanagem deles." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

> "Alguns achavam que era arriscado dar o dinheiro para nós: uma meia dúzia de loucos aí que vão pegar o dinheiro e vão dizer que vão construir. Mas aí, dá certo o monte de paiol de Marmeleiro, depois de Campo Erê, tamanho maior que o original, tranqüilo, beleza, aí começa a própria organização a ter confiança. Lógico, porque o próprio pessoal... É diferente o Auri receber um paiol pronto do que eu pegar e construir, esse é o significado do valor também. E era um período de transição. Os caras estavam na propriedade deles ainda, não tinham muito o que fazer e começaram a ir trabalhar, família fica, os caras vão construindo, vão ampliando tudo, constroem uma estrutura." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

De 1990 a 1992, iniciam a discussão sobre as políticas complementares, de assistência técnica e legalização dos lotes. Agora, os agricultores tinham interlocutores credenciados para exigir um melhor tratamento por parte do serviço público de extensão rural (EMATER) ou a aplicação errônea ou perdulária do recurso público, ou a conservação dos solos ou estradas vicinais. Formava-se uma experiência única de comuna rural, que elabora, administra e fiscaliza os serviços públicos. Uma mudança cultural, entretanto, que revelava movimentos erráticos no interior da base social do movimento de atingidos, marcada pela tensão entre os anseios das famílias, cujo projeto de vida havia sido atingido duramente pelas hidrelétricas e o projeto político das lideranças. Ricardo Montagner revela uma aguda percepção desse conflito de interesses e intenções:

> "Temos casos e casos. Vamos pegar o reassentamento de Chapeta. Ele se tornou extremamente capitalista do ponto de vista do que eles aprenderam. Nesse processo, eles aprenderam a ganhar dinheiro, eles investiram tanto em leite que em 60 famílias, esses dias atrás eles estavam com mais de 1.500 cabeças de gado entre vaca leiteira e tudo. E eles tiveram quatro anos de vida de reassentamento! Então eles perceberam essa perspectiva de ganhar dinheiro. O mutirão pode servir para sobrar mais. No caso de Barracão, eles tinham, lá naquele assentamento, um galpão para criar porco. Mas eles fizeram um chão batido e um lugar para fritar peixe. Lá não tem rio, não tem nada, mas tem um açude e eles fizeram o chão batido com fogueira para fritar peixe na frigideira ao ar livre. Então eles fizeram tudo para não

> perder... Provavelmente moravam à beira do rio e pegavam o peixe e fritavam o peixe embaixo de uma árvore. Eles construíram tudo aquilo porque se identificavam com aquilo e alguns fizeram questão, quando foi fritar as primeiras vezes no reassentamento, fizeram questão de convidar um número bastante grande de pessoas para reviver aquilo que estava lá. Então, não é fácil reconstruir aquilo. E o pessoal se revolta muito, cria uma insatisfação nele. É um sentimento, ele não consegue entender que ele perdeu aquilo e ele começa a se revoltar. Não é no econômico que as famílias se sentem bem. Se for analisar do ponto de vista econômico, da melhoria... o movimento está gerenciando, organizando, implementando o projeto de assentamento uma nova órbita de parceria com o Estado. Os agricultores que saíram da barranca do rio Jacuí, que não tinham luz elétrica, que não tinham paiol da dimensão que eles estão recebendo hoje, eles não se sentem bem. Eles trazem aquelas coisas velhas, dão um jeito de emendar no paiol ou no barraco um pedaço daquilo que eles tinham lá... um pedaço de garagem ou de varanda... umas telhas, emendam no paiol, no estilo que tinham lá. Isto acontece com o pessoal de Dona Francisca, que é o nome de uma das barragens." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

O líder dos atingidos demonstra clareza ao citar *uma nova órbita de parceria com o Estado* e sensibilidade ao perceber que a frustração das famílias persiste, mesmo após a conquista de melhorias materiais. A tensão entre estratégias políticas e dinâmica familiar se reproduz. Mas o projeto estratégico que foi se esboçando ao longo das negociações com a ELETROSUL continuava tomando forma. Vários líderes citam que, no momento, estão interessados na elaboração do que denominam *Projeto de Recuperação e Desenvolvimento das Comunidades*, objetivando reconstruir os laços comunitários destruídos exigindo, para tanto, *royalties* sobre o uso das terras inundadas.

Em 1992, essas mesmas lideranças fazem incursões sobre a estratégica energética do País. Percebem que o Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico (1991/1993) explicitava os efeitos da crise econômica que atingia o Brasil e, ainda mais, as cautelas políticas do governo federal às portas da Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento

(Rio-92). Em documento interno, a CRAB destaca que o Plano Diretor valorizava o relacionamento com a sociedade e reconhecia os interesses locais e regionais, procurando incorporar estratégias de planejamento participativo. Em determinado momento, afirma:

> nesse quadro é possível que os movimentos locais, regionais consigam vitórias localizadas, melhores condições de indenização, reassentamentos etc, desde que não questionem o Plano Global do SE, pois esse é suporte do atual modelo de desenvolvimento [...][mas],se em todas as barragens fossem conseguidos e aplicados acordos como o de Itá, por exemplo, o custo da energia hidrelétrica aumentaria consideravelmente, podendo deixar de ser competitiva com a energia gerada através de outras fontes[101]. (VIANNA, 1992).

Assim, as estratégias locais começam a aparecer, para assessores e lideranças do movimento de atingidos, como elementos de uma articulação maior que objetivava redefinir a política energética do País, priorizando fontes alternativas à energia hidrelétrica. Entrava no vocabulário das lideranças o conceito de desenvolvimento sustentável.

A articulação política regional, o processo de negociação e co-gestão de reassentamentos e a incursão na elaboração de estratégias globais de desenvolvimento foram redefinindo um novo perfil de dirigente do MAB: mais técnico, mais negociador, mais gestor. Tais fatores impeliram, também, o movimento de atingidos à ampliação de sua base social. Alguns líderes, surpresos com a criatura que haviam ajudado a construir, revelam em suas entrevistas uma mistura de sentimentos, entre perplexidade e ironia, ao perceber a aproximação de comerciantes regionais em busca de apoio aos seus interesses. Antes adversários, muitos comerciantes solicitam assessoria para se reerguerem, após se darem conta da baixa indenização que receberam e da desestruturação do mercado local após a construção das barragens.

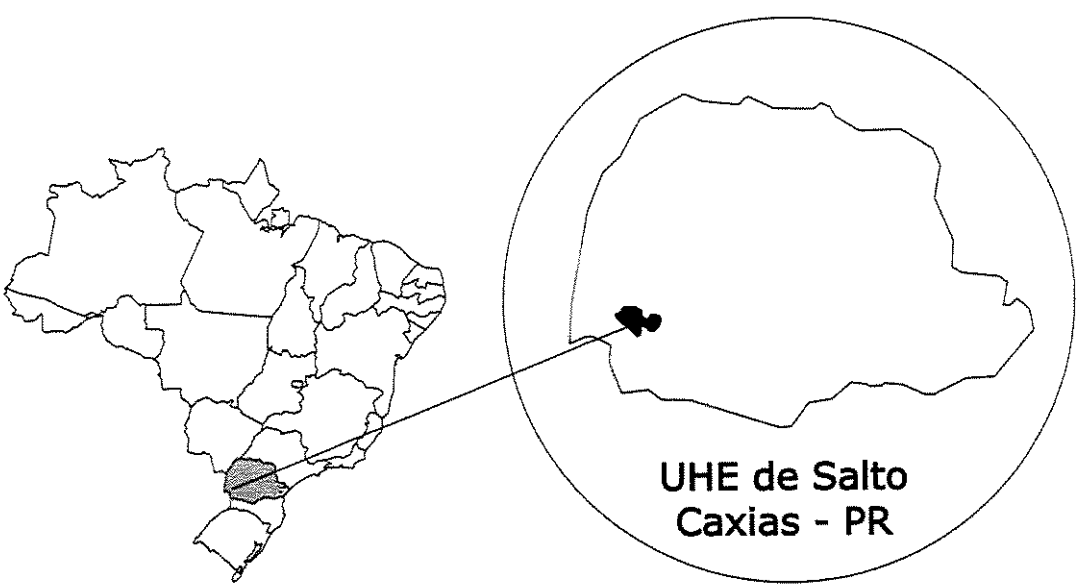
---

[101] Aurélio Vianna foi assessor do MAB ao longo dos anos 90 e coordenava uma das áreas de pesquisa e assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). A sigla SE refere-se a "Setor Elétrico".

Toda essa experiência e mudança cultural será transportada para o Paraná, quando das negociações de Salto Caxias. A experiência de co-gestão e a tensão entre interesses das bases sociais do movimento de atingidos com suas lideranças chega a um novo patamar.

As anotações do pesquisador que auxiliou na coleta de dados e entrevistas com lideranças da experiência de Salto Caxias revelam o estágio de organização do MAB (denominada, na região, CRABI):

> "A sede da CRABI, em Cascavel ocupa um prédio de três andares (com estacionamento privativo para cerca de 10 carros que, por sinal, estava cheio), possui uma rede interna de computadores, mobiliário confortável, cozinha etc. No térreo funciona a CRESOL, uma cooperativa de crédito para pequenos agricultores (vinculada à CRAB) e no primeiro e segundo andares, toda a estrutura administrativa do movimento (ressalte-se que a maioria, senão a totalidade dos funcionários, é composta por moradores dos assentamentos implantados pela CRAB)." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).



A mesma perplexidade com o gigantismo e organização da experiência da CRABI será verificada quando da visita ao reassentamento de São Francisco de Assis, 20 km distante de

Cascavel (sede da CRABI) onde foi acolhida quase a totalidade das famílias desapropriadas em Salto Caxias.

A construção da hidrelétrica de Salto Caxias estava, inicialmente, prevista para começar em julho de 1991. A primeira máquina entraria em operação abril de 1996[102]. A Companhia Paranaense de Energia – COPEL -, concessionária responsável pela obra, informava, nas primeiras reuniões que realizou na região e em troca de correspondências com a CRABI (1989), que os municípios atingidos seriam: Capitão Leônidas Marques (1,35 km2), Boa Vista da Aparecida (18,60 km2), Três Barras do Paraná (23,05 km2), Quedas do Iguaçu (2,95 km2), Nova Prata do Iguaçu (21,62 km2), Dois Vizinhos (13,12 km2) e São Jorge do Oeste (não indicava a área atingida)[103]. Os cálculos iniciais previam indenizações para 1.430 famílias atingidas, sendo 800 delas, moradoras da área rural. A estratégia de comunicação e negociação adotada pela COPEL para implementação desse projeto foi, desde sempre, muito distinta da que ocorreu em Ita e, até mesmo, em Salto Segredo, hidrelétrica paranaense iniciada anos antes. Foi constituído um Grupo de Estudos Multidisciplinares – GEM - envolvendo órgãos governamentais, cooperativas da região, federação estadual dos trabalhadores na agricultura e a CRABI. Em suma, desde os primeiros passos, a concessionária reconhecia a CRABI e os órgãos sindicais como legítimos negociadores dos interesses das populações atingidas. É verdade que o reconhecimento não se dava por uma compreensão democrática do processo de negociação. O engenheiro Gilson Beckert, gerente do departamento do reservatório da COPEL, havia participado do processo de implementação da hidrelétrica de Salto Segredo, demonstrando pouca sensibilidade política e grande dose de racionalidade e pragmatismo em suas decisões. Visitas preliminares, ocorridas em janeiro de 1986 às prefeituras da região, dirigidas por Gilson Beckert e Rubens Habitzreuter, revelam a atenção especial da concessionária à possível resistência de famílias atingidas e à capacidade de mobilização sindical e seus vínculos com a CUT e CRABI. No **Relatório de viagem à região de Salto Caxias** (25 e 26/01/86), destacam-se anotações produzidas pelos engenheiros da COPEL

---

[102] Em reunião realizada em Três Barras, em 14/06/93, o engenheiro Gilson Beckert indicava novos prazos: início da construção para janeiro de 1995 e início da operação em janeiro de 1999.
[103] Correspondência SGD-C/014189 enviada pela COPEL à CRABI em 13/02/89.

sobre esses aspectos. Na visita ao sindicato de trabalhadores rurais de Nova Prata do Iguaçu, encontramos a seguinte anotação:

> "Diversas perguntas nos foram formuladas e pudemos confirmar o que já havíamos sentido na visita anterior, de que o trabalho da CUT e do PT é muito forte naquela entidade. As estratégias de ação naquele município devem levar em conta o posicionamento contrário à construção da usina manifestado pela entidade. O prefeito Setembrino Thomazini nos recebeu de forma muito cordial. Nos alertou dos problemas que teremos com o Sindicato Rural e sua atividade de esquerda." (Relatório, 1986)

Mais à frente, quando relatam a visita a Dois Vizinhos, reafirmam sua preocupação política:

> "O prefeito havia viajado para Curitiba e fomos recebidos pelo Secretário Antonio Bevilaqua [...]. Nos alertou sobre as atividades de esquerda do Sindicato e do padre local que veste camiseta com inscrições da CUT e do PT." (Relatório, 1986).

A mesma preocupação e prudência acabou por cancelar reunião no município de Leônidas Marques já que a "reunião fatalmente terminaria com a discussão de critérios com o Sindicato de Erechim o que, certamente, tumultaria o clima na região". Com efeito, havia uma forte articulação sindical em curso na região, apoiada diretamente pela CPT. No segundo semestre de 1987, oito STRs dos municípios limítrofes do Rio Iguaçu assinam uma carta aberta repudiando veementemente a construção da hidrelétrica. O documento afirmava que:

> Não bastasse o êxodo rural, promovido pelas construções das Usinas Hidroelétricas acima citadas e pela atual política agrícola implantada pelo sistema vigente, que só após o Plano Cruzado, expulsou do campo mais de 50.000 (cinqüenta mil) famílias de pequenos produtores rurais, só no Estado do Paraná, serão mais 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias aproximadamente, que perderão seu meio de sobrevivência [...]. Os altos custos dos projetos (aproximadamente um bilhão de dólares), a sobra de energia elétrica existente (Itaipú tem apenas três turbinas funcionando, quando o projeto final é para 18), a enorme e impagável dívida externa, a miséria e as

> dificuldades por que passam os trabalhadores brasileiros e o próprio Brasil [...] nos fazem tomar conscientemente uma posição firme de defesa de nossos representantes afim de que tais projetos não venham se concretizar[...][104].

O temor de uma mobilização contrária à hidrelétrica em toda a região parece ter sido excessiva. Muitos agricultores hoje reassentados testemunham que as famílias atingidas estavam muito divididas a respeito das vantagens da carta de crédito. Mais tarde, a própria COPEL identificaria posições difusas a respeito. Em seu depoimento, Maria Pizatto Bianchini, que hoje reside no reassentamento de São Francisco de Assis, descreve as dúvidas de muitas famílias:

> "No início, eles falavam que a água iria vir a barragem até aqui e colocavam um marco. Tiraram fotos, minha mãe tem uma foto de lá que eles mandaram. Depois, passou-se mais um tempo. Mas quando ficamos sabendo que iria sair mesmo a barragem, tinha algumas pessoas, em alguns momentos... os mais idosos ficaram revoltados, mas a maioria das pessoas não acreditava por dois lados: não acreditava também no movimento que tinha que se organizar e não acreditavam na boca dos grandões, dos ricaços, que vinham e falavam que a barragem era boa, iria aumentar a renda do município. A partir do momento que o movimento começou a criar força, que vinham pessoas de outras barragens contar o que ocorreu, que perderiam nossas terras se a gente não se organizasse, as pessoas começaram a sentir na pele. Quando foi para começar o reassentamento, tinha gente custosa, que a gente custou para fazer entender que o reassentamento seria melhor do que a carta de crédito, teve um vizinho meu que eu briguei com ele por causa disso. É que as imobiliárias sempre distorciam tudo contra o movimento... que no movimento as pessoas ganhavam mais, que no assentamento os líderes é que mandavam." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

---

[104] **Carta aberta dos sindicatos de trabalhadores rurais da região à ser atingida pelas construções das hidroelétricas de Salto Caxias e Salto Capanema, às autoridades e ao público em geral.** S/d. Assinam os STRs de Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Realeza, Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Planalto e Três Barras do Paraná.

Documento da COPEL, datado de 14/06/93, dava conta das dificuldades de negociação com a CRABI, mas também salientava certa divisão entre os agricultores atingidos. Diz o texto, a certa altura:

> Não foi possível avançar muito nos entendimentos porque a CRABI radicalizou novamente, retornando a ponto de questionar a viabilidade do empreendimento; praticamente exigiram a retirada do processo policial que investiga a retirada e a queima de marcos e piquetes do local da barragem para continuar conversando. Os representantes da COPEL ficaram de gestionar junto à alta direção a retirada do processo, mas a intransigência continuou quando repetiram a posição de exigir indenizações gerais antes do início da usina, tarefa considerada impossível. Independente dos entendimentos com a COPEL, a CRABI já estampou nas camisetas usadas por alguns de seus membros a data da 2ª Manifestação contra a usina: dia 25.07.93. [...] Os dois encontros [ocorridos em Boa Vista da Aparecida com desapropriados] foram muito positivos e demonstraram claramente que a grande maioria não é contra a usina, mas sim está preocupada com as indenizações justas e merecidas[105]. (REUNIÃO DA COPEL).

Uma outra preocupação da COPEL, distinta daquelas observadas em outras barragens, era a elaboração de um plano regional de desenvolvimento, aumentando a abrangência da política de reassentamento. Documento de setembro de 1994, intitulado **Projeto de desenvolvimento associado à UHE Salto Caxias**, produzido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES -, revela a atenção a uma "expectativa a nível regional que pode ultrapassar em muito o potencial efetivo que uma obra dessa natureza pode realizar". O documento define, a partir dessa atenção, três áreas que seriam objeto de políticas específicas:

---

[105] COPEL, **Reunião da COPEL com representantes da CRABI/Salto Caxias.** Barra Bonita- Três Barras do Paraná, 14/06/93.

1. área diretamente atingida, priorizando o atendimento aos produtores rurais (microprodutores, proprietários, arrendatários e parceiros);

2. municípios localizados nos eixos rodoviários que circundam o empreendimento, tendo como cidades-pólo os municípios de Cascavel e Francisco Beltrão;

3. macrorregião sudoeste do Estado, objeto de programas de fomento agroindustrial, beneficiando os municípios próximos ao eixo rodoviário Pato Branco-Francisco Beltrão.

O objetivo desse plano era orientar as condições produtivas da região a partir de estudos de mercado e possibilidades de agroindustrialização, tendo no potencial associativista seu principal instrumento de comunicação, formação e transferência tecnológica.

As preocupações políticas iniciais da COPEL e a intenção de ampliar o escopo do projeto de intervenção e fomento ao desenvolvimento regional constituíram-se num ponto de partida inusitado para as negociações a respeito das estratégias de reassentamento. Contudo, o processo efetivo de negociação foi tenso. Uma clara demonstração dessa tensão foi a reunião ocorrida em 14 de junho de 1993, envolvendo dirigentes da COPEL e CRABI, em Três Barras. As lideranças de atingidos presentes definiram os limites das negociações:

1. exigiram a retirada do processo da COPEL contra os agricultores de Três Barras que havia queimado os marcos para construção da hidrelétrica[106];

2. questionaram a necessidade de construção de novas hidrelétricas em virtude da auto-suficiência na produção de energia pelo Estado do Paraná;

3. exigiram melhoria do tratamento pessoal que dirigentes da COPEL dispensavam aos agricultores;

---

[106] Em maio de 1993, ao redor de 550 agricultores atingidos ocuparam o canteiro de obras de Salto Caxias e arrancaram e queimaram as marcações que definiam o eixo da futura obra. Naquele momento, já haviam sido fixadas 2.500 marcações. O líder dessa ação, José Uliano Camilo, foi processado judicialmente por destruição de patrimônio público. Pouco depois, 900 agricultores assinaram um abaixo-assinado assumindo a destruição dos marcos e isentando seu líder dessa responsabilidade, obrigando o arquivamento do processo judicial.

4. questionaram a política empregada em Itaipu e condenaram as práticas implementadas naquela barragem;

5. exigiram que as indenizações ocorressem antes do início das obras.

A exigência de retirada da ação judicial contra agricultores que haviam entrada na área em que estava sendo demarcada e piqueteada pela COPEL arrastou-se por mais outras reuniões.

Quanto à necessidade de criação de novas hidrelétricas, os técnicos insistiram que havia aumento de consumo da ordem de 8% ao ano, exigindo medidas preventivas. Também defenderam a construção de usinas hidrelétricas de grande porte, já que usinas de pequeno porte podem aumentar os custos em até 40%.

Em 1° de setembro de 1993, os acordos começaram a ser firmados. Numa longa reunião ocorrida na Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida foi sendo discutido ponto por ponto um documento elaborado pela COPEL. Os pontos polêmicos e finalmente acordados foram:

1. a aprovação das áreas de reassentamento deveriam ser vistoriadas pelos futuros reassentados, tal como ocorrera em Itá, e não apenas pelo GEM;

2. definição do início de compra das áreas de reassentamento para meados de 1994;

3. garantia da CRABI e sindicatos que áreas a serem destinadas para reassentamento não sejam ocupadas ou invadidas.

Dois pontos, contudo, continuaram sem acordo. O primeiro, que dizia respeito ao preço mínimo da terra a ser indenizada. A COPEL argumentava que tal política poderia inflacionar o preço das terras da região, inviabilizando a compra de áreas para reassentamento. O segundo ponto, o mais polêmico de todos, era a exigência de indenização antes do início das obras.

A CRABI, apesar do seu envolvimento com as negociações, continuava liderando ações públicas que objetivavam pressionar o governo estadual. Em 12 de setembro, o governo

estadual procura desmontar um acampamento de atingidos. Um batalhão da polícia militar foi deslocado para a região, mas as lideranças da CRABI conseguiram autorização do proprietário do local em que seria instalado o canteiro de obras. Em seguida, entraram em contato com o Ministério Público de Cascavel e denunciaram a invasão, pela política militar, de área particular. No dia seguinte, 4.000 pessoas cercavam os efetivos da polícia.

Em 07 de outubro, nova reunião entre as partes, em Cascavel. Detalhes do acordo foram vencidos:

1. a CRABI solicitou que fossem incluídos no processo de indenização os filhos casados, independentemente da faixa etária;

2. o COPEL sustentou que o tamanho do lote para efeito de reassentamento deveria ser definido em função da equivalência de produção e não em tamanho. O deputado Ernani Pudell, apoiando o movimento de atingidos, sustentou a necessidade da fixação de tamanho mínimo de lote. Ao final, o módulo rural mínimo seria de sete alqueires e que o teto para um agricultor ser considerado sem-terra e tenha direito ao reassentamento seria de cinco alqueires;

3. alterou-se o conceito de *residência condigna* para igual, ou melhor, que a atual residência do futuro reassentado;

4. alterou-se o conceito de *apoio financeiro* para *apoio econômico, administrativo e técnico*;

5. a definição do preço mínimo das terras exigiu o maior tempo dessa rodada de negociações. Ao final, foi formada uma comissão específica para estudar essa questão;

6. o reassentamento ocorreria, prioritariamente, na própria localidade, objetivando diminuir a ruptura de laços de vizinhança.

Finalmente, em 7 de outubro de 1993, é assinado o *Termo de Compromisso* entre CRABI e COPEL[107]. O reassentamento ficava assim desenhado:

1. destinado preferencialmente aos pequenos proprietários e não proprietários, incluindo seus filhos, desde que casados;

2. os lotes de reassentamento teriam um piso de sete alqueires, observando-se um tamanho médio de dez alqueires;

3. o reassentamento ocorrerá preferencialmente em áreas localizadas no município;

4. a COPEL obriga-se a oferecer, para cada assentado, toda a infra-estrutura necessária (residência igual ou melhor que a atual, paiol e outras benfeitorias, correção de solo) para sua relocação;

5. a COPEL obriga-se a instalar equipamentos sociais, garantir apoio técnico, administrativo e econômico para integração social e sustentação econômica dos reassentados;

6. o estabelecimento de comissão de expropriados e COPEL para, em sessenta dias, estabelecer preços mínimos que permitam aos desapropriados adquirir outra área;

7. o reassentamento ocorrerá em quatro etapas: levantamento das áreas necessárias, escolha das áreas, compra e implantação do reassentamento;

8. as áreas de reassentamento deverão ser aprovada previamente pelos reassentados, sendo que as entidades de representação de agricultores se comprometem a proteger essas áreas contra invasões.

---

[107] Assinaram, ainda, o STR de Boa Vista da Aparecida, Comissão Parlamentar e COSACA. Ver ANEXO C.

Esse acordo foi complementado em 15 de setembro, incluindo a garantia de reassentamento para proprietários de áreas inferiores a cinco alqueires e a definição de preços de benfeitorias e culturas e acata a quase totalidade das propostas da CRABI[108].

Em janeiro de 1995, a relação entre COPEL e CRABI era outra. O **Programa de Reassentamento: Especificações Técnicas Gerais** (ET-440-00-001) apresentava inovações significativas. O documento se inicia indicando os termos de compromisso entre COPEL, CRABI, STR, COSACA e Comissão Parlamentar como balizas políticas de sua formulação. O público-alvo ampliava significativamente o escopo do projeto: proprietários de até cinco alqueires (residente ou não, mas que desenvolva atividades agropecuárias); não proprietários (residentes e não residentes, mas cujas atividades ficaram inviabilizadas pelo empreendimento); filhos casados de produtores (proprietários ou não).

A área selecionada deveria acolher um mínimo de 20 famílias, garantindo a permanência de laços de sociabilidade originais, além da disponibilidade de água.

O mais inovador, contudo, foi a inclusão, na definição das fases de implantação dos reassentamentos, dos conceitos de co-gestão e autogestão. À página 15 do referido documento, encontra-se, ao citar a fase de co-gestão (que deveria ocorrer três anos após o início do reassentamento):

> À medida que se torne mais forte e organizado [o grupo] poderá ir aumentando sua participação e responsabilidade na gestão do projeto. A COPEL, aos poucos, irá repassando às associações ou cooperativas a responsabilidade pelas ações necessárias para o sucesso do Projeto de Reassentamento.

No ano seguinte, teria início a fase de autogestão, quando a administração do projeto ficaria a cargo da comunidade.

Em fevereiro do mesmo ano, ocorre uma importante reunião, em Cascavel, onde COPEL e CRABI avaliam as reuniões de apresentação do projeto de reassentamento às comunidades.

---

[108] Sobre propostas da CRABI, ver ANEXO D.

Os termos da avaliação revelam um comportamento político diferente do inicial. A CRABI informa sobre suas dificuldades financeiras para difundir as informações e sugere mudança na linguagem empregada nos encontros com as comunidades, assim como nos folhetos e cartilhas produzidas. A COPEL aponta áreas cujas comunidades ainda apresentam dúvidas sobre se aceitam carta de crédito ou o reassentamento, destacando que os agentes imobiliários da região vêm incomodando e assediando as comunidades. Chegam a afirmar que estariam "fechando negócios enganosos". É proposta uma divulgação, por rádio, do projeto de reassentamento, a partir de pronunciamentos conjuntos da COPEL e CRABI. São superadas algumas dúvidas: o valor da força trabalho referente à mulher e homem seria igual (uma inovação significativa em relação à prática das concessionárias) e a liberação da carta de crédito não seria imediata. Finalmente, discutem a elaboração de estatutos das associações dos futuros reassentamentos (com participação ativa da CRABI) e a melhoria do trabalho de cadastramento, reassentamento e liberação de cartas de crédito pela COPEL.[109]

A maioria das famílias foi reassentada no Assentamento de São Francisco de Assis. A organização desse reassentamento é surpreendente. O relatório de campo do pesquisador que auxiliou a coletar os dados desta pesquisa dá o tom do impacto que causa ao visitante:

> "Depois de 15 km de estrada pavimentada, entramos em uma pequena estrada de terra que leva ao reassentamento. Andamos por cinco km. O local no qual foi implantado o reassentamento era uma das maiores fazendas da região. Ali existia uma pista de pouso para pequenos aviões que foi transformada em uma pequena pista para corrida de cavalos. Havia, também, um pequeno açude que foi esvaziado e ampliado, no centro do qual foi construída uma ilha e um local para eventos e reuniões, com restaurante e sanitários. Às margens deste açude está sendo construída uma praia artificial. Todos esses empreendimentos, incomuns para um reaseentamento voltado à atividade agropecuária, estão vinculados a um projeto de turismo rural elaborado pela CRABI, cujo principal objetivo é captar recursos extras

---

[109] "Ata de Reunião para avaliação das reuniões de apresentação do projeto de reassentamento nas comunidades - UHE de Salto Caxias", realizada em 22/02/95, em Cascavel. Presentes cinco técnicos da COPEL e onze dirigentes da CRABI.

> para o reassentamento. Ao chegarmos, percebi toda comunidade envolvida com a organização de uma Mostra Cultural que contaria com a presença de Renato Teixeira. Para o próximo ano, pretender trazer um cantor argentino, Dante, muito famoso na região de fronteira. O principal líder da CRABI, José Uliano Camilo, demonstrava muito orgulho de tudo. Levantou o braço e disse: tudo o que você vê à volta é fruto da luta do movimento, mas trocaria tudo o que possuo hoje (citou literalmente seu carro, seu celular, as viagens nacionais e internacionais que fez, enfim, sua vida de classe média) para voltar à antiga propriedade, onde viveu por vinte anos. E ele disse com sinceridade inacreditável, olhos marejados." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Esta não é a única fala que acalenta sentimentos e ações contraditórias no reassentamento. Para um visitante incauto, o reassentamento é, de fato, administrado exclusivamente pela comunidade local. Diz José Uliano Camilo que as lideranças da margem esquerda do rio, desde o início, não pensavam em indenização, mas em reassentamento, o que preparava o espírito para essa empreitada. Essa lideranças chegaram a visitar a barragem de Salto Segredo para entender o que ocorria com outras populações atingidas. Mas, mais uma vez, o próprio processo de negociação sobre as bases do reassentamento acabaram credenciando os agricultores desapropriados a autogerir seu reassentamento. Como testemunha Camilo:

> "Uma dificuldade na época foi a construção de casa. Perguntamos qual era o preço mínimo que a COPEL pagava e aceitamos fazer as casas por esse preço. 'Mas agricultor não sabe construir, não sabe fiscalizar', eles diziam. E nós brigamos e assumimos toda construção, conseguimos o melhor preço, melhoramos as casas, o preparo do solo. Tudo foi assumido por nós... e ainda sobrou algum dinheiro. Muitos aprenderam a trabalhar de pedreiro, carpinteiro, para construir alguma coisa dentro da propriedade, um chiqueiro, alguma coisa, e isso foi importantíssimo. E nós realmente não sabíamos administrar, o agricultor não sabe, sofremos, sim. Logo depois, a COPEL colocou uma auditoria oficial do Estado para tentar pegar alguma coisa. Voltaram, foram embora, e até hoje não deram o resultado da auditoria. Mas um gruo de famílias de um município de Catanduvas saíram da CRABI e houve desvio de verba, as piores casas construídas, não sobrou dinheiro. Para nós foi muito

importante, a questão do gerenciamento, a gestão da educação, tudo para frente..." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Um dos orgulhos desse reassentamento é seu projeto educacional[110]. A Escola Municipal do Reassentamento São Francisco tem um projeto pedagógico específico.

O projeto prevê um plano educacional que envolva educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissionalizante. Sustenta projetos que denomina *alternativos*, envolvendo toda a comunidade, buscando o desenvolvimento do cooperativismo e da preservação ambiental, promovendo *o gerenciamento descentralizado e democrático*. A escola, desde o início, foi assessorada pela Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário – APEART -, experiência do norte do Estado do Paraná, apoiada pelo governo estadual e pela CPT, cuja direção é constituída por bóias-frias[111]. Além do currículo básico nacional, a escola enriquece-o com as disciplinas de sociologia rural, informática e espanhol. Os eixos metodológicos são: a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, a história dos movimentos sociais, a pesquisa e a avaliação de caráter diagnóstico-formativo. Todas as disciplinas tratam de questões do cotidiano rural (lua e influência sobre plantas, policultura, dejetos rurais, adubos, zoonoses, análise de movimentos e posturas, condições de trabalho, movimentos sociais, papel de lideranças comunitárias, reforma agrária, cooperativismo, agricultura familiar e empresarial).

Os relatórios das associações identificam as preocupações centrais do reassentamento. Neles, encontramos com destaque dados quantitativos a respeito do destino do lixo, vacinação de animais domésticos, atividade agropecuária, implantação de novas tecnologias, produção de sementes, religião, jovens, mulheres, educação, proteção contra

---

[110] O Projeto Educacional, na verdade, envolve todas as associações de reassentados de Salto Caxias, congregadas na Associação de Desenvolvimento de Reassentados de Salto Caxias (ADERABI). Assim, a ADERABI é uma instância de articulação das seguintes associações: São Lucas, Vargem Bonita, Aliança D'Oeste, Alto Alegre, Santa Luzia, Pinheirinho, Renascer e Fazendinha (do Reassentamento de São Francisco de Assis); Foz do Chopim, Santa Catarina e Santo Isidoro (do Reassentamento Santa Bárbara); Nossa Senhora dos Navegantes, Saudades do Iguaçu, Nova Veneza, Ibema, Salvati, Novo Horizonte, São Francisco e Boa Esperança.

[111] Grande parte dos professores da APEART são alunos (bóias-frias) egressos. O governo estadual repassa verba à associação que administra com grande autonomia os cursos.

veneno, saúde. Curiosamente, aparece em todos os relatórios um item específico, intitulado *Sonhos: cursos e atividades*, envolvendo cursos de cabeleireira, corte e costura, artesanato, ervas medicinais, computação, conservas, modelo, massas, gado de corte, datilografia, saúde pública, administração, gerenciamento e motorista entre outros.

Apesar dessa mudança nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas, os sentimentos contraditórios permanecem. Outra passagem do depoimento de Camilo identifica com acuidade o foco dessa contradição:

> "Eu não voltei no local onde morava e não sei como ficou a água lá. E não é só eu. Acho que 30% das famílias não foram lá ver onde moravam, onde ficou embaixo d'água. Eu morei 30 anos, vim com sete anos... Agora tem pessoa que vieram com 50 anos, que nasceram lá na beira do rio, que viveram sempre lá. Isso marca e não tem dinheiro. Hoje a gente se orgulha quando vê o que a gente conseguiu, foi uma conquista muito grande. Agora, se fosse para optar, voltar todo o passado, eu voltaria. Eu não conhecia nenhuma cidade do Brasil, hoje eu conheço quase que o mundo todo. Mas eu voltaria no passado, e acho que pensa o mesmo uns 50% dos reassentados. Metade dos que tinham terra, que eram arrendatários, meeiros ou parceiros. Eles voltariam a ser arrendatários ainda, não que aqui não seja bom, mas pela questão das raízes. Dinheiro não compra tudo ou não compra quase nada. Precisa ter qualidade de vida: educação de qualidade, comunidades fortes, fortalecidas na política social, na saúde. Depois é que vem o econômico. Então, nós temos a responsabilidade, porque tivemos quem nos ajudou. Temos que trabalhar no Brasil, estamos no Tocantins, no Vale do Ribeira (São Paulo), no Mato Grosso. Cada um de nós vai para ajudar outros atingidos. O melhor seria a não construção da barragem, sem dúvida nenhuma. Não tem dinheiro que pague. Eu não tinha carro, estou aqui com um carro bom, mas eu tenho certeza de que se eu não tivesse seria melhor." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

O depoimento pungente do coordenador desse reassentamento articula várias facetas dessa trajetória dos atingidos por barragens do sul do País. De um lado, consegue rapidamente articular políticas públicas a partir de uma utopia de desenvolvimento regional. Algo novo

no discurso de lideranças rurais. Atrai para si a responsabilidade de formulação de estratégias de ação pública, tendo como centro do discurso a qualidade de vida e a autonomia cultural. Território, desenvolvimento, autonomia e identidade social articulam-se facilmente nessa matriz discursiva. Mas esse salto na capacidade de formulação e na própria identificação do papel de gestor de estratégias de desenvolvimento social e territorial se confunde com um forte saudosismo. Novamente, a fuga para o futuro enfumaça o vigor das certezas ditas instantes antes. O discurso racional disputa com o discurso da tradição, criando uma matriz discursiva que se apresenta como uma verdadeira *bricolage*. Está presente em vários depoimentos coletados ao longo dessa pesquisa, um discurso difuso das novas lideranças de movimentos sociais rurais do Brasil.

Mas essa não é ainda a única contradição. Reassentados que não ocupam cargos de direção nas associações desenvolvem cuidadosas críticas ao modelo organizativo que se instalou nessa nova comunidade autônoma. Maria Pizzato Bianchini, já citada anteriormente, desfia um discurso prudente que, se inicialmente valoriza a união e engajamento comunitários, aos poucos revela algumas frustrações políticas. Começa valorizando a ação engajada dos reassentados, desde o início da construção das casas:

> "Eu fui escolhida para fiscalizar e acompanhar as casas. Tinha outro pessoal que cuidava do processo do solo. Outros quatro cuidavam do plantio coletivo e assim as pessoas se dividiam e trabalhavam. Depois, quando chegava em cada reunião, cada um colocava os seus problemas e tentava colocar tudo junto, o que era errado era errado e o que era certo era certo. Dessa forma, foi se casando cada caso no seu caso. A gente chamava reunião no conselho, o presidente da CRABI que é o Camilo, a gente chamava ele se a gente não conseguisse ir no conselho da associação. Um dia, achamos que o tijolo estava meio... não era de primeira. A gente chamou a empreiteira, brigou, brigou. O Camilo também ajudou. Vieram todo mundo, até que conseguimos derrubar a casa. A COPEL não acompanhou a casa, só eu. E eu acho que minha casa está sendo uma das melhores." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Mas, em seguida, reclama da queda do sentimento de união no reassentamento:

> "Já teve mais forte o coletivo. Agora está acabando. Estão achando que só a casa, a terra, o galpão, isso chega para eles. Então se você convidar uma associação inteira para fazer uma mobilização, para conseguir um recurso, qualquer coisa, na minha visão vai uns 5%, eu acho. Têm muitos que dizem que quem está ganhando o bolo maior é a coordenação [do reassentamento], sendo que não lembra o que passou para trás, quer dizer, ficou lá, não preciso mais me organizar. Eu acho que a coordenação deve voltar mais para a base e incentivar. Hoje eles estão deixando mais as pessoas daqui e indo olhar o problema de outras barragens, de outras pessoas. Eu concordo que eles têm que ir, mas se eles voltarem a incentivar novamente as pessoas, dizer 'vamos lutar', 'vamos formar um laticínio'... Estamos entregando o leite para um laticínio e dois foram para a falência. Ficamos com dívidas. A queixa das pessoas é que se eles voltassem para as bases e organizassem um laticínio aqui dentro... Antigamente, a gente ia conhecer outros lugares, onde tinha vaca leiteira, onde tinha horta orgânica, não só reassentamentos, outras fazendas também, buscávamos pessoas, grupos para conhecer." (Depoimento ao autor da tese, out. 2001).

Outros depoimentos revelam a mesma frustração. Em especial, quando os gravadores são desligados. O projeto de turismo rural do reassentamento, dizem alguns, foi decidido sem consulta às bases. Dizem que os dirigentes da CRABI costumam decidir e depois consultam as associações, mas dificilmente envolvem os reassentados diretamente. Ressentem-se da ausência de trabalhos de mutirão, do que denominam de privilégios de alguns dirigentes, da falta de unidade nas ações. Dizem que somente em 2001 foi criada uma cooperativa e que, antes, toda comercialização e compra de sementes e suprimentos agrícolas era realizada individualmente. Enfim, os códigos morais tradicionais chocam-se com uma nova racionalidade política e econômica. Mas a dicotomia não é tão clara. Não são dois pólos - dirigentes e reassentados - que se apartam nas decisões. As duas lógicas aparecem em todos os discursos, em todos os depoimentos. São dois mundos que não

conseguem se articular. No depoimento dos dirigentes do MAB, em alguns momentos, ensaiam uma clara denúncia de como vivenciam essa contradição.

Alguns autores sugerem que a crise financeira do País, que liquidou grandes investimentos na ampliação da rede de hidrelétricas, reduziu a base social do MAB. De movimento social, o MAB teria se tornado uma assessoria técnica para os reassentamentos já constituídos, administrando projetos, captando recursos públicos.

Ao entrevistar lideranças e reassentados, a realidade que emerge é mais complexa. Não é apenas uma contradição entre base e direção, entre a racionalidade das organizações e a organização comunitária, entre ideologia e interesses grupais. Trata-se de dúvidas que se acumulam a partir de mudanças que ocorrem muito rapidamente no mundo globalizado e que desmancham grande parte da institucionalidade pública moderna, o Estado Provedor. Lideranças e liderados de movimentos sociais rurais vinculados a essa desregulamentação das relações sociais são impelidas a dar saltos na direção da construção de novas formas de gestão territorial. Saltos que não apresentam referências culturais e comportamentais na tradição rural brasileira. As contradições observadas não são, portanto, choque entre intenções políticas. São ilustrações da fuga para o futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de noventa do século passado, emergem, em vários continentes, movimentos sociais rurais que inovam na pauta de reivindicações e no método de mobilização política. No México, surge um movimento de camponeses e comunidades indígenas num dos estados mais pobres daquele país, Chiapas. Na França, agricultores familiares, liderados por José Bové e François Dufour, dirigentes da Confederação Camponesa, criam novas formas de luta, marcadas pela ação direta, tendo, como alvo principal, a garantia das tradições alimentares de seu povo.

Os elementos culturais e de tradição comunitária, nas duas situações citadas, constituem o eixo do seu ideário político. Castañeda, em seu livro **Utopia Desarmada**, já havia explicitado a novidade do movimento guerrilheiro indígena mexicano. Comunidades indígenas organizavam-se nos moldes das guerrilhas rurais, mas dificilmente utilizavam suas armas. O discurso que desenvolvem é marcado por metáforas e frases poéticas, falam de uma irmandade universal e pregam uma congregação dos povos. Se, de um lado, atacam duramente a exclusão social imposta pelo que denominam movimento globalizante (em especial, um de seus instrumentos: o NAFTA), de outro, exigem que sejam ouvidos e que os projetos de desenvolvimento garantam *benesses* para seus povos. Surpreendentemente, não lutam pelo poder, mas pela nova organização política, ou melhor, uma nova cultura e engenharia de elaboração e gestão de políticas públicas. O desconcertante, para Castañeda, é que os neo-zapatistas querem uma mudança que preserve as tradições (CASTAÑEDA, 1994; MUÑOZ, 1998). As mensagens públicas demonstram a natureza subjetiva de seus propósitos. Num comunicado de 9 de junho de 1995, intitulado **A Lua entre os espelhos da noite e o cristal do Dia**, escrito pelo Subcomandante Marcos, os zapatistas abusam de metáforas e paródias, como em quase todas mensagens. Destacamos esta mensagem como uma ilustração. Após uma longa reprodução do que seria a explicação do Velho Antonio, sobre as canoas e as lagoas, adotando claramente a referência no estilo de contos, a mensagem termina assim:

> "O Velho Antonio terminou, mas o vento não, e as ondas continuam ameaçando o barquinho. Mas não digo nada. E isto não quer dizer que eu não esteja refletindo

> sobre as palavras de Velho Antonio, é que estou certo de que, se abrir a boca, vou vomitar até o fígado no agitado espelho em que a lua exercita sua vaidade...
> Dentro da noite do rancor e do desconcerto. No México, às vezes, a lua se pinta com um resplendor avermelhado. Nem rubor nem sangue, são a coragem e o rancor que iluminam seu rosto nacarado. De volta da sua longa viagem pela noite mexicana, a lua termina seu reiterado caminho de espelhos e retoma seu andar cansado. Seu olhar já está avermelhado... pelo rancor... e pelo desconcerto... Por quê? O que viu? Titubeando, sufocada e com um fiozinho de voz que parece uma espiral do vento de maio, a lua conta a história da sua viagem passada. Conta que caminhou pela noite mexicana e que, tropeçando com o gigantesco labirinto de espelhos que é nossa história contemporânea, chegou até o..." (COMUNICADO do subcomandante Marcos, 1995).

A intenção é clara: a mensagem opera com mitos indígenas, de explicação dos fenômenos naturais, com uma memória coletiva, atávica e deixa entreaberta uma proposta sobre a *história contemporânea* e seu futuro (terminando o texto em reticências, como se quisesse deixar o futuro nas mãos do leitor). Como o autor do texto é uma figura pública, um subcomandante zapatista, não é necessário dizer mais nada. Mas a racionalidade política dos grupos guerrilheiros latino-americanos desaparece por completo, demonstrando uma clara intenção de dialogar com as tradições e códigos de comunicação das comunidades indígenas. No Brasil, vários movimentos sociais rurais construíram a mesma lógica de comunicação, apoiados fortemente pela mística religiosa. Estudos recentes sobre as organizações rurais patronais indicam que o maior temor das lideranças políticas empresariais em relação aos movimentos sociais contemporâneos é justamente essa novidade que pouco compreendem, mas que percebem que deixa todos os militantes inebriados: a mística.

José Bové, na França, sugere a mesma articulação entre luta política e identidade cultural. Estudante universitário, sua militância estudantil e engajamento nos princípios da ação direta, agroecologia e pacifismo, levaram-no a ser voluntário na administração de pequenas glebas de terra, produzindo ovelhas a partir de técnicas naturais, não produtivistas, como

efeito-demonstração aos agricultores familiares. Mais tarde, seria um dos líderes regionais da Confederação Camponesa, que elegeu esta denominação justamente para se contrapor à inserção (que seus líderes intitulam de *captulação*) ao modelo produtivista e de integração à agroindústria. Em agosto de 1999, trezentos criadores de ovelhas e moradores locais tomaram uma loja da rede de *fast-food* McDonald's que estava em obras, no município de Millau. A manifestação tinha um duplo sentido: defender a boa comida (no caso, a produção do queijo artesanal, roquefort) contra os produtos químicos e pouco saudáveis (no caso, os sanduíches norte-americanos, produzidos em série), além da luta da cultura local contra as multinacionais. A produção de leite de ovelha, matéria-prima para a confecção do queijo roquefort, emprega 1.300 assalariados na região. Os EUA haviam retaliado a recusa da União Européia em importar carne que continha hormônios, sobretaxando em 100% alguns produtos de produção doméstica, como foi o caso do roquefort. A França exporta 440 toneladas desse queijo para os EUA e fatura trinta milhões de francos. A manifestação em Millau, contudo, gerou uma forte reação do Judiciário local, que providenciou a prisão de seus líderes como depredadores de patrimônio particular. Bové foi um dos líderes presos. Definida a fiança para ser posto em liberdade, recusou-se a pagar, afirmando que este ato seria um recuo nos direitos sindicais. Insistia que não havia depredado nenhum patrimônio, mas apenas deslocado algumas telhas e fechado alguns encanamentos, o que poderia ser refeito em poucas horas. Era um ato simbólico, pacífico. O que se viu em seguida foi uma das maiores manifestações de solidariedade política da França contemporânea. Sindicatos, associações, prefeitos, abaixo-assinados foram produzidos em favor da luta da Confederação Camponesa, até a libertação de seus líderes.

François Dufour, secretário nacional da Confederação Camponesa, relata que, desde 1992, denunciavam a mercantilização acelerada da cultura e agricultura francesas, o que levaria à perda da identidade cultural e à dominação pelo mercado das escolha de modos de vida. Em suas palavras:

> Não somos contra a cultura americana, que ela é bem-vinda à nossa terra, mas que as empresas multinacionais devem respeitar nossas diferenças e nossa identidade. Não queremos hormônios na alimentação porque se trata de uma questão de saúde pública e de nossa ética camponesa relativa à maneira de trabalhar. E,

> principalmente, trata-se da liberdade dos povos de escolher a sua alimentação e a sua cultura, ao invés de tê-las como imposição. (BOVÉ, 2001, p. 40).

O centro desse discurso sindical (ou seria menos sindical e mais camponês?) é a identidade e "ética camponesa". Em meio à prisão dos líderes de Millau, em 4 de setembro, ocorre uma manifestação no município de Deauville, uma feira cultural promovida pelas autoridades locais. A Confederação Camponesa participou com 350 agricultores e instalou uma fazenda nas passarelas do festival: vacas, cavalos, carneiros, patos, coelhos, todos sobre palha. A cidade acolheu calorosamente a manifestação camponesa. Faixas e canções militantes tomaram conta do lugar. Segundo Dufour, a "propriedade rural do futuro havia conseguido seu objetivo: o diálogo dos camponeses com milhares de pessoas da cidade que vieram vê-los". Dufour, filho de agricultores, resume o foco desse objetivo:

> Esses laços entre a terra, o produto de origem identificada e a confiança são justamente as qualidades que faltam aos produtos envolvidos nas crises sanitárias. [...] Hábitos de consumo, qualidade, gastronomia, identidade cultural, laço social, tudo depende da agricultura e define o que chamamos de "agricultural". Disso decorre que o destino do camponês está indissoluvelmente ligado ao dos outros cidadãos. [...] Provamos a viabilidade de nossas fazendas de "agricultura camponesa": nosso tipo de desenvolvimento, na contracorrente do modelo dominante, nos permite sustentar nossas famílias. Tudo isso nós inscrevemos num território, nós também temos raízes! (BOVÉ, 2001, p. 46).

Aqui ressurgem, no discurso de uma liderança camponesa francesa, as referências básicas que encontramos nos discursos dos neo-zapatistas e dos movimentos sociais rurais brasileiros aqui analisados: a necessidade de ampliação da base social para além das comunidades rurais, o território como elemento de identidade cultural, a articulação das tradições produtivas com o enfrentamento (e luta pela inclusão social e política) ao mundo racional e mercantilizado[112].

---

[112] No caso de José Bové, esses elementos se articulam desde os anos 70, quando Bernard Lambert estimula, no Centro Nacional de Camponeses – CNJA – uma dissidência que daria lugar, em 1987, à Confederação Camponesa. Em sua juventude, Bové envolveu-se na luta contra a extensão do campo militar sobre as propriedades agrícolas de Larzac. Os camponeses da região juraram, numa vigília pública, realizada em 1972,

O território parece, nas matrizes discursivas desses movimentos sociais rurais contemporâneos, ganhar uma qualificação política que antes aparecia de maneira difusa em seus pronunciamentos. É parte constitutiva do discurso rural, desde sempre, a construção de referências holísticas para a explicação de inúmeros fenômenos biológicos, físicos, naturais e humanos. A natureza é compreendida como extensão do corpo. Em outros momentos, como um bem a ser acolhido, sob pena de se revoltar contra os homens. Uma relação de reconhecimento e temor. Populações indígenas costumam denominar o território como "Terra-Mãe", reforçando laços de relação pós-material com a natureza, uma relação afetiva, em que a terra (ou território) estrutura vínculos matriarcais com as populações e comunidades a ela relacionadas.

Contudo, essa matriz discursiva das populações rurais, original e atávica, ganha uma atualização importante nesse início do século XXI. Ela é revalorizada pelo sentimento de rejeição e abandono social. O território não aparece como elemento de uma reação política de populações rurais. Emerge como elemento de uma nova sociabilidade ou institucionalidade pública em experiências recentes em muitos recantos de diversos continentes.

No Brasil, várias experiências dessa natureza passaram a ser objeto de análise por cientistas políticos. Pedro Bandeira, em ensaio já citado anteriormente, destaca cinco experiências estaduais de participação em escala regional que redimensionaram a noção de território para efeito de planejamento público. As experiências citadas pelo autor são:

1. Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE)

A partir de 1991, o governo estadual inicia o processo de implementação dos COREDE, tendo como objetivo articular instâncias de gestão regional com a participação da sociedade. Forma constituídos 20 conselhos regionais, espalhados pelo território gaúcho, a partir da eleição de representantes de vários segmentos sociais em cada município envolvido. Em setembro de 1994, os conselhos foram legalizados a partir da Lei Estadual

---

nunca vender suas terras ao Exército. A relação com a terra, um território marcado pelos laços de vizinhança e solidariedade e a articulação entre lugar de trabalho e de vida ganhavam contornos políticos. Algo muito

n.10.283. As finalidades do COREDE passaram, então, a ser a promoção do desenvolvimento regional e integração das ações de governo a partir da descentralização política e desconcentração econômica. Os segmentos sociais que tiveram lugar assegurado em lei foram: deputados, prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores, representantes de instituições de ensino superior, empresários e trabalhadores, cooperativas, associações de produtores, conselhos de desenvolvimento municipais, movimentos ecológicos e movimentos comunitários. Ao longo dos anos, os COREDE passaram a deliberar sobre diretrizes de desenvolvimento regional, articulação entre agências governamentais e sociedade civil e articulação entre órgãos de governo. Em 94, os COREDE administraram parte dos recursos previstos para investimento na região. Contudo, os recursos efetivos estiveram sempre aquém das expectativas sociais. Aos poucos, as demandas organizadas pelos COREDE foram incluídas no orçamento estadual (em especial, de 1997), embora os cortes subseqüentes enfraquecessem este esforço.

2 . Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (CRDS)

Objetivando a descentralização administrativa, entre 1995 e 1998, o governo cearense, com assessoria da Universidade Federal do Ceará, passou a implantar conselhos municipais de desenvolvimento sustentável nos 184 municípios do Estado. Os conselhos tinham composição mista: órgãos governamentais e sociedade civil. Logo após a implantação dos conselhos municipais, foram implementados 20 conselhos regionais que tinham por objetivos identificar os principais problemas regionais, as pontencialidades e alternativas e ações para investimentos prioritários. Posteriormente, outros três fóruns, superiores aos conselhos regionais, foram instituídos: o da Família e Cidadania, o da Cultura e o do Desenvolvimento Sustentável. Todos os membros desses três conselhos estaduais são definidos pelo governador do Estado. Os conselhos regionais vêm elaborando o Plano Plurianual de Investimentos. Atualmente, essa experiência apresenta certa desmobilização em virtude das realizações reduzidas e ausência de mecanismos formais de institucionalização da participação dos conselhos na definição do orçamento e planejamento estadual.

---

semelhante ao observado nas mobilizações dos atingidos por barragens no sul do Brasil.

3. Audiências Públicas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

Em 1993, foram realizadas, em Minas Gerais, audiências públicas com o objetivo de selecionar propostas das regiões para efeito de composição do orçamento estadual. As audiências foram organizadas pela Assembléia Legislativa, constituindo uma iniciativa inusitada para a política brasileira. Nas audiências municipais, preparatórias, foram eleitos representantes para as audiências regionais. Em 95 e 96, foram realizadas 12 audiências regionais, aproximando-se do modelo de elaboração de Orçamento Participativo (OP), implementado em alguns municípios brasileiros cujas administrações eram oriundas de partidos de esquerda[113]. Novamente, o grau de execução das obras indicadas nas audiências foi muito baixo. Em 1998, as audiências regionais foram adiadas.

4. Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina

Por iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC –, foi criado, no final dos anos 90, um fórum, de caráter consultivo, para definição de diretrizes de desenvolvimento regional. Em 98, iniciativas similares envolviam mais quatro regiões catarinenses. Os objetivos eram idênticos aos das outras experiências de organização e desenvolvimento regional citadas anteriormente: integração de órgãos de gestão pública, desenvolvimento de plano de ação para planejamento regional, promoção de recursos humanos e materiais das regiões. A diferença dessa experiência em relação às outras foi a criação de uma importante estrutura de assessoria técnica, apoiada pelas prefeituras locais, além do apoio logístico das associações regionais de municípios, aproximando-a da experiência italiana. Finalmente, receberam o apoio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extrema Sul (BRDE). Por algum tempo, a principal linha de ação desses fóruns foi o fomento à instalação de fóruns regionais.

5. Sistema de Regionalização e Participação do Orçamento do Espírito Santo

---

[113] O Fórum Nacional de Participação Popular, dirigido por três mega-ONGs brasileiras, divulgou, no final de 2001, o primeiro levantamento da experiência do Orçamento Participativo (OP) no Brasil. Foram catalogadas apenas 103 experiências municipais (envolvendo menos de 2% dos municípios brasileiros), de porte médio ou pequeno, sendo que 84 dessas iniciativas foram geradas por governos petistas (com ou sem coalizão).

Em 1995 o governo estadual do Espírito Santo elaborou uma metodologia descentralizada e participativa de construção de seu orçamento anual. Foram definidos três elementos básicos: 1. divisão regional; 2. estrutura de gestão baseada em conselhos e câmaras setoriais; 3. sistema de construção do orçamento, nos moldes do OP. Num primeiro momento, foram implementadas assembléias orçamentárias municipais que definiram prioridades nas áreas de educação, saúde, agricultura, segurança, infra-estrutura e desenvolvimento econômico. Num segundo, foram realizadas assembléias regionais (contando com representantes escolhidos nas assembléias municipais) que definiram as prioridades regionais. Nessas assembléias regionais foram eleitos os membros da comissão orçamentária estadual, cuja função principal é o acompanhamento da montagem e execução da peça orçamentária. Em 96, a crise fiscal reduziu o número de assembléias, limitando-as às microrregionais. A ausência de uma estrutura de gestão frustrou a implementação dessa experiência nos anos seguintes.

As experiências descritas sumariamente acima revelam um movimento de reforma e descentralização da administração pública estadual em meados dos anos 90, em várias regiões do País. O que pretendemos destacar é uma convergência de ações (movimentos sociais e ações de governos estaduais) na valorização dos territórios regionais como referências para a elaboração de programas de desenvolvimento. Iniciativas que se fundamentaram, ainda, na crença de modelos de gestão participativa, articulando representações com mecanismos de democracia direta. De certa maneira, tais iniciativas contradizem a pauta de reformas administrativas apoiadas em meras parcerias ou transferência de responsabilidades estatais para o âmbito da sociedade civil ou mercado que povoaram o receituário das ações de governo no final do século XX[114].

---

[114] Omar Guerrero, professor de Administração Pública da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, em artigo intitulado **Nuevos Modelos de Gestión Pública**, faz um breve inventário das propostas de reforma administrativa dos últimos vinte anos. Destaca, entre outros, os novos modelos elaborados no Reino Unido e que se espraiaram pelos EUA, Austrália e Nova Zelândia. O modelo anglo-saxônico propunha a orientação da administração pública para o mercado e a noção de **cidadão-ususário**. Em suma, a proposta da New Public Management (ou modelo Whitehall) sugere a adoção dos modelos de gestão privada na administração pública, tendo como ênfase a descentralização e o manejo com base na idéia de missão. Os autores mais referidos nessa proposição foram David Osborne e Ted Gaebler, cuja base doutrinal se fundamenta na opção pública, na teoria do agente principal, na gerência da qualidade total e na economia de custos de transação. Nesse caso, as unidades de administração pública

Existiria, portanto, a formação de uma intenção política comum forjada por algumas iniciativas da sociedade civil e agências estatais em relação à formulação de uma nova institucionalidade pública.

Nos limites deste estudo, entretanto, o foco de análise deve centrar-se nas expectativas das populações rurais que estiveram à frente de experiências dessa natureza. O final do século XX e início do XXI contemplaram várias experiências regionais em todo o Brasil que tinham as mesmas características das iniciativas dos atingidos por barragens do sul e dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira. Na região do semi-árido nordestino, populações rurais articularam-se com ONGs e igrejas para elaborar modelos alternativos de desenvolvimento regional e gestão das águas. No norte do País, contudo, algumas iniciativas foram além, constituindo instâncias de deliberação.

A experiência mais citada é a do Fórum de Organizações Não-Governamentais de Rondônia, instituído a partir da assinatura do Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO – entre governo estadual e Banco Mundial, em 1992. Zander Navarro considera essa experiência como, "provavelmente a mais ousada e ampla transferência de poder decisório que um projeto patrocinado pelo Banco Mundial já experimentou no Brasil"(NAVARRO)

A partir da avaliação negativa dos resultados desse programa, formou-se um fórum da sociedade civil que envolveu 59 entidades. As pressões políticas que objetivavam alterar a lógica do programa surtiram efeito em junho do mesmo ano, quando foi assinado um Termo de Compromisso entre Fórum, Banco Mundial e governo estadual. Além do programa sofrer forte descentralização, inclusive na sua estrutura de gerenciamento, agregou um fundo de investimento a iniciativas comunitárias que movimentou 20% do total de recursos. Os programas contemplados pelo fundo deveriam ser apresentados por associações ou organizações populares e sua implementação seria coordenada pelo governo estadual e sociedade civil.

---

deveriam transformar-se em centros produtivos que competiriam entre si, calculando preços e administrando operações no mercado. Em 1987, a OCDE (Comitê de Cooperação Técnica dessa instituição) elabora a tese

Em março de 2001, vários acordos e termos de parceria do Fórum com órgãos governamentais[115] transformavam-no num formulador de políticas de desenvolvimento regional. A cultura política alterava-se profundamente. Até poucos anos atrás, várias das lideranças envolvidas com o Fórum afastariam por completo qualquer possibilidade de envolvimento com políticas de co-gestão.

A profunda mudança de práticas políticas das populações rurais aqui destacadas revela, em nosso entendimento, uma busca de reconstrução das instituições públicas que regulavam as relações sociais e fomentavam o desenvolvimento de uma região. A partir do açodamento que o arcabouço institucional sofreu nos últimos vinte anos, alguns movimentos sociais rurais adotaram iniciativas de reconstrução dessa engenharia institucional. Denominamos essas iniciativas *fuga para o futuro*, porque se baseiam-se em códigos morais tradicionais. Um hibridismo cultural, tal como sugere Canclini. Se assim for, trata-se da construção de instituições públicas pouco afeitas à lógica moderna, racional, ou mesmo pós-moderna, fragmentária. Seria, antes de tudo, uma *bricolage* de intenções e referências culturais. Uma novidade com traços de passado, um saudosismo inovador, um paradoxo por assim dizer.

Essas experiências, enfim, apoiam-se numa forte crença no comunitarismo rural. Populações rurais aqui estudadas destacavam esse comunitarismo como valor moral. Daí porque lançarem mão, em diversos momentos, de referências místicas como fundantes da moral rural e suas lideranças se sentirem inconformadas com as conquistas que seus movimentos alcançaram. Saltaram para a frente, pressionados pela desarticulação das bases sociais de suas comunidades. Reconquistaram espaço político e sobreviveram socialmente, mas não garantiram suas referências culturais.

---

da orientação da gestão para clientes, dando lugar à noção do governo empresarial, animada pela competência e pela definição de estruturas pós-burocráticas. (GUERRERO, 2001; MESSENET, 1975).

[115] Em 22 de março de 2001 foram assinados termos de parceria do Fórum com o IBAMA, EMBRAPA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, BANCO DO BRASIL, BANCO DA AMAZÔNIA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, EMATER, COOTRARON, INCRA e CEPLAC/SUPOC. Todos os acordos objetivavam repasses de verbas públicas para desenvolvimento de campanhas para preservação de reservas oficiais e matas ciliares, programas de formação de técnicos e professores em agroecologia, pesquisa voltada para a preservação ambiental e repasse de tecnologia a agricultores entre outros.

Mas foi o comunitarismo rural que levou diversos movimentos sociais rurais contemporâneos a se reapropriarem do território como espaço de identidade política. E, do território, passaram a elaborar novos mecanismos de gestão pública territorial. O caminho da ação política foi o inverso do que se poderia esperar do racionalismo moderno. Não foram o espaço público e os direitos que motivaram ações espetaculares das populações rurais *desfiliadas socialmente*. Antes, foi o sentimento comunitário.

Contudo, as tradições não fomentaram um ideário conservador, como se poderia esperar. Daí decorre a principal novidade desses movimentos sociais.

Pierucci (1999), num texto recente, procura reconstruir as bases do pensamento conservador, como fundado na obsessão de afirmar e sublinhar as diferenças entre grupos de humanos dotados de especificidades irredutíveis. O pensamento, a mentalidade e a sensibilidade de direita, para o autor, articulam uma concepção global de sociedade e um modo de sociabilidade. O conservantismo, sustenta, é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade antagonista do projeto de modernidade ilustrada. A repulsa à diferença estaria, portanto, contraposta à noção de igualdade. Pierucci (1999) enfatiza como esse discurso apresenta certo apelo popular, justamente porque destaca as diferenças humanas. Daí o apelo do discurso pós-moderno que celebraria as diferenças, o apego às singularidades, a apologia da irredutibilidade das particularidades, tornando-se um discurso palatável, uma direita popular.

Ora, tal referência não se encontra em nenhuma das experiências aqui analisadas. Os movimentos sociais rurais vinculados à gestão territorial fundamentam-se na igualdade política e na rejeição das ações estatais discriminatórias e seletivas. O esforço de ampliação de alianças territoriais orienta-se justamente nessa direção: a construção de amplos espaços públicos.

Também afastam-se de uma certa preservação tribal, tal como sugere Maffesoli (2001) em seus textos mais recentes. Não seriam, portanto, movimentos que bebem nas águas do pós-modernismo. Mas, não podemos tergiversar, os novos movimentos sociais rurais dialogam com essa perspectiva. Como afirma o autor, o tribalismo pós-moderno dá ênfase à explosão das sociedades homogêneas, fundadas num difuso sentimento de insegurança. Daí, articula

a identidade cultural de povos errantes com a descrença no aparelho de Estado Moderno e o discurso sobre o território:

> O nomadismo é totalmente antitético em relação à forma de Estado moderna. E esta se preocupa constantemente em suprimir o que considera a sobrevivência de um modo arcaico. Fixar significa a possibilidade de dominar. [...] A solidariedade tribal, a "salvaguarda pessoal", o sentimento de comunidade econômica, a proteção que isso traz ao indivíduo, todas essas coisas estão intrinsicamente ligadas à itinerância das tribos judias primitivas. [...] É portanto nesses períodos que o tema da fuga diante de um mundo que se acaba retoma importância. O que está não satisfaz mais. As revoltas sociais ou pequenas rebeliões cotidianas se exasperam. A confiança nos valores estabelecidos desaparece, e desde então a sociedade não tem mais consciência de si mesma. [...] Há claramente uma participação comum a esse espírito do tempo. Talvez seja essa a particularidade essencial da pós-modernidade. De minha parte, utilizando ora a metáfora do "tribalismo" ora a expressão "ideal comunitário", insisti sobre a saturação do sistema interpretativo ligado ao indivíduo ou ao individualismo como eixo da vida social. [...] O território individualista se torna uma prisão. Em lugar de servir de base para uma possível partida torna-se lugar de fechamento. [...] Duas faces de uma mesma realidade: um território poroso e um indivíduo frágil. (MAFFESOLI, 2001, p. 24-93 *passim*).

Maffesoli fala de um "espírito do *compagnonnage*", relação medieval em que os aprendizes tinham obrigações durante determinado período para com o patrão que o contratava. Um verdadeiro espírito de fraternidade que aumentaria a busca por solidariedade e intensificaria as relações cotidianas.

Obviamente, a construção de formas de gestão pública de amplos territórios, formuladas por movimentos sociais rurais, é o inverso do nomadismo. Mas, como foi possível perceber, o espaço reconstruído gera um sentimento de estranhamento por parte das populações rurais. Muitas vezes, sentem-se *estrangeiros em sua própria terra*. Uma desterritorialização simbólica.

Daí porque tal novidade política revestir-se de riscos e perigos. Preserva lastros com o passado, com o comunitarismo. Falamos de uma nova institucionalidade pública que mantém relações culturais com as tradições e o misticismo.

Uma fuga para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais. **Greve metalúrgica em São Bernardo**: sobre a dignidade do trabalho. In: IX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1985 (Mimeograf.).

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Comunicação apresentada no IV ECONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre – 1° a 4 de junho de 1999.

ABRUCIO, Fernando. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: ENAP, **Cadernos Enap,** n. 10, 1997.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Carajás:** a guerra dos mapas. Belém: Seminário Consulta, 1995.

ALMEIDA, Maria Hermínia. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, n.6, 1975.

_____. Além do corporativismo: interesses organizados e democratização. In: SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda (orgs.), **Lições da década de 80**, São Paulo: EDUSP, 1995.

ALTENBERG, HILLEBRAND e MEYER-STAMMER. **Policies for building systmeci competitiveness:** conceptual famework and case studies of Korea, Brazil, Mexico and Thailand. Berlin: German Development Institute, 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira - **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985, p.230.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**; São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Brasília: IPEA, 1999 (Texto para discussão n. 630).

BATALLA, G. D. **México profundo:** una civilización negada. Ciudad del México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes Grijalbo, 1987.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa**, São Paulo: Ática, 1991.

_____. Democracia e cidadania, In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.) **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: POLIS (14), 1994.

BERMANN, Célio. **Reassentamento e autogestão – um estudo de caso:** a barragem de Itá no sul do Brasil. São Paulo: USP, 1995.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOVÉ, José. **O mundo não é uma mercadoria:** entrevista com Gilles Luneau. São Paulo: UNESP, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas.** São Paulo: EDUSP, 1997.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna, In: BASTOS, Élide & MORAIS, João Quartim de, **O pensamento de Oliveira Vianna**, Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada.** São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel.**O poder da identidade,** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **La sociedad burocratica,** Barcelona: Tusquets, 1976

_____. **Diante da guerra,** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Por uma nova política, **Desvios**, São Paulo, v.1, p. 91, 1982

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. In: **American Journal of Sociology**, n. 94, 1988.

COMERFORD, J. C. e CINTRÃO, **Articulação sindical da Zona da Mata mineira**, relatório 1ª versão, Rio de Janeiro, março de 1995, (mimeograf.).

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CONTAG/CUT. **Desenvolvimento sustentável na Zona da Mata mineira**, Série Experiências n. 4, Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, Brasília/São Paulo, 2000

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12. n. 35, out. 1997.

COSTA, Valeriano Mendes. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, **Lua Nova**, São Paulo, v. 26, 1992.

D'INCAO, M. A . (org.). , **História e ideal:** ensaios sobre Caio Prado Jr., São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: a**prendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: p**olítica e sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DANIEL, Celso. Gestão local e participação da sociedade. In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.) **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: POLIS (14), 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995, p. 52.

DREIFUS, René Armand. **A época das perplexidades,** Petrópolis: Vozes, 1996.

ELIAS, Norbert. **Os alemães.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Porto: Afrontamento, 1975.

ESTERCI, Neide. **Conflitos no Araguaia:** peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Vol 1. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

FELICE, Massimo Di e Muñoz, Cristobal. **A revolução invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional: c**artas e comunicados. São Paulo: Boitempo, 1998.

FERLIE et al. **A nova administração pública em ação.** Brasília: ENAP/UnB, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Que Reforma Agrária?** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp, campus de

Presidente Prudente – 4 a 8 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.politicaspublicas.com.br>

FERNANDES, Bernardo Mançano e STEDILE, João Pedro. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERREIRA, Gabriela. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna, **Lua Nova**, São Paulo, n.37, 1996

FIORI et al. **Globalização:** fatos e notas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

FISCHER, Tânia e CARVALHO. Poder Local, rede sociais e gestão pública em Salvador, In: **Poder local, governo e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos:** estudos recentes em história social do trabalho, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRANKLIN, Daniel Rothman. A emergência do movimento de atingidos por barragens da bacia do rio Uruguai: 1979-1983. In: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo:** as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FREUND, J. A sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense, 1977, p. 161.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala.** Rio de Janeiro : José Olympio, 1933.

_____. **Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança:** as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **Identificação e análise das transformações do setor agropecuário, 1985-1996, com ênfase em Minas Gerais.** Belo Horizonte, ago. 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**, XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1999.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.

GRAU, Nuria Cunill. **Repensando o público através da sociedade:** novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/ENAP, 1998.

GUATARRI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.5, n.16, 1985.

GUERRERO, Omar. **Nuevos modelos de gestión pública**, 2001, disponível em <http://www.politicaspublicas.com.br>.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1976.

HABERMAS, Jürgen. Nos limites do estado, São Paulo: **Folha de São Paulo**, Caderno MAIS! (5-4), 18 de julho de 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha do nordeste. Niterói: Editora da UFF, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna,** Rio de Janeiro: Loyola, 1992;

HEREDIA, Beatriz Maria Alasi. Expropriação camponesa numa área de plantação canavieira. In: Anais do XII Encontro do PIPSA. **Anais,** Campinas, 6 a 9 de abril de 1987. v. II.

HESPANHA, Pedro (coord.). **O modelo agrícola e a integração dos espaços rurais perante a reestruturação da sociedade portuguesa.** Relatório de Investigação. Projecto PSCH/SOC/1140/95. Portugal: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

HUTTON, Will. **Como será o futuro Estado.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

_____. **O Estado que temos hoje,** Brasília: Positiva, 1998.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LANDIM, Leilah (org.) **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: ISER/NAU, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo:** vagabundagem pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**; São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARONI, Amnéris e GOMES, Augusto Portugal. A gestão da produção como forma de luta. **Desvios,** Rio de Janeiro, v. 3, 1984.

MARTINS, Carlos Estevam. **O circuito do poder**. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível dialogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MELLO, J. O economicismo em Caio Prado. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: CEBRAP (18), 1987.

MESSENET, Michel. **La nouvelle gestion publique: pour un État sans bureaucratie.** Paris: Hommes et Tecniques, 1975.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e opressão**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOORE Jr., Barrington. **Aspectos morais do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

MORAES, Maria Stela Marcondes. **No rastro das águas:** pedagogia do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do Rio Uruguai (RS/SC): 1978/1990. 1994, Tese. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização, agricultura e espaço rural: dinâmicas do capital e as zonas mais desfavorecidas. In: Anais do Workshop Teórico Economia Política da Agricultura. **Anais,** Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MUÑOZ, Cristobal e DI FELIPE, Massimo (orgs.). **A revolução invencível:** cartas e comunicados. São Paulo: Boitempo, 1998.

NASIO, J. D. (org.). **Os grandes casos de psicose.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

NAVARRO, Zander. Políticas públicas, agricultura familiar.Caxambú, 1996,ANPOCS

NAVARRO, Zander.(org.). Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 11, n. 2, abr./jun. 1997.

_____. **Política, protesto, cidadania do campo.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFGRS, 1996.

OFFE, Claus. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions**, Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1998.

OSBORNE e GAEBLER. **Reinventing government:** how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector. Reading: Adisson-Wesley, 1992.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **LUA NOVA,** São Paulo, n. 45, 1998.

PETERS, Tom. **Liberation management**, Basingstoke: Macmillan, 1992.

PIERUCCI, Antônio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RATZEL, F. Geografia do Homem. In: MORAES, A. C. (org). **Ratzel.** São Paulo: Atica, 1990. p. 74.

RAWS, John. **Uma teoria da justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REGO, Rubem Murilo Leão, Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil, **Revista USP**, São Paulo: v. 38, mar./maio 1989.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém.** Campinas: Ed da Unicamp, 1999.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, v. 38, mar./maio 1989.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e sindicatos**; São Paulo: Ática, 1990.

RUSZCZYK, João Carlos. **Espaço da água, espaço da terra no movimento dos atingidos por barragens (MAB/CRAB): 1979-1992.** 1997, Dissertação. UFRRJ, Rio de Janeiro.

SADER, Eder. Protesto sem juízo. **Desvios,** São Paulo, v. 2, ago 1983.

_____. **Quando novos personagens entraram em cena.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado,** Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia e SILVEIRA, Maria Laura. **Território:** Globalização e Fragmentação. São Paulo: UITECH/ANPUR, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais,** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

_____. **O que há de novo nos movimentos sociais no campo?**, XVII Congresso Latino americano de Sociologia, Montevidéu, 1988.(mimeograf.).

_____. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1996.

_____. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hicitec, 1999.

SCHERER-WARREN e KRISCHKE (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHMITTER, P. Still a century of corporatism? In: PIKE, F. e STRITCH, T. (eds.), **The new corporatism.** Notre Dame: Notre Dame University Press, 1974.

SCMUKLER, Beatriz. Las mujeres en la democratización social, **Estudos Feministas;** Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1995.

SEN, Amartya. **Sobre ética y economía.** Madrid: Alianza Editorial, 1997

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. **A corrosão do caráter,** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SINGER, Paul e BRANDT, Vinícius C. (orgs.) - **São Paulo:** o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980. p.70-2.

SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda. **Lições da década de 80,** São Paulo: EDUSP, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia:** conceitos, temas e tempos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), **Poder e dinheiro**, Petrópolis: Vozes, 1997.

TELES, Vera da Silva. Sociedade civil e espaços públicos: os caminhos (incertos) de cidadania no Brasil atual. 1999.

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos?** Petrópolis: Vozes, 1999.

TRAMUJAS NETO, Arthur. Passa a cuia, chê! **Revista Leite Quente**, Curitiba, v. I, n. 2, jun. 1989.

TUAN, Y. Geografia humorística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

VECA, Salvatore. **Curso il paradigma delle teorie della giustizia.** Campinas:Unicamp, 1997 .(digitado).

VELASCO e CRUZ, Sebastião. **Estado e economia em tempo de crise.** Rio de Janeiro: Dumará, 1997.

VIANNA, Aurélio. **Documento interno:** Movimento de Atingidos por Barragens - MAB. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** São Paulo: Itatiaia/EDUSP/EDUFF, 1987.

_____. **Populações meridionais do Brasil.** São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1922.

VILASSANTE, Tomás. **Comunidades locales: análisis, movimientos sociales y alternativas.** Madrid: Instituto de Estudios de Adminstración Local, 1984.

ANEXOS

ANEXO A: ACORDO ELETROSUL E CRAB (17.08.86)

Documento de Acordo entre ELETROSUL E CRAB.

1. Fica acordado entre as partes que, com Relação à Usina hidrelétrica de Itá e Machadinho, não será feita nenhuma indenização seguindo-se o estabelecido no item 5, com exceção daquelas que se referem a acessos e linha de transmissão. Neste período, deverá ser concluído o cadastro socioeconômico de Itá e Machadinho.

2. Fica acordado que se entende como obras preliminares a implantação de vilas administrativas de obras.

3. Fica acordado que se realizará reunião no dia 13.11.87, sob a responsabilidade da ELETROSUL pela área de indenização da linha de transmissão para acertar a solução dos casos pendentes.

4. Fica acordado que será dado início imediato à elaboração de uma política de reassentamento, ficando a ELETROSUL e a CRAB comprometidas a apresentar, a partir de outubro de 1987, as diretrizes e os critérios que orientarão os projetos, assim como a definição dos parceiros privados e institucionais que, juntamente com a ELETROSUL, executarão os referidos projetos de reassentamento.

5. Fica acordado que a aquisição de propriedades atingidas seja vinculada à apresentação das seguintes alternativas aos proprietários atingidos: a) terra por terra mediante apresentação de áreas tantas quanto forem necessárias nos três estados do Sul (RS, SC, PR) com características agrícolas e infra-estrutura melhores do que as áreas atingidas; b) indenização por dinheiro com o preço feito pelos atingidos; c) garantia de participação em projeto de reassentamento nos três estados do Sul;

6. Fica acordado que as negociações para aquisições de terra se desenvolverão em ordem seqüencial (discutir de cima para baixo ou vice-versa) e igualitariamente em ambas as margens e serão feitas por comunidades, oferecendo-se as mesmas oportunidades para todos os membros da comunidade com datas definidas.

7. A CRAB designará tantos representantes quanto forem necessários para acompanhamento e fiscalização permanente das atividades da ELETROSUL, visando obter informações referentes aos interesses dos atingidos, cabendo à empresa o ressarcimento das despesas decorrentes.

8. A ELETROSUL envidará esforços no sentido de viabilizar uma audiência com o MME, ELETROBRAS e CRAB no mês de setembro próximo. Para esta audiência, a ELETROSUL deverá garantir as despesas dos atingidos e comunicar a eles esta com quinze dias de antecedência.

9. Fica acordado que, quando da necessidade de alterações no cronograma, a ELETROSUL e a CRAB se comprometem a discutir e a deliberar juntamente com a Comissão de Acompanhamento da CRAB, os ajustes que se façam necessários (*sic*).

10. Fica acordado que o presente documento, após discussão e alterações com os atingidos, será ratificado até o dia 9 de setembro de 1987 com presença da Diretoria da ELETROSUL e CRAB.

11. Devem prevalecer os 39 itens aprovados em Getúlio Vargas.

Erechim, 17 de Agosto de 1987 - Grupo CRAB R1

ANEXO B: ATAS REUNIÕES CRAB E ELETROSUL (1987/1991)

TEMA: Cadastro Socioeconômico

24/04/87 - Estabelecimento de normas e programações quanto à utilização de veículos, situações de acidente, penalidades, composição de equipes e cronograma de pessoal de campo.

20/08/87 - Nivelamento e alterações de informações, alterações no formulário de campo e alteração no preenchimento do formulário.

06/05/88 - Ficou definido que a CRAB deverá ter conhecimento de todo cadastro para revisão.

20/05/88 - Definida data de fechamento do cadastro: 12/02/88.

18/07/91 - CRAB solicita que se reconsidere a data de fechamento para dezembro de 1990.

TEMA: Grupo Executivo

29/09/87 - Criado grupo de trabalho (técnicos da ELETROSUL, CRAB e Cooperativas) para a elaboração dos planos de reassentamentos das usinas de Itá e Machadinho (localização dos projetos, área mínima, área dos lotes, público-alvo, infra-estrutura comunitária e de cada lote, serviços, infra-estrutura social).

15/10/87 - CRAB exige assinatura do acordo pelo presidente da ELETROSUL. As cooperativas que participam do grupo executivo são: CORTEL, COTRIGO, COPERDIA, CAMOL e COPPAL.

20/11/87 - Entregue cópia do documento "Plano de Mudança na cidade de Itá-SC". Definidos os valores das Forças Trabalho – FT[116]: de 5 a 10 anos (0,25 FTs); de 11 a 15 anos (0,60); de 16 a 60 anos, mulheres (0,80); de 16 a 60 anos, homens (1,00); acima de 60 anos, homens (0,50); acima de 60 anos, mulheres (0,25). Houve divergências a respeito do conceito de módulo rural.

15/01/88 - Aprovado o documento "Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamento".

19/09/88 - Definido o valor do reembolso para despesas aos membros participantes do GT.

25/10/88 - Detalhamento de itens do Documento Diretrizes e Critérios.

TEMA: Reassentamentos Populacionais Rurais

03/05/88 - Discutidos os critérios de acesso e escolha de áreas para reassentamento de proprietários e não-proprietários. Descartada a opção de terra-terra para não-proprietário. Escolha de áreas com grupos de beneficiários. CRAB fará consulta antes da decisão.

06/05/88 - Elaboração dos critérios de distribuição dos lotes.

20/05/88 - Definido o cadastramento dos não proprietários e filhos casados das propriedades atingidas pelas obras do canteiro. Os atingidos pelas estradas serão tratados como exceção, caso a

---

[116] FT é um instrumento de medição do valor-trabalho de cada membro de uma família de agricultores. Cada membro recebe uma pontuação relativa à sua importância econômica na economia familiar. A soma dos pontos define, então, o tamanho do lote a ser adquirido. Este instrumento de medição é inadequado para a realidade da agricultura familiar que, por organizar suas atividades rotineiras a partir de uma estrutura sistêmica, não tem como definir valores desagregados. Cada membro da família, muitas vezes, independentemente da idade ou sexo, compõe um todo do sistema produtivo. Definiu-se, contudo, que a unidade familiar que somar 2 FTs teria direito a um módulo rural.

caso. Definiu-se que não-proprietários terão direito a reassentamento individual (com ressalvas). Serão consideradas as famílias constituídas até o momento da negociação da propriedade em questão.

02/09/88 - Assinatura dos Termos de Opção: 12 famílias de Mangueirinha, 03 famílias de Água Doce e 07 famílias desistiram.

15/09/88 - ELETROSUL indica que reunião com ELETROBRAS será realizada até final de agosto de 1990 a fim de negociar recursos para as indenizações, relocações e reassentamentos.

18/03/92 - CRAB solicita solução a respeito de assistência técnica nos projetos de reassentamento. Cobra, também, seguro agrícola.

TEMA: Público-alvo de Reassentamento

15/10/87 - Considerados beneficiários: proprietários com áreas de até 03 módulos rurais, pequenos arrendatários e posseiros, assalariados rurais e trabalhadores volantes.

03/05/88 - A listagem de beneficiários será revisada pela CRAB, identificando por margem do rio e município.

06/05/88 - Fica decidido que não será entregue à CRAB a listagem dos pontencialmente reassentáveis.

20/05/88 - Fica decidido que a listagem dos não-proprietários será entregue à CRAB.

10/08/88 - Definição das famílias pontencialmente reassentáveis da comunidade de Linha Alvorada.

25/10/88 - Discussão da data de cadastramento socioeconômico para fins de reassentamento. Não houve acordo.

01/12/88 - A FT adotada será a de família de origem, não se adotando as novas unidades familiares. Revisão da data de negociação de cada propriedade.

17/09/91 - CRAB propõe formação de equipe paritária para análise e decisão sobre casos duvidosos. ELETROSUL alega que dificilmente adiarão data de fechamento do cadastramento.

18/03/92 - Definida data de 30/04 para entrega de critérios específicos, pela ELETROSUL, para proprietários que optam por reassentamento. CRAB solicita estudos sobre propriedades situadas na área do reservatório. CRAB questiona decisões unilaterais da ELETROSUL a respeito de beneficiários potenciais. Propõe comissão paritária para estudo de casos.

16/06/92 - CRAB solicita revisão de cadastros de pessoas que se dizem com direito a reassentamento.

TEMA: Verba de Manutenção

15/02/89 - Definido que se o reassentamento tiver direito à indenização de lavoura de subsistência, não terá direito à verba de manutenção. A verba de manuntenção não indenizará a lavoura de subsistência, mas apenas a comercial.

07/04/89 - Comissão apresentou proposta de repasse da verba em 09 meses, dividida em trimestre, calculada em OTNs. A ELETROSUL apresentou proposta de cálculo em cruzados.

17/05/89 - Aceita a proposta da ELETROSUL. O indexador a ser utilizado será o índice oficial de inflação.

10/08/89 - O valor da verba de manutenção será calculado em sacos de milho, corrigido pela variação do preço mínimo do produto. As parcelas a serem pagas serão: 1° trimestre, 74,59 sacos; 2° trimestre, 31,36 sacos; 3° trimestre, valor equivalente.

18/09/89 - A verba de manutenção foi paga aos reassentamentos do Projeto Marmeleiro em 15/09/89. Os demais reassentados receberão a verba assim que chegarem ao reassentamento de Marmeleiro.

17/08/90 - Será paga a 1ª parcela aos reassentados de Campo Erê em 15/10/90.

TEMA: Novas áreas para reassentamento

03/05/88 - Definido que atingidos deverão ter a terra e participar do processo de avaliação das áreas antes de sua aquisição.

20/05/88 - A vistoria das áreas ocorrerá com presença da população atingida e CRAB.

25/05/88 - Definidas as normas de aquisição de novas áreas.

23/06/88 - ELETROSUL informa que não adquirirá área em Chapecó, dado que vistoria lavrou parecer contrário.

18/09/89 - Aprovada pela CRAB da área Mangueirinha II e sugere compra de área de Coronel Vivida.

18/07/91 - ELETROSUL informa que poderá adquirir nova área em novembro de 1991.

TEMA: Projeto de Reassentamento de Marmeleiro

26/09/88 - Discussão sobre segurança da área. Será mantido o antigo capataz.

25/10/88 - Apresentado o projeto de reassentamento.

01/12/88 - Discussão sobre benfeitorias e proposta de metragem das habitações. Sem consenso.

20/03/89 - Discutidas as vias de acesso e estradas. Discutido os casos de declive que podem prejudicar escoamento da produção agrícola. Começo da análise sobre salão comunitário e campo de bocha, construção de silo e armazém. Definido o projeto da FUNDEPAR para construção da escola. Aprovado o estudo para construção de capela ecumênica.

22/03/89 - Definido o início de visitas à nova área. Famílias deverão definir a posição das casas e benfeitorias.

07/04/89 - CRAB apresenta projeto de silo, com custos reduzidos, sugerindo as seguintes opções: a) ELETROSUL constrói o silo com secador; b) repassa valores atualizados. Todas as famílias estarão residindo na nova área até 15/09/89. Até o período de mudança, a área deverá garantir: casa, acesso aos lotes, solo preparado para plantio, água, energia elétrica.

10/09/89 - CRAB solicita à ELETROSUL o fornecimento de madeira, tinta e ajuda financeira para pagar mão-de-obra na construção das casas.

18/09/89 - O tratamento da terra será refeito, bem como os terraços nos lotes alagados. Será necessário uso de herbicida em algumas áreas.

18/12/90 - ELETROSUL decide trocar áreas alagadas por áreas de preservação. Reassentados avaliam que troca é inviável em função da distância. Reassentados afirmam que técnicos da EMATER apareceram apenas uma vez e não voltaram. A regularização dos lotes ocorrerá, no máximo, em noventa dias. Um reassentado reivindica indenização de uma vaca que morreu na mudança para nova área.

17/09/91 - ELETROSUL apresenta Minuta da Escritura de Posse do reassentamento de Marmeleiro.

29/10/91 - Os reassentados dos lotes 9 e 10 de Marmeleiro aceitam remanejamento para área de reserva legal do projeto. Decide-se que a Global Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pelas benfeitorias de Marmeleiro, passará a negociar diretamente com a CRAB.

18/03/92 - CRAB seleciona as seguintes pendências: a) documento de legalização dos lotes; b) problemas de construção com a empresa Global ; c) lotes alagadiços; d) seguro agrícola. CRAB entrega última versão da Escritura a ser celebrada para os lotes de Marmeleiro, sugerindo alterações.

ANEXO C: ACORDO ENTRE COPEL E CRABI (SALTO CAXIAS)

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A COPEL E A COMISSÃO PARLAMENTAR, COSACA, CRABI, SRO, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTES REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELAS OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS.

Este instrumento, resultado de negociações entre a COPEL e as Entidades acima citadas, em reunião ocorrida em 07/10/93 em Cascavel, onde foi analisada a "PROPOSTA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SALTO CAXIAS", datada de 18/09/93, fixa metas e critérios complementares das cláusulas e condições do documento "Princípio, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida" assinado pela COPEL, em 20/08/93, em Três Barras do Paraná e registrado em cartório.

Quanto houver conflito entre itens do mesmo assunto, prevalece o que fica estabelecido neste documento.

As metas e critérios complementares nesta data acordados são:

1 As propriedades que serão atingidas pelo reservatório ou as necessárias às obras de construção da Usina deverão ser cadastradas individualmente e na presença do proprietário ou seu representante, com o levantamento de todos os bens e serviços existentes que possuam valor a ser indenizado, sendo certo que este levantamento terá que ser aprovado pelo proprietário ou seu representante.

1.1 Em caso de dúvida com referência à área do imóvel, deverá esta área ser remedida por uma equipe técnica às expensas da COPEL.

2 O processo de reassentamento deverá destinar-se preferencialmente aos pequenos proprietários e aos produtores não proprietários -- inclusive seus filhos, desde que casados --, os quais serão auxiliados pela COPEL e reassentados em áreas loteadas de em torno de 10 alqueires cada lote, sendo o lote mínimo de 07 alqueires, adquiridos pela empresa e aprovados antecipadamente pelos futuros reassentados.

Os não proprietários, quando o remanescente da propriedade comportar a continuidade de suas atividades como produtor rural, serão relocados na propriedade de origem com o auxílio da COPEL, que deverá obter a concordância do proprietário.

2.1 As áreas de reassentamento deverão estar preferencialmente localizadas no mesmo município, ou na microrregião, tendo em vista atenuar ao máximo o impacto sociocultural dos reassentados e a desarticulação das economias locais.

2.2 Nos projetos de reassentamento, obriga-se a COPEL a fornecer a cada assentado toda a infra-estrutura necessária à sua efetiva relocação, qual seja, residência igual ou melhor que a atual, paiol e outras benfeitorias necessárias, além da área agricultável corrigida com calcário.

2.3 Além das instalações físicas e equipamentos sociais, a COPEL deverá dar aos reassentados apoio técnico, administrativo e econômico, visando assegurar, em médio prazo, a integração social e a auto-sustentação econômica dos mesmos.

2.4 Em caso de reassentamento em área de mata nativa, a COPEL se empenhará em conseguir, junto ao órgão oficial competente, autorização para que possa haver desmatamento de 80% (oitenta por cento) de cada lote.

2.5 A COPEL se obriga a construir nos projetos de reassentamento todo o sistema viário necessário, igrejas, escolas, centros sociais, postos de saúde, posto telefônico, cemitérios etc.

3 O proprietário atingido pelo reservatório que desejar permutar sua área será auxiliado pela COPEL e, após escolhida a mesma, a qual deverá ser no mínimo equivalente em produção a sua área atingida, será a mesma adquirida pela empresa, correndo todas as despesas de documentação bem como de transporte pessoal e de seus bens, por conta da COPEL.

4 Os proprietários que se sentirem capacitados para realizarem transações imobiliárias receberão da COPEL o valor de suas indenizações, após homologação da negociação por uma entidade de classe ou Prefeitura Municipal local, se relocando-se voluntariamente por sua conta.

4.1 No caso de desapropriação amigável, a COPEL se responsabilizará pelo recolhimento, se incidir, do imposto sobre o lucro imobiliário (Imposto de Renda).

4.2 As terras serão avaliadas de acordo com sua capacidade de uso e produção.

4.3 Todas as benfeitorias, culturas e madeiras existentes nas propriedades indenizadas serão compradas pela COPEL e, no ato da escritura, serão doadas ao desapropriado, que poderá aproveitá-las na nova propriedade ou onde desejar.

4.4 Para permitir a legalização da nova área adquirida pelo desapropriado, a COPEL pagará adicionalmente as despesas necessárias à nova escritura e registro.

4.5 Em caso de o desapropriado adquirir nova área dentro do Estado do Paraná, a COPEL se compromete a fornecer um padrão de energia elétrica, no mínimo idêntico ao que possuía.

5 A COPEL deverá adquirir os remanescentes de propriedade que tornarem inviáveis a sua utilização pelo atingido desapropriado, as quais serão destinadas ao programa de reaproveitamento de áreas remanescentes para relocação ou reassentamento, ou aproveitadas como áreas de preservação permanente e de proteção ao reservatório.

5.1 Em caso de o atingido desejar ficar com o remanescente da área desapropriada, a COPEL permitirá o acesso ao lago pela sua faixa de segurança.

6 Serão constituídas comissões de entidades representativas dos expropriados para, juntamente com a COPEL e no prazo de 63 dias, estabelecer preços mínimos que permitam aos proprietários desapropriados adquirir outra área, no mínimo, equivalente em produção à área atingida. Anteriormente ao início das desapropriações, a critério da FETAEP, a COPEL celebrará um convênio que possibilite a FETAEP dar um apoio técnico quanto aos valores das indenizações, aos desapropriados que solicitarem.

7 Todas as desapropriações das famílias atingidas estarão concluídas no mínimo dentro das seguintes datas:

7.1 30% de propriedades será desapropriada entre julho/94 e julho/95;

7.2 40% de propriedades será desapropriada entre julho/95 e julho/96;

7.3 30% de propriedades será desapropriada entre julho/96 e julho/97;

7.4 o processo de reassentamento será realizado em quatro etapas:

7.4.1 conhecimento das necessidades de áreas para reassentamento em cada município até agosto/94;

7.4.2 escolha e definição das áreas pelos envolvidos;

7.4.3 processo do projeto de reassentamento com a seguinte duração:

7.4.3.1 03 meses para levantamento cartográfico;

7.4.3.2 06 meses para elaboração do projeto e plano diretor do loteamento;

7.4.3.3 15 meses para o processo de licitação e construção das residências e outras benfeitorias;

7.4.3.4 totalizando 24 meses para a entrega dos lotes e benfeitorias aos reassentados inscritos no projeto;

7.4.3.5 as entidades representativas deverão aprovar previamente junto aos reassentados as áreas selecionadas pela COPEL para compra;

7.4.3.6 os sindicatos e entidades representativas dos reassentados deverão se comprometer formalmente em proteger essas áreas contra invasões;

7.4.3.7 a COPEL, imediatamente após a conclusão das casas, fará a entrega das mesmas aos reassentandos inscritos no projeto;

7.4.3.8 a COPEL permitirá que sejam feitos loteamentos para reassentados e proprietários que queiram permutar terra para manutenção da mesma comunidade;

7.5 a COPEL pagará, a título de indenização pela produção renunciada, uma importância compensatória pelo tempo que o proprietário deixa de usufruir a vantagem concedida pela Companhia, pela ocupação das áreas desapropriadas, nos seguintes valores: a) 5% do valor total da desapropriação para os laudos concluídos pela COPEL entre agosto/95 e julho/96; b) 10% do valor total da desapropriação para os laudos concluídos pela COPEL após julho/96;

7.6 as áreas que necessitem ser desapropriadas até março de 94, para serem utilizadas para a construção do canteiro de obras, terão compensação equivalente às áreas dos últimos proprietários a serem desapropriados (10%);

7.7 desde que a documentação esteja em ordem, os laudos de desapropriação deverão ser feitos seqüencialmente sem intercalação, iniciando-se a partir do local da construção da barragem. Exceções poderão ser estudadas no âmbito do GEM/CX, sendo estas contabilizadas por fora dos limites do item 7.

8 Comprometem-se os atingidos a entregar suas áreas desapropriadas até o máximo de 6 meses do fechamento da barragem;

9 O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias levará em conta, nas alternativas locacionais, a comparação entre a construção de Caxias Alto e Caxias Baixo mais a Usina de Cruzeiro;

10 A presente proposta, após aceita pela COPEL, deverá ser assinada por seu presidente;

11 As instalações comerciais que ficarem próximas ao reservatório e que sofrerem impacto comercial negativo deverão ser relocadas e/ou indenizadas;

12 Atendidas as condições estipuladas neste Termo de Compromisso, as entidades signatárias deste documento se comprometem a garantir a não interferência dos seus associados na execução das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Cascavel, aos 07 de outubro de 1993.

Pela COPEL

João Carlos Cascaes
Diretor Presidente

Antonio Otelo Cardoso
Diretor de Engenharia e Construção

Pela Comissão Parlamentar

Deputado Ovídio Constantino

Pela Comissão de Prefeitos dos Municípios Atingidos pela Construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (COSACA)

Oldino José Viagnó

Pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI)

José Uliano Camilo

Pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná

Euclides José Formighieri

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida

Domingos Signorini

Pelo Departamento Rural da CUT

João Valdir da Silva

ANEXO D: PROPOSTA ATINGIDOS BARRAGEM SALTO CAXIAS

A Comissão dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, especificamente os futuros atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, resolvem por este instrumento apresentar a presente proposta à Companhia Paranaense de Energia – COPEL -, para que, após apreciada e aprovada, seja a mesma assinada por quem de direito, visando o início da construção da barragem.

1 As propriedades que serão atingidas pelo reservatório ou as necessárias às obras de construção da usina deverão ser cadastradas individualmente e na presença do proprietário ou de seu representante, com o levantamento de todos os bens e serviços existentes que possuam valor a ser indenizado, sendo certo que este levantamento terá que ser aprovado pelo proprietário ou seu representante;

2 O processo de reassentamento deverá destinar-se preferencialmente aos não-proprietários (meeiros, parceiros, arrendatários, empregados e filhos maiores de 18 anos de idade) e aos pequenos proprietários, no qual os não proprietários e os pequenos proprietários serão auxiliados pela COPEL e serão relocados em áreas loteadas de, no mínimo, dez alqueires cada lote, adquiridos pela empresa e aprovados antecipadamente pelos futuros reassentados;

2.1 as áreas de reassentamento deverão estar preferencialmente localizadas no mesmo município, ou na microrregião, tendo em vista atenuar ao máximo o impacto sociocultural dos reassentados e a desarticulação das economias locais;

2.2 nos projetos de reassentamento, obriga-se a COPEL a fornecer a cada reassentado toda a infra-estrutura necessária à sua efetiva relocação, qual seja, residência condigna, paiol e outras benfeitorias necessárias além da área corrigida com calcário;

2.3 no caso de reassentamento em área de mata nativa, a COPEL se responsabiliza pela autorização do órgão oficial competente, para que possa haver desmatamento de até 80% (oitenta por cento) de cada lote;

2.4 a COPEL se obriga a construir nos projetos de reassentamento, todo o sistema viário necessário, igrejas, escolas, centros sociais, postos de saúde, posto telefônico e cemitérios etc.

3 O proprietário, atingido pelo reservatório, que desejar permutar sua área será auxiliado pela COPEL e, após escolhida a mesma, a qual deverá ser no mínimo equivalente em produção à sua área atingida, será a mesma adquirida pela empresa, correndo todas as despesas de documentação bem como de transporte pessoal e de seus bens, por conta da COPEL.

4 Os proprietários que se sentirem capacitados para realizarem transações imobiliárias receberão da COPEL o valor de suas indenizações, relocando-se voluntariamente por sua conta;

4.1 no caso de desapropriação amigável ou judicial ou alienação a qualquer título, a COPEL ficará responsável pelo recolhimento, se incidir, do imposto sobre o lucro imobiliário (Imposto de Renda);

4.2 as terras deverão ser avaliadas por valor igualitário;

4.3 todas as benfeitorias, culturas e madeiras existentes nas propriedades indenizadas serão compradas pela COPEL e, no ato da escritura, serão doadas ao desapropriado, que poderá aproveitá-las na nova propriedade ou onde desejar;

4.4 para permitir a legalização da nova área adquirida pelo desapropriado, a COPEL pagará adicionalmente as despesas necessárias à nova escritura e registro;

4.5 em caso de desapropriado adquirir nova área dentro do Estado do Paraná, a COPEL se compromete a fornecer um padrão de energia elétrica, no mínimo idêntico ao que possuía.

5 (não legível)

5.1 em caso de o atingido desejar ficar com o remanescente da área desapropriada, a COPEL se obriga a permitir o aceso ao lago.

6 Em caso de desapropriação amigável ou judicial, deverão ser obedecidos os seguintes preços mínimos:

a) Terra nua (valor do alqueire) o equivalente a US$ 6.500 (seis mil e quinhentos dólares americanos - cotação comercial);

b) Áreas mecanizadas e mecanizáveis, (por alqueire) mais o equivalente a US$ 2.500 (dois mil e quinhentos dólares americanos - cotação comercial);

c) Áreas de pastagens formadas (por alqueire) mais o equivalente a US$ 2.500 (dois mil e quinhentos dólares americanos - cotação comercial);

d) Cercas de arame com no mínimo cinco fios (por quilômetro) o equivalente a US$ 2.200 (dois mil e duzentos dólares americanos - cotação comercial);

e) Benfeitorias - casas, paióis, barragens, pocilgas, estradas, fruteiras, madeiras, galpões, pontes, bueiros, reservas nativas e reflorestamento etc, deverão ter seus valores estabelecidos em nível que o desapropriado possa refazê-los em sua nova propriedade.

7 Todas as desapropriações e reassentamentos das famílias atingidas deverão estar concluídas no mínimo dentro das seguintes datas e condições:

a) 50% (cinqüenta por cento) do total das desapropriações e reassentamentos até janeiro de 1995;

b) 50% (cinqüenta por cento) restante das desapropriações e reassentamentos até janeiro de 1996;

7.1 os desapropriados e os reassentamentos que forem incluídos na letra "b" da presente cláusula terão um acréscimo de 10% (dez por cento) no valor da desapropriação e na área de reassentamento (não legível);

7.2 (não legível);

7.3 as desapropriações e reassentamentos deverão ser feitas seqüencialmente, sem intercalação, iniciando-se a partir do local da construção da barragem;

8 Comprometem-se os atingidos a entregar suas áreas desapropriadas até no máximo de seis meses antes do fechamento da barragem;

9 Deve a COPEL proceder à elaboração dos dois estudos de Relatório de Meio Ambiente – RIMA - referentes ao projeto conhecido como "Caxias Baixo", onde se construiriam duas usinas, uma em Caxias e outra no Cruzeiro (Cruzeiro do Iguaçu);

10 Compromete-se a COPEL até maio de 1994 a adquirir área rural de no mínimo 5.000 (cinco mil) alqueires, próxima à região da barragem, onde deverão ser elaborados projetos de reassentamento;

11 A presente proposta, após aceita pela COPEL, deverá ser assinada por seu Presidente, além de ter o aval do sr. Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais das áreas atingidas pelo futuro reservatório;

12 As instalações comerciais que ficarem próximas ao reservatório e que sofrerem impacto comercial deverão também ser indenizadas;

13 Todas as cláusulas e condições do documento "Princípio, Diretrizes e Critérios para o remanejamento da População Atingida" assinado pela COPEL, em 20.08.93, em Três Barras do Paraná, e registrado em cartório, que sejam mais benéficas aos atingidos do que o presente documento, deverão ser colocadas em prática.

Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, Capitão Leônidas Marques, aos 18 de Setembro de 1993.